



UNESP

UNIVERSIDADE ESTADUAL

PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências e Letras

Campus de Araraquara - SP

MARCO AURÉLIO MAIA BARBOSA DE OLIVEIRA FILHO

Cultura Solidária e Cooperativas Populares. Rotatividade dos
sócios e desafios à autogestão. Um estudo de caso em São Carlos.
Brasil.

Araraquara – SP
2010

MARCO AURÉLIO MAIA BARBOSA DE OLIVEIRA FILHO

**Cultura Solidária e Cooperativas Populares. Rotatividade dos
sócios e desafios à autogestão. Um estudo de caso em São Carlos.
Brasil.**

Dissertação de Mestrado, apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da Faculdade de Ciências e
Letras – Unesp/Araraquara, como
requisito para a obtenção do título de
Mestre em Sociologia.

Linha de Pesquisa: Sociedade civil,
trabalho e movimentos sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Leila de
Menezes Stein.

Araraquara – SP
2010

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

À minha família, pelas condições oferecidas ao longo de toda a jornada, apoio e carinho presentes em todos os momentos: Marcia, Marco e Matheus.

À minha família, no seu aspecto mais amplo: avô e avós, tios e tias, primos e primas, todos muito importantes para mim. Morando perto ou longe, muito obrigado pelos momentos únicos e especiais que passamos e que ainda passaremos juntos.

À todos os meus amigos e amigas que, felizmente, por serem muitos, não irei citar nominalmente. Por me mostrarem, na prática, que uma vida sem amigos não vale a pena ser vivida.

À Evelyn, por todos os momentos que passamos juntos, dos mais difíceis aos mais felizes.

Às sócias e aos sócios da Cooperativa, principalmente àquelas com quem tenho maior contato e por quem nutro um carinho especial: Ana Claudia, Dona Shirlei, Eliene, Rosana e Soila, por todos os momentos de aprendizado, conversas, cafés, almoços...

À Ana Lucia Cortegoso que, além da grande amizade, orientação, e exemplo de vida, é a pessoa a quem devo o meu envolvimento com o tema do cooperativismo e da Economia Solidária, tema este que estará sempre presente em minha vida.

À minha orientadora, Leila de Menezes Stein, pela atenção e apoio ao longo do curso de mestrado.

À professora Maria Ribeiro do Valle, que esteve presente nos momentos mais importantes pelos quais passei durante o mestrado, por aceitar prontamente meus convites e pelas importantes contribuições para a pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, seus funcionários e docentes, pela oportunidade de realização do curso de mestrado. E aos colegas de curso, pela troca intelectual e conversas agradáveis que tivemos ao longo de quase dois anos.

ESSE DESEMPREGO!

Meus senhores, é mesmo um problema
Esse desemprego!
Com satisfação acolhemos
Toda oportunidade
De discutir a questão.
Quando queiram os senhores! A todo momento!
Pois o desemprego é para o povo
Um enfraquecimento.

Para nós é inexplicável
Tanto desemprego.
Algo realmente lamentável
Que só traz desassossego.
Mas não se deve na verdade
Dizer que é inexplicável
Pois pode ser fatal
Difícilmente nos pode trazer

A confiança das massas
Para nós imprescindível.
É preciso que nos deixem valer
Pois seria mais que temível
Permitir ao caos vencer
Num tempo tão pouco esclarecido!
Algo assim não se pode conceber
Com esse desemprego!

Ou qual a sua opinião?
Só nos pode convir
Esta opinião: o problema
Assim como veio, deve sumir.
Mas a questão é: nosso desemprego
Não será solucionado
Enquanto os senhores não
Ficarem desempregados!

(BRECHT, Bertolt. Poemas 1913-1956. Seleção e tradução de Paulo César de Souza – São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 69-70.)

RESUMO

É observada, no atual contexto da sociedade capitalista, a manifestação em escala crescente de empreendimentos cooperativos baseados na autogestão. Tendo surgido e se desenvolvido no movimento operário em meados do século XIX, na perspectiva de uma sociedade mais justa e igualitária, com base socialista, essa forma de organização do trabalho tem sido adotada (e adaptada) pelo movimento da Economia Solidária após o contexto de crise instaurado por volta da década de 1970. O caráter voluntário da adesão aos empreendimentos coletivos fica comprometido em contextos de crise econômica, nos quais as possibilidades de ocupação são reduzidas. Deste modo, grande parte das pessoas acaba ingressando nos empreendimentos alheias ao seu projeto ideológico. A proposta desta pesquisa é sistematizar informações acerca da rotatividade de sócios em uma cooperativa de trabalho, com dez anos de existência, 327 sócios e 271 ex-sócios. A falta de um quadro estável de sócios pode conferir ao empreendimento um caráter de trabalho paliativo e lhe trazer uma série de problemas. Por meio de análises documentais e de entrevistas com atuais e ex-cooperados, analisou-se variáveis que poderiam estar relacionadas ao alto índice de rotatividade de sócios. O pouco tempo de permanência como sócios na cooperativa e a preferência pelo trabalho com relação de emprego representaram uma influência significativa na questão da alta rotatividade. Com base na pesquisa, foram ainda indicados alguns fatores que poderiam auxiliar na permanência do sócio na cooperativa por um tempo prolongado, durante o qual possa se envolver mais ativamente e absorver melhor a proposta do empreendimento.

Palavras-chave: Cooperativa de trabalho. Economia Solidária. Autogestão. Rotatividade de sócios.

ABSTRACT

It is observed, on the current context of capitalist society, the manifestation of a growing scale of cooperatives enterprises based on self-management. Emerged and developed on labour movement in the mid-nineteenth century, on a perspective of fairest and more egalitarian society, with socialist base, this kind of working organization has been adopted (and adapted) by the movement of Social Economy after the crises circumstance around the decade of 1970. The voluntary character of adhesion to collective enterprises becomes implicated on economics' crises context, on which the possibilities of occupations are reduced. Therefore, a large number of people join enterprises inattentive to their ideological project. The purpose of this research is to systematize information about the rotating of members on a worker cooperative, which has ten years of existence, 327 members and 271 ex-members. The lack of a stable working staff members can confer to the cooperative enterprise a palliative working character, bringing to it series of problems. Through documental analyses and interview with the actual and ex-members, it was observed variables that could be related to the high rate of rotating of members. The little time of permanence as members in a cooperative and the preference to the jobs which have an employ bond represent a significant influence on the rotating of members. According to the research, it was indicated some factors that could support the permanence of the members on the enterprises for a prolonged period of time, in which they could get more actively involved and absorb in a better way the proposal of the enterprises.

Keywords: Worker cooperative. Social Economy. Self-management. Rotating of members.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Demonstração da tabela utilizada para transcrição das informações referentes aos dados levantados para o total de ex-sócias (os) da cooperativa 139

Tabela 2 – Relação entre alguns motivos da saída da cooperativa e o gênero da ex-cooperada (o) 152

Tabela 3 – Variáveis gerais (as mesmas levantadas para a quantidade total de ex-sócias) das ex-cooperadas (os) entrevistadas 154

Tabela 4 – Informações pessoais (idade, estado civil, número de filhos e escolaridade) das ex-sócias (os) entrevistadas 155-156

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Motivos pelos quais as ex-sócias (os) se desligaram da cooperativa	140
Figura 2 – Distribuição das sócias (os) por tempo de permanência na cooperativa ..	143
Figura 3 – Percentagem de ex-sócias (os) que realizou, e que não realizou, o curso de cooperativismo	144
Figura 4 – Percentagem de ex-sócias (os) que chegou a ocupar posto de trabalho fixo na cooperativa	146
Figura 5 – Percentagem de ex-sócias (os) que participaram de atividades administrativas ou de apoio	148
Figura 6 – Distribuição das ex-sócias (os) que realizaram atividades administrativas ou de apoio por tempo de permanência na cooperativa	149
Figura 7 – Relação de mulheres e homens entre as cooperadas (os) atuais	151
Figura 8 – Relação de mulheres e homens entre as ex-cooperadas (os)	151

LISTA DE SIGLAS

ABPES – Associação Brasileira de Pesquisadores em Economia Solidária
ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário
ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores de Autogestão e Participação Acionária
ASMOCONP – Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira
AU – Advocacia da União
CLT – Consolidação das Leis de Trabalho
CPA – Cooperativas de Produção Agropecuária
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EAF – Entidade de Apoio e Fomento à Economia Solidária
EES – Empreendimentos Econômicos Solidários
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MPT – Ministério Público do Trabalho
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
ONG – Organização Não Governamental
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC – Projeto Alternativo Comunitário
SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
TAC – Termo de Ajustes de Conduta

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Conteúdos da Dissertação	18
 CAPÍTULO 1 - PANORAMA HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO	
1.1 Revolução industrial e a organização operária	20
1.2 Os socialistas utópicos	27
1.3 Principais teóricos (utopistas) do cooperativismo no século XIX	32
1.4 A cooperativa de Rochdale	39
1.5 Um panorama histórico do modelo cooperativista brasileiro	43
1.6 Debates em torno do cooperativismo	47
 CAPÍTULO 2 - DA REGULAMENTAÇÃO À DESREGULAMENTAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	
2.1 Reconciliação dos trabalhadores com o assalariamento: modelo taylorista-fordista e os Estados de Bem-Estar-Social	60
2.2 Reestruturação produtiva e o advento do neoliberalismo	65
 CAPÍTULO 3 - ECONOMIA SOLIDÁRIA	
3.1 Origem e características	75
3.2 O quadro da Economia Solidária no Brasil	79
3.3 Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária	84
3.4 Algumas Definições (conceitos)	93
 CAPÍTULO 4 – COOPERATIVA DE LIMPEZA	
4.1 Surgimento da ITCP	106
4.2 O nascimento da Cooperativa de Limpeza	109
4.3 Desenvolvimento do empreendimento (histórico)	114
4.4 Organização (estrutura e funcionamento)	123

CAPÍTULO 5 - ROTATIVIDADE DE SÓCIOS

5.1 A questão da rotatividade	129
5.2 Tema e Justificativa do Tema	133
5.3 Objetivos da Pesquisa	134
5.4 As fontes de informações	137
5.5 Procedimentos e instrumentos de coleta de dados	137
5.6 PRIMEIRA PARTE – Dados gerais das ex-sócias (os) na cooperativa (271) ...	138
5.6.1 Motivo de saída da cooperativa	139
5.6.2 Tempo de permanência do sócio na cooperativa	142
5.6.3 Grau de familiaridade com o tipo de empreendimento e com seus princípios (cooperativismo e Economia Solidária)	144
5.6.4 Grau de garantia de renda	145
5.6.5 Grau de envolvimento com o empreendimento (participação em atividades administrativas ou de apoio)	146
5.6.6 Questão de gênero: quantidade de mulheres e homens entre as cooperadas (os) atuais e entre as ex-cooperadas (os)	150
5.7 SEGUNDA PARTE – Entrevistas (10)	152
5.7.1 As entrevistas: sete mulheres e três homens	154
5.7.2 Trajetórias individuais das pessoas entrevistadas	156
5.7.3 Análise das trajetórias	166
CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
Limitações do estudo	179
Sugestões para estudos futuros	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	181
ANEXO E APÊNDICES	
(Anexo) – Ficha de cadastro da sócia (o) na cooperativa	189
(Apêndice 1) – Roteiro de entrevistas	190
(Apêndice 2) – Termo de consentimento livre e esclarecido	194
(Apêndice 3) – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Participação em Pesquisa	195

INTRODUÇÃO

A história humana é a história do desenvolvimento das relações sociais, que tem por base o desenvolvimento da relação do homem com a natureza. Esta relação com a natureza acontece por meio do trabalho, pelo qual os seres humanos retiram do ambiente os elementos imprescindíveis para a produção e reprodução da vida. Eles transformam a natureza mediante um processo de objetivação, no qual se idealiza algo inexistente na natureza a partir de uma coisa real e constrói algo novo por meio da externalização de um projeto pré-concebido na consciência, que acontece por meio da atividade laboral. Para Marx e Engels (2004), o trabalho é a condição básica e fundamental de toda a vida humana.

Outro atributo conferido ao trabalho, por estes dois autores, é o de categoria fundante do ser social. De acordo com Engels (2004) o desenvolvimento do trabalho, ao multiplicar os casos de ajuda mútua e de atividade conjunta, e ao mostrar assim as vantagens dessa atividade coletiva para cada indivíduo, tinha de contribuir forçosamente para agrupar ainda mais os membros da sociedade. O trabalho, aliás, não é uma via de mão única, pois, ao mesmo tempo em que transforma a natureza, o ser humano se transforma; ao construir o mundo, ele se constrói. A história humana se torna algo além do intercâmbio orgânico com a natureza, passa a ser a relação entre seres sociais que se desenvolve no âmbito da cultura, entendendo esta última como a natureza subjetivada e transformada pelos seres humanos. A vida social, deste modo, é originada pelo trabalho, que é historicamente determinado. A maneira pela qual o trabalho se realiza e seus frutos são apropriados, funda uma dada organização social.

Como se sabe, Marx divide a história da sociedade (do ser social) em modos de produção, em que um substitui o outro por meio de um processo dialético conduzido pelo desenvolvimento das forças produtivas e pela luta de classes. No estágio inicial da civilização, os seres humanos viviam no comunismo primitivo, que é caracterizado pela vida comunitária formada em torno da família, em que predomina a propriedade comunal da terra e a apropriação do excedente de trabalho pela comunidade como um todo. Com o desenvolvimento em todos os ramos da produção (criação de gado, agricultura, entre outros), que tornaram a força de trabalho do homem capaz de produzir mais que o necessário para a sua manutenção, aumentou a soma de trabalho diário correspondente a cada membro da comunidade e, desse modo, tornou-se conveniente conseguir mais força de trabalho, o que se deu através da guerra, cujo desfecho acabou

transformando os vencidos em escravos (ENGELS, 2002). A partir deste momento, no qual acontece a primeira grande divisão social do trabalho, surge a propriedade privada e tem início a divisão da sociedade em classes: exploradores e explorados (ENGELS, 2002).

O primeiro modo de produção que sucede o estágio de comunismo primitivo da sociedade é justamente o modo de produção escravista¹, cujo esgotamento dá início ao feudalismo². Com o desenvolvimento das forças produtivas e do comércio (impulsionado sobremaneira pelas cruzadas), inicia-se o modo de produção capitalista.

O capitalismo passa a existir com a abertura do mercado mundial. A formação de Estados Nacionais e o advento das grandes navegações no final do século XV proporcionaram a acumulação primitiva de capital, que se deu por meio das trocas de mercadorias simples e da acumulação de metais preciosos. O predomínio do valor de uso das mercadorias vai sendo substituído pelo do valor de troca, visto que a produção volta-se cada vez mais para o mercado em detrimento da produção para a subsistência. O volumoso acúmulo de riquezas e o desenvolvimento e ampliação dos mercados, promoveram o surgimento das manufaturas – mercadorias que possuem maior quantidade de trabalho humano e, portanto, maior valor agregado. A sede por riquezas, somando-se ao desenvolvimento das forças produtivas e às novas relações sociais fundadas nos âmbitos político e cultural através das quais a nova sociedade vinha se estruturando, faz emergir o trabalho industrial. Com este, duas novas classes se estabelecem: burguesia e proletariado, sendo que a segunda produz a riqueza enquanto que a primeira dela se apropria.

A emergência da industrialização completa o domínio do homem sobre a natureza. As forças produtivas alcançam um estágio no qual as bases materiais de produção possibilitariam que a carência de toda a humanidade pudesse ser suprimida, isto é, a produção torna-se maior que o consumo. A quantidade e a diversidade de mercadorias produzidas atingem um patamar formidável que, além de garantir o suprimento necessário para toda a sociedade, tem o seu processo de produção

¹ A estrutura e o sistema ideológico da sociedade são alicerçados sobre o trabalho escravo, que é justificado e conduzido pela expropriação do trabalho dos escravos pelos seus senhores. No contexto de esgotamento do modo de produção escravista e dissolução do império romano, tem início a sociedade feudal.

² As classes sociais deste período são os servos (produtores) e os nobres (consumidores). O trabalho servil possui uma vantagem (do ponto de vista tecnológico, para aumentar a produção) em relação ao trabalho escravo no que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas, pois, como parte da produção permanece com o trabalhador, ele se sente incentivado para desenvolver ferramentas e produzir mais, já que assim será possível realizar trocas por produtos diferenciados com outros trabalhadores.

desenvolvido de forma crescente e cada vez mais aprimorado. Entretanto, com todo este potencial produtivo, a maioria da população do planeta passa por sérias dificuldades, vivendo em condições precárias de sobrevivência enquanto que uma minoria acumula boa parte da soma da riqueza social total.

Conforme afirma o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a desigualdade (www.ipea.gov.br/desafios/edicoes), do total da riqueza produzida no mundo, 80% fica com um bilhão de pessoas que vivem nos países mais ricos, enquanto cinco bilhões de pessoas, quase todas em países pobres, dividem o restante. De acordo com o Monitor da Pobreza do Banco Mundial, o número de pessoas que vivem na pobreza extrema (renda inferior a um 1 dólar por dia) subiu de 2,4 bilhões para 2,7 bilhões entre 1981 e 2001, período em que aumentou a riqueza em escala mundial. E a situação só não foi pior graças ao desempenho da economia chinesa, onde o número de pessoas na pobreza extrema caiu de 876 milhões para 594 milhões no mesmo período (www.ipea.gov.br/desafios/edicoes).

Desde o modo de produção escravista até o capitalista, a apropriação do trabalho excedente ficou nas mãos de uma minoria, que decidia como e o quê deveria ser produzido. Esta, a elite da sociedade, controlou a política e impôs sua ideologia ao restante do agrupamento social. Contudo, as bases pelas quais se deu o desenvolvimento do capitalismo (entre elas o advento do racionalismo, a noção de indivíduo, a defesa da liberdade, a construção de um Estado de Direito e o amplo desenvolvimento tecnológico e produtivo), possibilitaram vislumbrar a emergência de uma sociedade sem classes. Onde quer que tenha assumido o poder, a burguesia pôs fim a todas as relações feudais, patriarcais e idílicas, substituindo a exploração, encoberta pelas ilusões religiosas e políticas, pela exploração aberta, única, direta e brutal (MARX; ENGELS, 2003). Cabe à classe trabalhadora eliminar a exploração e tomar a produção em suas mãos. Uma vez que esta “não pode apoderar-se das forças produtivas sem abolir a forma de apropriação que lhes era própria e, portanto, toda e qualquer forma de apropriação” (MARX; ENGELS, 2003, P. 36), ela deverá promover uma revolução que porá fim à sociedade de classes.

No capitalismo a produção está totalmente voltada para o lucro, de modo que quando este não é alcançado, são tomadas medidas no intuito de restabelecê-lo³. A

³ Por exemplo, quando há forte retração no consumo, mas a produção continua com força máxima, de tal modo que a grande quantidade desta inundaria o mercado impelindo o preço das mercadorias para baixo (de acordo com a lei da oferta e da procura), se não há o apoio financeiro do Estado para as empresas,

lógica do capital, que impõe a necessidade de lucro sobre todas as outras coisas, chegou num determinado ponto que acaba travando o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. Além do mais, o modelo de desenvolvimento praticado dentro desta lógica já chegou a tal ponto que o próprio limite físico do planeta já se encontra gravemente ameaçado.

Embora tenha produzido muitas mazelas por toda a parte do planeta, o desenvolvimento das forças produtivas (em nível científico, tecnológico e organizacional) alcançado no capitalismo abriu a possibilidade real de uma sociedade com base socialista. Desde meados do século XIX a classe proletária, que produz as riquezas da sociedade e suporta toda a exploração capitalista em seus ombros, luta para combater as mazelas do capitalismo e instituir outro tipo de sociedade, na qual a exploração e a propriedade privada seriam abolidas. O trabalho autogestionário em cooperativas surgiu no seio do movimento operário em luta contra o capitalismo, ou seja, se apresenta como uma forma própria dos trabalhadores organizarem as bases de uma nova sociedade. A possibilidade de organizar as atividades econômicas (produção, distribuição e consumo) de forma autogestionária, sem a necessidade de uma figura autoritária que se apropria dos excedentes da atividade, e que ocorre de forma cooperativa, é, além de uma forma de luta anticapitalista, um laboratório para a sociedade do futuro (MARX; ENGELS, 1977b).

Estes empreendimentos coletivos, no entanto, passam por um grande número de desafios e se deparam com obstáculos que inibem seu pleno desenvolvimento, sobretudo àqueles relacionados à proposta de superação da sociedade capitalista. Dentre as dificuldades encontradas, a efetiva incorporação da crítica ao sistema capitalista pelos membros que os integra e o engajamento destes com o empreendimento e sua proposta, que se encontra dificultado em épocas de crise social e de aumento do desemprego, acabam trazendo questionamentos acerca de sua funcionalidade na sociedade. Em contextos de crise social, inúmeras pessoas ingressam em empreendimentos coletivos em busca de uma oportunidade de trabalho e renda unicamente, permanecendo estranhas à proposta ideológica presente no trabalho coletivo autogestionário.

Em meio à crise que se formou no capitalismo a partir da década de 1970, começam a emergir novas formas de reação e propostas de alternativas ao capitalismo. Recuperando o debate do movimento operário do século XIX em busca de uma

estas mesmas se encarregam de jogar fora as mercadorias abundantes. Dessa forma, toneladas de alimentos podem virar cinzas enquanto milhões de pessoas estão prestes a morrer de fome.

sociedade mais justa e solidária, com base no trabalho associativo, e, contando, de igual modo, com a influência dos movimentos contraculturais do final da década de 1960, nos quais inúmeros movimentos sociais e étnicos trouxeram uma nova visão da dimensão social, da sua relação com o econômico e da relação do homem com o meio ambiente, surge o movimento da Economia Solidária. Apresentando um conjunto de diferentes atividades econômicas organizadas e desempenhadas por trabalhadores (muitas vezes com o apoio de diferentes entidades) sob a forma autogestionária, os empreendimentos que atuam sob o paradigma da Economia Solidária acabam sendo a única oportunidade de trabalho e renda para indivíduos que se encontram excluídos do mercado de trabalho. Para que as pessoas que atuam nestas experiências tenham condições de participar das atividades desenvolvidas no âmbito dos empreendimentos e assimilar a sua proposta é necessário, ao menos, que elas permaneçam por um certo período tempo durante o qual possam entender como funcionam e perceber a crítica ao sistema capitalista.

A rotatividade de sócios em um empreendimento popular de Economia Solidária pode causar, quando excessiva, uma série de problemas para o empreendimento. Dentre estes, há de se destacar o afrouxamento dos laços de cooperação e solidariedade, assim como a emergência de conflitos entre os sócios, o desrespeito às regras e a carência de participação nos assuntos e decisões no âmbito do empreendimento. A permanência efêmera de membros no empreendimento impede que laços de amizade e confiança sejam devidamente estabelecidos entre os sócios, aspecto este que pode, inclusive, afetar na autogestão do empreendimento.

Com o intuito de compreender melhor os motivos associados à alta rotatividade de sócios em uma cooperativa de trabalho, com dez anos de existência, 327 sócios e 271 ex-sócios, buscou-se analisar algumas variáveis que poderiam estar relacionadas a este fenômeno. A cooperativa considerada encontra-se em um bairro da periferia de uma cidade de médio porte do Estado de São Paulo, que apresenta baixos índices quanto às condições sócio-econômicas dos moradores. Seu surgimento corresponde à primeira atuação de uma Incubadora Universitária de Cooperativas Populares, que, com o apoio da Associação de moradores do bairro, convidou os moradores para discutir suas dificuldades e apresentou a possibilidade de trabalho associado como forma de geração de renda para grande parte desta população, assim como o desenvolvimento da comunidade e das pessoas que dela fazem parte.

Embora o empreendimento tenha evoluído no decorrer dos anos, no que se refere ao aprimoramento das atividades administrativas, ao propiciar renda para um maior

número de pessoas, tanto quanto aumentar a auto-estima e os níveis culturais e solidários dos seus membros, investindo em atividades de capacitação pessoal (alfabetização, informática, entre outras) e no âmbito da cooperativa, seus sócios se deparam com alguns problemas que dificultam uma maior expansão e consolidação destas conquistas, colocando em risco a capacidade autogestionária do grupo. Dado o seu alto nível, um dos problemas que se configura com maior expressividade neste empreendimento é a movimentação de sócios.

Considerando a questão da alta rotatividade dos membros na cooperativa, foram levantadas algumas variáveis que poderiam estar relacionadas à permanência e manutenção dos sócios no empreendimento: tempo de permanência do sócio na cooperativa; grau de familiaridade com o tipo de empreendimento e com seus princípios (cooperativismo e Economia Solidária); grau de garantia de renda; grau de envolvimento com questões do funcionamento do empreendimento ou da Economia Solidária; processo de inserção de pessoas no empreendimento; possível percepção, por parte dos cooperados, de certa precariedade no trabalho da cooperativa; provável preferência pelo trabalho com carteira assinada e peso das regras (penalidades) no desligamento dos sócios.

Para as quatro primeiras variáveis foram levantados dados, por meio de consulta em documentos diversos e de entrevistas com membros que participam e que já participaram da administração do empreendimento, para o total de pessoas que já deixaram de fazer parte da cooperativa. Ao lado destas variáveis levantou-se, para o total de ex-cooperados, por meio de entrevistas com pessoas que participam e que participaram da administração do empreendimento, os possíveis motivos pelos quais os ex-sócios teriam se desligado. Com o intuito de avaliar se a questão da rotatividade apresenta, em alguma medida, determinada relação com o tema de gênero, foi analisada a relação entre homens e mulheres presentes entre os atuais e ex-sócios.

As demais variáveis foram abordadas com base em entrevistas, realizadas por meio de um roteiro semi-estruturado com uma amostra de dez ex-cooperados. Examinou-se, por meio destas, cada caso a partir da motivação individual em deixar o empreendimento, assim como aspectos da vida destas pessoas e a perspectiva delas acerca da cooperativa que possam ter influenciado, de alguma forma, na decisão em deixar de ser sócio. Além disso, alguns dos dados levantados serviram para preencher lacunas localizadas no preenchimento das variáveis acerca de razões que podem ter interferido na questão da rotatividade. Com os dados obtidos nos roteiros de entrevistas foram

realizados textos descritivos que apresentam aspectos das trajetórias dos ex-cooperados na cooperativa, de alguns dados pessoais e de algumas opiniões sobre determinadas características da cooperativa.

Os dados levantados ao longo da pesquisa foram expostos e discutidos em duas partes: a primeira aborda as figuras e as tabelas elaboradas a partir dos dados gerais obtidos por meio das variáveis levantadas para todos os ex-sócios do empreendimento e a segunda parte apresenta os dados obtidos por meio das entrevistas.

A análise dos dados apontou que a rotatividade de sócios no empreendimento está associada, em sua grande maioria, à vontade, por parte das pessoas que o deixaram, de ingressar no mercado de trabalho formal, com carteira assinada. Percebeu-se, também, que grande parte das pessoas que se desligaram ficou por pouco tempo na cooperativa, de modo que a absorção da proposta do empreendimento e um maior envolvimento com este ficou seriamente comprometida. Com base na pesquisa, foram indicados alguns fatores que poderiam auxiliar na permanência do sócio no empreendimento, senão indefinidamente, ao menos por um tempo mais prolongado, durante o qual possam se envolver mais ativamente e absorver melhor a proposta do empreendimento: um processo de inserção de novos membros bem estruturado, um curso de cooperativismo eficiente, esquemas que promovam maior envolvimento do cooperado com o empreendimento, e mecanismos que gerem aos cooperados direitos semelhantes àqueles encontrados no mercado de trabalho formal - de modo a tornar o trabalho na cooperativa mais atraente.

Conteúdos da Dissertação

A proposta deste trabalho é analisar o fenômeno de alta rotatividade de sócios em uma cooperativa popular de Economia Solidária. Para tanto, foi realizada uma pesquisa empírica com base no estudo de caso em uma cooperativa de trabalho que presta serviços de limpeza, localizada em um município do interior do estado de São Paulo. Além disso, no intuito de sistematizar os assuntos referentes ao tema e ao campo no qual este se insere, uma ampla pesquisa teórica foi realizada. Junto a esta, uma análise acerca da história e das características (como a forma pela qual se organiza) do empreendimento considerado também foi realizada.

O texto está dividido em cinco capítulos, além da introdução. O primeiro é dedicado às cooperativas; o segundo ao contexto econômico e político da sociedade, da

regulamentação à desregulamentação das relações de trabalho e a relação com o movimento cooperativista; o terceiro à Economia Solidária; o quarto à cooperativa de limpeza; e o quinto ao estudo de caso acerca da rotatividade de sócios.

O primeiro capítulo apresenta um panorama histórico do cooperativismo, e está dividido em seis partes. Inicia-se com uma análise do contexto no qual as cooperativas surgiram - em meio à luta do movimento operário frente ao desenrolar da Primeira Revolução Industrial. Em seguida, é realizada uma análise acerca do socialismo utópico e das vidas e obras de alguns dos principais representantes deste campo, entendidos enquanto principais intelectuais do cooperativismo. Logo após é descrita a experiência da cooperativa de Rochdale que, surgida em 1844 na Inglaterra, é tida como um marco no movimento cooperativista mundial. O surgimento do cooperativismo no Brasil, assim como um breve debate acerca das características deste surgimento e a evolução da legislação sobre o tema, são os assuntos tratados neste ponto. A isto, seguem-se os principais debates travados em torno do cooperativismo no decorrer do seu desenvolvimento, dando ênfase à contradição referente ao desenvolvimento de sua proposta socialista dentro da sociedade capitalista.

No segundo capítulo é examinado o período fordista, durante o qual o cooperativismo deixou de estar em evidência, e o contexto de reestruturação produtiva, no qual o trabalho em cooperativas ressurgiu de forma ampla no novo contexto da sociedade capitalista. Além de abordar, em segundo plano, a situação do cooperativismo no século XX, este capítulo discute as configurações societárias do capitalismo neste período e as decorrentes mudanças no mundo do trabalho.

No terceiro capítulo é realizado um estudo sobre a Economia Solidária. Parte-se do seu surgimento e das suas principais características. Em seguida é abordado o quadro da Economia Solidária no Brasil, tendo como base um estudo realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a cargo da Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES), no ano de 2005. É realizado também o levantamento e a descrição de algumas das entidades que fornecem apoio, assessoria e/ou fomento à Economia Solidária no país. O capítulo se encerra com a exposição de algumas definições (conceitos) consideradas importantes dentro do campo da Economia Solidária: de economia popular, autogestão, desenvolvimento sustentável, moeda social e redes.

O capítulo quarto é reservado ao objeto de estudo da pesquisa, ou seja, a Cooperativa de limpeza. Ele começa com a descrição da Incubadora responsável pela formação do empreendimento, que possui seu nascimento intimamente ligado ao da

cooperativa. Em seguida é descrita a história sobre o surgimento da cooperativa, abordando os principais eventos antes e durante sua formação. E, logo após, é descrito o seu desenvolvimento - o histórico da cooperativa desde sua inauguração até os dias de hoje. Por fim, é realizada uma detalhada descrição acerca da estrutura e funcionamento da cooperativa.

No quinto capítulo, o estudo de caso acerca da rotatividade de sócios é descrito e apresentado. Inicia-se com uma análise sobre a questão da rotatividade, voltada para o impacto que ela pode gerar em uma cooperativa popular e as possíveis relações que se pode inferir em empresas tradicionais. Os métodos utilizados durante a pesquisa, os dados levantados, bem como a análise destes dados, a descrição das entrevistas realizadas e os resultados obtidos, são itens que preencherão este capítulo. No último capítulo são tecidas as considerações finais.

Dado que o empreendimento é composto majoritariamente por mulheres, optou-se por utilizar, ao longo da Dissertação, o termo sócia (o)/sócias (os) e cooperada (o)/cooperadas (os).

CAPÍTULO 1 - PANORAMA HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO

Revolução industrial e a organização operária

Unir-se, de forma cooperativa, para lutar contra as eventualidades da vida e garantir a satisfação de necessidades humanas (alimentação, habitação, vestuário etc.) é uma prática muito antiga. A associação de pessoas em torno de objetivos comuns, com base na cooperação⁴, já pode ser observada, por exemplo, na Grécia antiga, quando trabalhadores de classes baixas cooperavam entre si para viabilizar custos fúnebres ou de assistência mútua (DEMOUSTIER, 2006; CARDONE, 2007); no Egito antigo, durante o reinado dos Faraós, em que uma associação de operários e artesãos era encarregada do controle de todo o sistema de comércio (CARDONE, 2007) e, também, na China, por volta do ano de 400 a.C., quando havia uma cooperativa de mercadores na qual o risco da atividade era suportado por todos os seus cooperativados quando estes eram prejudicados pelos naufrágios (CARDONE, 2007).

As primeiras cooperativas de trabalho e de produção surgem, no entanto, na Inglaterra com o trabalho industrial e com o movimento operário em meados do século XIX. As principais idéias cooperativistas se desenvolvem concomitantemente à Primeira Revolução Industrial, dada no último quartel do século XVIII, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção.

A Revolução Industrial alterou os processos de produção e de trabalho, dando à empresa capitalista, que até então representava uma parcela limitada da economia inglesa, uma vantagem decisiva para que a revolução capitalista se completasse mediante o estabelecimento da hegemonia do capital sobre a economia do país. O seu principal efeito é a contínua substituição da produção artesanal e manufatureira pela maquinofatura e pelo trabalho assalariado em fábricas e grandes redes de transporte e comunicação, cujo intuito é o de valorizar o capital por meio do lucro.

Ao mesmo tempo em que incorpora grande número de ex-camponeses expulsos de suas propriedades⁵, a Revolução Industrial exclui da produção social todos aqueles

⁴ O termo cooperação tem o significado semântico de ato de cooperar, ou operar simultaneamente, trabalhar em comum, sinalizando para um sentido de ação e um sentido de movimento coletivo, sempre em oposição à perspectiva individualista (CATTANI, p. 49).

⁵ A política de “cercamento” dos campos, promovida pela aristocracia latifundiária e viabilizada pelo governo inglês, tratou de expulsar os camponeses que conseguiam seu sustento em atividades

que antes se achavam ocupados em produzir com o uso da tecnologia que vai sendo suplantada. Isso ocorre em função da “tendência destrutiva do capitalismo”, a qual deriva do progresso técnico ou do alargamento dos mercados, condenando à miséria parte considerável da população trabalhadora (SINGER, 1998).

O desenvolvimento das forças produtivas, que abriu possibilidades quase infinitas de substituição do ser humano por meios artificiais no processo produtivo, atingiu seu ápice na Primeira Revolução Industrial, quando a utilização da invenção de James Watt tornou-se viável no sistema fabril de produção. Com a máquina a vapor, inovação mais importante da Revolução Industrial, começa a história da produção de energia artificial, que poderá ser utilizada, de modo cada vez mais recorrente, em lugar da energia física do ser humano.

Devido à implementação e ao crescimento do emprego da máquina a vapor na produção têxtil, no final do século XVIII e início do século XIX, os enormes ganhos de produtividade eram traduzidos em baixas consideráveis dos preços dos produtos, o que possibilitou o aumento do consumo destes, tanto no mercado interno quanto no externo. A marcha da indústria implicou em forte expansão da produção e do emprego industrial. Devido à elevada oferta de mão-de-obra e à urgente necessidade em se empregar nas fábricas para garantir sustento, já que não existia outra alternativa de sobrevivência para os camponeses expulsos dos campos, a situação dos trabalhadores industriais se agravou bastante, pois, sem limites legais, a exploração do trabalho nas fábricas ocasionou longas jornadas de trabalho, emprego de mão-de-obra infantil, e salários tão baixos que mal garantiam o mínimo de subsistência, além da formação de um exército industrial de reserva⁶.

Frente a essa situação, a classe operária reagiu de diferentes formas na busca por melhores condições de vida e de trabalho. As lutas do movimento operário contra certas tendências iminentes do capitalismo, como a concentração da renda e da propriedade, a exclusão social (que toma forma predominante com o desemprego) e a “destruição criadora” (caracterizada pela tendência destrutiva do capitalismo) de empresas e postos de trabalho, tomam o nome de revoluções socialistas. De acordo com Paul Singer

majoritariamente de subsistência através da agricultura, impelindo-os a vender sua força de trabalho nas cidades.

⁶ A existência de uma força de trabalho desempregada e parcialmente empregada é uma característica inerente à sociedade capitalista, criada e reproduzida diretamente pela própria acumulação do capital, a que Marx chamou de exército industrial de reserva (BOTTOMORE, 2001). A existência de uma força de trabalho excedente permite, por meio da lei da oferta e da procura, a manutenção dos salários dos trabalhadores empregados mais baixos e confere menor poder de barganha nas negociações com os empregadores da força de trabalho.

(1998), a classe operária reage em três níveis distintos ao avanço do modo de produção capitalista: primeiro opondo-se ao industrialismo em si, em nome dos direitos adquiridos e dos fundamentos tradicionais do antigo regime; depois somando-se à luta pela democracia, em grande medida impulsionada pela Revolução Francesa (1789); e, por último, desenvolvendo formas próprias, potencialmente anticapitalistas de organização social e de organização da produção e da distribuição.

A primeira reação dos trabalhadores frente ao avanço da Primeira Revolução Industrial e das inovações técnicas que esta realizava nos meios de produção consistiu, no plano nacional, na busca por apoio em setores sociais reacionários na tentativa de fazer o parlamento frear e reverter a revolução industrial. Dado o insucesso da tentativa de impedir a construção das máquinas por meios legais, parte dos trabalhadores partiu para a destruição das fábricas, o que foi imediatamente reprimido com extremo rigor. De acordo com Marx (2001), na Inglaterra, as greves dos operários ocasionaram regularmente a invenção e o emprego de algumas máquinas novas, que eram, pode dizer-se, a arma que os capitalistas empregavam para abater o trabalho especializado em revolta. O único movimento que assumiu proporções regionais e características de organização foi o dos “ludditas”. Este movimento, que consistia na resistência às novas formas de produção com a destruição das máquinas, era formado por trabalhadores que alegavam ser dirigidos por uma pessoa chamada Nelson Ludd, cujo “escritório” dizia estar localizado na floresta de *Sherwood* (COLE; POSTAGE apud SINGER, 1998). Nesse primeiro momento, a oposição ao industrialismo representava uma oposição reacionária ao capitalismo, alicerçada no desejo de volta ao passado, a uma idílica Idade do Ouro.

Após o fim das guerras napoleônicas, o movimento operário britânico mudou de rumo, cessando sua oposição a inovações técnicas e passando a lutar não mais contra a indústria, mas contra o capitalismo. Tal fato se deve, especialmente, à ascensão do “owenismo”⁷ entre a classe operária britânica dos anos 1820 em diante. Neste momento anseia-se pela formulação de um projeto social alternativo ao capitalismo, em que se combinem as novas forças produtivas com relações sociais de produção concebidas para superar a exclusão social e suscitar uma repartição igualitária da renda, dividindo-se os ganhos decorrentes do avanço das forças produtivas. Deste período em diante, os trabalhadores passaram a ter como interesses imediatos melhorar suas condições de

⁷ Terminologia ligada à figura de Robert Owen (1771-1958), autor socialista inglês abordado na análise sobre os teóricos do cooperativismo, da página 37 à página 39.

trabalho e remuneração, além de ter, como interesse de longo prazo, a conquista de novos direitos – civis, políticos e sociais – no seio do próprio capitalismo, e/ou preparar a substituição do mesmo por uma formação social socialista, na qual não haveria mais capitalistas e assalariados, mas apenas produtores associados.

Somando-se à luta pela democracia, os trabalhadores passaram a engajar-se na luta por uma legislação fabril que coibisse os abusos e estabelecesse claros limites ao grau de exploração a que o capital poderia submeter os trabalhadores. O enquadramento institucional das lutas sindicais tornou-se cada vez mais importante como fator determinante de seus resultados. Karl Marx (1818–1883) e Friedrich Engels (1820–1895), fundadores do socialismo científico, destacam, em grande parte de suas obras, a importância das conquistas legais para a luta do movimento operário contra o capitalismo. Para estes autores, a conquista do poder político (via democracia) pelo proletariado é o primeiro passo na revolução comunista. A visão que Marx tinha da democracia burguesa (que se caracteriza pelo sufrágio universal, pelas liberdades políticas, pelo domínio da lei e pela competição política) era complexa e sensível às suas possibilidades contraditórias, uma vez que, ao mesmo tempo em que a sua constituição sanciona o poder social da burguesia, ela retira as garantias políticas desse poder impondo-lhe condições democráticas que contribuem, a todo momento, para a vitória das classes que lhes são hostis e põem em risco as próprias bases da sociedade burguesa (BOTTOMORE, 2001).

O movimento operário mais célebre desse período foi o movimento pela Carta do Povo (também conhecido como Cartismo), que teve início em 1836 na cidade de Londres com a formação da *London Workingmen's Association for Benefiting Politically, Socially and Morally the Useful Classes – LWMA* (Associação Londrina de Trabalhadores para Beneficiar Política, Social e Moralmente as Classes Úteis). A LWMA fez uma petição ao parlamento em 1837, que incluiu todos os seis pontos que constituiriam depois a Carta: sufrágio universal masculino, distritos eleitorais iguais, parlamentos anuais, remuneração dos parlamentares, voto secreto, e nenhuma exigência de propriedade para pertencer ao parlamento (SINGER, 1998).

O movimento cartista foi capaz de mobilizar a classe trabalhadora como nenhum outro fizera até então. A liderança inicial do movimento desenvolveu um plano de organizar uma coleta nacional de assinaturas para enviar uma petição ao parlamento solicitando a aprovação da Carta do Povo de modo que, se fosse rejeitada, uma greve

geral seria convocada. O fracasso dessa e de outra tentativa posterior, assim como divisões dentro do movimento, abalaram o Cartismo levando-o ao fim.

Como terceira reação do movimento operário ao avanço do modo de produção capitalista sobreveio a ação direta no campo econômico, representada pelos sindicatos e cooperativas. Os sindicatos eram um produto da indústria capitalista. Os trabalhadores se viram obrigados a unir-se em defesa contra as reduções salariais e as máquinas que dispensavam o trabalho humano. Por meio dos sindicatos, os trabalhadores podiam evitar que os empregadores reduzissem o preço da força de trabalho abaixo de seu valor, mas não podiam provocar aumentos de salários acima desse nível. A eficácia limitada da ação econômica defensiva forçava os trabalhadores a irem se organizando progressivamente em bases cada vez mais abrangentes, ao nível de toda a classe, a levantarem reivindicações políticas e, em última análise, a se engajarem na luta de classes revolucionária.

No primeiro século a partir da revolução industrial, os sindicatos são formados exclusivamente por trabalhadores qualificados, sejam estes artesãos ou operadores de máquinas. Aqueles que não eram qualificados, entre eles um grande número de mulheres e crianças, tinham a pobreza e o desamparo como grandes obstáculos à sua organização sindical. Os trabalhadores qualificados tinham suas organizações de ofício chamadas *Trades*, e em cada local havia um *Trade* ou *Trade Club* para cada ofício. Já a *Trade Union* era uma associação de clubes do mesmo ofício de um conjunto de cidades, abrangendo uma região ou várias, e até mesmo o país. Em virtude do alargamento do mercado de trabalho produzido pela revolução capitalista, a defesa ocasional do salário requeria a união dos clubes da mesma região (SINGER, 1998).

Impedidos pela legislação britânica de agir legalmente, por via dos *Combination Acts*, os sindicatos retomaram suas atividades após a revogação destes em 1824, fortemente influenciados pelas idéias de Robert Owen (SINGER, 1998). John Doherty, owenista e o mais importante líder operário desta fase, considerava o sindicalismo não só um meio de proteger as condições de vida da classe trabalhadora, mas também um instrumento para mudar a base da ordem econômica. Em março de 1830 ele fundou o *United Trades Co-operative Journal*, e em junho do mesmo ano Doherty conseguiu lançar uma conferência representativa à Associação Nacional para a Proteção do Trabalho, que pretendia unir todos os sindicatos do país. A Associação passou a crescer rapidamente, conseguindo a adesão de sindicatos de todos os ramos e firmando-se como setor de luta operária em defesa de seus direitos.

As cooperativas seriam, provavelmente, segundo Singer (1998), um desdobramento lógico das atividades dos *Trade Clubs* como sociedades mutualistas⁸. Diferentes categorias de trabalhadores qualificados gozavam condições favoráveis no mercado de trabalho, o que deve lhes ter proporcionado meios para desdobrar atividades mutualistas, iniciando cooperativas de consumo e de produção para autoconsumo. Ao mesmo tempo em que cooperativas iam sendo organizadas pelos clubes de ofício, as idéias de Owen iam sendo acolhidas e adaptadas. O projeto formulado por Owen previa uma sociedade formada por comunidades autônomas em que os resultados do trabalho coletivo seriam repartidos de forma equitativa, tendo por critério o tempo de trabalho socialmente necessário gasto na produção de cada bem ou serviço.

Em relação ao surgimento das cooperativas, Paul Singer argumenta que o fato mais importante do ponto de vista social foi a proliferação de cooperativas ligadas direta ou indiretamente a sindicatos de trabalhadores de ofício, pois estas surgiam da luta de classes e eram criadas, freqüentemente, com o intuito de enfrentar e substituir a empresa capitalista do mercado. “Conhecem-se pelo menos mais de 250 sociedades cooperativas formadas entre 1826 e 1835, que é o período de máximo florescimento do cooperativismo owenista” (SINGER, 1998, p. 93).

Não obstante, em razão da ameaça que estas organizações – sindicatos e cooperativas – representavam ao modelo de produção capitalista, que não cessava de se expandir, a classe dominante tratou de perseguir e eliminar diversos sindicatos e cooperativas, fazendo com que estes perdessem muito de seu fôlego inicial. Na França, logo após o início da Revolução de 1789, é decretada a lei “Le Chapelier” (1791), que proíbe aos operários toda forma de solidariedade e de resistência: as confrarias foram dissolvidas; as associações são obrigadas, para continuar existindo, a viver na clandestinidade; e são proibidos todos os tipos de manifestações e greves. Desse modo, os indivíduos são impelidos a ficarem sós diante do mercado, dos empregadores e dos comerciantes. Em 1884 é promulgada uma lei, que embora reconhecesse a liberdade sindical, limitava os sindicatos a uma ação de defesa profissional, proibindo-os de gerir diretamente atividades econômicas remetidas a outras formas de organização (DEMOUSTIER, 2006).

⁸ São agrupamentos sem fins lucrativos que, essencialmente por meio das contribuições de seus membros, se propõem a conduzir, no interesse destes últimos ou de sua família, uma ação de previdência e de auxílio mútuo (DEMOUSTIER, 2006, p. 70).

Ao longo do tempo, as lutas do movimento operário passaram por momentos de avanços e recuos, algumas batalhas foram ganhas e outras perdidas. As conquistas legais estabelecidas neste processo e suas ameaças aos capitalistas contribuíram para acirrar as lutas de classes e para apontar o verdadeiro inimigo, contra o qual a classe trabalhadora deve se unir para fazer valer seus reais interesses. Karl Marx valorizava todos os tipos de lutas e organizações legítimas da classe trabalhadora, pois, mesmo que não sejam bem sucedidas em torno de seus objetivos imediatos, poderiam servir para unir a classe em torno de objetivos comuns e aprimorar uma consciência de classe para si - estágio de desenvolvimento de consciência de uma classe quando esta percebe possuir interesses, assim como inimigos, em comum. A tática de enfrentamento do proletariado deve levar em conta cada grau do desenvolvimento da sociedade, utilizando as épocas de estagnação política para desenvolver a consciência de classe, sua força e capacidade de luta, mesmo que a passos de tartaruga, e avançar nas conquistas legais quando oportuno, angariando novos direitos para os trabalhadores e leis que os fortaleçam frente aos empregadores da força de trabalho.

De acordo com Marx e Engels, em o *Manifesto Comunista* (2003),

O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a reunião cada vez mais ampla dos trabalhadores. Essa união é facilitada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação criados pela indústria moderna, possibilitando o contato dos operários de localidades diferentes. Era esse contato que estava faltando para centralizar as várias lutas sociais, todas do mesmo caráter em uma luta de classes de âmbito nacional. E a união que os habitantes das cidades da Idade Média levavam séculos para alcançar, com seus caminhos miseráveis, os modernos proletários realizam em poucos anos, graças as vias férreas (p. 34).

Atualmente, com advento da internet e com meios de transporte cada vez mais velozes (como o trem bala, o avião, ou mesmo o automóvel, inexistente na época de Marx), os autores do Manifesto Comunista poderiam alegar que os atuais proletários levariam poucos dias para se unirem. Na última parte de *Miséria da Filosofia*, Marx (2001) apresenta uma visão entusiasmada das lutas sociais inglesas:

É sobre a forma de coligações que sempre se verificam as primeiras tentativas dos trabalhadores no sentido de se associarem. A grande indústria aglomera num único lugar uma multidão de pessoas desconhecidas umas das outras. A concorrência divide os seus interesses. Mas a manutenção do salário, esse interesse comum que possuem contra o patrão, reúne-as num mesmo pensamento de resistência – coligação. Por isso, a coligação tem sempre um duplo objetivo, o de fazer cessar a concorrência entre os operários, para que possam fazer uma concorrência geral ao capitalista. Se o

primeiro objetivo de resistência se limitou à manutenção dos salários, à medida que os capitalistas se reúnem por sua vez num mesmo pensamento de repressão, as coligações, a princípio isoladas, constituem-se em grupos, e diante do capital sempre unido, a manutenção da associação torna-se mais necessária para os operários do que o salário (p. 150).

De acordo com Marx (2001), as condições econômicas tinham, a princípio, transformado a massa da população do país em trabalhadores, e a dominação do capital criado para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Por isso, essa massa é já uma classe diante do capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, no entanto, essa massa reúne-se e constitui-se em classe para si mesma. “Os interesses que defendem tornam-se interesses de classe” (p. 151).

Embora muitos sindicatos e algumas cooperativas tenham sobrevivido, até meados do século XIX estas instituições tinham em geral uma existência precária, o que fez com que o movimento operário entrasse num período de letargia durante algum tempo. A emergência de cooperativas se acentua, entretanto, em momentos de crise econômica, com intuito primordial de atenuar situações de desemprego.

Os socialistas utópicos

Os valores do cooperativismo possuem uma longa história que se origina na tradição do pensamento utópico e, muitas vezes, relaciona-se com crenças religiosas de diversas obediências (catolicismo, protestantismo, judaísmo etc.) ou em algum tipo de identidade comunitária (DESROCHE apud THOLLENT, 2006).

O período denominado moderno, compreendido entre o começo do século XVI e fins do século XVIII, foi marcado pelo declínio da estrutura feudal e ascensão da burguesia. Notabilizou-se por um considerável desenvolvimento das ciências, pelas grandes descobertas e pelo desenvolvimento da idade das “luzes” (assentado no domínio da razão e da moral). Baczko (apud PIOZZI, 2006) assinala que a vontade de redimir a civilização moderna dos males que a afligem e de erguer uma vida coletiva digna está presente nas mais variadas formas do imaginário social, constituindo um marco do “espírito do tempo”.

A busca de um modelo ideal de convivência humana evidencia-se não só na proliferação de textos redigidos nos moldes tradicionais da literatura utópica, narrando viagens a um país feliz e/ou elaborando projetos para um governo justo, mas, também, na abundância de imagens e idéias para a reforma social em uma imensa quantidade de escritos e documentos pertencentes seja à cultura douta, seja à popular. A esse respeito, lembra o comentador, a bibliografia especializada no assunto registra cerca de 80 relatos de viagens

imaginárias, publicadas na França entre 1676 e 1789, número que apresenta um crescimento impressionante, chegando a mais de 2 mil textos, se forem consideradas as múltiplas e diferentes projeções utópicas presentes na literatura da época (BACZKO apud PIOZZI, 2006, p. 73-74).

Os primeiros utopistas, por pertencerem a um período de transição - passagem da Idade Média para a Idade Moderna-, de acordo com Max Beer (2006), “respeitavam simultaneamente a autoridade do papa e da razão” (p. 302). Foi assim com Thomas Morus, autor da célebre *Utopia*, que escreveu uma obra baseada na razão e na moral, na qual descreve um sistema de governo imaginário vislumbrado como tipo ideal de sociedade, mas terminou executado por ordem do rei da Inglaterra em virtude, pode-se dizer, da sua fé inabalável nos dogmas e preceitos da Igreja Católica. Por ter discordado do divórcio do rei Henrique VIII, Morus recusou prestar juramento ao soberano como chefe supremo da Igreja da Inglaterra e acabou preso em 1534, sendo executado no ano seguinte.

Thomas Morus nasceu em Londres no ano de 1476. Formado em advocacia, foi membro do Parlamento britânico e chegou a alcançar o posto de lorde-chanceler em 1529, um dos postos mais altos do reino naquela época. Partidário convicto do direito natural, teve grande interesse pelos relatos da descoberta da América e das condições de vida das populações nesse continente. Morus era amigo de Erasmo de Rotterdam (autor de *Elogio da Loucura*, em 1508) e grande estudioso de Platão e Santo Agostinho, de modo que o modelo de seu livro é atribuído à obra *A República* de Platão (NEVES, 2007).

Em *Utopia* (ou *Tratado da Melhor Forma de Governo*), surgida em 1516, Morus descreve um Estado imaginário com ausência de propriedade privada e dinheiro, preocupado com a felicidade coletiva e a organização da produção edificada em moldes comunistas, mas de fundamento religioso. O livro é redigido na forma de narrativa e possui três personagens. Um deles é o próprio Thomas Morus, e outro, o personagem principal, Rafael Hitlodeu, é um grande viajante e filósofo humanista que critica a situação social da Inglaterra da época, sobretudo os malefícios da propriedade privada, e descreve a ilha de Utopia, civilização descoberta por ele em suas viagens. Com esta obra, além de cunhar a palavra utopia (não-lugar, ou lugar de nenhum lugar), Morus lança as bases do socialismo econômico e dá início a um gênero literário que será amplamente divulgado nos séculos seguintes (NEVES, 2007).

A *Nova Atlântida* do inglês Francis Bacon (1560-1626) e a *Cidade do Sol* do italiano Tommaso Campanella (1568-1639) são obras que, influenciadas por Morus, tornaram-se célebres com a descrição de uma organização social utópica estabelecida em terras distantes. Enquanto que a sociedade utópica de Bacon atingia a felicidade universal aplicando a ciência à produção, a sociedade de Campanella propõe reformar o mundo pela formação de homens bons e virtuosos por meio de excelente educação física e intelectual.

Peter Chamberlen (1601-1683) e John Bellers (1655-1725) indicam o trabalho como tema central em suas obras. Em *O Advogado do Pobre*, publicado em 1649, Chamberlen afirma que o trabalho é fonte de toda riqueza, fundamento do qual o autor parte para defender a igualdade de direitos entre trabalhadores e ricos, uma vez que os primeiros são produtores de tudo aquilo que os abastados consomem. Em função disso, Chamberlen defende que os ricos deveriam ser considerados administradores apenas, e nunca proprietários das riquezas. Bellers, de igual modo, escreve em *As Colônias do Trabalho*, obra publicada em 1696, que tudo o que os ricos consomem provém unicamente do trabalho dos pobres. Ele propõe a criação de colônias cooperativas, onde a medida do valor das coisas não seria o dinheiro, mas o trabalho. Diz também que “nessas colônias os pobres viveriam em comunidade tomando como exemplo a vida dos primeiros cristãos” (BEER, 2006, p 323).

O trabalho compreendido como fonte de riqueza começa a prevalecer concomitantemente ao desenrolar das grandes Revoluções Burguesas⁹, mediante as quais a burguesia vai erigindo seu domínio na sociedade em detrimento do Antigo Regime, com o capitalismo como modo predominante de produção e organização da vida social (embora continuem existindo resquícios da antiga ordem)¹⁰.

A reflexão sobre a construção do Estado Moderno (assim como de uma sociedade moderna), que tem início com a publicação de *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel (1469-1527), começa a tomar forma de Estado Burguês e a ser tematizado com os autores contratualistas, dentre os quais Hobbes (1588-1679), Locke (1623-1704)

⁹ As principais Revoluções atribuídas à burguesia são, no nível político, as Revoluções Inglesa (segunda metade do século XVII), Francesa (têm início em 1789), e o federalismo Norte-Americano (último quarto do século XVIII); enquanto que no nível econômico tem-se a Revolução Industrial (final do século XVIII), que possui desdobramentos na segunda metade do século XIX e no mesmo período do século XX (estas são conhecidas, respectivamente, como 2ª e 3ª Revolução Industrial).

¹⁰ A implementação e o desenvolvimento do capitalismo aconteceu de formas distintas em diferentes países. Nos Estados Unidos, por exemplo, a ascensão da burguesia não necessitou lutar contra o Antigo Regime uma vez que este não existia no país.

e Rousseau¹¹ (1712-1778). Ao mesmo tempo, vão se distinguindo as características do novo regime: predomínio da economia de mercado voltada para a expansão das forças produtivas; acirramento da divisão do trabalho devido a uma maior complexidade das relações econômicas e busca por maior eficácia produtiva; defesa do direito à propriedade privada; surgimento de uma nova classe social, o proletariado; desenvolvimento da concepção de indivíduo; idéia de progresso baseada na noção de história como construção, e não mais de repetição como acontecia nas sociedades tradicionais; e a defesa da liberdade como direito universal dos seres humanos, que passam a ser reconhecidos como iguais com base no direito natural mediante, principalmente, o advento das idéias jusnaturalistas¹².

No período mercantilista (do século XV ao XVIII), marcado pelo comércio e trocas de mercadorias entre Ocidente e Oriente, e pelo colonialismo (o qual possibilitou uma drenagem de riqueza dos continentes “descobertos”, por via do pacto colonial), a fonte de riqueza tinha seu fundamento na troca, por meio da qual se buscava comprar barato e vender caro, de modo a acumular a maior quantidade possível de metais preciosos (as políticas mercantilistas partilhavam a crença de que a riqueza de uma nação residia na acumulação de metais preciosos, sobretudo o ouro e a prata).

No decorrer do século XVIII, um grupo de economistas franceses combateu as idéias mercantilistas e formulou, de maneira sistemática e lógica, de modo a conferir um caráter científico à economia, um esboço do liberalismo econômico. Tendo como figura principal o médico François Quesnay (1694-1774), os fisiocratas defendiam que a terra seria a única verdadeira fonte das riquezas, de modo que, uma vez que estas são extraídas da natureza, a agricultura consistiria na última atividade geradora de um excedente. Com o advento do industrialismo no último terço do século XVIII, a idéia da terra como fonte de riqueza vai cedendo lugar à indústria, na qual a manufatura de mercadorias agregaria maior riqueza do que os produtos obtidos por intermédio da agricultura. Nesta época, o escocês Adam Smith (1723-1790) publica *A Riqueza das Nações* (1776), obra na qual ele traça os fundamentos do liberalismo clássico e exalta o trabalho industrial como pilar fundamental da sociedade moderna, apto a gerar o tão desejado progresso.

¹¹ Embora seja um contratualista, tal qual Hobbes e Locke, Rousseau é considerado como um dos precursores de teorias anticapitalistas, diferentemente dos demais contratualistas.

¹² Essas idéias partem de uma teoria que postula a existência de um direito cujo conteúdo é estabelecido pela própria natureza da realidade e, portanto, válida em qualquer lugar. Alguns autores dessa escola defendem a hipótese de que antes de viver em sociedade, os seres humanos viviam em estado de natureza, o qual possui diferentes concepções dependendo da abordagem de cada autor.

Fonte dos paradigmas teóricos sobre os quais foi construída a Economia Política clássica, a teoria econômica apresentada na obra de Smith é essencialmente uma teoria do crescimento econômico, cujo cerne identifica a riqueza ou o bem-estar das Nações com seu produto anual per capita que, dada sua constelação de recursos naturais, é determinado pela produtividade do trabalho útil ou produtivo, que pode ser entendido como aquele que produz um excedente de valor sobre seu custo de reprodução e pela relação entre o número de trabalhadores empregados produtivamente e a população total. Smith acreditava que os interesses individuais livremente desenvolvidos e o jogo de mercado aberto seriam impulsionados por uma mão invisível, que conduziria ao bem estar coletivo. Sua concepção de Estado pressupõe - diferentemente da política mercantilista que possuía uma forte ingerência do Estado na economia -, a ausência de regulação externa, de modo que sua função consistiria:

Em primeiro lugar, proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outros países independentes (...) o segundo dever é proteger, na medida do possível, cada membro da sociedade da injustiça e opressão de todos os outros membros da mesma (...) o terceiro e último dever do soberano ou do Estado é o de criar e manter instituições e obras públicas que, embora possam proporcionar a máxima vantagem para uma sociedade, são de tal natureza, que o lucro jamais conseguiria compensar algum indivíduo, não se podendo, pois, esperar que algum indivíduo as crie e mantenha (SMITH apud LEITE, 2007, p. 50).

Para Smith, se a cada indivíduo for garantida a liberdade de agir por conta própria, e o Estado não interferir na economia, cada país poderá atingir o pleno desenvolvimento econômico e, por conseguinte, o bem estar geral da sociedade (LEITE, 2007). Dessa maneira, os fundamentos do liberalismo clássico - doutrina que a burguesia vai elaborando para consolidar sua posição na sociedade, rompendo com as relações feudais e favorecendo um outro tipo de desenvolvimento econômico -, que tem dois momentos iniciais importantes de formulação, com Hobbes, quando este desenvolve a questão do individualismo, e Locke, com o ideal de liberdade burguesa baseado no trabalho e na propriedade privada, assim como um momento prático categórico com a Revolução Inglesa; tornam-se a ideologia e o programa da classe burguesa ascendente, cujos princípios fundamentais são: a) liberdade individual; b) democracia representativa; c) direito inalienável à propriedade; e d) livre iniciativa e a concorrência como princípios básicos capazes de harmonizar os interesses individuais e coletivos.

A visão liberal, segundo a qual a ação espontânea do mercado deveria ocasionar um equilíbrio entre todos os indivíduos de tal maneira que todos pudessem nele tirar vantagens pelas vias da livre concorrência e da livre escolha foi vencida, segundo Leite (2007), pela própria realidade. De acordo com a autora, na realidade, as relações de mercado no capitalismo constituem um mecanismo que mantém a desigualdade de condições, problemas esses que posteriormente serão discutidos por diversos autores.

O misterioso Morelly¹³ e o monge beneditino Dom Deschamps (1716-1774), contemporâneos de Smith, dos enciclopedistas¹⁴ e de Rousseau, elaboraram utopias comunitárias alicerçadas em uma concepção precisa da natureza humana, do processo civilizatório e do que consideravam ser seus mais funestos produtos, a guerra comercial e o Estado (PIOZZI, 2006). Gabriel B. Malby (1709-1785), autor de várias obras, dentre elas *Dúvidas Submetidas aos Filósofos Economistas*, considerava extremamente exacerbado o egoísmo dos homens “educados” da sociedade de sua época, de tal modo que estes seriam incapazes de fazer do interesse geral o móvel principal de suas atividades. Destarte, reconhecendo o egoísmo como sendo um sentimento mais forte que o da solidariedade social, Malby julga, segundo Beer (2006),

(...) que só depois de se restringirem os direitos de propriedade, por meio de reformas progressivas destinadas a fazer desaparecer o egoísmo – reformas que só favoreceram a propriedade adquirida pelo trabalho pessoal – será possível modificar a ordem social. Nesse sentido, na opinião de Malby, seria necessário restringir o direito de herança, fazer pesar a maior parte dos impostos sobre os proprietários do solo e do capital mobiliário, reduzir ao mesmo tempo os impostos pagos pelos trabalhadores e, além disso, suprimir progressivamente todas as diferenças hierárquicas entre funcionários, estabelecendo a igualdade de salários, a fim de que a natural desigualdade de capacidades desapareça, praticamente, no trabalho coletivo (p. 343-344).

O inglês Willian Godwin (1756-1836) desenvolveu teses libertárias e preconizou uma propriedade coletiva no seu livro *Investigação sobre a justiça política e sua influência sobre a moral e a felicidade*, publicado em 1793. As idéias expostas nesta obra marcaram profundamente os socialistas ingleses da primeira metade do século XIX (RUSS, 1991), dentre eles, Robert Owen.

¹³ Devido ao mistério que envolve sua vida, não é possível estabelecer as datas de seu nascimento e morte (BEER, 2006; PIOZZI, 2006).

¹⁴ É o nome pelo qual são conhecidos os pensadores que confeccionaram e apoiaram a *Encyclopédie*, obra publicada na França entre 1751 e 1780, com 35 volumes, que pretendeu uma revisão completa das artes e ciências da época. Seus editores foram Diderot (1713-1784) e d'Alembert (1717-1783), enquanto que Voltaire (1694-1778), Montesquieu (1689-1755), Rousseau, entre outros, contribuíram com a elaboração de artigos.

Na França, segundo Russ (1991), a Conspiração dos Iguais de Babeuf (1760-1797), “desempenhou um papel decisivo na formação do socialismo francês do século XIX e contribuiu, sem dúvida, para o avanço ideológico francês” (p. 86). Babeuf teve origem humilde e, autodidata, estudou Rousseau e Malby. Em 1793 foi para Paris e tomou partido pelos jacobinos¹⁵; embora fosse contra o Terror¹⁶, ele agia em favor da continuidade da Revolução com a intenção de fazer com que se passasse da igualdade proclamada para a igualdade de fato, condição que ele tanto defendia. Em março de 1796 ele constituiu, em conjunto com outros revolucionários, um Diretório secreto que pretendia penetrar os princípios revolucionários de seu ideal comunista em todas as classes sociais oprimidas. No entanto, vítimas de traição, os membros do Diretório tiveram a prisão decretada e acabaram executados no cadafalso.

Principais teóricos (utopistas) do cooperativismo no século XIX

O advento da nova sociedade capitalista, decorrente do desenvolvimento da Revolução Industrial e das Revoluções Políticas, vai promovendo o acirramento do conflito entre as classes burguesa e proletária. Ao mesmo tempo em que a classe explorada reage por meio de lutas socialistas, ela ganha defensores intelectuais que reivindicam o fim da exploração de uma classe sobre a outra e a emancipação de toda a humanidade. “Os mais notáveis dentre eles vieram dos países mais desenvolvidos da época, Grã-Bretanha e França” (HOVART, 1990, p. 11).

Neste tópico será abordado um pouco da vida e das principais idéias de cinco socialistas utópicos que marcaram o cooperativismo revolucionário. Eles viveram e escreveram suas idéias no momento em que a Revolução Industrial se desenrolava e a classe trabalhadora ia sofrendo o lado perverso de suas conseqüências. Cada qual desenvolveu suas próprias idéias e marcou o movimento cooperativista do seu modo. Dentre os quatro franceses, o primeiro, Saint-Simon, desenvolveu suas idéias, deixando uma gama enorme de seguidores, privilegiando um “socialismo” liberal. Fourier, cuja influência também deixou inúmeros seguidores, tinha uma confiança inabalável no seu plano de implementação do socialismo, e acreditava que ricos burgueses adeririam e o

¹⁵ Seus membros defendiam mudanças mais radicais que os girondinos, que representavam uma vertente mais moderada da Revolução Francesa.

¹⁶ Representou um período da Revolução Francesa compreendido entre 31 de maio de 1793 (queda dos girondinos) e 27 de julho de 1794 (prisão de Robespierre), no qual o governo revolucionário, controlado pela facção da Montanha dentro do partido jacobino, perseguiu e assassinou aqueles que considerava seus adversários.

financiarium de boa fé. Blanc é um exemplo de socialista que acreditou no Estado como meio de promover o socialismo através do cooperativismo. Proudhon, por sua vez, abominava o Estado, apostando na livre iniciativa dos trabalhadores. O único inglês tratado neste tópico é Robert Owen, um dos utópicos que mais influenciou o movimento cooperativista, assim como o movimento operário de uma maneira geral e a Economia Solidária, tanto pelo desenvolvimento de suas idéias no plano teórico quanto na prática, pois ele era um homem de ação (SINGER, 2002).

Claude Henri de Rouvroy de Saint-Simon nasceu em Paris, em 1760. Filho de uma família nobre, parte para os Estados Unidos em 1799, onde tem oportunidade de estudar perto das instituições burguesas daquele país e diz ter combatido ao lado de George Washington e de Lafayette na guerra pela independência (BEER, 2006; RUSS, 1991). Retornando à França, Saint-Simon emprega seu dinheiro na “aquisição da ciência” (RUSS, 1991). No decorrer de sua vida ele publica diversas obras e conquista um grande número de discípulos, dentre os quais Auguste Comte (1798-1857), que foi seu secretário entre os anos de 1817 e 1823. Sofrendo por motivos de dificuldades financeiras e pelo consecutivo afastamento de seus discípulos, Saint-Simon tenta o suicídio em 1823. Pouco tempo após a publicação de sua última obra, *Novo Cristianismo*, Saint-Simon morre em 1825 aos 65 anos, cercado por seus discípulos.

De acordo com Beer (2006), Saint-Simon não era um socialista, mas um economista liberal, e considerava a religião como a doutrina da ética prática, de modo que foram alguns de seus discípulos que imprimiram um caráter social-reformista às suas idéias. Desse modo, pode-se dizer que ele não foi um socialista, mas um inspirador do socialismo. Sua idéia central é a de que a sociedade repousa na indústria, tanto que a principal missão da sociedade deveria ser a produção de riquezas. De acordo com Chacon (1965), um dos maiores saint-simonistas no Brasil foi Irineu Evangelista de Souza, o Barão (depois Conde) de Mauá.

Na América do Norte, Saint-Simon viu o modelo de uma sociedade liberal, democrática e fundada no trabalho, modelo este que inspirou suas idéias sobre indústria e seu conceito de trabalho. Para ele, no período industrial tem início uma nova fase da civilização, caracterizada pela era da produção, na qual tudo depende da transfiguração industrial, única garantia de satisfação das necessidades humanas. Neste contexto, ele não admite o parasitismo dos ociosos, criticando tenazmente a espoliação do trabalho cometida por estes. Ele desenvolve a idéia de que o governo político dos homens cederá lugar a uma administração das coisas (dos bens) quando a organização industrial

suprimir a anarquia econômica, de tal modo que o Estado será extinto do seu papel de administrador de assuntos públicos. O Estado pré-industrial, que corresponderia a uma ordem autoritária e não a uma relação de associação, desmoronaria quando a organização racional das coisas viesse à tona com o desenvolvimento da sociedade industrial (RUSS, 1991).

Saint-Simon parte da afirmação de que o campo econômico rege o político. Desde modo, “ele pensa que o importante não é o fenômeno político, mas a organização da economia. Se esta última for racional e satisfatória, as formas políticas perdem seu poder” (RUSS, 1991, p. 100). Sua preocupação essencial foi traçar um modelo econômico-político em que a liberdade dos grupos sofresse o mínimo de coerção. Embora tenha sido um liberal e partidário do domínio dos industriais, Saint-Simon acompanhou com atenção o movimento operário e defendeu a necessidade de que auxílios fossem proporcionados aos trabalhadores. Os saint-simonistas da primeira metade do século XIX defendiam que o operariado moderno, já politicamente livre, deveria ser livre também do ponto de vista econômico, e reclamavam, entre outras coisas, a supressão completa da herança, pois acreditavam que o direito à riqueza deveria ser unicamente um corolário da capacidade de produzir (BEER, 2006).

Charles Fourier (1772–1837), diferentemente de Saint-Simon, não acreditava que o livre dinamismo industrial levaria a uma ordem social menos desigual, e voltava-se mais atentamente para a observação das contradições desse sistema. Filho de um comerciante importante que faliu no final do século (XVIII) em consequência de especulações mal sucedidas, ganhou a vida como funcionário administrativo e caixeiro viajante. Em decorrência da crise econômica que provocou a ruína de um grande número de pequenas empresas em Lyon (cidade onde trabalhava), Fourier começou a se interessar pelos problemas sociais (BEER, 2006; HORVART, 1990; RUSS, 1991).

Em 1808 ele publicou sua principal obra, a *Teoria dos Quatro Movimentos*, que contém as idéias que serão desenvolvidas nas obras subseqüentes. Beer (2006) demonstra, em linhas gerais, no que consistia a doutrina de Fourier:

1. os instintos e as paixões humanas são sempre bons: se pudessem se expandir livremente, conduziriam os indivíduos à felicidade. Tudo se resume, pois, em encontrar boas instituições sociais, isto é, capazes de permitir essa liberdade de expansão necessária;
2. o comércio é prejudicial, moral e materialmente, porque corrompe as disposições naturais do homem. Ele é a alma danada do regime atual, que levará à ruína se não for a tempo substituído pela cooperação e pela associação;
3. o casamento é uma hipocrisia, porque sempre determina a escravização da mulher, e por isso

deve ser substituído pela união livre; 4. a civilização, etapa atual da história da humanidade, encerra males de todas as naturezas. Ela, entretanto, gera as forças necessárias para elevar a humanidade à fase de associação e de harmonia, na qual os instintos humanos terão a liberdade de movimentos necessária, e criarão a riqueza, a alegria e a paz (p. 411).

Para Fourier, a civilização repousa na mentira e na complicação do comércio, e a abundância industrial condena o produtor à pobreza. “Agricultura fragmentada, comércio mentiroso, indústria anárquica: a civilização repousa nesses pilares vacilantes, ou seja, na invasão do poder financeiro” (RUSS, 1991, p. 109). Segundo o autor, a redenção da humanidade depende da associação. A harmonia, estado coerente e unificado capaz de satisfazer as paixões, apresenta-se como apelo ao princípio unitário. O pleno desenvolvimento das paixões, combinado com o trabalho atraente, torna-se a suprema sabedoria humana. Assim, os indivíduos unidos por paixões comuns se aliam em séries apaixonadas. Estas irão, por sua vez, reunir-se em falanstérios.

Os falanstérios são comunidades, idealizadas por Fourier, que reúnem cerca de 1600 indivíduos que produziriam tudo de modo auto-suficiente, de forma exclusiva para seus membros. Nos falanstérios a propriedade seria coletiva; o trabalho seria uma atividade atraente, pois os operários se vinculariam a um grupo de ocupação conforme seus interesses gerais; ninguém invadiria a liberdade de outrem; a união entre as pessoas seria livre, de modo que o casamento desapareceria e com ele a submissão da mulher; a educação das crianças ficaria por conta do grupo como um todo; e óperas, teatro, entre outros tipos de arte e entretenimento, seriam à vontade para todos os seus membros.

Todo dia Fourier esperava ricos filantrópicos, convocados em anúncios publicados por ele, à mesa do restaurante onde fazia suas refeições. Seu intuito era encontrar uma alma generosa (e visionária) que financiasse a criação de seus falanstérios. Embora nunca tenha aparecido uma pessoa sequer, e Fourier almoçasse sempre sozinho, alguns de seus discípulos levantaram fundos e implantaram comunidades autogestionárias, a maioria nos Estados Unidos, entre os anos de 1843 e 1853 (HORVART, 1990). Estas comunidades, apesar da existência efêmera (a mais bem sucedida durou cerca de dez anos), inspiraram o sistema do “Kibutz”¹⁷ em Israel, onde não há a circulação de moeda, e o trabalho organiza-se em função das aptidões individuais.

¹⁷ São unidades de produção autônoma dentro do Estado de Israel, nascidas de um associacionismo agrícola integral que abarca todos os aspectos da vida de seus membros. Na instituição do Kibutz não há propriedade privada, a produção é coletiva, a gestão democrática, e os frutos do trabalho são distribuídos de forma comunal (NOGUEIRA FILHO, 1969).

Louis Blanc (1811–1882), advogado e jornalista, acreditava que o Estado pudesse ser usado para implementar reformas sociais. No seu livro mais famoso, *A Organização do Trabalho*, escrito em 1840, ele argumentou que somente o Estado poderia proteger os membros fracos da sociedade. Para Blanc, o governo deve empreender a regulação da produção nacional, fornecendo capital para a criação de oficinas nacionais nas atividades consideradas mais importantes. Nestas não haveria lucro, e seus diretores seriam escolhidos pelos próprios operários. O objetivo final das oficinas nacionais deveria ser a criação de uma fraternidade real dentro do país e, por meio da evolução gradual, a transformação das relações internacionais e a condução da humanidade a uma organização pacífica (HORVART, 1990). Desse modo, a maior exigência de Louis Blanc era o sufrágio universal para que os trabalhadores pudessem forçar o governo a criar as oficinas nacionais.

Outro francês, Pierre Joseph Proudhon (1809–1865), que tem seu nome freqüentemente associado ao movimento anarquista, tornou-se bastante famoso entre as fileiras dos militantes e intelectuais socialistas por sua concepção de uma sociedade autogestionária. Nascido no seio de uma família humilde, trabalhou como tipógrafo e estudou como autodidata, publicou um grande número de obras e participou ativamente da Revolução de 1848¹⁸ como deputado eleito da Assembléia. Proudhon ainda foi preso, por um período de três anos, e obrigado a se exilar, por conta da sua atividade de jornalista e escritor político em defesa da classe operária. No período de 1840 e 1842, ele publicou três obras que lhe trouxeram a celebridade: *O que é a propriedade?*, *Carta a Blanqui* e *Carta a Considérant*, ou *Advertência aos proprietários* (RUSS, 1991). Em 1846 publicou *Sistema das contradições econômicas*, ou *Filosofia da Miséria*, obra que se tornou célebre devido a resposta que veio de Marx em *Miséria da Filosofia*.

Na perspectiva da revolução social, Proudhon acredita que ordem e liberdade não advêm da mudança das formas políticas, mas de uma reorganização da economia que, ao reconciliar os interesses, torna leis e magistrados desnecessários (PIOZZI, 2006). A organização econômica baseada em acordos livres leva, segundo Proudhon, ao mutualismo, que denota um intercâmbio eqüitativo, equalização das condições em que são feitos os negócios e cooperação eqüitativa de indivíduos cujas liberdades pessoais

¹⁸ Também chamada de Primavera dos Povos, foi uma série de revoluções que eclodiram na Europa central e oriental em função de regimes governamentais autocráticos, de crise econômica, e de falta de representação política das massas. Enquanto membros da burguesia e da nobreza exigiam governos constitucionais, trabalhadores e camponeses se rebelavam contra os excessos e a difusão das práticas capitalistas.

são preservadas (HORVART, 1990). Na sociedade ideada por ele, a única instituição central é o banco de intercâmbio, que é responsável pela organização econômica, determinando o valor-trabalho das mercadorias e emitindo os recibos correspondentes aos produtores. Nesse sistema não há dinheiro e nem propriedade privada (entretanto a pequena propriedade é aceitável), os operários formam associações para criar empresas a partir de contratos que estipulam direitos e deveres mútuos. Na esfera política, o mutualismo ocorre de forma federativa: por meio de um contrato, um certo número de chefes de família criam uma comuna, que são federadas em províncias e estados. O órgão político central mais importante é a Assembléia da confederação, que é integrada por delegados provinciais que são, ao mesmo tempo, representantes das comunas. Com este sistema, Proudhon acredita que os rendimentos que não provêm do trabalho e a exploração serão eliminados, as classes sociais serão abolidas e a revolução social será implementada de maneira pacífica (HORVART, 1990). Horvart (1990) considera “a visão de Proudhon uma notável antecipação de uma sociedade autogestionária moderna”, “pois ele abordou”, embora de maneira muitas vezes ingênua, confusa ou até mesmo equivocada, “todos os pontos importantes dessa sociedade” (p. 20).

Robert Owen (1771-1858) é o principal representante do socialismo inglês da primeira metade do século XIX, e considerado o “pai do cooperativismo”. Nascido numa família pobre na cidade de Newton (País de Gales), tornou-se proprietário de uma empresa têxtil em New Lanark, adquirida de David Dale em 1799. Foi lá que Owen iniciou suas experiências. Construiu novas casas para os trabalhadores e reformou as velhas; repudiou o trabalho infantil e abriu uma escola, na qual implementou um novo sistema de educação cujo objetivo era criar seres racionais que tivessem de si mesmos e da sociedade “um conhecimento teórico e prático” (RUSS, 1991); inaugurou uma loja em que artigos não-adulterados (a venda de artigos adulterados para os trabalhadores nos armazéns das fábricas era prática recorrente entre os capitalistas da época) podiam ser adquiridos a preços baixos; reduziu a jornada de trabalho e aumentou os salários. As inovações de Owen fizeram de New Lanark um estabelecimento-modelo, que lhe renderam grande admiração e fama de filantropo. A indústria continuou realizando bons lucros, e atraiu diversos visitantes que iam a New Lanark conhecer o novo experimento.

Em 1817, em um Relatório dirigido à comissão para a assistência aos pobres da indústria, Owen apresentou seu plano de acabar com a pobreza mediante a criação de Aldeias Cooperativas. Nelas, as pessoas que não tinham proventos e eram sustentados pela beneficência das paróquias poderiam viver em comunidade e produzir tudo em

comum, consumindo seus próprios produtos e trocando os excedentes com outras Aldeias Cooperativas (SINGER, 1998). Este plano de Owen é bem representado no *Relatório ao comitê de Lanark*, escrito em 1821:

Se o trabalho, fonte de toda a riqueza, é objeto de um roubo na sociedade burguesa, se esta se caracteriza por um egoísmo generalizado e pela irracionalidade da acumulação individual, o sistema cooperativo parece mais de acordo com a justiça e a moral. Em aldeias comunitárias de 1200 pessoas desapareceriam oposição e antagonismo. Trabalho, despesas, instrução ficariam a cargo da obra coletiva. Não mais 'desperdício em esforços vãos'. Esse tipo de experiência, aliás, deve se universalizar: "Será preciso que a passagem do antigo ao novo sistema se torne universal. Resistir à realização desse plano, em qualquer parte do mundo, será doravante tão vão e inútil quanto o seria o esforço mesquinho do homem para afastar da terra os raios vivificantes do sol" (RUSS, 1991, p. 35).

Como seu plano propunha não simplesmente um meio de baratear a subsistência dos pobres, mas uma mudança completa do sistema social e a abolição da empresa capitalista voltada ao lucro, Owen perdeu a maior parte do apoio e da simpatia que havia conquistado nas classes dominantes por conta do estabelecimento em New Lanark. O governo britânico recusou a proposta de viabilização das Aldeias Cooperativas e Owen, desiludido, passou a radicalizar sua proposta. Ele passou a realizar suas idéias na prática, alternando suas atividades entre a chefia política de movimentos sindicais e cooperativistas e a fundação e direção de comunidades socialistas, modeladas de acordo com o ideal das Aldeias de Cooperação.

Em 1825 foi estabelecida, em New Harmony, cidade localizada no estado de Indiana, nos Estados Unidos (que segundo Owen seria um meio social mais novo e, portanto, menos deteriorado pelo capitalismo), uma Aldeia Cooperativa que seria um modelo da sociedade do futuro, a ser imitada por pessoas de boa vontade mundo afora (SINGER, 1998; 2002). No entanto, pouco tempo depois de instaurada, a colônia de New Harmony começou a fracassar. As oitocentas pessoas da "Comunidade de Igualdade Perfeita" formavam um grupo sem vínculo real, uma aglutinação sem objetivos comuns. Nesta, "retornavam, como outros tantos imperativos e valores essenciais, o casamento, a propriedade privada e o dinheiro. No universo enfadonho ou desconfiado de New Harmony, o sistema burguês readquiriria seus prestígios" (RUSS, 1991, p. 37).

Após sucessivas desilusões, Owen voltou à Inglaterra em 1829. Deste período em diante ele entrou em contato com as cooperativas de artesãos e participou do movimento sindical. Em 1832 cria o *Labour Exchange*, um estabelecimento que forma

filiais em Londres e outras províncias inglesas, onde “pessoas industriosas” ou cooperativas depositavam produtos de sua atividade, que eram então avaliados em tempo de trabalho e postos a venda por preços que incluíam uma comissão pelo uso do *Exchange*. A bolsa de intercâmbio de trabalhos teve grande sucesso, de modo que o fluxo de mercadorias foi imenso e as lojas estavam sempre lotadas, garantindo lucro para a bolsa entre novembro de 1832 e novembro de 1833. Já no ano seguinte ela começou a decair, em parte por causa de problemas econômicos (produtos com maior demanda tiveram que ser vendidos em parte por dinheiro, e outros produtos encalhavam, mesmo podendo ser comprados só por notas de trabalho) e em parte por causa do declínio do movimento sindical como um todo, o que culminou no fechamento da bolsa em outubro de 1934 (SINGER, 1998).

Estando em contato direto com o movimento operário, Owen liderou movimentos sindicais em luta pela reforma parlamentar e instigou a criação de guildas e cooperativas como formas de luta contra o capital. No entanto, sem abdicar de seu plano inicial de criar uma comunidade alternativa autogestionária, Owen ainda tentou estabelecer mais uma Aldeia Cooperativa em 1839, terminada poucos anos depois (1846) devido a sucessivos fracassos. A frustração nas tentativas de Owen não impediu, contudo, que ao longo do tempo variados movimentos socialistas, comunistas, anarquistas, alguns religiosos e outros não, iniciassem experiências comunitárias coletivistas, em diferentes países, inspirados em suas idéias.

Ainda que as experiências cooperativistas iniciais, baseadas nas teorias dos socialistas utópicos, não tenham sido bem sucedidas por muito tempo, “o movimento cooperativo já era um ‘Grande Fato’ e já representava uma vitória preliminar da economia política da classe trabalhadora sobre a dos proprietários” (BOTTOMORE, 2001, p. 20). Ele já havia mostrado, e o fizera com fatos e não com palavras, que os patrões não eram necessários à produção em grande escala.

A cooperativa de Rochdale

Considerada a “mãe de todas as cooperativas”, seu surgimento marcou o movimento cooperativista. A *Society of Equitable Pioneers* (Sociedade dos Pioneiros Equitativos) surgiu em 1844 na cidade industrial de Rochdale, um importante centro têxtil localizado perto de Manchester, no norte da Inglaterra. O que seria à primeira vista apenas uma entre as muitas cooperativas que foram formadas nas décadas

precedentes que, embora significassem forte mobilização e confronto, apresentavam existência precária, acabou se tornando a matriz de todas as cooperativas modernas (SINGER, 1998; 2002; 2003).

Os 28 membros fundadores da Sociedade dos Pioneiros Equitativos eram todos trabalhadores de ofício, na maioria tecelões e partidários do owenismo. Uma longa greve de tecelões, ocorrida em 1844 e concluída com a derrota dos trabalhadores, teria sido, segundo Singer (1998), a motivação imediata para a criação da cooperativa. Por meio desta, os trabalhadores tinham como objetivos fundar um armazém, manufaturar artigos para dar ocupação a sócios desempregados ou com salários reduzidos, comprar ou arrendar terras com a mesma finalidade, construir casas para os sócios, construir um hotel de temperança (reabilitação) e criar uma comunidade autosustentada pelo trabalho de seus membros.

Após a criação de um armazém, em 21 de dezembro de 1844, os Pioneiros adotaram uma série de oito princípios que seriam depois imortalizados como os princípios universais do cooperativismo (SINGER, 2002). Paul Singer (In CATTANI, 2003b) diz que a adoção destes princípios, como regras, evitou fragilidades causadoras do fracasso de inúmeras cooperativas anteriores, que embora tivessem valores comuns, procuravam convertê-los em prática conforme o entendimento de seus membros, não havendo, desse modo, um modelo comum que garantisse o zelo destes. Os princípios, adotados por inúmeras cooperativas que foram sendo criadas mundo a fora e mais tarde ratificados pela Aliança Cooperativa Internacional¹⁹, são os seguintes:

1º) nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto independentemente de quanto investiu na cooperativa, o que garante o caráter democrático na tomada de decisões;

2º) o número de membros é aberto a qualquer pessoa que queira se associar desde que integre uma quota de capital mínima e igual para todos;

3º) sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa (no caso 10%), cuja finalidade era evitar que todo excedente fosse apropriado pelos investidores, tal qual ocorre em empresas capitalistas;

¹⁹ A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) foi criada em 1895, na cidade de Londres. Ela é uma ONG e, dado seu status internacional, possui representantes e cooperados em todo o mundo. Atualmente sua sede se localiza na cidade de Genebra, na Suíça. Em 1995, no Congresso realizado em Manchester, a ACI estabeleceu os princípios que regem o funcionamento de todas as cooperativas ao redor do mundo. Estes princípios foram inspirados nos princípios de Rochdale, e encontram-se resumidos nas sete proposições a seguir: Associação voluntária e aberta; controle democrático dos membros; participação econômica dos associados; autonomia e independência do empreendimento; educação, treinamento e informação das pessoas ligadas à cooperativa; cooperação entre cooperativas e preocupação com a comunidade.

4º) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa, pretendendo com isso estimular os cooperados a utilizar os serviços da sociedade, premiando-se os que lhe dessem preferência;

5º) as vendas realizadas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista, de modo a proteger a cooperativa da inadimplência dos sócios, que se generalizava em épocas de crise;

6º) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros e de boa qualidade, pois na época a adulteração de alimentos e outros bens de consumo era bastante comum;

7º) desenvolver a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo para que este seja entendido e apoiado em seus propósitos (esse princípio é uma herança owenista, e deriva da idéia de que os homens são o que a educação, ou a falta dela, faz deles);

8º) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra política e religiosamente, princípio este que garante o segundo, e impede que cooperativas sejam exclusivas de partidos ou seitas (SINGER, 1998; 2002; 2003).

Singer (1998), embasado nas considerações de Cole (apud SINGER, 1998), argumenta que:

(...) nenhuma destas regras em si é original; todas elas já tinham sido inventadas e aplicadas por diferentes cooperativas antes dos Pioneiros. Mas, nenhuma cooperativa tinha se regido pelo conjunto das oito e nisso está a inovação que separa o cooperativismo moderno do antigo. É que o conjunto assegura ao mesmo tempo a autenticidade socialista da cooperativa (autogoverno democrático, abertura a novos sócios, educação cooperativa e neutralidade política e religiosa) e a sua viabilidade enquanto empreendimento econômico (taxa fixa de juros, dividendos proporcionais às compras, vendas exclusivamente a dinheiro e venda de produtos puros) (p. 102).

Tendo iniciado suas atividades como cooperativa de consumo e de aplicação de poupança mediante a criação do armazém e de uma caixa de depósitos que pagava uma taxa de juros (10%), os Pioneiros, contando com crescente número de sócios e capitais em rápida expansão, passaram a diversificar os serviços que prestavam. Foram criadas diversas cooperativas de produção, entre as quais um moinho de trigo e várias fábricas têxteis. Graças a Rochdale o cooperativismo se tornou, no fim do século XIX, um grande movimento social e esperançoso modo de produzir.

Na segunda metade da década de 1860 os Pioneiros deram personalidade jurídica separada a suas cooperativas de produção. Isto ocorreu, segundo Singer (1998), porque eles queriam garantir que estas cooperativas pudessem ser autogovernadas pelos próprios trabalhadores, e também porque tinham desistido do intento original de constituir uma “aldeia cooperativa”, em que todos seriam ao mesmo tempo produtores e consumidores do resultado do trabalho comum. Mas, mesmo fazendo isso, os Pioneiros não conseguiram evitar os conflitos que se centravam, principalmente, na divergência de interesses entre acionistas e trabalhadores. Entre os acionistas havia poucos trabalhadores da cooperativa, de modo que os interesses do capital começaram a predominar. O aumento do capital depositado na sociedade pressionou os Pioneiros a fazer novos investimentos, inclusive expandir a própria cooperativa de consumo. “Nenhuma das oito regras obrigava a cooperativa a aceitar qualquer volume de depósitos” (SINGER, 1998, p. 106), de tal modo que a Sociedade foi pressionada a se expandir.

O número de sócios passou de 390 em 1849 a 2.703 em 1859, a 5.809 em 1869 e a 10.427 em 1879. E o seu capital se expandiu ainda mais, passando de 1.194 libras em 1849 a 27.060 libras em 1859, a 93.423 libras em 1869 e a 288.035 libras em 1879. O capital por sócio passou de 3,06 libras em 1849 a 10 libras em 1859, a 16 libras em 1869 e a 27,6 libras em 1879. A Sociedade cresceu enquanto entidade pública, a serviço dos trabalhadores de Rochdale e cresceu ainda mais como meio seguro e rentável de aplicação de poupanças (SINGER, 1998, p.105).

À medida que a cooperativa crescia e necessitava de mais trabalhadores, estes não eram escolhidos entre os sócios, tal qual deveria ocorrer num empreendimento autogestionário, mas eram empregados como assalariados comuns, naturalmente sujeitados à autoridade dos dirigentes eleitos. Isto começou a gerar grande segregação entre sócios e trabalhadores assalariados dentro da cooperativa. A primeira decisão que representava essa separação, tomada pelo conselho diretor, foi a de que nenhum assalariado da cooperativa poderia fazer parte deste conselho. Mais tarde, uma nova decisão impedia que funcionários ou empregados votassem nas eleições para o conselho. Até que, em 1864, depois de intensas controvérsias, a maioria dos sócios de Rochdale resolveu suprimir os últimos resquícios de participação operária em suas cooperativas de produção: foi abolido o dividendo (participação nas sobras) e o direito dos trabalhadores de participarem do capital da cooperativa, o que fez com que esta

acabasse se transformando em empresa convencional, mas com a peculiaridade de ser possuída por cooperadores (SINGER apud CATTANI, 2003).

O princípio da autogestão, segundo o qual a gestão do empreendimento é realizada por todos os trabalhadores de forma democrática, inicialmente abandonado pelas cooperativas de produção, passou a ser deixado de lado também pelas outras modalidades de cooperativismo da Sociedade. A controvérsia sobre se a autogestão era ou não essencial ao cooperativismo dividia tanto o movimento operário quanto as correntes políticas de classe média. Os veteranos owenistas e socialistas viam no cooperativismo não um fim em si, mas um passo em direção à comunidade cooperativa ou socialista, cuja essência seria o autogoverno dos trabalhadores; já os cooperadores operários mais jovens, que haviam aderido numa época em que o padrão de vida estava melhorando, o cooperativismo era a realidade, servindo para promover a poupança mútua e fornecer bens não adulterados a preços justos (SINGER, 2002).

A experiência da cooperativa de Rochdale, embora não tenha sido bem sucedida com seu plano inicial de estabelecer uma alternativa de produção socialista ao capitalismo, mostrou excepcional capacidade de adaptação às oportunidades e riscos da economia capitalista, mantendo princípios socialistas na organização da atividade econômica. Tornou-se, por isso, de acordo com Singer (1998) “modelo das cooperativas que foram se criando não apenas na Grã-Bretanha, mas em todos os países em que a revolução social capitalista estava ocorrendo” (p. 106).

Um panorama histórico do modelo cooperativista brasileiro

No caso do Brasil, diferentemente da Europa, onde o nascimento do cooperativismo resultou de lutas reivindicatórias inspiradas no modelo socialista e se manifestou especialmente na zona urbana (local de maior concentração de fábricas), o surgimento das cooperativas apareceu, na maioria das vezes, como um movimento das elites agro-exportadoras em meio a uma política governamental de privilégios. Ele é apreendido e executado pelas autoridades, atendendo interesses políticos e agrários (RIOS, 1989). Assim, o movimento que surgiu na Europa como revolucionário e de conquista, no Brasil serviu, em muitas ocasiões, como instrumento de organização da política agrária, sem abranger questões importantes contra o capitalismo, que poderiam contrariar os interesses das classes dominantes. Dessa forma, não houve questionamento, por exemplo, da questão da propriedade da terra dos trabalhadores

rurais, caracterizando-se, principalmente, como um cooperativismo de serviço e não de produção, e num modelo adequado para a concentração da propriedade fundiária.

A primeira cooperativa de que se tem notícia no Brasil²⁰, surgiu no Paraná em 1847 quando o médico francês Jean Maurice Favre, juntamente com um grupo de 87 conterrâneos, fundou a Colônia Tereza Cristina nos sertões do Estado, no formato de cooperativismo agropecuário. Mais tarde, a Colônia daria origem aos municípios de Cândido de Abreu e Reserva. Adepto das idéias de Charles Fourier, Favre e o grupo de europeus organizaram a Colônia em bases cooperativas. Experiências similares, inspiradas no modelo dos falanstérios de Fourier, também surgiram na mesma época em Santa Catarina. Apesar da breve existência, essas organizações contribuíram para a memória coletiva como elemento formador do cooperativismo brasileiro (SCHMIDT; PERIUS In CATTANI, 2003).

No ano de 1892, Vicente Monteggia criou a primeira cooperativa de produtores rurais do país, a Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli Industrial (que teve um estatuto bilíngüe), erigida nas áreas de Alfredo Chaves (hoje Veranópolis) e Antônio Prado, ambas no Rio Grande do Sul.

Em 28 de dezembro de 1902, o Padre suíço Theodor Amstad (1851-1938), junto com algumas lideranças rurais, fundou, em Linha Imperial – Nova Metrópolis - RS, a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad de Nova Petrópolis. Contando com apenas 20 cooperados, dentre eles o próprio Padre Amstad, esta foi a primeira cooperativa de crédito rural do continente latino americano²¹. Inspirada no modelo Raiffeisen²², ajudou a fundar várias outras cooperativas com base em seu seguimento. Esta cooperativa existe ainda hoje, porém com o nome de SICREDI Pioneira RS (www.crediban.com.br/cooperativismo).

No estado de Minas Gerais, as primeiras cooperativas agropecuárias passaram a se organizar em 1907 com o intuito de eliminar os intermediários que controlavam a comercialização dos produtos, que eram, na sua maioria, estrangeiros (SCHMIDT; PERIUS In CATTANI, 2003).

²⁰ Algumas literaturas alegam que o surgimento do cooperativismo no Brasil remonta ao início do século XVII, com a fundação das primeiras reduções jesuíticas (ver, entre outros, Schmidt; Perius In Cattani, 2003).

²¹ A primeira cooperativa de crédito das Américas (do Sul, Central e do Norte) surgiu dois anos antes em Quebec, no Canadá (ARROYO e SCHUCH, 2006).

²² Modelo de cooperativismo de crédito idealizado pelo alemão Friedrich Wilhen Raiffeisen (1818-1888). As primeiras cooperativas deste tipo surgiram entre os anos de 1847 e 1848, e foram criadas como sociedades de auxílio-mútuo para atender às necessidades dos agricultores da região de Flammersfeld, na Alemanha.

Embora o cooperativismo tenha aparecido no Brasil fundamentalmente na área rural, existiam modalidades de cooperativas de consumo nos centros urbanos no final do século XIX. Em 1891, segundo Schmidt e Perius (In CATTANI, 2003), o cooperativismo toma fisionomia de organização cooperativa com o surgimento da Associação Cooperativa dos Empregados da Cia. Telefônica de Limeira - SP. Desde então, este modelo passa a surgir em diferentes regiões do país: em 1894 é fundada a Cooperativa Militar de Consumo no Rio de Janeiro - RJ; em 1895 surge uma cooperativa de consumo em Camaragibe - PE; em 1897 a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Cia. Paulista de Estradas de Ferro é lançada em Campinas - SP; e em 1898 nasceu a Cooperativa de consumo dos Funcionários Públicos de Ouro Preto - MG.

Ao longo das décadas seguintes, o cooperativismo desenvolveu-se por todo o país, em vários ramos ou segmentos: como o cooperativismo agropecuário, de eletrificação rural, crédito rural, cooperativismo de consumo, de crédito urbano, cooperativismo habitacional, de trabalho, de saúde, etc. (SCHMIDT; PERIUS In CATTANI, 2003).

Magalhães (2001) destaca o aparecimento do cooperativismo revolucionário - aquele ligado ao movimento operário, e que tem estreita relação com a luta e o projeto político socialista - nas primeiras décadas do século XX, organizado pelos anarcossindicalistas. Os anarquistas que chegaram ao Brasil no final do século XIX, oriundos da Europa (a grande maioria italianos), marcaram o início do movimento sindicalista brasileiro. Eles organizaram cooperativas e outras associações de caráter mutualista, que tinham como objetivo a ajuda mútua e apresentavam estreita relação com a luta revolucionária. Os anarcossindicalistas, que viam nos sindicatos e na organização da greve geral a principal forma de luta anticapitalista, fundaram a primeira confederação operária nacional, a COB, em 1906. Entretanto, com o enfraquecimento das greves e a vitória da Revolução Russa em 1917, o movimento anarquista perdeu terreno no movimento operário para o comunismo, que apostava na ação político-partidária para derrubar o capitalismo. Desse modo, ainda nas primeiras experiências, “o anarquismo foi a maior força político-sindical que projetava um papel político revolucionário no cooperativismo” (MAGALHÃES, 2001, p. 03).

Com a abertura do mercado interno às importações a partir da década de 1990, um cooperativismo mais relacionado à iniciativa dos trabalhadores ganhou destaque com o advento da Economia Solidária e com o movimento de recuperação de fábricas em regime de falência pelos seus trabalhadores. Estas experiências, embora polêmicas e

até mesmo contraditórias quanto às possibilidades de avanço ao socialismo ou de adequação ao sistema capitalista, diferenciam-se do tipo de cooperativismo que tem primazia no Brasil, que é aquele cooperativismo conservador ligado ao agronegócio, uma vez que se caracterizam por serem movimentos de trabalhadores e não de elite.

No Brasil, de acordo com Daniel Rech (2001), a iniciativa cooperativista nunca foi efetivamente apoiada, principal motivo pelo qual a participação percentual da população em cooperativas tenha sido pouco relevante no decorrer dos anos. “Ao longo de nossa história, ao contrário, sempre houve quem se preocupasse em limitar as suas possibilidades” (RECH, 2001, p. 16). Deste modo, com os limites impostos (pelo poder público principalmente) e pela pouca tradição de iniciativas econômicas coletivas, o cooperativismo brasileiro nunca conseguiu grande desenvolvimento. Rech (2001) aponta o número de 4.000 cooperativas em todo o território nacional no ano de 1960, com maior concentração no Sul do país. Em 1981 existiam 3.833 cooperativas em todo o Brasil, e em 1998 o número subiu para 5.102 (RECH, 2001).

A preocupação do poder público em intervir nas cooperativas manifestou-se já em 1932 com a primeira lei básica específica do cooperativismo, que tinha como objetivo enfrentar as quebras provocadas pelos problemas com o comércio internacional do café por meio da diversificação agrícola (RECH, 2001). Na década de 30 não se podia fundar uma cooperativa se ela não estivesse vinculada a um consórcio. De acordo com Rech (2001), de modo geral, os instrumentos existentes na legislação brasileira que regulam a vida das cooperativas são de procedência conservadora e têm nítida influência neofacista.

A Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971 (que rege atualmente o assunto), feita durante o regime militar, que perdurou de 1964 a 1984, acarretou a concentração das cooperativas nas mãos dos grandes produtores e industriais (RECH, 2001). Esta Lei impôs uma estrutura muito rígida na organização das cooperativas, de modo que, ao invés de permitir o desenvolvimento do modelo cooperativista, acabou por impor tantos limites que tornou difícil sua constituição e funcionamento (RECH, 2001). Neste período, o cooperativismo se tornou fortemente regulado e centralizado devido ao monopólio da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), organização de representação oficial imposta pela Lei 5.764/71.

A Constituição Federal de 1988 abriu algumas perspectivas de liberalização do sistema cooperativista, como, por exemplo, a proibição da obrigatoriedade de filiação

em qualquer instância de representação oficial ou extra-oficial e da interferência de organismos externos, sejam eles estatais ou paraestatais (art. 5º, inciso XVIII).

Em 1994, com a alteração do artigo 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pela Lei 8.949, ocorreu um grande crescimento no número de cooperativas de trabalho existentes no país. O parágrafo único criado no artigo 442 dispõe: “Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela.” Este dispositivo se tornou muito controverso, pois muitos juristas entendem-no como uma forma de ensejar a iniciativa de cooperativas fraudulentas, e, como consequência, muitas vezes subjagam tal dispositivo na tentativa de conter a exploração contra os trabalhadores e preservar a primazia da CLT nas relações de trabalho. Pode-se observar que a existência de cooperativas fraudulentas, que objetivam apenas fugir às responsabilidades trabalhistas, acaba estigmatizando esse tipo de sociedade, percebida, muitas vezes, como propícia à fraude. Tal fato leva a consequências jurídicas cerceadoras da atuação das cooperativas, como o Termo de Ajuste de Conduta (TAC), colocado em 2009 a fim de impedir que as cooperativas populares de trabalho da cidade de São Carlos (SP) participassem de licitações públicas ou renovassem contrato de prestação de serviço com seus contratantes²³.

Paul Singer traça um possível meio em direção a superação dos conflitos em relação à distinção das reais cooperativas e das cooperativas fraudulentas (ou também “cooperfraudes”, “coopergatos”, entre outros), por meio da generalização dos direitos trabalhistas como direitos humanos:

Para alcançar isso, é necessário criar legislação que viabilize economicamente o usufruto dos direitos humanos do trabalho por todos. Isso significa socializar em parte ou inteiramente os custos do cumprimento dos direitos do trabalho, que não podem recair somente sobre o empregador, o contratante do serviço ou o consumidor do produto. Isto já foi cogitado muitas vezes nos projetos de reforma tributária sob a forma de *desoneração da folha de pagamentos*. O erário público assumiria o ônus da previdência social, ou do descanso semanal e anual de todo trabalhador (SINGER, Cooperativas de trabalho, In http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_cooperativatrabalho2.pdf).

No ano de 2008 foi proposto um Projeto de Lei pelo Senado Federal dispendo sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas, instituindo o Programa

²³ O TAC foi firmado entre a Procuradoria Geral da República e o Ministério Público do Trabalho, e não diz respeito somente à cidade de São Carlos.

Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP, e revogando o parágrafo único do art. 442 da CLT. O artigo 5º, referente à subordinação da mão-de-obra, dispõe: “A cooperativa de trabalho não pode ser utilizada para intermediação de mão-de-obra subordinada. Parágrafo único: Uma vez cumpridos os termos desta lei, não há vínculo empregatício entre a Cooperativa de trabalho e seus sócios, nem entre estes e os contratantes de serviços daquela.” O Projeto encontra-se em trâmite na Câmara dos Deputados.

Debates em torno do cooperativismo

O debate que se inicia no século XIX sobre as cooperativas de trabalho e produção, surgidas, conforme exposto, no seio do movimento operário, gira em torno das possibilidades revolucionárias e do caráter reformista presentes nestas. A posse coletiva dos meios de produção e o trabalho autogestionário, elementos fundamentais do cooperativismo, teriam, no ideal socialista, a capacidade revolucionária de emancipar os trabalhadores da subordinação ao capital, estabelecendo um modo de produção socialista dentro do capitalismo. Entretanto, além do fato de que estes empreendimentos podem ou não, na sua prática, estarem vinculados a um projeto socialista, eles correm sério risco, quando bem sucedidos, de acabar se tornando empresas capitalistas comuns, voltadas para o lucro e sem pretensões de transformação social profunda. Ao passo que, do ponto de vista socialista, expresso principalmente pelos socialistas utópicos, a cooperativa é entendida como um dos caminhos para uma nova ordem econômica e social, do ponto de vista capitalista, os liberais e fisiocratas entendiam as cooperativas como corretivo dos defeitos do sistema capitalista (RECH, 2001).

De acordo com Demoustier (2006), as reações mais radicais ao capitalismo se expressam de modo recorrente visando uma ruptura total em relação ao ambiente econômico considerado corruptor, por meio da construção de um “novo homem” e uma “sociedade harmoniosa” distante das desigualdades geradas pelo mercado. Os projetos alternativos, pensados por diferentes teóricos, dentre os quais alguns dos socialistas utópicos considerados aqui, deveriam, segundo seus promotores, difundir-se por contaminação no conjunto da sociedade. Observa-se, no entanto, que essa expectativa não se concretizou - uma vez que não bastou a sua implementação para que novos projetos surgissem, e que estes, ainda, tiveram geralmente existência breve.

Henri Desroche (apud DEMOUSTIER, 2006), discorrendo acerca das experiências efêmeras de cooperativismo, avalia que as formas associativas que se inseriram no mercado e no capitalismo, embora não representassem exatamente aquilo que seus teóricos imaginavam, são “resíduos viáveis de comunismo utópico”. E, por não oferecer uma alternativa ao capitalismo, elas se inscreveram em seu âmago redefinindo suas especificidades. Entre estas, a aceitação da moeda ao mesmo tempo em que procura limitar sua dominação, e a aceitação do mercado ao mesmo tempo em que se pondera a concorrência por meio de formas de cooperação. As grandes mutações sofridas por essas diversas formas de economia alternativa podem ser entendidas pela sua inserção em uma estrutura já consolidada de economia capitalista. Deste modo, estas experiências acabaram sendo absorvidas pelo capitalismo, o que fez com que perdessem seu caráter revolucionário. Para Daniel Rech (2001), a absorção da idéia cooperativa pelo sistema capitalista inibiu as possibilidades de cooperação total, fazendo com que as cooperativas capitulassem quase sempre ao predomínio do capital e acabassem por pender muito mais em direção a empresas com características comerciais.

(...) a permanente pressão e a necessidade de enfrentamento da concorrência provocaram, em quase todos os países capitalistas, dificuldades de relacionamento no conjunto do movimento cooperativista desencadeando, em determinados momentos, verdadeiras lutas para a conquista e manutenção de espaços comerciais e mercados, colocando cada uma isolada na luta pela própria sobrevivência (RECH, 2001, p. 17).

Segundo Gaiger (2006), os empreendimentos cooperativos autogestionários, existindo dentro do sistema capitalista, experimentam uma dupla subsunção à economia capitalista: de um lado, estão sujeitos aos efeitos da lógica de acumulação e às regras de intercâmbio impostas ao conjunto dos agentes econômicos, de conteúdo eminentemente utilitário; de outro, como forma de responder à premissa de produtividade competitiva, estão compelidos a adotar a base técnica do capitalismo, os processos materiais de produção por ele introduzidos continuamente, configurando-se com isso uma subsunção formal inversa, de uma base sobre uma forma.

A questão das forças produtivas na transição para o socialismo (adoção da base técnica do capitalismo) apresenta opiniões divergentes. Existem correntes que acreditam que a apropriação destas pelo operariado basta, e outras que crêem ser necessário uma reestruturação completa. István Mészáros (apud DAGNINO; NOVAES, 2005), baseado

em Marx, afirma que as forças produtivas não são neutras. Segundo Marx, na utilização capitalista, não apenas as máquinas, mas também os métodos, as técnicas organizacionais, etc. são incorporados ao capital e confrontam o trabalhador como uma racionalidade externa. De acordo com Mészáros (apud DAGNINO; NOVAES, 2005):

Marx jamais poderia considerar neutras as *forças* produtivas, em virtude dos seus elos orgânicos com as *relações* de produção; por isso, uma mudança radical nessas últimas, nas sociedades que querem extirpar o capital de sua posição dominante, exige uma reestruturação fundamental e um caminho qualitativamente novo de incorporação das forças produtivas nas relações socialistas de produção (p. 08).

Mészáros acredita, assim como Novaes (2007), que as forças produtivas engendradas no capitalismo são um entrave à emancipação do trabalho, de modo que estas requerem uma radical reestruturação e uma incorporação qualitativamente distinta no socialismo, que perpassa, por sua vez, pela crítica do papel da Ciência e Tecnologia no atual sistema de produção²⁴. Dagnino e Novaes (2005) chamam a atenção para o fato de que a proposta de Robert Owen, de utilizar as forças produtivas proporcionadas pelas máquinas para acabar com a miséria e garantir a todos uma vida digna, é o modelo de concepção que tem predominado em muitas abordagens socialistas, dentre as quais a de Paul Singer em relação à Economia Solidária. Esta concepção, por outro lado, confia na neutralidade da base técnico-científica que vem sendo desenvolvida no capitalismo, como se os avanços nestas áreas, ao longo do tempo, não tivessem estreita relação com o tipo de produção, a maneira que se produz e a finalidade desta dentro do sistema.

Em relação ao enfraquecimento da capacidade revolucionária das cooperativas, Singer (2003) conta que na medida em que lutas anticapitalistas vão dando resultados, as instituições que as travam passam a se adaptar à sociedade burguesa por uma série de motivos, inclusive para preservar as conquistas obtidas. Desse modo, ao mesmo tempo em que a sociedade burguesa se democratiza e engloba as instituições que promovem o bem-estar social, os sindicatos, partidos políticos e cooperativas criadas pelos trabalhadores acabam se aburguesando (passam por transformações capitalistas). De acordo com o marxista alemão Hebert Marcuse (1898-1979), figura destacada da Escola

²⁴ O desenvolvimento das forças produtivas deve implicar no melhoramento das técnicas locais, na adaptação da tecnologia moderna ao meio ambiente e às condições locais, e no fomento da pesquisa científica e tecnológica, para identificar e resolver os problemas importantes imediatos. A inovação tecnológica não pode ser pensada como algo que é feito num lugar e utilizada no outro, mas como um processo desenvolvido no lugar onde esta tecnologia vai ser utilizada, pelos atores que vão utilizá-la (NOVAES, 2007).

de Frankfurt²⁵, na medida em que os trabalhadores vão tendo acesso à multiplicidade de bens e serviços oferecidos pelo sistema produtivo e passam a contar com os benefícios de um Estado previdenciário, os partidos socialistas e os movimentos trabalhistas vão sendo paulatinamente enquadrados ao capitalismo reformado (VALLE, 2005).

Englobando as instituições que promovem o bem-estar social, o sistema capitalista as insere dentro da sua lógica de funcionamento ou, quando muito, as mantém sob controle. Desse modo, elas são “utilizadas” para manter o sistema funcionando com um menor número de conflitos, sendo que a parte que cabia ao questionamento acerca da substituição deste por um novo sistema de produção e de relações sociais perde sua relevância. Um exemplo clássico dessa apropriação, que no caso não se trata de instituição, mas de uma pessoa, é o que aconteceu com a figura de Ernesto Guevara de La Serna (1928-1967), mais conhecido como “Chê” Guevara. Tendo dedicado sua vida à luta contra o capitalismo, acabou se tornando um ícone comercial após sua morte, gerando grandes montantes de lucro para empresas capitalistas que se apropriaram da sua imagem para vender os mais diversos produtos (camisetas, adesivos, bandeiras, roupas de grife etc.) ao redor do mundo.

As experiências fracassadas das primeiras cooperativas, e a recusa das grandes e poderosas cooperativas de consumo européias do final do século XIX em aceitar a autogestão nos estabelecimentos fabris e comerciais que iam adotando, fizeram surgir uma polêmica na qual se formulou a teoria de que cooperativas de produção não tinham condições de se desenvolver no seio do capitalismo. O fato de estarem inseridas no capitalismo e, portanto, inseridas nas regras econômicas que regem este sistema, fez com que muitos pensadores acreditassem que as cooperativas não teriam chances de se desenvolver sem passar por alguma espécie de aburguesamento, tal como apontou Paul Singer.

Em 1864, representantes sindicais franceses e ingleses, ao lado de exilados oriundos de vários países, criaram em Londres a Associação Internacional dos Operários, que seria conhecida posteriormente como a Primeira Internacional. Em ocasião de seu surgimento, Karl Marx escreveu o Manifesto Fundamental, no qual consta, segundo Horvart (1990), a seguinte ponderação acerca do trabalho cooperativo:

²⁵ O Instituto para Pesquisa Social de Frankfurt foi fundado em 1924 por iniciativa de Félix Weil, filho de um rico negociante judeu da Argentina. Diretamente relacionada à chamada Teoria Crítica da Sociedade, foi formada por um grupo de filósofos e cientistas sociais de tendência marxista. Dentre seus principais representantes, destacam-se os nomes de Hebert Marcuse, Walter Benjamin, Theodor Wiesengrund-Adorno, Max Horkheimer e, posteriormente, Jürgen Habermas.

O Manifesto ressalta que, (...) para liberar as massas operárias, o trabalho cooperativo devia ser desenvolvido em escala nacional, o que exigia recursos financeiros nacionais. Mas os proprietários da terra e do capital usariam seus privilégios para evitar que isto acontecesse. A mesma idéia é elaborada cerca de um ano depois nas instruções dadas por Marx aos delegados do Conselho Geral ao Congresso de Genebra da Internacional. O mérito do movimento cooperativo reside no fato de ele indicar a possibilidade de substituir o sistema existente, no qual o trabalho é submetido ao capital, por um sistema de associação de produtores livres e iguais. Mas isto só pode ser realizado depois dos produtores terem assumido o poder estatal (p. 30).

Marx, ao longo de sua atividade teórica, tratou do tema do cooperativismo apenas episodicamente, mas o fez de maneira bastante perspicaz e influenciou uma gama de futuros pesquisadores. Em seu discurso inaugural acerca da criação da Associação Internacional dos Trabalhadores, Marx (1977b) vê na cooperação um objetivo a ser alcançado, mas para tanto denuncia as ilusões imediatas de mudanças excessivamente parciais. Ele destacou o avanço do cooperativismo no combate ao capitalismo considerando que as cooperativas poderiam ser o germe da nova sociedade comunista. Entretanto, ele ressalva que, no intuito de manterem seus empreendimentos competitivos no mercado com outras empresas, dadas as imposições do mercado à produção e dado o fato de serem patrões de si mesmos, os trabalhadores correm o risco de se auto-explorarem, o que faria com que as cooperativas perdessem seu caráter emancipatório. Além disso, para se figurar como alternativa real ao modo de produção capitalista, o cooperativismo deve ser entendido para além dos pequenos empreendimentos isolados, compreendendo uma associação ampla, conectada internacionalmente.

O cooperativismo seria, para Marx, uma iniciativa política de amplo significado prático-teórico, desde que se lançasse a uma jornada de expansão coordenada entre os empreendimentos, passível de eliminar uma anarquia da produção e da divisão social do trabalho. Uma ampla colaboração entre as cooperativas, orquestrada transnacionalmente e por meio de um plano político definido, seria a condição apropriada para garantir autonomia aos empreendimentos cooperativos frente ao capitalismo, de modo que estes se tornariam capazes de projetar o advento de uma nova sociedade, com base socialista. Deste modo, além de proteger as cooperativas da degeneração (transformação em empresa capitalista), a associação internacional em rede proporcionaria a força necessária ao movimento para se impor frente ao modo de produção capitalista. Marx, embora tivesse dúvidas quanto ao poder das cooperativas em realizar a passagem para o

socialismo, tinha certeza de que uma vez estabelecida, a sociedade socialista seria formada por produtores livremente associados, isto é, por uma rede internacional de grupos autogestionários.

A Comuna de Paris de 1871²⁶ entusiasmou Marx e Engels em relação à possibilidade de autogoverno dos trabalhadores. A experiência da comuna mostrou que a possibilidade deste surge no seio da classe operária em oposição ao modelo capitalista, virando a estrutura deste modelo de cabeça para baixo. Em relação à comuna, Marx escreveu que esta teve que reconhecer que para chegar ao poder a classe operária não poderia governar com a velha máquina do Estado, e que a comuna teria que servir como fonte para todos os grandes centros industriais da França. Destarte, assim que Paris e outros centros passassem à administração comunal, a antiga autoridade centralizadora deveria ser substituída, nas províncias, por produtores autogestionários, de modo a organizar a unidade da nação pela estrutura comunal (MARX, 1977a).

A análise marxiana desta experiência concreta da tomada de poder pela classe operária, junto à explicação de Engels, dez anos depois, de que o operário só é livre quando se torna proprietário de seus próprios meios de produção, propiciou, à Horvart (1990), esboçar um comentário acerca do socialismo marxista:

(...) o socialismo marxista significa a destruição do estado autoritário, descentralização comunal e autogestão dos produtores, o que é muito diferente da maneira como muitas pessoas, tanto simpatizantes como adversárias, interpretam o marxismo hoje em dia. Isto não nega o fato de que Marx e Engels teriam uma orientação centralista e que pensavam, ou subtendiam, que a liberdade individual no socialismo autogestionário pode ser conquistada através de meios centralistas, basicamente via planejamento administrativo centralizado, que eliminaria o mercado, o dinheiro e as relações mercantis (p. 29).

A questão das cooperativas de produtores foi discutida nos Congressos de Genebra (1866), Lausanne (1867) e Bruxelas (1868) da Primeira Internacional. O congresso de Genebra declarou seu apoio à promoção da cooperação entre produtores, ressaltando a inadequação da cooperação voluntária como base do sistema social. Em Lausanne conclamaram-se os sindicatos a apoiarem as cooperativas por meio de

²⁶ Foi o primeiro governo operário da história, fundado por ocasião da resistência popular ante a invasão alemã. A Comuna de Paris não resultou de qualquer ação planejada e não teve qualquer indivíduo ou organização na sua liderança, tendo sido formada de maneira espontânea pela população parisiense quando o governo provisório Francês abandonou a capital deixando o poder nas mãos da Guarda Nacional de Paris (BOTTOMORE, 2001). O governo durou oficialmente de 26 de março a 28 de maio, enfrentando não só o invasor alemão, mas também tropas francesas. Ver a definição do conceito de autogestão na página 95.

investimentos e apoio moral, enquanto que em Bruxelas pronunciou-se a favor da propriedade cooperativa na indústria, que, por influência de Proudhon, deveria ser ajudada por créditos gratuitos concedidos por bancos de ajuda mútua e da propriedade comunitária da terra cultivada por cooperativas agrícolas. No Congresso de Copenhaga da Segunda Internacional (1910), as cooperativas também foram discutidas. No entanto, foram debatidas as cooperativas de consumidores apenas (que se ocupam somente em distribuir produtos ou serviços para seus sócios), deixando de lado as cooperativas agrícolas e produtoras (que remetem, geralmente, a um questionamento mais efetivo do sistema capitalista) (HORVART, 1990). Este fato deixa claro o caráter centralista que o movimento socialista já demonstrava nessa época, e que se tornou predominante após a Revolução Russa de 1917.

Para Rosa Luxemburgo (1871-1919), militante socialista e adepta do marxismo, o fato contraditório de os operários desempenharem o papel de trabalhadores e patrões de si mesmos inviabilizaria as cooperativas de produção, pois, num dado momento, eles teriam que escolher entre transformarem-se em empresas capitalistas ou dissolver o empreendimento. Em *Reforma ou Revolução?*, Luxemburgo (1999) oferece sua explicação para as cooperativas de produção não poderem se desenvolver:

Quanto às cooperativas, e antes de tudo, às cooperativas de produção, são elas pela sua essência um ser híbrido dentro da economia capitalista: a pequena produção socializada dentro de uma troca capitalista. Mas, na economia capitalista, a troca domina a produção, fazendo da exploração impiedosa, isto é, da completa dominação do processo de produção pelos interesses do Capital, em face da concorrência, uma condição de existência da empresa. Praticamente, exprime-se isso pela necessidade de intensificar o trabalho o mais possível, de reduzir ou prolongar as horas de trabalho conforme a situação do mercado, de empregar a força de trabalho segundo as necessidades do mercado ou de atirá-la na rua, em suma, de praticar todos os métodos muito conhecidos que permitem a uma empresa capitalista enfrentar a concorrência das outras. Resulta daí, por conseguinte, para a cooperativa de produção, verem-se os operários na necessidade contraditória de governar-se a si mesmos com todo o absolutismo necessário e desempenhar entre eles mesmos o papel do patrão capitalista. É desta contradição que morre a cooperativa de produção, quer pela volta à empresa capitalista, quer, no caso de serem mais fortes os interesses dos operários, pela dissolução (p. 81).

A opinião prevalecente no estudo sobre cooperativismo tem tendido, desde o final do século XIX, segundo Santos (2005), a compreender que as cooperativas são intrinsecamente instáveis por estarem presas em um dilema estrutural. Esta decorre da tese da degenerescência das cooperativas, desenvolvida por Webb e Webb, que prevê que o sucesso das cooperativas significaria a eliminação da democracia autogestionária

e sua transformação em empresas capitalistas comuns. Esta tese sustenta “que as democracias de produtores terminariam por sucumbir às necessidades empresariais e se transformariam em associações de capitalistas com a incorporação do lucro e a contratação de trabalhadores assalariados” (LIMA, 2004, p. 05), tese esta que apresenta muitas semelhanças à de Luxemburgo. Singer (2003) conta que existiam, segundo Beatriz Webb, apenas duas possibilidades para as cooperativas de produção: ou fracassavam como empresas ou, quando tinham sucesso econômico, degeneravam, acabando como empresas capitalistas tradicionais.

Para o húngaro István Mészáros (1930-), outro adepto do marxismo e já citado anteriormente, cooperativas e associações de trabalhadores são experiências práticas que podem ser potencializadas em uma conjuntura de transformação social que tenha em vista a transcendência do trabalho alienado. No entanto, se elas permanecerem isoladas de outras lutas, acabarão definhando ou sobreviverão a duras penas, mas dificilmente poderão avançar rumo ao controle global do processo de trabalho pelos produtores associados (MÉSZÁROS apud NOVAES, 2007). Mészáros, desse modo, defende a perspectiva de Marx de que para serem bem sucedidas na luta contra o capitalismo, as cooperativas devem se associar entre si e com outras lutas anticapitalistas numa ampla rede internacional.

Danièle Demoustier (2006) descreve algumas características relevantes do movimento associacionista operário na França, apontando considerações sobre seu desenvolvimento e sobre o debate travado em torno dele. Segundo a autora, no período em que a industrialização desponta – a partir do Segundo Império, iniciado por Napoleão III com o golpe de 1848 – o movimento associacionista, influenciado pelas teses de Saint-Simon, vai se dividindo em organizações mais especializadas: sindicatos, sociedades mutualistas e cooperativas. Chegada a Terceira República, em 1875, o movimento operário é atravessado por um debate interno, entre marxistas de um lado e proudhonianos de outro, sobre a análise do capitalismo e a maneira pela qual a emancipação deve ser buscada. Os marxistas, que saem vitoriosos do debate, denunciam o modelo das manufaturas capitalistas inglesas e defendem a tomada do poder político pelo proletariado, enquanto que os proudhonianos, mais próximos das concepções liberais dos economistas franceses da época, defendem uma revolução econômica a partir do modelo de produção independente, quase artesanal, valorizando a produção coletiva e organizando as trocas econômicas por meio do mutualismo e do federalismo. Demoustier diz existir, no interior do movimento operário desta época, tendências

anarcossindicalistas que continuam a promover a gestão coletiva, e relata a criação de uma cooperativa que busca a unidade entre os movimentos operário e cooperativista:

(...) a criação da vidraçaria operária de Albi em 1895, sob o incentivo de Jean Jaurès, deputado socialista do Tarn e ardoroso militante da convergência entre as ações sindical, cooperativa e política, simboliza uma possível unidade entre o movimento operário e o movimento cooperativista. Este último deve então servir à causa geral da emancipação operária e não apenas aos interesses de seus membros (...) (DEMOUSTIER, 2006, p. 27).

No início dos anos de 1880, algumas cooperativas são organizadas mediante a ajuda dos poderes públicos, pois “os republicanos vêm na cooperação uma ‘proteção contra o socialismo’ e o Estado como um meio de estruturar atividades muito pulverizadas, como o setor da construção” (DEMOUSTIER, 2006, p. 30). Somando-se estes apoios à criação de um banco cooperativo, o número de cooperativas apresentou um acentuado crescimento no final do século XIX: passa de 70 em 1885 para 174 em 1895.

A experiência autogestionária da classe operária em confrontação ao capitalismo demonstraria a superficialidade da figura do patrão, que só se justifica pela antítese entre o capital e o trabalho, quando a totalidade do processo produtivo, em suas diversas etapas, necessariamente opõe um comandante ao trabalhador sob a forma de autoridade. Entretanto, essa coexistência conflituosa não é uma decorrência imediata da natureza do processo produtivo, mas sim da oposição de *status* entre proprietários das forças de produção e proprietários da força de trabalho construída historicamente.

No entanto, deve-se atentar ao fato de que é necessário ter em mente que a substituição de uma forma de organização por outra não basta, por si só, para consolidar uma alternativa, pois a autonomia no trabalho é irrelevante se não for acompanhada de uma autonomia cultural, moral e política prolongando-a além dela mesma. E tampouco provém da própria cooperação produtiva, mas da atividade militante e da cultura de insubmissão, de rebelião, de fraternidade, de livre debate e do questionamento radical (GORZ, 2004). Segundo Rosenfield (In LIMA 2007), é possível levantar a hipótese de que a relação com o trabalho autogerido e com o projeto autogestionário é fortemente dependente da relação dos trabalhadores com o projeto político-ideológico do cooperativismo.

A questão da educação adquire um papel fundamental neste caso. A maneira pela qual deverá ocorrer a formação de indivíduos livres capazes de levar a cabo a

transformação radical da sociedade é um dos maiores desafios do movimento socialista. A incorporação de valores socialistas e cooperativos se choca com os valores que as pessoas recebem ao longo da vida, desde o nascimento, e que chegam por todas as partes (família, escola, mídia etc.), os quais são baseados na competitividade, no individualismo, consumismo, entre outros, de acordo com os quais cada um deve ser o melhor (melhor que as outras pessoas) para se dar bem. Relembrando as palavras de Marx, de que somente uma transformação radical de toda nossa maneira de ser pode produzir um adequado sistema de controle social, Mészáros (2002) afirma que o estabelecimento deste irá requerer o consciente cultivo de uma intransigente consciência crítica associada a um intenso compromisso com valores de uma humanidade socialista.

O debate em torno do cooperativismo permaneceu nos círculos socialistas durante todo o século XIX e início do XX, perdendo sua relevância nos anos subsequentes. Houve, deste modo, um longo intervalo entre os antecedentes históricos do cooperativismo, no século XIX, e seu regresso nas décadas finais do século seguinte. Embora elas tenham continuado a se desenvolver em um número crescente de países, a classificação das cooperativas como modo de produção distinto diminuiu de importância. Conforme apontado por grande parte do debate que se travou em torno dessas experiências, foi o próprio êxito econômico destes empreendimentos que ensejou sua transformação ou degeneração. O crescimento do tamanho da cooperativa e do número de seus membros, realmente dificulta a democracia participativa. Mas, além disso, Singer (In CATTANI, 2003) afirma que os membros das cooperativas mudaram antes que elas.

No início do século XX, a conquista paulatina do sufrágio universal, o aumento dos salários reais, as conquistas no reconhecimento de direito à organização sindical e à greve, fizeram com que os trabalhadores, reconciliados com o assalariamento, perdessem, em sua grande maioria, o entusiasmo e o interesse pela autogestão. De acordo com Singer (In CATTANI, 2003), a reconciliação do trabalhador com o trabalho assalariado marca uma passagem de época do movimento socialista, que passa a enxergar no Estado o único instrumento institucional para realizar seu programa, dividindo-se apenas quanto aos meios de alcançar o poder do Estado, se pelo jogo político partidário ou pela insurreição armada.

De fato, após a Revolução Russa (1917), predominou no movimento socialista a luta pelo poder como alavanca de transformação revolucionária, o que fez com que o debate acerca das cooperativas como alternativa de transformação socialista fosse

deixado em segundo plano. E, na medida em que o movimento operário foi conquistando direitos para os assalariados e a situação destes foi melhorando, o que se generalizou após a Segunda Guerra Mundial com a implementação dos Estados de Bem-Estar-Social, os trabalhadores, em vez de lutarem contra o assalariamento e procurar uma alternativa emancipatória ao mesmo, passaram a defender os direitos conquistados e sua ampliação. Neste contexto, os sindicatos tornam-se organizações poderosas cuja missão passa a ser a defesa dos interesses dos assalariados, e “o cooperativismo perde sua missão transformadora e se torna modalidade de empresa participativa, em que a participação efetiva dos sócios se torna cada vez mais formal e esvaziada de sentido” (SINGER In CATTANI, 2003, p. 122). Segundo Marcuse (1968)

Quando, nas sociedades mais ou menos afluentes, a produtividade atingiu um nível em que as massas participam de seus benefícios, e em que a oposição é eficaz e democraticamente “contida”, então o conflito entre senhores e escravos também é eficientemente contido (p. 16).

Neste período, entretanto, embora o movimento cooperativista tenha ficado à margem das lutas socialistas, floresce, na Espanha, um caso de cooperativismo que chama a atenção. O complexo cooperativo de Mondragón, situado aos arredores da cidade do mesmo nome no País Basco espanhol, surgiu em 1956 por iniciativa de José Maria Arizmendi (mais conhecido como padre Arizmendi), e trata-se, provavelmente, do maior complexo cooperativo do mundo, combinando cooperativas de produção industrial e de serviços comerciais, uma universidade e diversas cooperativas dedicadas à realização de investigações tecnológicas (SINGER, 2002). Reestruturado nos anos de 1970, a partir de novos parâmetros de competitividade,

O Complexo de Mondragón, que se constitui em um dos principais produtores de eletrodomésticos de linha branca do país e de carrocerias de ônibus, entre diferentes produtos, com filiais em outros países inclusive fora da Europa, é visto como exemplo das possibilidades das cooperativas, pautadas pelos princípios autogestionários e de intercooperação, funcionando com uma rede e mantendo competitividade por meio de inovações tecnológicas e organizacionais (LIMA, 2004 p. 06).

A *Mondragón Corporación Cooperativa* (MCC) apresentou uma franca expansão nos últimos anos: de 34.397 postos de trabalho em 1997, passou a 42.129 em 1998, para 46.861 em 1999 e a 53.377 em 2000 (SINGER, 2002, p. 105). O exemplo de Mondragón, que vem inspirando outras iniciativas cooperativistas, apresenta pressões sobre a prática autogestionária que se originam do gigantismo e do burocratismo que se

manifestam cada vez mais no funcionamento do grupo. Sendo um paradigma para cooperadores e estudiosos do mundo inteiro, o complexo cooperativo, devido ao manifesto sucesso econômico e gerencial, torna-se também alvo de estudos e pesquisas de grupos e empresas capitalistas que não têm qualquer relação com o movimento cooperativista.

A equipe da Polaroid esperava encontrar em Mondragón um modelo de como usar a transferência de parte da propriedade como forma de controlar os seus empregados. Como os acadêmicos e ativistas socialmente preocupados com justiça, os gerentes da Polaroid também estavam sendo inspirados por Mondragón (KASMIR, 2007, p. 59).

Por detrás do invólucro de experiência cooperativista autogestionária bem sucedida, algumas críticas são lançadas contra o aparente socialismo existente em Mondragón. Dentre elas, o conflito de interesses entre gerentes e trabalhadores, que configura, em algum grau, uma luta de classes, é explorado por Sharryn Kasmir (In Lima, 2007). Segundo o autor, o discurso singular entre trabalho-gerenciamento que constitui o modelo Mondragón elide os contextos políticos e econômicos nos quais as cooperativas existem e ignora as experiências e perspectivas dos trabalhadores das cooperativas. Kasmir assinala que a perspectiva dos trabalhadores é constantemente negligenciada na literatura sobre Mondragón; a maioria dos estudiosos do complexo cooperativo manifesta simpatia aos problemas dos trabalhadores, mas ignora a necessidade de incluir as suas vozes. Ao aceitar a visão gerencial de igualdade e concluir que os gerentes podem falar por todos em um sistema indiferenciado, a literatura termina por produzir discursos que amenizam o conflito e normalizam o ponto de vista gerencial.

Durante o trabalho de campo, muitos trabalhadores cooperados me disseram que suas experiências diárias de trabalho não foram melhores do que a dos trabalhadores assalariados em empresas privadas. Além disso, percebiam ser a cooperação uma ideologia gerencial, mobilizada para garantir os seus consentimentos. Respondiam com apatia e inação e pela recusa em confiar no sistema. Os trabalhadores falaram sobre a manipulação gerencial e suas próprias desilusões. Este era um contraste visível para os gerentes, que repetidamente expressavam sua confiança e comprometimento com o cooperativismo; estes eram os mesmos discursos que estruturavam e prevaleciam na literatura sobre Mondragón. Todavia, enquanto realizava a pesquisa de campo, os trabalhadores cooperados romperam o registro de trinta anos de inação e elaboraram uma resistência ao cooperativismo (KASMIR In LIMA, 2007, p. 75).

Juntamente com essa experiência espanhola, há de se destacar ainda neste período, um significativo movimento cooperativista na França e na Itália, além da experiência do *Kibutz* em Israel. De acordo com Singer (2002), o movimento cooperativista, em termos quantitativos, nunca deixou de se expandir em plano mundial, embora qualitativamente seja provável que a sua degeneração tenha se acentuado com o surgimento de uma classe operária que se acostumou ao pleno emprego (que vigorou nos países de capitalismo central entre as décadas de 1940 e 1970) e se acomodou ao assalariamento.

Os padrões materiais de vida para a massa da população nos países capitalistas avançados se elevaram, e um ambiente relativamente estável para os lucros corporativos prevaleceu com o modelo fordista de produção até o início da década de 1970, quando a aguda recessão que abalou esse quadro fez com que se iniciasse um rápido processo de transição para um novo regime de acumulação. As transformações decorrentes, que modificaram o sistema de produção fordista e deram fim aos Estados de Bem-Estar-Social, retomaram o desemprego em massa e reviveram o interesse pelo cooperativismo.

Após um período de estagnação, o interesse das classes trabalhadoras e do movimento socialista pelo cooperativismo ressurgiu na década de 1970, quando o desemprego em massa começou o seu retorno com a ascensão do neoliberalismo e a reestruturação produtiva.

A reestruturação econômica a partir de 1970, com o fechamento e o deslocamento de fábricas, o declínio de regiões industriais, a abertura e a internacionalização dos mercados, o colapso do socialismo de Estado, entre outros fatores que irão compor o que chamamos de globalização, provocou a retomada do cooperativismo como alternativa ao desemprego crescente, provocando o interesse sobre o tema e a multiplicação de empresas cooperativas, agora consideradas em um novo momento do desenvolvimento capitalista (LIMA, 2004, p. 06).

A perda dos direitos sociais do período anterior, a crise do desemprego, e a flexibilidade característica do novo regime de produção suscitarão a emergência de inúmeras cooperativas, que ora são vistas como forma de resistência operária ao capitalismo (e que podem atuar sob o paradigma da Economia Solidária), e ora como empresas terceirizadas que valorizam o capital por meio da flexibilidade que propiciam no uso da força de trabalho. No primeiro caso, é retomada a questão da luta dos trabalhadores contra as mazelas do capitalismo e em prol da construção de uma

sociedade mais igualitária, baseada em valores socialistas, enquanto que no segundo, dado o novo contexto da sociedade capitalista, as cooperativas são utilizadas com o objetivo de terceirizar atividades de empresas e reduzir custos mediante o emprego de mão-de-obra barata. Em função disto, o debate acerca dos empreendimentos cooperativos, que em tempos anteriores centrava-se nas capacidades revolucionárias e reformistas destes, volta-se, atualmente, na funcionalidade que representam no sistema capitalista, e na capacidade de emancipação do trabalho frente ao capital.

CAPÍTULO 2 - DA REGULAMENTAÇÃO À DESREGULAMENTAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Reconciliação dos trabalhadores com o assalariamento: modelo taylorista-fordista e os Estados de Bem-Estar-Social

Na segunda metade do século XIX, o desenvolvimento das forças produtivas dá um enorme salto, alterando drasticamente os processos de produção e de trabalho. A Segunda Revolução Industrial, despontada por volta de 1870, decorre de uma onda de inovações técnicas que produzem o acesso a novas formas de energia (como a elétrica e a movida por motor à explosão), e a novas modalidades de consumo. O desenvolvimento da indústria pesada²⁷, acompanhado por revoluções científicas, sobretudo nas áreas da física e da química, impulsiona o alargamento da cadeia produtiva, que passa a crescer cada vez mais com a produção de bens de consumo duráveis (carros, geladeiras, fogões etc.). Tal como a Primeira, a Segunda Revolução Industrial encurtou as distâncias – entre países, produtores, comerciantes, consumidores etc. – mediante novas formas de transportes e de comunicações. Esses avanços proporcionaram uma imensa ampliação dos mercados, o que, por sua vez, suscitou a invenção e o desenvolvimento de métodos de produção e distribuição em massa.

Tendo os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão como palcos principais, e não mais a Inglaterra como da primeira vez, o desenvolvimento de métodos de produção em massa, principal efeito da Segunda Revolução Industrial (SINGER, 1998), deu-se, em primeiro lugar, nos Estados Unidos. Este país, que havia formado uma burguesia industrial forte após o final da Guerra de Secessão²⁸, e cujo mercado nacional havia crescido muito durante a segunda metade do século XIX, passou a espalhar a sua ideologia consumista (*american way of life*) e expandir seu mercado mundo afora durante todo o século XX.

²⁷ Também conhecida por indústria de bens de produção ou metal/mecânica, é produtora de meios de produção, ou seja, de bens que retornam à cadeia produtiva para serem utilizados na produção de novas mercadorias.

²⁸ Foi a Guerra Civil norte americana, ocorrida entre 1861 e 1865. Ela foi travada entre os estados latifundiários do sul do país, dominados por uma burguesia aristocrata e defensora da escravidão, e os estados industrializados do norte, conduzidos por uma elite industrial que tinha maior poderio econômico e preferia o trabalho assalariado. Enquanto o crescimento do sul era baseado na mão-de-obra escrava e no liberalismo econômico que abria o mercado às agro-exportações, o desenvolvimento do norte estava ligado à necessidade de crescimento do mercado interno e ao estabelecimento de barreiras protecionistas.

Quando a produção em massa começou a revelar seu prodigioso potencial, estas técnicas se difundiram por outros continentes, a começar pela Europa e em seguida pela América Latina e Ásia. Muitas empresas dos EUA, tão logo consolidaram posições importantes nos mercados internos, trataram de se lançar à conquista de mercados externos; primeiro mediante a exportação e em seguida através da abertura de filiais em outros países (SINGER, 1998, p. 150).

O taylorismo e o fordismo foram os principais métodos de organização do trabalho, desenvolvidos nessa época, que permitiram às indústrias capitalistas produzir em larga escala, eliminar a autonomia do trabalhador e gerar maior lucro para a burguesia industrial.

Taylorismo corresponde ao movimento de gerência científica iniciado por Frederick Winslow Taylor (1856-1915) nas últimas décadas do século XIX. Em sua famosa obra *Princípios de Administração Científica*, Taylor promove uma revolução organizacional na indústria introduzindo a idéia de gerência, que passa, a partir de então, a estabelecer a sistematização das atividades dos trabalhadores durante o processo produtivo, acabando por tirar destes o controle do processo de trabalho. Com um cronômetro na mão, Taylor observa os trabalhadores durante a jornada de trabalho e passa a verificar o tempo e os movimentos necessários para que estes realizem suas tarefas, chegando, assim, ao tempo ótimo de trabalho, o qual decorre da eliminação dos tempos mortos (o menor deslocamento no espaço de trabalho significa maior ganho de tempo e, portanto, maior lucro para o capitalista).

Com o intuito de dinamizar a produção capitalista, Taylor aponta as seguintes medidas: criação da idéia de gerência, que passa a ditar o que é feito e como é feito, controlando o tempo e os movimentos necessários dos trabalhadores para a realização das tarefas durante a produção – Taylor (1970) chega a mencionar que o trabalhador ideal seria o “tipo bovino”, que faz o que mandam sem questionar -; negociação individual com os trabalhadores ao invés da negociação coletiva, o que diminui a força de barganha dos trabalhadores na defesa de seus interesses; e defende que seja pago para o trabalhador somente o necessário para a reprodução da força de trabalho, pois, se ele ganha muito, não produz adequadamente (Segundo Taylor, o trabalhador não agirá de acordo com a lógica capitalista: se trabalhar mais significar ganhar mais dinheiro, o trabalhador preferirá trabalhar menos e ganhar o mesmo).

Com a implementação destas medidas, sobretudo em relação à introdução da gerência, as empresas capitalistas passaram por um amplo processo de burocratização e hierarquização, e os trabalhadores passaram a atingir, sob a pressão da gerência, o seu

máximo esforço fisiológico. Ao mesmo tempo em que possibilitaram maior eficácia no sistema produtivo, estas medidas pioraram a situação dos trabalhadores, que acabaram por se tornar uma extensão da máquina, sem vontade própria e ainda mais alienados acerca do seu trabalho. Braverman (1981) caracteriza a implementação dessas medidas como sendo uma exploração total do trabalhador, e critica o caráter científico do trabalho de Taylor, tal como se pode ver na seguinte passagem:

A gerência científica, como é chamada, significa um empenho no sentido de aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão. Faltam-lhe as características de uma verdadeira ciência porque suas pressuposições refletem nada mais que a perspectiva do capitalismo com respeito às condições da produção. Ela parte, não obstante um ou outro protesto em contrário, não do ponto de vista humano, mas do ponto de vista do capitalista, do ponto de vista da gerência de uma força de trabalho refratária no quadro de relações sociais antagonicas. (...) Investiga não o trabalho em geral, mas a adaptação do trabalho às necessidades do capital (p. 83-83).

O fordismo, no que corresponde ao espaço físico da fábrica, incorpora algumas inovações técnicas nas teorias tayloristas com o intuito de aumentar o dinamismo da produção. Nesse sentido, a principal inovação foi a introdução da esteira rolante, que serve para estabelecer o ritmo e a padronização do trabalho, permitindo, por meio da produção em série, produzir mais em menos tempo. Porém, a grande importância atribuída ao fordismo, no que diz respeito à organização do trabalho e ao regime de acumulação começa, segundo David Harvey (1993), em 1914, quando Henry Ford (1863-1947) introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabelecera no ano anterior em Dearborn, estado de Michigan (EUA).

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (p. 121).

Com o aumento de movimentos monótonos e contínuos exigidos do trabalhador, Ford passa a analisá-lo fora da fábrica, investindo na normatização da sua vida social, de modo que ele volte para a fábrica no dia seguinte com a atenção renovada para dar conta do trabalho. A demanda de um novo tipo de homem, adaptado às novas condições de trabalho, exige regulação até dos aspectos mais íntimos da vida dos trabalhadores.

Para tanto, as fábricas de Ford passam a contar com a ajuda de profissionais do campo da psicologia, e passam a dar preferência para os trabalhadores casados, pois estes apresentam, geralmente, uma vida sexual estável e, portanto, menos propensa a libertinagens²⁹. Desse modo, a indústria capitalista passa da administração efetiva da produção para a regulação de toda a vida do trabalhador, fazendo do trabalho um organizador da vida social de uma forma geral - a racionalidade da fábrica extrapola para outras esferas da vida social. Para Marcuse, na “sociedade unidimensional”, onde a tecnologia, a cultura, a política e a economia estão fundidas em um sistema capaz de atrelar eficazmente o progresso técnico à estrutura de dominação, o aparato produtivo tende a tornar-se totalitário, chegando a determinar até mesmo as necessidades e aspirações individuais dos trabalhadores (VALLE, 2005).

O assalariamento, inaugurado por Ford em sua fábrica, surgiu com a intenção de criar uma sociedade de consumo, pois, como ele havia imaginado, o aumento da produtividade gera aumento de mercadorias, que por sua vez necessita de mercado consumidor para comprá-las. Sua filosofia era a de que cada trabalhador deveria ter um carro (no caso, um “Ford”). E, para que os trabalhadores possam ser integrados ao mercado consumidor, eles precisam ganhar mais do que o mínimo necessário para sua subsistência.

Ford acreditava que o novo tipo de sociedade poderia ser construído simplesmente com a aplicação adequada ao poder corporativo. O propósito do dia de oito horas e cinco dólares só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade. Era também dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores (HARVEY, 1993, p. 122).

Segundo Harvey (1993), era tal a crença de Ford no poder corporativo de regulação da economia como um todo, que a sua empresa aumentou os salários no começo da Grande Depressão (1929) na expectativa de que isso aumentasse a demanda efetiva, recuperasse o mercado e restaurasse a confiança da comunidade de negócios. Mas, como as leis coercitivas da competição se mostraram demasiado fortes, Ford foi forçado a demitir trabalhadores e cortar salários. Desse modo, ele não conseguiu implementar sua proposta na própria fábrica, pois, pagando menos aos trabalhadores,

²⁹ Para maiores informações acerca do controle da vida social do trabalhador pela empresa capitalista, ver o ensaio de Gramsci intitulado *Americanismo e fordismo* (1978).

seus concorrentes conseguiram produzir mercadorias à preços menores e, portanto, levar vantagem na concorrência. “Foi necessário o *New Deal* de Roosevelt para salvar o capitalismo – fazendo através da intervenção do Estado, o que Ford tentara fazer sozinho” (HARVEY, 1993, p. 122).

A intervenção do Estado na economia - a primeira vez na história do capitalismo, que até então vinha se guiando pela doutrina liberal do *laissez-faire* (que pregava a não intervenção do Estado na economia) - marca, segundo Singer (1998), a entrada do capitalismo numa nova etapa, chamada por ele de “capitalismo dirigido”. O contexto de crise mundial, existente desde a Primeira Grande Guerra (1914-1918) e causada, principalmente, pela superprodução, e a ameaça revolucionária de organização trabalhista inspirada pela Revolução Russa impuseram, aos Estados capitalistas, uma maior regulação da economia e das relações entre capital e trabalho.

O *New Deal* norte-americano, criado pelo economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946) e implementado pelo presidente estadunidense Franklin Delano Roosevelt (1882-1945) no início da década de 1930 como tentativa de recuperar o país da crise que deflagrou em 1929, espalhou-se por todos os países capitalistas após 1945, tornando-se hegemônico na Europa capitalista com o nome de Estado de Bem-Estar-Social. Confrontando-se nos campos de batalha da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) com a estratégia totalitária nazi-fascista de capitalismo dirigido, a estratégia democrática, guiada pelos Estados Unidos, tornando-se vencedora, passa a difundir mundialmente a revolução rooseveltiana de intervenção do Estado na economia.

No Brasil, e em grande parte dos países da América Latina, o esquema societário do pacto keynesiano, responsável pelo *New Deal* norte americano e pelo Estado de Bem-Estar-Social na Europa, teve sua expressão nos regimes caracterizados como nacional-populistas. Num contexto de industrialização acelerada, conhecido como “substituição das importações”, estes regimes modelaram durante décadas o comportamento das organizações sindicais, preparando uma classe operária com limitada capacidade de auto-organização e voltada para pautas postas pelo poder estatal.

O acúmulo de trabalhadores em fábricas de larga escala sempre trazia, para os capitalistas, a ameaça de uma organização trabalhista mais forte e, conseqüentemente, do aumento do poder da classe trabalhadora. Mesmo assim, segundo Harvey (1993), as corporações aceitaram a contragosto o poder sindical, particularmente quando os sindicatos procuraram controlar seus membros e colaborar com a administração em planos de aumento da produtividade em troca de ganhos de salário, que ainda

estimulavam a demanda efetiva da maneira originalmente concebida por Ford. O Estado, por sua vez, assumia uma variedade de obrigações, com políticas que eram dirigidas para áreas de investimento público vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa, e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos criaram ainda uma nova concepção de salário, acoplando direitos sociais a este, com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação, etc., além de exercer poder direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção.

O assalariamento passou a significar um contrato que estabelecia direitos e deveres associados à relação trabalhista. O que Ford propôs para sua fábrica o Estado passou a propor para a sociedade, agindo por meio de uma intervenção concreta na reprodução da força de trabalho e no desenvolvimento de uma sociedade de consumo em massa capaz de sustentar uma produção em massa. Este compromisso, pelo qual se reafirmou a democracia, adicionando-lhe a responsabilidade assumida pelo Estado de garantir a todos os cidadãos trabalho e condições aceitáveis de vida (SINGER, 1998), assegurou que o capitalismo passasse por uma fase de enorme prosperidade, fase esta que percorreu os anos de 1945 a 1973, e lhe rendeu o título de “anos dourados”. De acordo com Harvey (1993), ao longo deste período “os padrões de vida se elevaram, as tendências de crise foram contidas, as democracias de massa preservadas e a ameaça de guerras intercapitalistas tornada remota” (p. 125).

A classe trabalhadora, reconciliada com o assalariamento, voltava-se para a luta política em busca de maiores salários e ampliação dos direitos adquiridos, tendo, nos sindicatos, importantes instrumentos de representação e de pressão das classes capitalistas e do Estado. Os sindicatos tornaram-se organizações poderosas, cuja missão passou a ser a defesa dos interesses dos assalariados. O comportamento das organizações sindicais, tanto em seu vínculo com o poder público como em suas formas e estruturas organizativas, tratavam de incorporar as pautas de reivindicação salarial e de direitos sociais (direitos trabalhistas, educação, saúde, previdência etc.). Destarte, enquanto por um lado a mediação estatal garantia o acesso a direitos sociais para a classe trabalhadora, por outro lado limitava a construção de uma ordem social autônoma para a mesma. Por meio do emprego, os trabalhadores alcançaram uma espécie de cidadania social, a qual, segundo Singer (2002), compensaria a posição subordinada e alienada que ocupam na produção. Para este autor, o Estado de Bem-Estar-Social

acabou por cooptar a luta dos trabalhadores contra o capitalismo voltando-a para a ampliação dos direitos sociais e por melhores condições salariais.

Reestruturação produtiva e o advento do neoliberalismo

Nos anos 1970, após um período “dourado” de cerca de trinta anos, um quadro de crise instaurou-se no sistema capitalista. Harvey (1993) argumenta que em meados dos anos 1960 já existiam indícios de crise do fordismo. E, considerando que nesta época a recuperação da Europa Ocidental e do Japão do pós-guerra tinha se completado e seu mercado interno já estava saturado, pode-se dizer que no período de 1965 a 1973 tornou-se cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo.

O aumento da competitividade entre as economias capitalistas - com a recuperação européia e japonesa e o retorno da competição com os Estados Unidos - e o esgotamento da expansão dos mercados consumidores dos países avançados causou o deslocamento crescente da produção industrial para países de capitalismo tardio. Nestes países os custos salariais eram menores, o sindicalismo era fraco, e infra-estruturas e incentivos fiscais eram oferecidos pelos governos com o intuito de atrair investimentos industriais. A transferência de unidades produtivas para países em desenvolvimento, assim como o envelhecimento da população trabalhadora nos países de capitalismo central, que passou a demandar de forma mais intensa o serviço de saúde e previdenciário, resultaram em déficit de arrecadação pelos Estados, maior dispêndio nos serviços sociais, aumento da inflação e no não fechamento de contas públicas (LIMA, 2007).

As medidas protecionistas nacionais passaram a ser questionadas em função da retração dos mercados e da maior competição industrial, o que induziu as economias capitalistas a uma maior liberdade comercial, retomando, assim, o discurso do livre mercado mediante a não interferência do Estado na economia. Além disso, a situação de recessão da economia passou a ser atribuída, pela classe dirigente, ao movimento operário, “que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais” (ANDERSON, 2008, p. 02). Desse modo, em função das quedas constantes nas taxas de lucro das empresas e dos altos percentuais de inflação, a medida capitalista de reajuste da economia previu um esvaziamento das

responsabilidades sociais e das atividades econômicas do Estado, cortando os gastos sociais e privatizando as empresas públicas.

A execução de reformas no aparelho do Estado iniciou-se a partir dos anos 1980 com os governos denominados Neoliberais, de Margareth Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos Estados Unidos. “Essas reformas visam dinamizar a economia, diminuindo custos da produção, privatizando empresas públicas e buscando desvincular as obrigações sociais da relação salarial ao flexibilizar os contratos e a jornada de trabalho” (LIMA, 2007, p. 38). Embora seus fundamentos teóricos tenham surgido em 1944, ano no qual Friedrich Hayek escreveu *O Caminho da Servidão*, e sua primeira experiência prática tenha se dado no Chile na década de 1970, foi somente no início da década de 1980 que o Neoliberalismo se instaurou nos países de capitalismo central, para então se alastrar para os países de capitalismo periférico no final da década de 1980 e início de 1990 já na condição de pensamento hegemônico³⁰. As diretrizes destas políticas foram assinaladas no chamado Consenso de Washington³¹. No Brasil, eleito em 1989, Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente a adotar estas medidas no país.

O sistema de produção taylorista-fordista, que havia sido hegemônico até então, passa a enfrentar uma demanda mais exigente por uma oferta diferenciada de mercadorias num mercado cada vez mais competitivo, que acaba esbarrando na sua produção em larga escala caracterizada pela rigidez do planejamento e da organização do trabalho. Desse modo, encalhes da produção e queda na produtividade do trabalho irão resultar na perda de competitividade de grandes conglomerados industriais tradicionais ante a competição asiática, mais barata, de maior qualidade e maior rapidez na oferta de produtos diferenciados, em razão do uso de novas tecnologias de produção e de gestão (LIMA, 2007).

Este contexto, marcado pela competição industrial entre os vários países e pela crise do petróleo em 1973, que favoreceu a busca e o desenvolvimento de novas fontes de energia e viabilizou novas tecnologias (entre elas a informática), ainda proporcionou um grande salto no desenvolvimento das forças produtivas, culminando na Terceira

³⁰ A maioria dos governos implementou as medidas neoliberais sob a alegação de que não havia outra alternativa para combater a situação de crise que se instalara.

³¹ É um conjunto de medidas – que se compõem de dez regras básicas - formulado em novembro de 1989 na cidade de Washington D. C. por economistas de instituições financeiras como o FMI (Fundo Monetário Internacional), o Banco Mundial e o Departamento de Tesouro dos EUA (Estados Unidos da América), fundamentadas em um texto do economista John Williamson. Tornou-se a política oficial do FMI em 1990, quando passou a ser “receitado” para promover o ajustamento macroeconômico dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades financeiras.

Revolução Industrial. Frutos desta, as comunicações em tempo real revolucionam o mercado financeiro e de produtos, possibilitando a desterritorialização das empresas na busca por menores custos. E, ainda, tal qual nas duas revoluções anteriores, a produção de novas tecnologias eliminou alguns setores produtivos que se tornaram ultrapassados, e criou novos.

David Harvey (1993) emprega a palavra “rigidez” para melhor explicar as dificuldades inerentes ao fordismo, pois esta estava em todas as áreas. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa; problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho; e problemas de rigidez dos compromissos do Estado, que foi se intensificando à medida que programas de assistência aumentavam sob pressão para manter a legitimidade em um momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos.

O fim do crescimento fordista deixava às empresas, segundo Gorz (2004), duas possibilidades para escaparem da estagnação: conquistar parcelas suplementares do mercado adentrando em países emergentes ou renovar aceleradamente a gama de suas produções, provocando a rápida obsolescência dos seus produtos por meio de intensos esforços em matéria de inovação e na capacidade de produzir em séries cada vez mais curtas e a custos unitários cada vez mais baixos. No entanto, uma e outra via exigiam a ruptura com o modo de produção fordista, pois a competitividade não podia mais depender das economias de escala obtidas pela produção em série uma vez que, em mercados potencialmente saturados, a única forma de crescimento possível era a rapidez com que se sucediam os gostos, as preferências e as modas.

Em vista disso, as décadas de 1970 e 1980 foram um período intenso de reestruturação econômica e de reajustamento social e político, no qual uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Segundo Harvey (1993), essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta. O novo regime de acumulação, que é marcado por um confronto direto com a rigidez do fordismo, apóia-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo, sendo conhecido, portanto, como acumulação flexível.

A acumulação flexível se adaptou de diferentes formas no sistema produtivo de cada país, e adquiriu grande expressão no “modelo japonês” de produção, chamado *toyotismo* ou pós fordista, que ofereceu a solução ideal ao problema de rigidez com o qual se defrontavam as indústrias ocidentais. O *toyotismo* representa uma reestruturação econômica dentro do sistema capitalista de produção, e estabelece um novo regime de regulação³². Ele foi desenvolvido no Japão por um engenheiro-chefe das fábricas Toyota, chamado Taiichi Ohno, inventor do método *kanban* e autor do livro *O Espírito Toyota*. O país de Ohno, que teve a economia recuperada após a Segunda Guerra Mundial com o capital norte americano, decorrente do plano Colombo³³, possuía diversas características que o diferenciava dos Estados Unidos e da Europa e que eram propícias às transformações nos modos de produção geradas pelo *toyotismo*.

A primeira medida a ser tomada para a implementação do *toyotismo* é a destruição do sindicalismo combativo por ramo de atividade e/ou categoria profissional, e o estímulo do sindicalismo por empresa, o que torna o movimento dos trabalhadores mais fragmentando e voltado para a empresa. Para o bom funcionamento desse modelo, que entre outros recursos conta com um sistema de premiação e vantagens para os trabalhadores estratégicos, o trabalhador deve se sentir como parte da empresa: passa a ser tratado como um colaborador e não mais como empregado, pois, além de polivalente (realiza várias atividades), o trabalhador deve cuidar da eficiência e da qualidade da produção, o que implica num maior esforço pessoal e na administração dos serviços dos outros trabalhadores (o vigia dos outros – *team work*), fator este que possibilita a diminuição do papel das gerências. Há, neste momento, a apropriação de uma certa subjetividade do trabalhador no que diz respeito, principalmente, a participação deste na concepção do processo de trabalho, subjetividade esta que havia sido combatida com o advento do binômio taylorismo-fordismo.

Dentre as principais inovações atribuídas ao *toyotismo* no sistema produtivo, encontram-se:

³² Segundo Gounet (1999) um regime de acumulação é a lógica, e são as leis macroeconômicas que descrevem os movimentos conjugados, no decorrer de um longo período, das condições de produção (produtividade do trabalho, grau de mecanização, importância relativa dos diferentes ramos) e, por outro lado, das condições de uso social da produção (consumo das famílias, investimentos, gastos governamentais, comércio externo).

³³ Implementado pelos EUA na década de 1950 para estimular o desenvolvimento dos países do sul e sudeste asiático.

- 1) O modelo “*just in time*”, por meio do qual a produção se dá a partir do momento em que o consumo já está garantido, evitando o desperdício e o encalhamento de mercadorias (estoque zero – Ohno se baseou nas prateleiras de supermercado);
- 2) o *Kanban*, que é um sistema de informação na linha de produção que permite à administração saber o que está sendo feito e por quem está sendo feito;
- 3) as células (ou ilhas) de produção, que não eliminam a linha de montagem desenvolvida pelo sistema fordista, mas garante que determinadas tarefas sejam feitas por equipes de trabalhadores preparados e dentro de uma competitividade muito grande, significando maior responsabilidade de um trabalhador em relação ao trabalho do outro;
- 4) a desespecialização das atividades produtivas, que cria uma situação de multifuncionalidade na força de trabalho, permitindo que os trabalhadores realizem diversas tarefas (a empresa se torna mais funcional, pois a mesma quantidade de trabalho passa a ser realizada por uma quantidade menor de trabalhadores);
- 5) o re-trabalho, que acontece quando o sistema *Kanban* aponta para uma determinada falha que tenha surgido na produção, incumbindo a equipe responsável de refazer o trabalho;
- 6) o Círculo de Qualidade Total (CQT), no qual os trabalhadores são capazes de perceber onde encontram-se os gargalos (problemas) da produção, e são chamados com a finalidade de apontá-los e resolvê-los, sendo que, depois do trabalho, os trabalhadores são convocados para discutir o que foi feito no serviço em termos de qualidade;
- 7) as técnicas *Kaisen*, que pretendem tornar os trabalhadores conscientes de que cada um deles realiza a função do engenheiro industrial, e funcionam por meio de um sistema de aprendizagem continuada dentro da própria produção, cujo intuito é desenvolver nos trabalhadores sua percepção da necessidade de contínuo aperfeiçoamento;
- 8) e maior flexibilização da produção, que permite que se coloque com mais rapidez no mercado novos modelos de produtos (uma maior flexibilidade na produção permite que com uma mesma estrutura criem-se vários modelos de produtos – tanto que nos anos de 1980 os modelos de carro japonês ameaçaram os restritos modelos norte-americanos) (CORIAT, 1993; GOUNET, 1999; HARVEY, 1993).

Essas inovações contribuíram para uma maior preocupação com a qualidade e com a diversidade da produção, além de gerar maior flexibilidade da produção, da indústria, e do próprio trabalhador. As transformações tecnológicas e organizacionais implementadas tomaram caráter crescentemente global, e afetaram o movimento operário e sindical de diversas formas. Segundo Costa (2008), a exemplo do que ocorreu por ocasião da primeira e da segunda revolução industrial, a reestruturação industrial em curso, com seus ramos industriais ligados à tecnologias de ponta, criará uma classe operária nova. A mudança do perfil da classe operária, assim como do sistema produtivo de um modo geral, trouxe profundas repercussões para o movimento operário. Em decorrência, principalmente, do aumento da taxa de desemprego, do crescente aumento do setor de serviços, da redução dos trabalhadores fabris, do aumento do setor informal, e da emergência do trabalho terceirizado, o movimento sindical retrai-se. O modelo sindical que predominou no período fordista, que adquiriu sua configuração no trabalho fabril e que tinha como base o trabalhador industrial, entra em crise. Este modelo ocasionou um certo retrocesso na organização do movimento operário, que estava adaptada ao modelo fordista, mas, em contrapartida, abriu uma nova porta para os trabalhadores, por meio da qual terão oportunidade de rever suas prioridades e praticar diferentes estratégias de lutas anticapitalistas.

A grande unidade produtiva do período de acumulação fordista, que reunia milhares de trabalhadores, diminuiu de tamanho. Com a reestruturação produtiva da empresa (denominada de *Downsizing*), caracterizada pelo modelo da empresa “enxuta”, há um aumento crescente do desemprego devido, entre outros fatores, à eliminação de diversos postos de trabalho, que se acentua com a obsolescência de certas profissões (devido ao avanço tecnológico advindo da Terceira Revolução Industrial).

Somando-se aos fatores que contribuíram para o fomento do desemprego, pode-se apontar a crise de acumulação das empresas e a aventura da internacionalização da produção realizada pelas grandes corporações a partir da segunda metade do século XX, principal responsável pelo início do fenômeno da globalização (COSTA, 2008). O desemprego conjuntural dá lugar ao desemprego estrutural, e as grandes greves dão lugar a movimentos pontuais naquelas categorias que mantiveram maior poder de barganha, e cuja bandeira de luta passa a ser a manutenção do emprego. Costa (2008) apresenta alguns números para ilustrar essa questão:

(...) o desemprego nos países da Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne os países industrializados, está por volta de 40 milhões de trabalhadores e, em nível global, atinge 800 milhões de trabalhadores, segundo recente relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (p. 132-133).

A empresa “enxuta” pressupõe uma reestruturação organizacional com a eliminação de força de trabalho considerada desnecessária e com a focalização da produção no processo principal da empresa, externalizando as demais atividades por meio do processo chamado de terceirização (do inglês *outsourcing*, que significa “busca por suprimentos”). “A terceirização resultará no fechamento de seções inteiras e mesmo de unidades que são transferidas a outras empresas subcontratadas, descentralizando-se e desverticalizando-se a fábrica” (LIMA, 2007, p. 39). Sem a necessidade de proximidade geográfica da produção mediante o uso de novas tecnologias, ocorre a desindustrialização de áreas tradicionais, as denominadas “*brownfields*”³⁴, e a industrialização de novas áreas, denominadas, por sua vez, de “*greenfields*”³⁵.

As novas formas de produção, baseadas na focalização das empresas em seu produto principal e na terceirização de partes da produção e serviços que antes agrupavam, basearam-se nas redes que integram as empresas japonesas - os *Keiratsu* -, porém, diferenciadas em vários aspectos. Segundo Lima (2007),

Na versão ocidental, a reestruturação produtiva estará em busca de menores custos, ficando por conta das terceirizadas a busca pela modernização tecnológica como forma de permanecer no mercado. No geral, as relações inter-firmas implicam encomendas com prazos curtos, obrigando as empresas terceiras a intensificar ainda mais o trabalho para dar conta dos prazos estipulados, trabalhando de forma reativa e totalmente dependente das empresas primeiras (p. 45).

Os objetivos da terceirização estão em plena harmonia com o modelo toyotista. De acordo com Faria (1994), são objetivos da terceirização: reduzir despesas com encargos sociais, diluindo o valor agregado dos custos do trabalho por diversos clientes; introduzir novos métodos organizacionais e de gerenciamento da mão-de-obra; racionalizar a produção, definindo o “foco” de atuação da empresa, de modo a deixá-la mais enxuta e com uma estrutura mais dinâmica; e quebrar o movimento sindical no trabalho de organização e na tomada de consciência do conjunto dos trabalhadores.

³⁴ São áreas “poluídas”, com alta concentração de unidades produtivas em áreas urbanas, forte especulação imobiliária, congestionamento de tráfego e força de trabalho organizada, mobilizada, e com maiores salários.

³⁵ São áreas favoráveis aos investimentos industriais, que recebem incentivos fiscais e fornecimento de infra-estrutura do governo local, e apresentam força de trabalho barata e baixa mobilização sindical.

Essa flexibilidade da produção, calcada no abandono da verticalização da produção e com sua focalização no produto principal, no estabelecimento de redes empresariais e na busca incessante de inovação tecnológica e organizacional, acarreta na flexibilização dos contratos de trabalho, significando, para o trabalhador, maior precarização de seu contrato e de suas condições de trabalho. Desse modo, contratos de trabalho por tempo indeterminado, envolvendo benefícios como seguros sociais e direitos variados são reduzidos, multiplicando-se, em seu lugar, os contratos temporários com jornadas parciais, sem horas extras e outros benefícios, o trabalho informal sem qualquer espécie de contrato, e formas alternativas de utilização da força de trabalho consideradas flexíveis e de menores custos, como, por exemplo, o trabalho associado em cooperativas. Diante de uma menor pressão sindical, as empresas rebaixam salários, eliminam custos e pressionam o Estado a reduzir obrigações sociais com a justificativa de tornarem-se mais competitivas (LIMA, 2007).

A reestruturação questiona a idéia de cidadania salarial, e força um ajuste estrutural de adequação das políticas estatais. Nesta conjuntura, o mercado informal, que até a década de 1970 era considerado uma característica de países “subdesenvolvidos”, chegou ao “primeiro mundo” com um caráter funcional ao setor formal, constituindo uma relação de complementaridade com este. O fenômeno da informalidade apresenta um novo panorama para a sociedade dos anos 1980, deixando de ser vista como sinônimo de atraso e passando a ser vista como trabalho flexível.

Na tentativa de amenizar a crise do aumento do número de desempregados, criou-se, na sociedade capitalista, a ideologia do empreendedorismo, segundo a qual todos são capitalistas natos, tendo de desenvolver seu caráter empreendedor para se dar bem no mundo capitalista. Ou seja, para não se juntar ao crescente exército industrial de reserva, as pessoas têm de se virar sozinhas, sem esperar a ajuda do Estado ou de qualquer outro lugar.

A flexibilidade característica deste momento, utilizada como condição para diminuir custos e aumentar a competitividade das empresas, impulsionou a criação das cooperativas “pragmáticas” (que podem incluir as chamadas “falsas cooperativas”, “cooperatos” ou “cooperfraudes”), “que funcionam terceirizadas para empresas e, em geral, foram organizadas por essas mesmas empresas ou, ainda, integram programas estatais de geração de renda, desvinculadas dos princípios do movimento cooperativista” (LIMA, 2004, p. 03). Lima (2004) as descreve:

As cooperativas “pragmáticas” são cooperativas organizadas com o objetivo de terceirizar atividades de empresas e reduzir custos. Nestas, não existe a preocupação com democracia no trabalho ou autonomia do trabalhador. A finalidade é o trabalhador organizar-se autonomamente e responsabilizar-se pelo empreendimento, livrando a empresa das obrigações sociais. No geral, as empresas garantem, por algum tempo, contratos de compra de produtos ou serviços. São chamadas, ainda, de falsas ou pseudocooperativas por sua desvinculação absoluta dos princípios cooperativistas. Funcionam, entretanto, na manutenção de empregos ou na geração de renda em situações de privatização, terceirização e, mesmo, de políticas públicas de apoio a investimentos industriais (p. 09).

Estas cooperativas, organizadas diretamente para a terceirização industrial, podem ser formadas, de acordo com Lima (1996 e 2004), por meio de políticas públicas de atração de investimentos industriais (tal qual constatou-se em alguns países, e em estados do nordeste do Brasil, sendo Ceará o pioneiro), por meio das próprias empresas que as organizam em seus processos de reestruturação econômica, ou mesmo em situações nas quais sindicatos e empresas se juntam com o intuito de manutenção de empregos, os primeiros organizando as cooperativas e as segundas garantindo a terceirização da produção. Essas práticas, embora aconteçam com certa frequência, são consideradas ilegais, de modo que, quando são localizadas pelo Ministério Público, muitas dessas cooperativas são fechadas ou obrigadas a se adequar à legislação cooperativa.

Nas “falsas cooperativas”, a flexibilização do trabalho tem sido entendida como precarização das relações de trabalho, pois a situação dos trabalhadores, ao contrário do que se espera acontecer nas cooperativas relacionadas com o movimento cooperativista, é muito precária. A autogestão no empreendimento fica prejudicada devido à grande dependência destas com as empresas contratantes, que estabelecem quais produtos fazer, de qual modo fazer, e em quanto tempo fazer. E ainda, além de não possuir as vantagens características do trabalho cooperativo (autonomia nas tomadas de decisões, acesso irrestrito às informações do empreendimento, etc.), inexistem qualquer tipo de direito trabalhista, eliminados em virtude da condição de trabalho autogestionário formalmente existente no empreendimento.

Neste caso, portanto, a busca das empresas por escapar das obrigações sociais (adquiridas em tempos anteriores pelos trabalhadores nas relações de assalariamento), no intuito de obter mão-de-obra mais barata e tornarem-se mais competitivas, propiciou a utilização do trabalho autogestionário em cooperativas de trabalho e de produção industrial. Este, embora tenha se originado no seio do movimento operário em luta contra a exploração capitalista, passou a ser apropriado pelo capital como forma de

empresa capitalista alternativa capaz de diminuir custos de produção, proporcionando a valorização do capital ao mesmo tempo em que torna a situação do trabalhador mais precária.

CAPÍTULO 3 - ECONOMIA SOLIDÁRIA

Origem e características

O quadro de crise que se formou a partir da década de 1970, conforme descrito, caracterizado pelo esgotamento do modelo de produção taylorista-fordista e esvaziamento dos Estados keynesianos, provocou o desdobramento de novas configurações societais. As crescentes quedas nas taxas de lucro suscitaram um processo de reestruturação produtiva das empresas, que provocou, por sua vez, profundas transformações no mundo do trabalho e, conseqüentemente, no âmbito da sociedade de um modo geral. Com o advento do desemprego em massa, crise do modelo fordista³⁶, enfraquecimento do movimento sindical³⁷, fracasso das experiências socialistas de modelo soviético e, ao mesmo tempo, em meio à crítica ao padrão de desenvolvimento capitalista, com seus efeitos destrutivos ao meio ambiente e promoção de desigualdades sociais, começam a emergir novas formas de reação e propostas de alternativas ao capitalismo. Neste contexto, e na perspectiva de sociedades mais justas, inúmeros movimentos sociais aparecem como respostas à crise, dentre eles, o movimento de Economia Solidária.

Tratando-se de um fenômeno social e, portanto, parte de um processo dialético da história, não é possível falar do surgimento da Economia Solidária com início datado e registrado, pois os processos são demorados e, em geral, são fenômenos antigos reinterpretados e modificados pelas novas condições sócio-históricas (LECHAT, 2002). Como as crises não são idênticas, o desenvolvimento das forças produtivas se encontra em patamares distintos, e os atores promotores também diferem de uma geração para outra, as diversas ondas de reivindicação popular e de economia social apresentam personalidades diversas³⁸. Nesta perspectiva, a Economia Solidária se constituiria numa recuperação do debate do movimento operário do século XIX em busca de uma sociedade mais justa e solidária, contando, de igual modo, com a influência dos movimentos contraculturais do final da década de 1960, nos quais inúmeros

³⁶ Também chamado de sociedade salarial, agregou direitos sociais à relação de trabalho transferindo para o Estado a prestação de serviços necessários para a reprodução da força de trabalho.

³⁷ Segundo Armando Boito Jr. (In SANTANA; RAMALHO, 2003), embora haja regiões do planeta em que o sindicalismo esteja crescendo, há um refluxo, ao menos como tendência dominante, na parte ocidental da Europa e em quase todo continente americano, tanto na América do Norte como na América do Sul.

³⁸ Demoustier (2006) analisa, à luz das mutações do capitalismo francês, as grandes mutações sofridas pelas diversas formas de economia social, e distingue cinco fases distintas (p. 16-17).

movimentos sociais e étnicos trouxeram uma nova visão da dimensão social, da sua relação com o econômico e da relação do homem com o meio ambiente.

Paul Singer, principal referencial da Economia Solidária no Brasil (autor de várias obras sobre o assunto e Secretário Nacional de Economia Solidária desde a fundação da SENAES, em 2003), afirma, em muitas de suas obras, que as raízes históricas da Economia Solidária encontram-se nos primórdios do capitalismo industrial, quando surgiram as primeiras cooperativas como forma de reação da classe operária à pobreza e à difusão das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX. As cooperativas, cuja estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário, de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia socialista, eram tentativas por parte dos trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas resultantes da Primeira Revolução Industrial (SINGER, 2002; 2003a; 2003b e apud SANTOS, 2005). E completa afirmando que embora não seja criação intelectual de alguém, mas uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo, os autores socialistas denominados “utópicos” da primeira metade do século XIX teriam dado a contribuição decisiva para o desenvolvimento da Economia Solidária.

Com a crise da década de 1970, o desemprego e o fechamento de empresas fizeram florescer na Europa, a partir de 1977 e até 84, como aponta Lechat (2002), uma série de iniciativas para salvar ou criar empregos por meio da recuperação de fábricas falidas, geridas de forma autogestionária pelos próprios trabalhadores, muitas delas contando com o apoio de sindicatos progressistas. Esta luta, que se desenvolve em um primeiro momento como uma maneira de “sobrevivência dentro do capitalismo”, pode evoluir para uma alternativa efetiva contra o capital quando a propriedade coletiva e a autogestão no empreendimento são acompanhadas por um questionamento radical (aquele que vai à raiz das coisas) do capitalismo.

No Brasil, Singer (2003a) conta que a Economia Solidária começa a ressurgir de forma esparsa na década de 1980, mas ganha impulso crescente com a abertura do mercado interno às importações a partir de 1990³⁹. Em 1991, com a falência da empresa calçadista Makerli de Franca (SP), assessores sindicais apoiaram os operários, que conseguiram se apossar da massa falida da empresa transformando-a numa cooperativa

³⁹ Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, até 1979, existiam 393 empreendimentos de Economia Solidária no Brasil; de 1980 a 1989 eles eram 1.561; passaram para 7.413 entre 1990 e 1999, para então alcançar o número de 12.221 em meados dos anos 2000 (www.mte.org.br/ecosolidaria/Apresentação_SIES_2008).

de produção (SINGER, 2002; 2003a). A experiência da Makerli, assim como de outros casos similares, atraiu o apoio de estudiosos e órgãos diversos que passaram a fomentar e apoiar essas experiências com o objetivo de combater o desemprego e lutar por uma sociedade mais igualitária, com base socialista.

Embora tenham papel central no movimento, a Economia Solidária não se restringe às cooperativas. Assim sendo, os empreendimentos que, ao lado das cooperativas, constituem o campo da Economia Solidária, são conhecidos por “empreendimentos econômicos solidários”. De acordo com Gaiger (apud CATTANI, 2003):

Aglutinando indivíduos excluídos do mercado de trabalho, ou movidos pela força de suas convicções, à procura de alternativas coletivas de sobrevivência, os empreendimentos econômicos solidários desenvolvem atividades nos setores da produção ou da prestação de serviços, da comercialização e do crédito. Apresentam-se sob forma de grupos de produção, associações, cooperativas e empresas de autogestão e combinam suas atividades econômicas com ações de cunho educativo e cultural, valorizando o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade social em que se inserem (p. 135).

Devido à existência de uma diversificada gama de empresas, Paul Singer (2003) acredita que a extraordinária variedade de organizações que compõem o campo da Economia Solidária permite formular a hipótese de que ela poderá se estender a todos os campos de atividade econômica, uma vez que não haveria, em princípio, um tipo de produção e distribuição que não possa ser organizado como empreendimento solidário. Ele crê, portanto, que a Economia Solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, caracterizando-a como um projeto de síntese dialética: “O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre capitalismo e pequena produção de mercadorias. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos” (SINGER, 2003a, p. 13). O autor, assim, coloca a Economia Solidária no movimento da história como sucessora do sistema capitalista. Esta terá, como principais características, de acordo com Singer, a substituição do modo de produção privado pelo coletivo e do princípio da competição pelo da solidariedade.

Na Europa, o movimento de Economia Solidária recebe nomes distintos, e nem sempre corresponde aos mesmos tipos de experiências. Na França, país onde este setor apresenta grande desenvolvimento e um amplo debate, ele é mais comumente conhecido

pelo nome de Economia Social, que, no caso, abarca um conjunto muito mais amplo de experiências. Demoustier (2006) divide as atividades que compõem o campo da Economia Social em três grandes estatutos: associação, cooperação e mutualidade. Segundo a autora, participam dessas atividades,

Desde pescadores que devem reestruturar seu setor até assalariados urbanos que organizam coletivamente suas férias, desde atividades de convívio que mobilizam poucos meios materiais até a necessidade de proteção social que necessita de uma base financeira cada vez maior (...) (p. 69-70).

Nestes três grandes estatutos, a autora apresenta um número formidável de iniciativas: 1.550 cooperativas de produção, por volta de 5.000 sociedades mutualistas, aproximadamente 150.000 associações empregadoras, 4.600 caixas locais e 120 estabelecimentos de crédito cooperativo e mutualista (p. 69), tudo isto na França.

Em relação ao grande número de atividades, Chaves Ávila (apud LECHAT, 2002) explica que conforme o objeto de estudo foi progressivamente se ampliando, toda forma de associação que contraria a lógica do desenvolvimento capitalista passou a ser considerada ao lado das atividades que compõem a trilogia da Economia Social tradicional - cooperativas, sociedades mutualistas e associativistas. Desta maneira, o autor conta que o grau de heterogeneidade deste setor foi crescendo e diluindo progressivamente suas fronteiras históricas com as do setor público, capitalista e de economia doméstica.

A Economia Solidária, tal como é concebida no Brasil, defini-se, de forma sucinta, como “(...) um conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva autogestionária” (ATLAS, 2006). Nesse conjunto de atividades e formas de organização destacam-se quatro características: cooperação, autogestão, dimensão econômica e solidariedade. Ela é identificada, também, como um movimento do qual faz parte uma série de instâncias de organização da sociedade civil e governamental, instituições de fomento, além dos próprios empreendimentos de base essencialmente popular.

Em 2006, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da SENAES, lançou o *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005*, no qual foi realizado um mapeamento acerca da Economia Solidária no país. Para tanto, foi desenvolvido o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), que tratou (e segue

fazendo isso) de identificar e caracterizar os empreendimentos econômicos solidários e entidades de apoio, assessoria e fomento à Economia Solidária, de modo a constituir uma base nacional de informações em Economia Solidária (www.mte.org.br/ecosolidaria/sies).

As atividades econômicas que abarcam o campo da Economia Solidária são, de acordo com o SIES, a produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, comércio justo e consumo solidário. Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) possuem as características já citadas (cooperação, autogestão, atividade econômica e solidariedade), e compreendem as organizações (Atlas, 2006, p. 13):

a) coletivas – organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, redes, centrais, etc.;

b) cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;

c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;

d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal e;

e) que realizam as atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização e de consumo solidário.

As Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária, por sua vez, são as organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento.

O quadro da Economia Solidária no Brasil

O mapeamento realizado em 2005 (ATLAS, 2006), identificou 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários em 2.274 municípios localizados nas cinco regiões brasileiras. Considerando a distribuição territorial, a pesquisa destacou uma maior concentração dos empreendimentos na região Nordeste, com 44% (6.549). Os restantes estão distribuídos da seguinte maneira: 17% (2.592) na região Sul, 14%

(2.144, sendo 641 espalhados por 147 cidades no estado de São Paulo) na região Sudeste, 13% (1.884) na Região Norte e 12% (1.785) na região Centro-oeste. Os baixos índices sócio-econômicos da região Nordeste podem estar relacionados à grande concentração de EES nesta região, uma vez que estas experiências podem representar uma opção importante de trabalho e renda para pessoas que se encontram excluídas do mercado de trabalho. Todos os dados que serão apresentados na seqüência referem-se à pesquisa realizada pelo Atlas da Economia Solidária no Brasil, em 2005.

Em relação à forma de organização, os EES estão distribuídos em: forma de associação (54%), Grupos Informais (33%), Organizações Cooperativas (11%) e outras formas de organização (2%). Na região Sudeste⁴⁰, a primeira representa 31% do total de organizações, os segundos 51%, as terceiras 15% e as últimas 3%. A baixa incidência de cooperativas, em comparação com as associações e grupos informais, pode estar relacionada ao parco apoio despendido para esta iniciativa (RECH, 2001), que ainda encontra algumas dificuldades para sua formação (como, por exemplo, necessitar de pelo menos 20 pessoas). Além do mais, muitas cooperativas não apresentam qualquer relação com a Economia Solidária, como é o caso das falsas cooperativas, utilizadas como meio diminuir custos com a mão-de-obra, e de outras tantas que se encontram vinculadas às elites agro-exportadoras.

Metade (50%) dos EES atua exclusivamente na área rural, 33% exclusivamente na área urbana e 17% atuam tanto na área rural quanto urbana. No Sudeste, 60% atuam na área urbana (é a maior porcentagem entre as regiões), 27% na área rural e o restante nas duas áreas. Quanto às atividades desenvolvidas pelos grupos, temos: Produção Agropecuária, Extrativismo e Pesca (41%)⁴¹; Produção e Serviços de Alimentos e Bebidas (18%); Produção de Artefatos Artesanais (14%); produção Têxtil e Confecções (9%); Prestação de Serviços (6%); Produção Industrial (4%); Serviços de Coleta e Reciclagem de Materiais (3%); Produção de Fitoterápicos, Limpeza e Higiene (2%); Serviços Relativos a Créditos e Finanças (1%); Produção Mineral (0,5%) e Produção e Serviços Diversos (1,5%). Estes dados confirmam a presença de empreendimentos associativos na área rural, voltados, principalmente, para a produção agrícola, extrativismo e pesca.

⁴⁰ O motivo de se abordar a região Sudeste (SE) mais detalhadamente se deve ao fato da pesquisa referir-se a uma cooperativa que se encontra nesta região, mais precisamente no estado de São Paulo.

⁴¹ Os dados percentuais são, neste caso, números aproximados.

Quanto ao compromisso e a participação social dos EES, do número total, 58,2% afirmaram participar de movimentos sociais e populares e 42,2% de redes ou fóruns de Economia Solidária. Avaliando a situação da região Sudeste, constatou-se que cerca de 50% dos EES participam de movimentos sociais e populares, e a mesma porcentagem participa de redes ou fóruns de Economia Solidária, enquanto que quase 60% têm algum tipo de envolvimento em ação social ou comunitária. A cooperação entre os empreendimentos, fator de suma importância para fortalecer o setor da Economia Solidária no país, apresentou baixos índices na pesquisa. Os atos levados em consideração pela pesquisa para definir se um EES efetua a cooperação com outro(s) EES ou não, foram a aquisição de insumos dos próprios associados ou de outros empreendimentos econômicos solidários e a comercialização/troca de seus produtos ou serviços com outros empreendimentos da Economia Solidária. Aproximadamente um terço dos empreendimentos afirmou estar nesta situação (37%), sendo que o Sudeste é a região que apresentou o pior índice, com apenas 26%.

Em relação às dificuldades enfrentadas, as mais comentadas disseram respeito à comercialização dos produtos da atividade (61%), acesso ao crédito (49%), e apoio ou assistência técnica (27%). Os EES do Sudeste apresentam a mesma dificuldade da média nacional em relação à comercialização (cerca de 60%), menor dificuldade em relação ao crédito (cerca de 30%) e ao apoio ou assistência técnica (cerca de 20%). Estas dificuldades se relacionam à dificuldade de inserção destes empreendimentos no capitalismo. A inserção de produtos no mercado se esbarra com a concorrência dos produtos produzidos por empresas capitalistas, que geralmente oferecem menor preço aos consumidores, alcançados por meio da produção em larga escala e do menor custo com mão-de-obra, constantemente explorada. A produção em EES, embora não calcule o lucro no preço do produto, costuma ser realizada em baixa escala, com uma produção mais artesanal e priorizando a qualidade, e remunera a mão-de-obra de maneira justa (eliminando a mais-valia), o que faz com que seus produtos cheguem ao mercado consumidor com um custo mais elevado. O acesso ao crédito, por sua vez, está intimamente relacionado à primeira dificuldade, uma vez que as instituições tradicionais de crédito privilegiam os empreendimentos que apresentam maiores chances de sucesso econômico.

Essas dificuldades acabam se traduzindo, muitas vezes, nos resultados financeiros dos empreendimentos. De acordo com a pesquisa, 13% dos EES não são organizados com vistas a obtenção de resultados financeiros ou não informaram. Entre

os EES que se organizam em torno de uma atividade econômica, 38% consegue obter sobras em suas atividades, 33% não as obtém mas consegue arcar com as despesas realizadas, e 16% (aproximadamente 2.400 EES) não obtiveram faturamento suficiente para pagar suas despesas. Em relação à retirada⁴² dos sócios, um pouco mais da metade dos empreendimentos (59,3% - 8.870 entre 14.954) ofereceu informações para a pesquisa. Desse total, 50% (um pouco menos de 50% na região Sudeste) apresentaram retirada com valor de até meio salário mínimo⁴³. Em 26,1% (pouco mais de 25% no SE), a remuneração é de meio a um salário mínimo. Cerca de 15% (perto de 20% no SE) obtém retiradas que giram em torno de 1 a 2 salários mínimos, de 7% a 8% (6% a 7% no SE) os valores chegam de 2 a 5, e apenas 1% a 2% (semelhante ao SE) dos empreendimentos conseguem proporcionar retiradas acima dos 5 salários mínimos para seus sócios. Em relação a estes números, deve-se levar em consideração que para uma parte dos empreendimentos a razão de sua existência está na possibilidade de complementação de renda dos associados. No entanto, não se deve deixar de considerar que, para outra parte, a remuneração obtida no EES é a única existente, de modo que associados que obtém retiradas inferiores a um salário mínimo (que é calculado para proporcionar literalmente o mínimo que uma família de quatro pessoas precisa para sobreviver e, mesmo assim, proporciona esse mínimo de maneira extremamente precária) devem levar uma vida demasiadamente penosa.

Foi verificado que mais de 1 milhão e 250 mil pessoas estão associadas nos EES, e mais de 25 mil trabalhadores e trabalhadoras, embora não-sócios, possuem algum vínculo com os empreendimentos. Destes, 498.918 atuam em EES rurais, 268.911 em EES urbanos e 482.872 em EES simultaneamente rurais e urbanos. A proporção de pessoas envolvidas com estes empreendimentos, em relação à população total do país, é pequena se comparada com outros países, como a França por exemplo (ver DEMOUSTIER, 2006).

Considerando o aspecto de um recorte de gênero, foi constatado que do número total dos participantes associados aos EES, 450.663 (36%) são mulheres e 801.219 (64%) são homens, que estão distribuídos da seguinte maneira: das mulheres (sobre os 36%), 33,7% (SE 27,2%) encontram-se em EES atuantes na área rural, 47,4% (SE 34,9%) na área urbana e 32% (SE 28,4%) nas áreas rural e urbana; já os homens (sobre

⁴² É a remuneração dos sócios após determinado período exercendo sua atividade, o equivalente ao salário em uma empresa tradicional.

⁴³ Atualmente (desde 01/02/09) o salário mínimo é de 465 reais. De 01/05/04 a 01/05/05 seu valor era de 260 reais, e de 01/05/05 a 01/04/06 valia 300 reais.

os 64%), 66,3% (SE 69,4%) estão nos EES da área rural, 52,6% (SE 52,3%) na área urbana e 68% (SE 74,9%) nas áreas rural e urbana. Ao examinar o porte dos EES, foi constatado que quanto menor ele for, maior é a participação relativa das mulheres, pois há predominância de mulheres nos empreendimentos com menos de dez sócios (63%) – que não são cooperativas, pois estas necessitam de pelo menos 20 membros -, e de homens nos EES que possuem mais de 20 sócios (60% nos EES de 21 a 50 sócios e 66% nos EES com mais de 50 sócios). Há cerca de 2.300 empreendimentos constituídos exclusivamente por mulheres (16%), cerca de 1.500 cujos sócios são unicamente homens (11%), e os restantes (73%) são formados pelos dois sexos.

A pesquisa mostrou ainda uma relação de motivos, apresentados pelos membros, para a criação dos empreendimentos. O motivo mais recorrente se referiu a alternativa ao desemprego - 45% (SE 58%); seguido pelo de fonte complementar de renda - 44% (SE 48%); oportunidade de obter maiores ganhos em um empreendimento associado - 41% (SE 38%); desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos - 31% (SE 34%); integrar para ter acesso a financiamentos e outros apoios - 29% (SE 11%); alternativa organizativa e de qualificação - 4% (SE mesmo índice); motivação social, filantrópica e religiosa - 2% (SE 4%); desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades - 2% (SE 1%); recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu 1% - (SE 2%); e outros - 7% (SE 12%).

Por meio destes dados, verificou-se que a grande maioria das pessoas que ingressam em EES o faz como uma oportunidade de combater o desemprego e obter um meio de renda. Os 31% que relataram ter entrado pelo motivo da autogestão é o número mais favorável para a proposta da Economia Solidária, no sentido de que uma parte considerável dessas pessoas encara a Economia Solidária como uma alternativa ao capitalismo, e não apenas um complemento. O forte quadro de desemprego instaurado para boa parte da população brasileira, principalmente na última década do século XX, acaba sendo o grande responsável por este fato, uma vez que acaba forçando as pessoas a ingressar nestes tipos de empreendimento por necessidade, já que é preciso lutar pelo “pão de cada dia”, e não por uma escolha livre e esclarecida, que deveria ser feita com base na crítica ao capitalismo e no anseio por um outro tipo de sociedade. No entanto, de qualquer forma, o número de EES vem aumentando e, com eles, novas maneiras de relações econômicas, políticas, com o meio ambiente e entre as pessoas.

As Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária (EAFs) também fizeram parte da pesquisa. Foram identificadas 1.120 EAFs no Brasil, e verificado que a

participação relativa das entidades nas regiões é semelhante à participação dos empreendimentos: 51% estão localizadas no Nordeste, 16% no Sudeste, 15% no Sul, 11% no Norte e 7% no Centro-Oeste. Dentre todas, 10% atuam em todo território nacional, 5% atuam em nível interestadual, 28% no nível estadual, 20% intermunicipal e 37% atuam somente no município.

Quanto à forma de organização, foi apurado que há uma predominância das ONGs (Organizações Não Governamentais) com natureza jurídica de associação (46%). Em seguida as Fundações (13%), OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) (12%), Organizações Sindicais (7%), Organizações sem registro legal (6%), OS (Organização Social)⁴⁴ (6%), e outras (10%). Do total de organizações, 43,5% afirma não possuir qualquer tipo de vínculo com outras organizações sociais e políticas; 24% possui vínculo com instituições religiosas; 11,7% com o movimento sindical; 7,8% com Instituição de Ensino e Pesquisa; 5,3% com Instituições governamentais e 7,8% com outros tipos de organizações. O último levantamento da pesquisa diz respeito aos tipos de atividades desenvolvidas pelas EAFs. A atividade de formação apresenta o maior percentual (39,5%); seguida pela de articulação e mobilização (34,7%); Financiamento (11,6%); assistência técnica e gerencial (10,45%); pesquisa e desenvolvimento (8,4%); incubação (6,7%) e outras (8%). No próximo capítulo, algumas Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária serão abordadas.

Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária

Neste tópico serão tratadas algumas das principais EAFs. São entidades de apoio, assessoria e fomento à Economia Solidária as organizações públicas e privadas sem fins lucrativos que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto, capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica, de gestão e acompanhamento junto aos empreendimentos de Economia Solidária, e que realizam pesquisas e/ou contribuem de algum modo para o crescimento e a consolidação do setor no país. Dentre estes (1.120 de acordo com o levantamento de 2005), encontram-se: Cáritas, MST, CUT, Unitrabalho, Unisol, Anteag, ABPES, ITCPs, Poder Público – órgãos federais, estaduais e municipais -, e ONGs.

⁴⁴ De acordo com a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, organizações sociais são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

Cáritas: A Cáritas é uma instituição da Igreja Católica que faz parte da rede da Cáritas internacional. No Brasil, ela é uma entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que desde os anos 1980 já financiava milhares de pequenos projetos denominados Projetos Alternativos Comunitários (PACs), buscando encontrar alternativas de sobrevivência para milhares de excluídos. A ênfase atual da entidade, baseada na solidariedade libertadora, serve para as situações emergenciais de apoio às iniciativas comunitárias ou associativistas e às mobilizações populares (GALLO, 2003). Os projetos alternativos comunitários são classificados, segundo Gallo (2003), em quatro categorias: comunitários, movimentos populares, ação sindical, e projetos de assistência e promoção social.

Paul Singer (2002) explica que os PACs surgiram para gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias pobres das metrópoles e da zona rural de diferentes regiões do país. Uma boa parte deles acabou se transformando em unidades de Economia Solidária, alguns dependentes ainda da ajuda dos fiéis e outros conseguindo consolidar-se economicamente mediante a venda de sua produção no mercado (NARDINI, 2007). Grande parte dos PACs é rural, e estiveram presentes na experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (GALLO, 2003). Os PACs são mais voltados para amenizar a pobreza, dando oportunidade de trabalho e renda para quem necessita. A canalização destas alternativas para o socialismo, por sua vez, acaba acontecendo de maneira espontânea em alguns casos.

MST: Na fase inicial do MST (1979-84) o eixo central do movimento foi a conquista da terra do ponto de vista individual. O Sem Terra adquiria a terra e vivia como pequeno proprietário. O nível de cooperação que existia era espontâneo: mutirão e troca de dias de serviço (CONCRAB; Singer; apud GALLO, 2003). Na segunda fase (1985-89), a discussão interna do movimento evoluiu a favor do cooperativismo, e sua aceitação pelo assentado ocorreu gradualmente. Somente em 1989 o movimento conseguiu criar, no Rio Grande do Sul, as primeiras Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). A motivação para organizar a cooperação passa a ser econômica e política (GALLO, 2003). Nesta fase, tiveram início as primeiras discussões acerca da criação e implantação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), já que a partir do aumento do número de assentamentos a questão da produção começou a ser mais debatida no movimento. O SCA surgiu, pois, de uma avaliação sobre os limites do desenvolvimento sócio-econômico dos assentamentos, até então isolados uns dos

outros, e visou prioritariamente o desenvolvimento do associado à cooperação entre famílias assentadas.

Na terceira fase, a partir de 1991, a política do MST deu início ao estabelecimento do Sistema Cooperativista dos Assentados, formado em cada assentamento por Cooperativas Agropecuárias, Cooperativas de Comercialização Regionais, Grupos Coletivos e Associações. Em nível estadual, estabeleceram-se Cooperativas centrais de Reforma Agrária, e em nível nacional criou-se a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. (CONCRAB apud GALLO). Em geral, as CPAs unificaram os lotes de terra dos membros e trabalharam o conjunto deles de acordo com um plano de produção conforme a safra. Nelas, criaram-se creches e refeitórios coletivos, que acabaram possibilitando a participação das mulheres na produção. “Com a capitalização das CPAs, os assentados passaram a ter uma renda maior que os produtores individuais” (GALLO, 2003, p 99).

O MST, diferentemente de sua política inicial, tem incentivado cada vez mais a formação de Cooperativas Agropecuárias em seus assentamentos, porém encontra como empecilho o fato de que a maioria dos assentados tem preferência pela produção individual. O trabalho coletivo exige uma ruptura sociocultural com o sistema tradicional que se instalou na agricultura brasileira (NARDINI, 2007). Passado dez anos de sua criação, o SAC conta com 86 empreendimentos cooperativos distribuídos em diversos estados brasileiros, divididos em três formas principais: Cooperativas de Produção Agropecuária, Cooperativas de Prestação de Serviços e Cooperativas de Crédito (SINGER, 2002). Estas experiências, embora relacionadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, movimento social que vincula a luta pela terra (reforma agrária) a uma contundente crítica ao sistema capitalista, estão mais associadas à necessidade de comercializar a produção do que com o desenvolvimento de uma proposta efetiva de Economia Solidária.

Central Única dos Trabalhadores (CUT): Por meio de sua Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), criada em 1999 em parceria com a Unitrabalho e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), a Central Única dos Trabalhadores (CUT)⁴⁵ vem difundindo conhecimentos sobre

⁴⁵ A CUT é uma organização sindical brasileira de massas que apresenta, além da estrutura nacional, as CUTs estaduais, que são organizadas em todos os 26 estados e no Distrito Federal. A Central foi fundada em 28 de agosto de 1983 na cidade de São Bernardo do Campo - SP, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Ela se consolida como a maior central sindical da América Latina e a

Economia Solidária entre lideranças sindicais e militantes de entidades de fomento desta economia por meio de cursos de pós-graduados em várias universidades (SINGER, 2002). Uma de suas atividades prioritárias é, de acordo com Singer (2002), a criação de cooperativas de crédito com o objetivo de estabelecer uma rede nacional de crédito solidário, que tem sido feita em parceria com o *Rabobank* (banco cooperativo holandês).

Unitrabalho: A Unitrabalho surgiu em 1992 entre sindicalistas ligados a CUT, principalmente, e grupos dentro de universidades ligados ao movimento sindical como um todo. Em 1995 um grupo de reitores se reuniu e resolveu instituir uma entidade que ajudasse a universidade a fazer essa aproximação com os trabalhadores. Sua estrutura organizacional foi pensada da seguinte maneira: de um lado criar uma estrutura de decisão que possibilitasse a participação das universidades com um esquema em que estas se sentissem participantes do processo e, de outro, que a universidade criasse núcleos de pesquisa, ensino e extensão que agregassem as pessoas aos projetos (GALLO, 2003).

O primeiro projeto que se tornou programa da Unitrabalho teve como tema “Relações de Trabalho e Reestruturação Produtiva”. Em 2002, a instituição desenvolvia projetos com temas como “Economia Solidária” e “Trabalho e Educação”. Há dois financiamentos básicos na entidade, um com o Banco do Brasil e outro com uma central sindical holandesa – Agência Intereclesiástica de Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO) –, que oferece apoio aos países em desenvolvimento (GALLO, 2003). Em 1996 havia duas incubadoras formadas e a possibilidade de criação de várias outras nas universidades brasileiras. Tendo como um dos princípios do Programa da Economia Solidária fortalecer as instâncias da Unitrabalho nas Universidades (Núcleos Locais e Coordenações Regionais), por meio de projetos que integrem ensino, pesquisa e extensão visando a melhoria das condições de vida dos trabalhadores (FRANÇA et al apud GALLO, 2003), a Unitrabalho fomentou, por meio da alocação de recursos que viabilizassem a concepção, o processo de criação de uma rede de incubação e a criação de incubadoras em universidades onde estas ainda não existiam (GALLO, 2003).

As experiências de Economia Solidária vinculadas à Unitrabalho podem desenvolver uma relação mais intensa com a proposta da Economia Solidária, uma vez que estão ligadas à organização dos trabalhadores e ao meio acadêmico. Este vínculo é importante para desenvolver a questão da educação como possibilidade de canalização

para o socialismo, e conferir à Economia Solidária um caráter mais combativo frente ao capitalismo.

Unisol: O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC⁴⁶ encerrou seu 3º Congresso em novembro de 1999 com o lançamento da União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (Unisol Cooperativas). Essa associação, organizada pelo sindicato e, inicialmente, com a união de 12 cooperativas e a participação do Sindicato dos Químicos do ABC, busca promover, por intermédio da articulação dos interesses de suas afiliadas, um sistema cooperativo na região e no estado (ODA In SINGER; SOUZA, 2000). A decisão do sindicato de tomar as cooperativas como uma de suas prioridades insere-se, segundo Oda (2000), na difusão do tema no país, uma vez que após o agravamento da crise econômica e a ampliação do desemprego as cooperativas passaram a figurar como alternativa à geração de trabalho e renda.

Com o objetivo de fortalecer um sistema cooperativo o Sindicato tem, de um lado, apoiado o fortalecimento e a criação de cooperativas genuínas e, de outro, combatido as organizações criadas exclusivamente para fraudar os direitos trabalhistas (coopergatos, cooperfraudes, etc.). A admissão como filiada da Unisol Cooperativas é permitida para qualquer sociedade que tenha natureza cooperativista, desde que regularmente constituída e que tenha concordância com as disposições do seu estatuto (ODA In SINGER; SOUZA, 2000). A Unisol pode oferecer uma importante contribuição na unificação da luta anticapitalista presente em muitas experiências cooperativas, e uni-las de modo que possam se fortalecer mediante a troca de informações e tecnologias.

Sua estrutura organizacional é semelhante à de um empreendimento cooperativo. Possui uma diretoria formada por um presidente, um tesoureiro, um secretário e dois diretores adjuntos, todos cooperados e eleitos pelas assembléias de suas respectivas cooperativas, para um mandato de três anos. Ainda integra a diretoria um representante indicado pelas entidades sindicais, que tem direito a voz, porém não a voto. A Unisol Cooperativas tem dois conselhos, um fiscal e outro consultivo. Cabe ao conselho fiscal o papel de fiscalizar as operações, atividades e serviços da associação; enquanto que o conselho consultivo tem “a co-responsabilidade pelas relações internacionais e pela emissão de pareceres prévios sobre contratos, convênios e protocolos a serem

⁴⁶ É a região formada, em torno da cidade de São Paulo, pelos municípios de Santo André, São Bernardo dos Campos e São Caetano. Essa região agrega um importante complexo industrial formado a partir dos anos de 1950, cujo centro dinâmico encontra-se no setor automotivo.

estabelecidos entre a Unisol Cooperativas e outras instituições” (ODA In SINGER; SOUZA, 2000, p 103). Este conselho consultivo tem seis integrantes, três deles indicados pelas afiliadas por meio de assembléias, e outros três indicados pelo movimento social. Cabe ainda aos sindicatos indicar o presidente de honra da associação, cuja atribuição será a de “promover a divulgação do autêntico movimento cooperativista, nacional e internacionalmente, buscando apoios e incentivos para o seu desenvolvimento” (ODA In SINGER; SOUZA, 2000, p 103).

ANTEAG: A ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores de Autogestão e Participação Acionária) foi constituída oficialmente em maio de 1994, no seu 1º Encontro Nacional, por trabalhadores de empresas autogestionárias. Ela surge como uma organização civil sem fins lucrativos que congrega associações e cooperativas de trabalhadores em empresas de autogestão e co-gestão (NAKANO In SINGER; SOUZA, 2000). Com o agravamento do desemprego e da pobreza no país, a ANTEAG passou a atuar também, principalmente, em parceria com o poder público na constituição de empreendimentos coletivos com a população das periferias das grandes cidades que ingressava em programas sociais.

No ano de 1991, trabalhadores da Makerli, - empresa de calçados de Franca (cidade situada no interior paulista) -, decidiram assumir a direção da empresa quando esta encerrou sua atividade produtiva, eliminando 482 empregos diretos. Em função disso, o Sindicato dos Trabalhadores Calçadistas de Franca, filiado à CUT, procurou apoio do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) que utilizou, como referência inicial, conhecimentos sistematizados sobre experiências internacionais que se aproximavam do modelo de autogestão. Desse modo, a relação entre trabalhadores de empresas falimentares (ou seja, que se encontram próximas à falência) em busca de saídas autônomas e de setores sindicais, com o apoio de técnicos do DIEESE, fez surgir a necessidade de um modelo de gerir empresa que se ampliasse, assim como a criação de uma entidade que coordenasse os projetos em andamento. Segundo Nakano (2000), “é dessa rede e dessa necessidade que deve ser entendida a gênese da ANTEAG, criada com o objetivo de facilitar a coordenação dos projetos” (p 68).

A associação compreende a autogestão como sendo um modelo de gestão no qual o controle da empresa e as decisões são exercidos pelos trabalhadores. Estas últimas implicam em tudo: metas de produção, participação dos resultados, política de investimentos e modernização, mercado, etc. A partir da motivação autogestionária, a

entidade estrutura o seu projeto de educação como um de seus elementos fundamentais, uma vez compreendido que a educação é fundamental para que o trabalhador possa gerir a empresa segundo novos valores e padrões. No decorrer dos anos, a ANTEAG pôde entrar em contato com mais de 700 empresas de diversos setores e origens, fator este que permite situar a Associação num campo em construção, o da autogestão no Brasil (NAKANO In SINGER; SOUZA, 2000).

ABPES: Segundo o site oficial da associação (www.abpes.org.br), a ABPES (Associação Brasileira de Pesquisadores em Economia Solidária) é uma organização civil sem fins lucrativos, formada por pessoas que se definem como investigadoras da temática da Economia Solidária. Contando com caráter interdisciplinar, os profissionais da ABPES realizam pesquisas abrangendo questões relacionadas às áreas da autogestão, cooperativismo, democracia direta, desenvolvimento local, entre outras.

O processo de fundação da associação teve início em abril de 2004, na ocasião da realização do I Encontro Brasileiro de Pesquisadores de Economia Solidária na Universidade de São Paulo, na capital paulista. A missão da ABPES é contribuir para que a Economia Solidária seja um espaço de ensino, pesquisa, extensão e atividade profissional reconhecida pela sociedade brasileira, e conta, atualmente (2009), com 33 sócios. Seu projeto, no entanto, é aberto para todos que queiram contribuir com sua proposta (www.abpes.org.br). A ABPES pode ser um valioso instrumento para consolidar a base teórica da Economia Solidária e para auxiliar, por meio de pesquisas e projetos, a efetivação da cultura solidária nos Empreendimentos Econômicos Solidários.

SENAES e FBES: A SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) é vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e foi criada em julho de 2003 pelo governo petista de Luís Inácio Lula da Silva. É considerada finalidade desta Secretaria fortalecer e divulgar a Economia Solidária mediante políticas integradas que visam o desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda focalizando a inclusão social (www.mte.gov.br/ecosolidaria). Atualmente (2009), Paul Singer está à frente da SENAES, ocupando o cargo de Secretário Nacional de Economia Solidária.

Sua história se inicia na organização das atividades do III Fórum Social Mundial, que foi realizado em Porto Alegre (RS) no ano de 2003. Partindo de uma conjuntura que apontava para a eleição de Lula do PT (Partido dos Trabalhadores) para a Presidência da República, o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária⁴⁷

⁴⁷ No I Fórum Social Mundial (I FSM), realizado em Porto Alegre em janeiro de 2001, foi criada, dentre diversas outras, a oficina de “Economia Popular Solidária e Autogestão”, em que se tratou da auto-

programou a realização de uma reunião nacional ampliada para discutir o papel desta economia no futuro governo. Essa reunião foi realizada em novembro de 2002, e nela foi decidido elaborar uma Carta⁴⁸ para o Presidente eleito, sugerindo a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária. Também nessa reunião, ficou decidido realizar, no mês de dezembro, a 1ª Plenária Nacional de Economia Solidária.

A 1ª Plenária contou com a participação de mais de 200 pessoas e, além de referendar a Carta, decidiu pela realização da 2ª Plenária Nacional durante o III Fórum Social Mundial para discutir a criação de um Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES. O FBES foi criado na ocasião da 3ª Plenária, no mesmo momento da criação da SENAES, em 2003. Ele passou a ter o papel de interlocutor com a Secretaria, no sentido de apresentar demandas, sugerir políticas e acompanhar a execução de Políticas Públicas de Economia Solidária. E, para além deste papel, o FBES tem a incumbência de articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo país em torno da Carta de Princípios e da Plataforma de Lutas aprovadas na Plenária.

Os três segmentos do campo da Economia Solidária integram o FBES - empreendimentos solidários, entidades de assessoria e/ou fomento e gestores públicos⁴⁹. A articulação e representação nacional se dão por meio da Coordenação Nacional. Dela participam 16 entidades e redes nacionais, além de três representantes de cada Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES). Destes, integram a Coordenação Nacional três representantes estaduais, sendo que dois são trabalhadores de empreendimentos e um de entidade ou rede de gestores. Existe ainda a Coordenação Executiva Nacional, que tem a função da gestão política do cotidiano, de acompanhar os trabalhos da Secretaria Executiva Nacional (sediada em Brasília) e de servir de interlocutora entre os movimentos sociais e instituições privadas e públicas. Fazem parte da Coordenação Executiva sete representantes de empreendimentos situados nas cinco regiões do país, cinco representantes das Entidades e Redes Nacionais e um representante da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

Na atual estrutura das instâncias nacionais, as entidades e redes nacionais são de diferentes naturezas. Há entidades e redes nacionais de representação de

organização dos trabalhadores, políticas públicas e das perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda. A manifestação de interesses e a necessidade de articular a participação nacional e internacional do I FSM propiciaram a constituição do Grupo de Trabalho de Economia Solidária (GT - Brasileiro), que é composto de redes e organizações de uma diversidade de práticas associativas do segmento popular solidário.

⁴⁸ O título da Carta era “Economia Solidária Como Estratégia Política de Desenvolvimento”.

⁴⁹ São aqueles que elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas de Economia Solidária de prefeituras e governos estaduais.

empreendimentos (Abcred, Anteag, Concrab, Ecosol, Unicafes, Unisol Brasil); entidades e redes nacionais de assessoria, pesquisa e fomento (ADS/CUT, Cáritas Brasileira, Fase Nacional, Ibase, IMS, PACS, Rede ITCPs, Rede Unitrabalho); redes mistas (Rede Brasileira de Sócioeconomia Solidária); e a Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (www.fbes.org.br).

A inserção da Economia Solidária na política nacional é uma conquista importante para o fortalecimento e estabelecimento desta, e deve trazer um incentivo importante para que cada vez mais pessoas se envolvam. Entretanto, a intervenção do governo pode acabar por eliminar o caráter combativo presente em sua proposta teórica, uma vez que sua preocupação em apoiá-la gira em torno do combate ao desemprego, sendo que EES são incentivados como um meio de gerar trabalho e renda para pessoas excluídas do mercado de trabalho formal. Conforme destacado por Cornforth (In LIMA, 2007), em períodos de recessão econômica, o crescimento de cooperativas de trabalho tem acarretado o aumento de interesse, por parte do poder público e de planejadores de políticas públicas, sobre que papel as cooperativas de trabalho podem desempenhar na economia.

Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares: A Cooperativa de Trabalho de Mangueiras (Cootram), localizada numa região de favela do Rio de Janeiro, teve o apoio inicial para sua formação do Banco do Brasil e do Instituto Superior de Cooperativismo da Universidade de Santa Maria (UFSM). Criada em 1994, foi contratada pela Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) para reciclar o lixo e prestar serviços de jardinagem e limpeza dos seus prédios.

O processo de formação da Cootram, que envolveu pela primeira vez universidades (ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública e a UFSM – Universidade Federal de Santa Maria) e uma parte da elite científica e educacional do Brasil, teve fundamental importância para a construção da Economia Solidária no país. O passo seguinte foi padronizar essa ajuda na forma das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) (GALLO, 2003).

A primeira ITCP foi criada em 1995 na Coppe/RJ (Centro de Pós-Graduação da UFRJ), que ajudou na implantação da Cootram e em 1996 iniciou a formação de cooperativas na Baixada Fluminense e nas favelas cariocas (GALLO, 2003). A criação da Coppe abriu espaço para a criação de outras ITCPs. Como relata Guimarães (2000):

Durante todo o período de estruturação do projeto ITCP/Cooppe/UFRJ algumas universidades e alguns governos buscaram a incubadora e as fontes de fomento na possibilidade de montar projetos similares, tendo em vista sua repercussão. Essa pressão foi positiva e começou a amadurecer a idéia da montagem de incubadoras em outras universidades. Desde o seu início a incubadora sempre foi vista como projeto piloto a ser montado em outros locais. O compromisso é repassar essa tecnologia a outras instituições (p. 114).

Neste momento inicial, do surgimento da primeira ITCP e disseminação das práticas de incubação para outras universidades brasileiras, a atuação da Unitrabalho foi essencial, especialmente pela sua estreita relação entre mundo do trabalho e universidade. Desde 1999, as Incubadoras Tecnológicas se relacionam por meio de uma rede, cujo intento focaliza a troca de experiências, aprimoramento da metodologia de incubação e posicionamento dentro do movimento nacional de Economia Solidária. De acordo com Singer (2002), no mesmo ano de sua formação, a rede se filiou à Fundação Unitrabalho, que desde 1997 desenvolve um programa de estudos e pesquisa sobre Economia Solidária.

Os principais objetivos da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares são o intercâmbio de experiências entre técnicos e cooperativados, a produção de conhecimento e de metodologias, e o abarcamento da rede. Entre os seus princípios, destacam-se: reafirmar os princípios da Aliança Cooperativista Internacional; conceber a universidade como um *locus* de produção e socialização de conhecimento, com autonomia crítica e produtiva; desenvolver e disseminar conhecimento sobre cooperativismo e autogestão, contribuindo para o desenvolvimento da Economia Solidária; estimular a intercooperação; estimular a criação de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; organizar-se autonomamente e se relacionar com outras redes; e trabalhar na constituição, consolidação e integração das cooperativas populares (GUIMARÃES In SINGER; SOUZA, 2000).

O projeto incubadora possibilitou a agregação da área de ensino, pesquisa e extensão a um mesmo programa acadêmico. Seus objetivos têm sido utilizar os recursos humanos e conhecimento da universidade na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores para a construção de atividades autogestionárias, visando, primeiramente, sua inclusão no mercado de trabalho. As práticas de incubação de cooperativas são construídas a partir da efetiva interatividade com a população interessada em se inserir nessa forma de organização para o trabalho. Trabalhando com grupos organizados, sempre de maneira coletiva, o público-alvo das incubadoras “é um grande contingente

de trabalhadores, desempregados ou inseridos no plano da economia informal, que pode, a partir da organização do trabalho, conquistar nas suas comunidades a cidadania” (GUIMARÃES In SINGER; SOUZA, 2000, p 117).

Um programa de geração de trabalho e renda baseado no cooperativismo poderia ser, conforme aponta Guimarães (2000), objeto de várias instituições públicas e privadas, e não obrigatoriamente de uma universidade pública. A universidade, no entanto, possui a vantagem de reunir condições de evitar a descontinuidade do processo de incubação (que, caso estiver ligado a um governo, pode-se desfazer quando este deixa o poder), além de garantir maior imparcialidade neste. Outra característica importante é o caráter interdisciplinar e a busca por conhecimento, fatores estes que, associados aos outros, agem de maneira decisiva para que as cooperativas nasçam no seio das universidades. Deste modo, a questão da educação, que possui fundamental importância para a canalização das experiências de Economia Solidária em torno de uma possível transformação da sociedade, possui um largo campo para se desenvolver quando estiver atrelada a uma proposta crítica. Nas ITCPs torna-se possível criar uma visão de Economia Solidária que envolva os trabalhadores e que se aproxime de uma proposta verdadeiramente solidária.

Algumas Definições (conceitos)

Neste tópico serão abordados alguns conceitos que, embora façam parte do campo da Economia Solidária não se restringem a ele, possibilitam uma maior compreensão desta em relação a algumas de suas características e de sua relação com assuntos referentes à crise da sociedade contemporânea. O primeiro conceito a ser desenvolvido será o de Economia Popular, compreendido como o campo mais amplo no qual a Economia Solidária se encontra. O próximo será o de autogestão, que é a principal forma de organização dos atores que atuam no campo da Economia Solidária, e que promove uma forte crítica ao modelo de organização capitalista, calcado, principalmente, na estrutura burocrática. O terceiro conceito será o de desenvolvimento sustentável, que defende a idéia de que outro tipo de desenvolvimento, não assentado no crescimento econômico unicamente, é desejado e necessário, dado os limites de “desenvolvimento” que o planeta comporta. Posteriormente o de moeda social, que resgata o papel do dinheiro como moeda de troca e não mais de poder e valorização de capital; e, finalmente, será abordado o papel das redes, termo densamente debatido nas

ciências humanas atualmente, e que apresenta uma importante ferramenta aos movimentos sociais e demais grupos da sociedade civil.

Economia Popular: Em primeiro lugar, a palavra economia pode ser entendida como o conjunto das atividades humanas que se relaciona com o desenvolvimento e a organização da sociedade para atender as demandas humanas individuais e coletivas, envolvendo produção, comercialização, distribuição e consumo. Popular, por sua vez, é uma idéia que possui dois significados entrelaçados (ARROYO; SCHUCH, 2006): o primeiro trata a idéia de popular como sendo a parcela majoritária da sociedade, já o segundo remete à idéia de uma posição política de compromisso, de identidade com os segmentos populares, ou seja, é um significado mais ideológico (como por exemplo, o de República Popular ou de Governo Democrático Popular).

Desse modo, levando em consideração sua composição e a sua função, o termo economia popular significa a forma mais direta de atender as necessidades e os desejos da população, por meio de uma organização que produz os bens indispensáveis para garantir a sobrevivência e suprir as necessidades imateriais (de cultura, relações sociais etc.) do conjunto da população de forma abrangente. Ele se refere a uma dimensão da economia vinculada à reprodução ampliada da vida. O termo não condiz com a racionalidade econômica capitalista, cuja preocupação fundamental se volta para a obtenção de ganhos materiais através da acumulação e valorização do capital, e na qual a maior contemplada da organização econômica é uma minoria detentora dos meios de produção.

Icaza e Tiriba (2003) definem economia popular como sendo

(...) o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais quanto imateriais (p. 101).

As autoras afirmam ainda que, a partir da década de 1980, o termo economia popular passou a ser utilizado, de modo geral, para fazer referência às atividades desenvolvidas por aqueles que foram excluídos ou nunca conseguiram ingressar no mundo do trabalho assalariado e também por aqueles que, devido aos baixos salários, buscam a complementação de sua renda no trabalho por conta própria, seja ele individual ou associado. Deste modo, a economia popular se insere no contexto da crise social, de desemprego e aumento de pobreza, que se instaura a partir da década de 1970, como

sendo um conjunto de estratégias individuais e coletivas promovidas pelos setores mais carentes da população tendo em vista garantir a sobrevivência e melhorar a qualidade de vida.

No entanto, embora tenham emergido com maior relevo no último terço do século XX, no contexto da flexibilização das relações entre capital e trabalho, e possuam algumas características semelhantes, economia popular e economia informal não devem ser confundidas. No setor da economia informal, fazem parte as atividades de produção e distribuição de bens e serviços promovidas por aqueles que buscam o enriquecimento próprio, mediado pela exploração da força de trabalho daqueles que não possuem os meios de produção (ICAZA; TIRIBA, 2003). O que diferencia a economia popular de outros setores da economia é, dentre outros fatores, a negação do emprego da força de trabalho como uma mercadoria (ICAZA; TIRIBA, 2003) - mercadoria produtora de mais-valia, que é o princípio no qual se assenta a exploração capitalista. A economia popular é entendida, desse modo, como um setor que não se apropria do trabalho alheio.

Para Armando de Melo Lisboa (apud ICAZA; TIRIBA, 2003) a economia popular, originada tanto das pessoas que nunca foram integradas na economia capitalista formal quanto daquelas desempregadas pelas transformações contemporâneas, aos poucos vai se constituindo num espaço econômico próprio, composto por todos aqueles que estabelecem formas coletivas de produção material da sua vida. Ele acredita que, na medida em que esta economia aponta para modelos de desenvolvimento com um enfoque centrado nas classes populares e atenta aos movimentos sociais, verifica-se a possibilidade de uma nova ótica para se pensar os processos de transformação da sociedade, onde o progresso emana de baixo, ou seja, tem base popular.

Quando a terminologia “solidária” é acrescentada à economia popular, pretende-se indicar um conjunto de experiências que se caracterizam pela explícita referência a formas coletivas de funcionamento e à solidariedade na qualidade de projeto político. Convém esclarecer, no entanto, como ressalta Razeto (apud ICAZA; TIRIBA, 2003), que nem toda “economia de solidariedade” é economia popular, dado a possibilidade de se encontrar elementos de solidariedade em outros setores sociais. Do mesmo modo, nem toda economia popular é economia de solidariedade, uma vez que nem sempre aspectos de cooperação, colaboração, entre outros, encontram-se presentes. Quando a economia popular é, de fato, solidária, ela se estabelece a partir da associação, da cooperação, da comunhão, tanto entre indivíduos para a constituição de

empreendimentos coletivos como entre os próprios empreendimentos coletivos (ARROYO; SCHUCH, 2006).

Autogestão: A autogestão corresponde a uma forma de organização, em uma dada coletividade, que supera a distinção entre quem toma as decisões e quem as executa, ou seja, ela rompe com a dualidade entre administradores e administrados, dirigentes e dirigidos, que é a característica básica da heterogestão. Esta última é a forma de administração capitalista predominante, sendo instituída nesta sociedade enquanto forma de garantir a dominação do capital sobre o trabalho por meio da distinção entre quem organiza, comanda, controla e executa.

Com o advento do capitalismo, a heterogestão passou a naturalizar a função diretiva do capital sobre o trabalho criando estruturas com o intuito de submeter o trabalho ao capital. Uma divisão metódica do trabalho é desenvolvida para reduzir o produtor (trabalhador) a um trabalho parcelado, separando nitidamente funções de direção e funções de execução - trabalho intelectual e trabalho manual. Partindo da afirmação de Max Weber (apud GIRGLIOLI In BOBBIO; MATTEUCI; PASQUINO, 2000), segundo a qual todo poder se manifesta e funciona como administração, fica clara a importância, para o capital, de um modelo administrativo cuja função de coordenação se expressa como relação de dominação, isto é, relação de autoridade e submissão. Todo trabalho deve ser integrado com vista a um máximo de eficiência e continuidade, de modo que um corpo de mestres e supervisores é criado para garantir essa continuidade. Assim, é formada uma hierarquia cada vez mais clara no interior da própria força de trabalho⁵⁰. A burocracia, tema densamente estudado por Weber, se torna a maior expressão da heterogestão no mundo moderno. Com uma estrutura fortemente hierarquizada, grande divisão do trabalho, funcionamento impessoal, entre outras características, a burocracia é um instrumento de administração que se encontra nas mais diversas instituições ou uniões: Estado, empresas, igrejas, partidos políticos, etc. (MOTTA, 1981).

A autogestão, por sua vez, se desenvolve no movimento operário em luta contra o capitalismo. Ela surge como uma alternativa ao modelo de heterogestão capitalista, contra a exploração do trabalho, possuindo, deste modo, um caráter anti-burocrático. De acordo com Albuquerque (In CATTANI, 2003), desde a sua origem, as experiências autogestionárias sempre estiveram relacionadas às lutas dos trabalhadores e

⁵⁰ Com o processo de reestruturação produtiva, iniciado na década de 1970, a estrutura administrativa das empresas tende a ser tornar menos hierarquizada, dado o novo contexto de acumulação do capital.

principalmente do movimento operário, sendo um tema que acompanha a história do cooperativismo. A autogestão “é o meio que a classe trabalhadora tem de governar a si mesma, e de evitar a imposição das decisões de minorias desfavoráveis” (CARVALHO, 1983, p. 96).

A busca por um modelo autogestionário esteve presente em formas de organização dos trabalhadores propriamente anticapitalistas, após a Primeira Revolução Industrial, como, por exemplo, na Comuna de Paris, e nas teorias de autores socialistas, dentre eles, Pierre Joseph Proudhon, autor abordado no Primeiro Capítulo (da página 36 a 37).

A Comuna de Paris ocorreu em 1871 e durou cerca de dois meses. Depois de um período de grande agitação política, o poder do Estado acabou caindo nas mãos da Guarda Nacional de Paris, que convocou uma eleição popular. Nesta, muitos trabalhadores manuais e ativistas do ramo francês da 1ª Internacional acabaram sendo eleitos, formando a Comuna. Desde o início, a Comuna implementou uma democracia participativa a nível político e, na esfera da produção, aprovou um decreto segundo o qual as indústrias seriam organizadas em bases cooperativas, com as empresas dirigidas pelos próprios trabalhadores (HORVART, 1990). O fato mais interessante da Comuna é que ela não resultou de qualquer ação planejada e, em nenhum momento, teve algum indivíduo ou grupo na liderança. Ela ocorreu de forma espontânea, organizada pela própria população, sendo a maioria trabalhadores, e, sem qualquer planejamento ou organização prévia, acabou se constituindo de forma autogestionária.

A experiência da Comuna de Paris foi tema de inúmeros debates e análises teóricas (dentre elas Marx e Lênin), e influenciou experiências posteriores, como a da autogestão iugoslava (HORVART, 1990), um dos casos mais célebres de autogestão. A própria palavra “autogestão” foi cunhada a partir do caso iugoslavo⁵¹. Segundo Guillerm e Bourdet (1975), a palavra autogestão foi introduzida na França para designar a experiência de Tito⁵², em ruptura com o stalinismo (modelo de socialismo de Estado, fortemente burocratizado). No entanto, na própria Iugoslávia o sistema de autogestão não era tido como uma inovação, mas como um retorno ao marxismo autêntico,

⁵¹ Para maiores informações sobre a experiência iugoslava ver CARVALHO (1983) e NOGUEIRA FILHO (1969).

⁵² Josef Broz (1892–1980), conhecido pelo codinome Tito, foi um guerrilheiro que estava à frente da Liga Comunista da Iugoslávia durante a Segunda Guerra Mundial e mais tarde presidente da Iugoslávia durante a maior parte da existência do país. Após sua morte, teve início uma guerra civil centrada no conflito étnico e um processo de desmantelamento da nação iugoslava, que acabou dividida em diversos Estados-Nações.

perverso pelo stalinismo. A palavra “autogestão” é a tradução literal da palavra servo-croata “samoupravlje” - “samo” sendo o equivalente eslavo do prefixo grego “auto” e “upravlje” significando aproximadamente “gestão” (GUILLERM; BOURDET, 1975).

Numa organização autogestionária a coletividade exerce os poderes do governo de forma direta (CARVALHO, 1983), eliminando a necessidade de uma estrutura burocrática. Nela, todos os envolvidos têm direito de participar das tomadas de decisões e podem se tornar líderes, uma vez que todos os membros devem ser igualmente competentes para assumirem qualquer um dos papéis de liderança. Deste modo, é necessário que haja oportunidades de aprendizado iguais para todos os membros, sufrágio universal (cada cabeça um voto) e rodízio nos papéis de liderança. Albuquerque (In CATTANI, 2003) aponta duas determinações essenciais do conceito de autogestão: a) superar a distinção entre quem toma as decisões e quem as executa e b) autonomia decisória de cada unidade de atividade, que ele define como sendo a superação da interferência de vontades alheias às coletividades concretas na definição e escolha do que fazer. Para concluir, Albuquerque (In CATTANI, 2003) entende autogestão como sendo:

O conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um coletivo. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais (p. 20).

Desenvolvimento Sustentável: O conceito de desenvolvimento sustentável surge em oposição ao desenvolvimento característico do regime capitalista, o qual acaba se confundindo com crescimento econômico, ou seja, aumento de riqueza material (ARROYO; SCHUCH, 2006). Desde que as questões ambientais vêm ganhando importância nas preocupações mundiais, as relações entre o modelo de desenvolvimento que estrutura a sociedade contemporânea e o meio ambiente têm sido intensamente questionadas.

O conceito de desenvolvimento esteve continuamente vinculado e até confundido com crescimento econômico, visão que parte do pressuposto de que é possível uma sociedade crescer indefinidamente por meio do trabalho industrial e do aprimoramento crescente da ciência e da tecnologia. Esse modelo de desenvolvimento começa a predominar com o surgimento do capitalismo industrial, a partir da segunda

metade do século XVIII. Características emblemáticas desse modelo são a apropriação e submissão da natureza aos imperativos da produção para o mercado, encarando-a como uma fonte inesgotável de recursos naturais, e a crença inabalável na ciência e na tecnologia como forças capazes de superar qualquer obstáculo. No início do século XX o processo de produção em massa, impulsionado pela Segunda Revolução Industrial e pelo modo de regulação keynesiano-fordista, começou a agravar os danos ao meio ambiente.

O desperdício de recursos naturais não renováveis, a utilização de tecnologias predatórias da natureza, a poluição crescente, entre outros malefícios associados à industrialização promovida pelo modelo capitalista de produção e intensificados após a Segunda Guerra Mundial, fez emergir críticas que passaram a incorporar as questões ambientais de forma mais contundente. O processo de tomada de consciência ecológica, isto é, a percepção de que o planeta estava sendo permanentemente danificado, como constatado por vários autores, segundo Bernardes e Ferreira (2005), começou quando se ouviu falar do que estava acontecendo no sul do Japão no final da década de 1950, período no qual o país passava por um rápido processo de industrialização. Quando na Baía de Minamata, em virtude da ingestão de peixes contaminados, as mulheres estavam dando a luz a crianças com o cérebro danificado. E outros significativos impactos ambientais, cada vez mais recorrentes e divulgados com maior frequência na mídia mundial, impulsionaram a tomada de consciência ambiental para um maior número de pessoas e a organização social em defesa do meio ambiente. Desse modo, “se organizam associações de moradores, naturalistas, cientistas, estudantes e outros grupos sociais, visando impedir a degradação de seus locais de moradia e trabalho” (BERNARDES; FERREIRA, 2005).

O conceito de desenvolvimento sustentável passa por diversas abordagens, chegando, em 1987, com o relatório Brundtland da Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, como o tipo de desenvolvimento que “satisfaz as necessidades do presente sem colocar em causa a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas necessidades”, numa tentativa de harmonizar essas diferentes visões.

No entanto, pensar em um desenvolvimento que não seja agressivo ao meio ambiente remete a idéia de se pensar numa outra forma de desenvolvimento que não esteja centrada na aceleração do crescimento econômico, o que, por sua vez, implica na não marginalização de outros objetivos. Não somente objetivos econômicos, como

também objetivos políticos e sociais. Nesse sentido, Santos (2005) refere-se ao desenvolvimento denominado alternativo como sendo aquele concebido contra a idéia, presente no pensamento e nas políticas de desenvolvimento dominantes, de que a economia é uma esfera independente da vida social, cujo funcionamento requer o sacrifício de bens e valores não-econômicos – sociais, políticos, culturais e ambientais. Emerge, neste contexto, a hipótese de que essa acepção de desenvolvimento entraria em confronto com o modelo econômico capitalista dominante, o qual, por meio do binômio produção-consumo, é caracterizado como a explorar os recursos naturais de forma a exauri-los e degradá-los em vista da manutenção de uma sociedade de consumo em massa. De acordo com Arroyo e Schuch (2006),

As mudanças estruturais necessárias ao desenvolvimento econômico precisam caminhar no sentido de aprofundar (radicalizar) a democracia, melhorar o acesso aos recursos naturais e à tecnologia, garantir a distribuição de renda entre todos os estratos populacionais e promover a adequada proteção ambiental (p. 43-44).

Embora a questão ambiental seja de indubitável importância, a concepção de uma real sustentabilidade perpassa para além da garantia do cuidado com a natureza. A superação das desigualdades sociais e o fortalecimento da cidadania devem ser buscados de forma a harmonizar produção e respeito ao meio ambiente na formação de um sistema no qual os humanos e o meio no qual se inserem sejam mais valorados no processo de desenvolvimento.

Moeda Social: Moedas sociais costumam surgir em épocas de crise econômico-social, quando uma comunidade cria uma moeda paralela à moeda oficial do país (que se encontra enfraquecida nestas ocasiões) com o intuito de desenvolver a economia local. Elas funcionam como instrumentos complementares à moeda oficial, e apresentam, de acordo com Primavera (In CATTANI, 2003), duas das três propriedades da moeda formal: funcionalidade de unidade de contas, que facilita a equivalência entre produtos e serviços, e de meio e pagamento, permitindo intercâmbios apazados, deixando de possuir valor de reserva (terceira propriedade da moeda oficial), que serve à concentração de riqueza por meio dos juros bancários.

Albuquerque (In CATTANI, 2003) entende moeda social como sendo

(...) o instrumento fiduciário (de confiança) utilizado por uma ou mais pessoas e/ou grupo(s) que exerce as funções de unidade valorativa, que pode circular em uma comunidade e é aceita como forma de pagamento; seu valor

nominal não é igual ao valor intrínseco, depende da confiança daqueles que a recebem ou a repassam, por isso não pode ser usada como instrumento de entesouramento das riquezas produzidas pelos indivíduos ou comunidade (p. 199).

O dinheiro como construção social “evidencia um processo técnico mediante o qual os atores sociais se relacionam, se comunicam num determinado momento e num determinado sistema social” (ALBUQUERQUE In CATTANI, 2003, p. 201). Nas sociedades modernas o sistema monetário está baseado nos juros, fazendo com que o dinheiro seja acumulado nas economias mais desenvolvidas, uma vez que “os juros traduzem o imperativo técnico que busca garantir que o crédito objetivado na moeda (*fidúcia*) será devolvido no mesmo valor” (ALBUQUERQUE In CATTANI, 2003, p. 200). O resultado mais nefasto dessa lógica é a manutenção e o acirramento das desigualdades econômico-sociais, aumentando as diferenças entre ricos e pobres, garantindo a riqueza de alguns e a privação de um grande número de pessoas obter dinheiro, causando a desertificação monetária de grande parte dos espaços sociais. Desse modo, partindo da conclusão de que a falta de dinheiro freia o desenvolvimento de regiões e indivíduos, Albuquerque (In CATTANI, 2003) entende que a solução está na criação de um meio de troca de estrutura distinta, não dominado pela lógica da acumulação (juros), que crie um instrumento por meio do qual se possa, a partir de si mesmo, articular diferentes tipos de especialização existentes nas comunidades e que sirva como um meio de intercâmbio e investimento.

Nesse sentido, “moeda social” se apresenta como um conjunto de práticas sociais datadas e localizadas historicamente, que se propõe a experimentar novas formas de ação coletiva cujo caráter sociopolítico possibilita entender que a dinâmica monetária pode cumprir outras funções sociais, culturais e econômicas, não deriva de determinismos abstratos e, por isso mesmo, pode ser alterada intencionalmente pela coletividade (ALBUQUERQUE In CATTANI, 2003, p. 199).

Apesar da imposição das moedas nacionais ter sido uma das estratégias mais evidentes do sistema capitalista, alguns exemplos de uso de moeda alternativa têm sido registrados ao longo dos últimos três séculos (BÚRIGO, 2000). Uma teoria que ganhou destaque ao longo do século XX é a da “oxidação da moeda”, proposta pelo comerciante austríaco Silvio Gesell (1862–1930) e exposta em sua obra *A ordem econômica natural pela livre terra e pela livre moeda* (PRIMAVERA In CATTANI, 2003; BÚRIGO, 2000). Seu modelo econômico defendia a idéia de juros negativos, por meio da qual a moeda se “oxidava” após um certo período de tempo, perdendo parte de

seu valor. Com isso, a circulação do dinheiro era estimulada e a economia local fortalecida. Sua proposta inspirou uma iniciativa em uma pequena comunidade austríaca (denominada Wörgl) de cerca de quatro mil habitantes, que enfrentava uma taxa de desemprego de 35% durante a crise da década de 1930 (BÚRGIO, 2000). A comunidade adotou uma moeda local denominada “xelim livre”, que perdia uma pequena percentagem do seu valor (em torno de 1%) a cada mês, desestimulando a sua acumulação e permitindo que sua circulação acontecesse de uma maneira muitas vezes mais rápida que a moeda oficial. O prefeito da comunidade a emitiu para substituir a moeda formal, que permaneceu depositada no Banco Central. “Dois anos mais tarde, Wörgl era a primeira vila austríaca a reencontrar o pleno emprego” (BÚRGIO, 2000, p. 103). Quando essa experiência foi reconhecida e passou a ser adotada por comunidades vizinhas, o Banco Central austríaco resolveu proibi-la, apesar de inúmeros protestos dos moradores (BÚRGIO, 2000; PRIMAVERA In CATTANI, 2003).

No Brasil, uma experiência que se tornou célebre é a do bairro Conjunto Palmeira, localizado na periferia de Fortaleza (CE). A história do Conjunto Palmeira teve início em 1973, período no qual chegaram os primeiros habitantes vindos de despejos realizados na região litorânea de Fortaleza. Os moradores foram construindo espontaneamente seus barracos, dando origem a uma grande favela. No entanto, a partir de 1981, com a fundação da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira (ASMOCONP), deu-se início o processo de organização das famílias (www.bancopalmas.org.br). Por meio de mobilizações populares e de diversas parcerias, a Associação de Moradores foi aos poucos construindo o bairro. Em 1988 conseguiu a implantação das redes de água tratada e energia elétrica (www.bancopalmas.org.br). Apesar dos avanços na infra-estrutural local, uma pesquisa realizada pela Associação de Moradores em 1997, constatou uma grande situação de pobreza e de fome no bairro. De acordo com a pesquisa, 90% da população economicamente ativa tinha renda familiar abaixo de dois salários mínimos (US\$ 100), 80% estava desempregada, e os pequenos produtores não tinham como trabalhar devido a falta de acesso ao crédito e de comercialização de seus produtos (www.bancopalmas.org.br).

No início do ano seguinte (1998), a ASMOCONP criou o Banco Palmas, e através dele implantou uma rede de solidariedade entre produtores e consumidores. O objetivo do Banco é garantir, a juros baixos, micro-créditos para produção e o consumo local, sem exigência de consultas cadastrais, comprovação de renda ou fiador

(www.bancopalmas.org.br). Os vizinhos passam a dar a garantia ao tomador do crédito, assumindo se a pessoa é responsável ou não. A gestão do Banco é feita localmente pela própria ASMOCONP, e seu quadro de pessoal é majoritariamente voluntário. O Banco Palmas criou uma moeda própria, o Palma. Esta moeda foi criada com o intuito de circular a riqueza dentro do bairro, e cada Palma equivale a 1 real. As pessoas adquirem Palmas trabalhando, prestando algum serviço, ou com empréstimo do banco, e com isso podem comprar em qualquer comércio do bairro. Além de trazer crédito à comunidade, o Banco da Associação de moradores investe em novos negócios no Conjunto Palmeira. Um grupo de mulheres, por exemplo, já conseguiu um empréstimo de 15 mil reais para comprar máquinas de costura. Com isso, passaram a produzir e criaram a grife Palma Fashion (www.bancopalmas.org).

Em março de 2003 foi criado o Instituto Banco Palmas, uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, criado a partir da experiência da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira, com o objetivo de fazer a gestão do conhecimento e difusão das práticas de Economia Solidária do Banco Palmas (www.bancopalmas.org.br).

Mais recentemente, a experiência dos clubes de trocas que empregam a sua própria moeda vem ganhando destaque dentro da chamada “a outra economia”. Clubes ou Redes de Troca são experiências locais – dentro de um bairro ou comunidade –, nas quais os indivíduos se organizam para facilitar a troca de bens e/ou serviços. Esses clubes costumam emitir um meio de intercâmbio, uma moeda social que simboliza um crédito que os participantes possuirão dentro do clube. De acordo com Búrgio (2000), estes clubes estão presentes, sob diferentes formas, em diversos países, tanto nos de capitalismo central quanto nos periféricos, como: Austrália, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra, Japão, Nova Zelândia, Uruguai, Tailândia, México, Indonésia, Equador, Colômbia, Chile, Brasil e Argentina. Na Argentina, os clubes de troca surgiram em 1995, e hoje representam um dos modelos mais bem sucedidos e estudados no mundo. No caso do Brasil, há conhecimento de clubes de troca que utilizam moedas próprias nas cidades de Porto Alegre, Florianópolis, São Paulo, Rio de Janeiro e Fortaleza (BÚRGIO, 2000).

Em cada experiência a moeda adotada assume nome e regras próprias, mas a pretensão de trazer a questão social para a economia e criar uma função ao dinheiro que o torne menos excludente é a mesma.

Para que outra lógica monetária se torne possível, é necessário que o dinheiro seja pensado não como um instrumento abstrato, isolado e pairando sobre as relações sociais e as associações culturais, mas que ele cumpra sua função de promover intercâmbios necessários para a sustentabilidade e o desenvolvimento de um grupo, comunidade e/ou sociedade facilitando a integração do fazer econômico ao aparecimento de estruturas sociais e culturais adequadas à realidade destes (ALBUQUERQUE In CATTANI, 2003).

Redes: O conceito de redes, incorporado pelas Ciências Sociais na década de 1940 (SCHERER-WARREN, 1999), é utilizado tanto pelas ciências (Físicas, Humanas, Tecnológicas, etc.) como conceito teórico ou metodológico, quanto por atores sociais que passaram a empregar o termo para se referirem a determinado tipo de relação ou prática social. Segundo Scherer-Warren (1999), “da sociologia vem a idéia de redes como articulação política, ideológica ou simbólica” (p. 22). As redes representam, atualmente, novas formas de organização propostas por atores coletivos e movimentos sociais interessados nos processos de transformação social com base na ação coletiva. Há uma aposta na possibilidade de conectar o local ou específico com o global ou com o interesse mais geral de uma região ou mesmo do planeta (SCHERER-WARREN, 1999).

Os novos formatos organizativos e interativos dos movimentos sociais, culturais, entre outros, que, muitas vezes, se encontram representados por ONGs (Organizações Não Governamentais), estão associados ao período posterior à década de 1960. Neste momento, inúmeros movimentos culturais e étnicos trouxeram uma nova visão da sociedade, questionando o modelo de desenvolvimento capitalista por um lado e a forma de luta e de organização da velha esquerda por outro. Além disto, da chamada crise paradigmática, o desenvolvimento tecnológico impulsionado pela Terceira Revolução Industrial permitiu grande avanço na área da comunicação, fator este que viabilizou o crescimento e a expansão de movimentos ecologistas, feministas, étnicos e outros semelhantes, ao redor do mundo.

Para ONGs como o Greenpeace, por exemplo, que, surgida na década de 1970, é considerada a maior organização ambiental do mundo e, provavelmente, a principal responsável pela popularização das questões ambientais (CASTELLS apud BERNARDES; FERREIRA, 2005), o surgimento da internet, funcionando como veículo de conectividade global, e o papel da mídia, retratando desastres ambientais de modo cada vez mais freqüente, foram os principais responsáveis pelo status global conferido à organização.

A importância das redes para a construção de novos projetos alternativos está presente na possibilidade de união e trocas de informações entre os diversos atores da emancipação, que vem concebendo os modelos de desenvolvimento e reagindo a eles no plano local, regional, nacional e internacional, trazendo novas alternativas pensadas e criadas no que diz respeito à questão da sustentabilidade ecológica e da superação da exclusão social e econômica. As redes possuem o efeito multiplicador, de sistematização, avaliação e divulgação das experiências, e promovem o fortalecimento da sociedade civil, uma vez que atuam de forma mais democrática e incentivam uma participação mais efetiva dos sujeitos.

Nos anos de 1990, a organização em redes das práticas da Economia Solidária proporcionou grande avanço na difusão e consolidação desta na qualidade de setor e de bandeira de luta contra o capitalismo. O estabelecimento de redes tem como finalidade estratégica conectar todas as práticas e organizações de Economia Solidária numa lógica que visa consolidar um projeto hegemônico de uma globalização solidária, centrado na distribuição da riqueza e no bem estar das pessoas (MANCE In CATTANI, 2003).

Considerando o aspecto econômico das organizações de Economia Solidária, segundo Mance (In CATTANI, 2003), o estabelecimento de redes trata-se, também, de uma estratégia para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, entre outros, em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, auto-sustentável, antagônico ao capitalismo. Sob esta perspectiva, busca-se, portanto, integrar consumo, comercialização, produção e crédito em um sistema harmônico e interdependente, coletiva e democraticamente planejado e gerido (MANCE In CATTANI, 2003). O autor argumenta que, do ponto de vista de um projeto básico de uma rede de colaboração solidária, os participantes praticam o consumo solidário, dando preferência aos produtos e serviços da rede, possibilitando que os empreendimentos obtenham excedentes, remontando solidariamente a cadeia produtiva dos bens comercializados evitando que a rede compre insumos e produtos finais no mercado. Desse modo, são criados novos postos de trabalho, é aumentada a riqueza produzida na rede, o consumo produtivo de insumos, etc., de tal maneira que os fluxos materiais e de valores passam estrategicamente a realimentar a rede ao invés de realimentar o mercado capitalista (MANCE, 2000). Sobre o conceito de redes solidárias:

Trata-se de uma estratégia para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, grupos de consumidores, organizações populares, associações, sindicatos, ONG's, movimentos eclesiais etc., em um movimento de realimentação, em que um grupo apóia outro, em que todos os movimentos se entreapóiam, inclusive do ponto de vista econômico, mas também dos pontos de vista político, e cultural, de maneira autosustentável, num projeto antagônico a esse modelo capitalista, machista, xenófobo, excludente (MANCE In MEDEIROS; MARTINS, 2003, p. 45).

No campo da educação, as redes de Economia Solidária buscam promover a circulação da informação e geração de pesquisas e debates que permitam ampliar os conhecimentos de cada pessoa, suas habilidades técnicas e domínios tecnológicos (MANCE In CATTANI, 2003). Além de uma rede econômica, cujo intuito primordial é fortalecer o desempenho econômico dessa economia frente ao capitalismo, o papel da educação tem importância fundamental para que o campo da Economia Solidária, com base na crítica ao capitalismo, se consolide como uma alternativa a este, e o conhecimento chegue para quem dele mais necessita.

CAPÍTULO 4 – COOPERATIVA DE LIMPEZA

Surgimento da ITCP

O surgimento da cooperativa corresponde à primeira atividade de uma ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares) universitária. A Incubadora em questão teve início em 1999, com a criação de um projeto da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) por meio de seus Núcleos de Extensão Sindicato, Município e Cidadania, inspirado na experiência da primeira incubadora de cooperativas populares do Brasil, a Incubadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O projeto da Incubadora busca a construção de um conhecimento que aglutina as experiências acadêmicas com o saber popular para a criação de alternativas que visam a melhoria de vida na sociedade, com base nos princípios da Economia Solidária. Contando com a participação de professores de várias áreas de conhecimento, de alunos de diversos cursos e de profissionais contratados, a Incubadora fomenta o cooperativismo capacitando técnica, política e administrativamente as pessoas envolvidas em empreendimentos de Economia Solidária, que são, na maioria das vezes, trabalhadores desempregados, informais e/ou precarizados, moradores de bairros de baixa-renda e grupo de pessoas com necessidades especiais.

Desenvolvendo atividades de extensão vinculadas ao ensino e à pesquisa, a Incubadora, além da atividade prática de incubação de cooperativas populares e de outros empreendimentos solidários, tem colaborado com a formação de estudantes no campo da Economia Solidária e do cooperativismo. Inúmeros trabalhos de conclusão de curso, de iniciação científica, teses e dissertações foram ou estão sendo desenvolvidas a partir de intervenções (não só a partir de intervenções) realizadas pela Incubadora, assim como a apresentação de artigos em congressos nacionais e internacionais.

Desde o início de seu funcionamento, já atendeu, sistematicamente, e contribuiu diretamente para a formação de pelo menos 16 empreendimentos solidários, em áreas como alimentação, limpeza e zeladoria, lavanderia, reciclagem, costura, produção de mudas, artesanato, marcenaria e produção agro-pecuária. Os projetos de incubação e de pesquisa desenvolvidos no âmbito da Incubadora são viabilizados principalmente por financiamentos obtidos de vários órgãos de fomento (como CNPq, FINEP, Fundação

Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Real-Universidade Solidária), e parcerias com iniciativa privada e governos municipais (www.incoop.ufscar.br/pasta).

O processo de incubação de empreendimentos solidários, ordenado pela equipe da ITCP a partir da experiência acumulada, da reflexão acadêmica sobre seu trabalho e do conhecimento sistematizado em várias áreas do conhecimento é definido, segundo Cortegoso (2008), como “atendimento direto a grupos para formação de empreendimentos solidários de natureza popular, por meio da oferta de subsídios e acompanhamento do processo de tomada de decisão e da implementação de atividades, com participação dos responsáveis pela incubação em todas as etapas do trabalho, incluindo avaliação e resultados”.

A partir da descrição geral dos resultados pretendidos por meio da forma prioritária de ação da Incubadora, a equipe de incubação identifica 16 classes gerais de comportamentos organizacionais que representam aquilo que vem sendo denominado seu método de incubação. Estas, identificadas como relevantes para garantir o atendimento aos grupos, são, de forma sintética:

- 1) Processar demandas apresentadas por diferentes atores sociais para incubação de empreendimentos solidários;
- 2) Identificar população em potencial para formação de empreendimento solidário;
- 3) Caracterizar, de forma o mais completa possível, diferentes envolvidos no processo de incubação;
- 4) Apresentar Economia Solidária como possibilidade de organização para geração de trabalho e renda para população ou grupo em potencial para formar empreendimentos solidários;
- 5) Apoiar a organização inicial do grupo para tomada de decisão sobre formação (ou não) de empreendimento solidário;
- 6) Elaborar proposta de trabalho em conjunto com participantes do grupo a ser incubado;
- 7) Promover formação de membros do grupo para o cooperativismo de forma contínua e permanente;
- 8) Promover escolha de atividade econômica pelo grupo;
- 9) Promover, de forma permanente, condições para capacitação técnica em relação ao serviço ou produto ofertado pelo empreendimento;

10) Promover formação contínua e permanente dos membros para a autogestão administrativa, em todas as oportunidades e de todas as maneiras possíveis;

11) Promover elaboração de normas de funcionamento do empreendimento (estatuto e regimento interno), de maneira participativa;

12) Assessorar grupo para legalização do empreendimento;

13) Assessorar grupo para implantação do empreendimento;

14) Assessorar grupo para implantação de sistema de monitoramento por meio de indicadores;

15) Assessorar grupo para implementação do empreendimento, de forma episódica e esporádica;

16) Assessorar grupo para participação em redes de cooperação e em iniciativas do movimento de Economia Solidária (CORTEGOSO et al In CORTEGOSO; LUCAS, 2008).

Em todas estas situações, os membros da equipe serão, ao mesmo tempo, mediadores dos processos de intervenção, promotores de situações de aprendizagem e favorecedores de produção de conhecimento sistematizado, podendo em algumas delas ocupar prioritária ou exclusivamente uma dessas condições. Dessa forma, em consonância com propostas de investigação participativa, a implementação dos empreendimentos populares vem ocorrendo por meio de alguns métodos muito semelhantes aos da Pesquisa-Ação. Esta é um tipo de pesquisa social com base empírica, realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, no qual pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1985).

Eid e Gallo (2001) afirmam que em relação à metodologia de incubação desenvolvida pela Incubadora, por meio das discussões teóricas e conhecimento prático, é notado que enquanto para alguns membros da equipe há somente semelhanças entre o processo de incubação e a metodologia da pesquisa-ação, para outros a linha da pesquisa-ação foi decididamente adotada. De acordo com os autores, a pesquisa-ação não se trata de simples levantamento de dados ou de relatórios a serem arquivados.

Através da pesquisa-ação os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados. Para isso, é preciso definir com precisão qual é a ação, os seus agentes, seus objetivos e obstáculos e, por outro lado, qual é a exigência de conhecimento a ser produzido em função dos problemas encontrados na ação ou entre os atores da situação. A

pesquisa-ação é uma estratégia metodológica de pesquisa social na qual: a) há uma ampla e explícita *interação* entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada; b) desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob a forma de ação concreta; c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontradas nesta situação; d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada; e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação; f) a pesquisa não se limita a uma forma de ação, mas também é pretensão que se aumente o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados.

No portal virtual (www.incoop.ufscar.br) da Incubadora consta que no seu método de incubação, a principal estratégia utilizada para enfrentar os desafios que se apresentam para a consolidação dos princípios autogestionários e da Economia Solidária, “é a pesquisa-ação participativa que promove a produção de conhecimento simultaneamente à intervenção, na medida em que se trabalha de maneira participativa com o grupo a elucidação de problemas e o levantamento de dificuldades e oportunidades, em busca da emancipação socioeconômica, política e ambiental dos sujeitos”.

Em 2000 a Incubadora passou a integrar a Rede Universitária de Incubadoras de Cooperativas Populares, que teve início em 1999. A Rede é constituída atualmente por ITCPs de 44 Universidades sediadas em diversos Estados Brasileiros (www.itcp.usp.br, acesso dia 28/07/09). Com a proposta de vincular de forma interativa e dinâmica as ITCPs, a Rede procura favorecer a transferência de tecnologias e conhecimentos entre estas, tendo como finalidade viabilizar a Economia Solidária em âmbito nacional.

A Incubadora exerce suas atividades junto à comunidade desde abril de 1999, com sede própria localizada junto aos Núcleos de Extensão da Universidade. O seu trabalho se iniciou a partir do levantamento de setores excluídos na cidade e região e de formação de cooperativas com alguns grupos destes setores. A Cooperativa de Limpeza foi o primeiro grupo a ser incubado, e foi também a primeira experiência empírica deste tipo por parte dos técnicos, professores e alunos envolvidos com o projeto de incubação.

A origem da Cooperativa de Limpeza

Desde 1994, o Núcleo de Pesquisa e Documentação do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos vinha empreendendo uma pesquisa sobre a condição de vida e pobreza da cidade. A partir do levantamento de

cinco variáveis: renda, inserção no mercado de trabalho, moradia, escolaridade e saúde, o resultado da pesquisa caracterizou quais os bairros mais carentes do município, que correspondiam a bolsões de pobreza.

Dentre estes, o bairro no qual foi criada a Cooperativa de Limpeza figurava como um dos mais carentes. Além do elevado número de desempregados e inserção precária no mercado de trabalho, da precariedade de moradia, e dos baixos índices de escolaridade e altos índices de violência, os moradores do bairro sofriam preconceito por parte dos contratantes de mão-de-obra que tendiam a generalizá-los, alegando que seus residentes estavam ligados a uma vida criminosa. Estas características apontavam para a necessidade de que projetos extencionistas voltados para populações empobrecidas pudessem ser realizados ali.

Em meados de 1998, a liderança comunitária do bairro convidou a Coordenação dos Núcleos de Extensão Município e Cidadania (que fomentará a Incubadora de Cooperativas Populares no ano seguinte) e demais interessados da comunidade acadêmica para participar das reuniões da associação de moradores. As discussões que se centravam, inicialmente, nas condições de escolaridade e moradia da população, tomaram um caráter mais reivindicativo no decorrer dos encontros, de modo que este bairro acabou sendo escolhido como base do projeto piloto de formação de cooperativa popular a ser incubada pela Universidade.

Enquanto a equipe da Universidade avaliava que apresentar ao grupo conhecimentos sobre gestão cooperada seria prioritário para a formação de uma cooperativa, a interação com a comunidade fez ver que a ordem dos problemas era outra. De acordo com Valêncio et al (s/d), a situação encontrada demonstrava que a busca dos elementos que instrumentalizavam o resgate da cidadania se colocava como objeto primeiro para a ação, razão pela qual o grupo buscou estruturar cursos de alfabetização de adultos, de desenvolvimento sustentável em conjunto aos que tratavam de relações interpessoais, motivação para o cooperativismo, autogestão, autonomia para ampliar a discussão de renda para uma discussão mais abrangente sobre dignidade e cidadania, buscando, com isso, elucidar as relações que movem política, legal e economicamente o conjunto da sociedade. A questão da educação aqui foi tratada na sua forma mais ampla, de forma crítica, e adaptada à realidade das pessoas e à nova situação em que estariam envolvidas, diferentemente do que costuma ocorrer quando se trata da educação formal (aplicada nas escolas).

Por meio do incipiente ato da legalização da cooperativa, que exige que as cooperadas (os) tenham seus documentos pessoais em ordem, foi possível perceber que poucas delas tinham tais documentos, sendo que algumas não tinham sequer o registro geral (RG). A equipe que acompanhou a situação ponderou que a regularização desses documentos foi significativa, não apenas para a finalidade do trabalho, mas como um passo no processo de construção da dignidade e da cidadania das cooperadas (os), uma vez que o conjunto das ações em busca dos direitos e o acesso a novas oportunidades de integração econômica e social é que garantem a saída da situação de exclusão (GALLO, 2003; VALÊNCIO et al, s/d). Desse modo, os membros da Incubadora acreditam ser seu papel,

incentivar que as análises contextualizadas no bojo do modelo de gestão cooperativa não sejam apenas internas aos cooperados, mas estendam-se ao bairro, que é a unidade espacial onde grande parte dessas cooperativas estão surgindo, refletindo-se em ações organizadas que procuram interferir sobre a realidade de tal modo a promover mudanças para superar a situação de exclusão e promover a adesão de outros segmentos (VALÊNCIO et al, s/d, p 55).

Com o intuito de efetivar essa expectativa, foram realizadas no bairro, inicialmente, reuniões abertas a toda comunidade, convidada por meio de divulgação por carro de som, cartazes, e com a participação das lideranças comunitárias. Nessas reuniões, os membros da Incubadora elucidavam que o caráter da proposta de envolvimento com a Universidade era o de conhecer os problemas relacionados ao desemprego, esclarecer, quando possível, os vários aspectos dessa situação, ouvir as aspirações e as sugestões para revertê-la, ampliando a relação de troca para um exercício de resgate da cidadania e desenvolvimento das relações trabalhistas (GALLO, 2003; VALÊNCIO et al, s/d).

A intervenção no bairro é de tal importância, que a Incubadora desenvolve, atualmente (www.incoop.ufscar.br/textos), um projeto de Economia Solidária e desenvolvimento sustentável de territórios na perspectiva local, no qual a proposta de intervenção para desenvolvimento local se desenvolve a partir da expansão e articulação de iniciativas de Economia Solidária. Diversas atividades sob este viés, como, por exemplo, a criação e manutenção de uma horta comunitária, estão sendo realizadas no bairro.

O grupo do bairro que participava das reuniões, no início, era majoritariamente constituído por trabalhadoras desempregadas. Este grupo mostrou certo conhecimento

acerca dos fatores estruturais que ocasionavam aquela situação, e que era necessária uma nova forma de relacionamento social na esfera do trabalho para superá-la. Foi percebida, nesse momento, a emergência de uma simpatia por parte do grupo pela proposta de formar uma cooperativa, cuja incubação a Universidade acalentava (VALÊNCIO et al, s/d).

Da interação inicial até a formação definitiva da cooperativa de limpeza, muitas técnicas foram utilizadas. As entrevistas semi-estruturadas deram suporte aos primeiros diagnósticos acerca das aspirações profissionais e perfil escolar dos moradores. O mapeamento de representações indicou lideranças e responsáveis para cada uma das tarefas a serem cumpridas. A apresentação e a discussão de um vídeo com depoimentos dos representantes de cooperativas populares do Rio de Janeiro, no bairro, permitiram ao grupo estabelecer um processo de identificação e reconhecimento de seu potencial para efetivação da cooperativa como alternativa de trabalho.

O grupo da universidade era formado por seis professores de diversos departamentos, um técnico de nível superior⁵³ contratado pela Pró-reitoria de Extensão (que trabalha na área da educação e, além de morar na região, já havia realizado atividades com a comunidade do bairro), e um estagiário. Após uma série de reuniões, cuja divulgação se deu por meio de carro de som, cartazes e do “boca a boca”, foram então sendo discutidas possibilidades de geração de renda a partir de atividades que tais pessoas já sabiam ou gostavam de desenvolver. Muitas idéias surgiram, como panificação, artesanato, costura etc. Deste grupo de pessoas, três subgrupos foram formados. Um grupo optou pela atividade de limpeza, culminando na formação da cooperativa em questão, outro pela atividade de costura e o último pela atividade de cozinha/panificação. A partir daí as reuniões foram então divididas, entendendo cada grupo como cooperativas em potencial.

O grupo da cooperativa de limpeza contava, segundo Faleiros (apud COSER, 2005), com 33 pessoas, sendo 31 mulheres. Com idades variando de 18 a 64 anos, a maioria destas pessoas estava desempregada e realizava serviços temporários, todas eram moradoras do bairro e possuíam baixo grau de escolaridade (analfabetos, semi-analfabetos, e com o primeiro grau incompleto). De acordo com Coser (2005), a atividade de limpeza foi escolhida pelo grupo por três motivos principais:

⁵³ Este técnico acompanha o grupo, ininterruptamente, até hoje. Nas eleições municipais de 2008 ele se candidatou ao cargo de vereador, contando com o apoio da cooperativa e de pessoas envolvidas com o movimento da Economia Solidária no município. A pretensão era a de fortalecer, por meio da atuação política, a Economia Solidária na cidade. Embora tenha sido bem votado, não conseguiu ser eleito.

1) a limpeza era uma atividade que todos sabiam fazer, uma vez que de certa forma tal atividade era exercida por todos na vida diária. Além disso, grande parte das pessoas já fazia faxinas, trabalhando como empregadas domésticas ou em contratos temporários por empresas que realizam serviços de limpeza terceirizados, ou seja, já existia uma certa quantidade de informação sobre a atividade que seria realizada pelo grupo, mesmo que de maneira não organizada e padronizada; 2) a atividade não demandava capital de giro, uma vez que era possível comprar material e pagar em até 30 dias, não sendo necessário um investimento alto. 3) havia, na Universidade, rumores sobre a possibilidade do serviço de limpeza ser terceirizado e, por experiência da Incubadora da Universidade Federal Rio de Janeiro, na qual uma cooperativa de limpeza realizava tais serviços, a Cooperativa teria oportunidade de iniciar um trabalho semelhante (p 37).

Antes da decisão final pela atividade de limpeza, foi feito ainda um pequeno estudo de viabilidade, comparando os serviços prestados por empresas de terceirização de limpeza em números, quantidade de envolvidos e preço. Não havia cooperativas, mas havia algumas grandes empresas de serviços terceirizados de limpeza atuando no município. Foi verificado, por meio de uma simulação de cálculo de preço, que a Cooperativa tinha possibilidade de competir em relação ao preço com estas empresas, pois, em uma situação em que o preço praticado por concorrentes era de 800 reais por mão-de-obra, o da Cooperativa seria de 600 reais. E, mesmo praticando preços finais mais baixos, as cooperadas (os) receberiam, nesta situação, mais do que as empresas pagavam para seus funcionários, por não haver a intermediação e a busca pelo lucro.

Decidido pela formação de uma Cooperativa de limpeza, foram realizados, inicialmente, encontros para elaboração e aprovação do Estatuto da Cooperativa. Na primeira reunião foi formada uma comissão de cinco mulheres, escolhidas entre os presentes, para elaboração do Estatuto, de acordo com sugestão da Incubadora (Faleiros apud COSER, 2005). Essa comissão recebeu modelos de estatutos de outras cooperativas e, junto com a Incubadora, realizou, nas semanas seguintes, reuniões internas com a comissão, e posteriormente reuniões gerais com todo o grupo, nas quais se discutia os itens que o Estatuto deveria conter. Houve a necessidade de contar com o auxílio de um profissional da área de direito, tendo sempre como base de discussão o contexto associativo (GALLO, 2003; COSER, 2005).

Concomitantemente à elaboração do Estatuto, foram realizadas, com os membros do grupo, atividades elaboradas pela Incubadora. Estas foram: um curso de cooperativismo, cujo conteúdo incluía princípios do cooperativismo, direitos e deveres de um cooperado, os diferenciais de uma empresa cooperativa, e a maneira de atuação

de uma cooperativa no mercado de trabalho; simulações de assembleias e de eleições de diretoria; e atendimento de demandas (COSER, 2005).

Finalizado o Estatuto, as pessoas envolvidas iniciaram o processo de legalização do empreendimento. Conforme a exigência da lei 5.764/71, que trata das cooperativas no Brasil, são necessários no mínimo 20 sócios para a constituição de um empreendimento do tipo cooperativa. No entanto, no conjunto das 31 pessoas (duas já haviam deixado de participar das reuniões) que participavam do processo de formação da cooperativa, apenas 15 possuíam os documentos necessários para sua legalização em ordem (estes documentos eram o CPF e o RG). Buscaram então, para tornar o procedimento mais rápido, regularizar a documentação das cinco pessoas que tinham a situação menos complicada. Com as 20 pessoas necessárias, e tendo o Estatuto sido aprovado por todos, tornou-se possível legalizar a cooperativa.

No dia 30 de maio de 1999, depois da eleição e posse da Diretoria, a cooperativa foi oficialmente inaugurada. Neste dia, 19 mulheres e um homem escreveram seus nomes no livro de matrícula da Cooperativa, e as outras 11 pessoas, todas mulheres, que acompanhavam o processo de formação do empreendimento, escreveram seus nomes no livro cerca de um mês depois, período durante o qual puderam providenciar os documentos necessários. Este processo contou ainda com a colaboração de um contador voluntário e com a doação de dinheiro, necessário para comprar materiais de limpeza e cujas fontes foram buscadas pela Incubadora.

Desenvolvimento do empreendimento (histórico)

Cerca de um mês depois da inauguração, os membros da cooperativa iniciaram a realização de dois cursos de capacitação para sua atividade de trabalho. O primeiro, com duração de dois meses, foi oferecido pelo SESI (Serviço Social da Indústria), e capacitou as cooperadas (os) para limpeza em residências e indústrias. O outro curso, oferecido por parceiros envolvidos com a criação do grupo e conduzido por um funcionário de uma empresa terceirizada de limpeza da cidade, habilitou as cooperadas (os) ao manejo de maquinários e equipamentos de limpeza (COSER, 2005).

O primeiro contrato de serviço veio em outubro, cinco meses depois da legalização da cooperativa. Após discussão acerca do assentimento do contrato em Assembleia, as sócias (os) tiveram que decidir quais critérios seriam considerados para seleção de quem ocuparia estes postos, uma vez que eram oferecidas apenas dez vagas.

O contrato de trabalho previa a prestação de serviços de limpeza no Restaurante Universitário da Universidade que sedia a Incubadora, com uma jornada diária de oito horas de trabalho, de segunda à sexta-feira, e quatro horas no sábado. De acordo com Coser (2005), os critérios de seleção foram debatidos em Assembléia, na qual uma lista de critérios foi surgindo a partir de indicações das cooperadas (os), de modo que ficaram definidos em:

1) participação nos cursos de capacitação para o cooperativismo que haviam sido oferecidos pela Incubadora e nos cursos de capacitação para limpeza industrial, oferecido por parceiros da cooperativa, visto que isto havia proporcionado uma experiência mínima com a atividade de limpeza, que consideraram que seria importante para alcançar uma boa qualidade do serviço prestado no primeiro trabalho assumido pela cooperativa (quem havia participado e quanto mais houvesse participado, melhor a classificação); 2) presença nas reuniões iniciais e assembléias do grupo (quanto maior a participação, melhor a classificação); 3) tempo de desemprego (quanto maior o tempo, melhor a classificação); 4) número de filhos (quanto maior o número de filhos, melhor a classificação). A cada critério foi atribuído um determinado peso, sendo o primeiro de maior peso e assim por diante, e cada cooperada obteve, assim, uma determinada pontuação, o que definiu quem participaria dos postos de trabalho (aquelas com maior pontuação) (p 41).

Assim que as dez cooperadas assumiram o posto de serviço, a Incubadora propôs à cooperativa a elaboração de um planejamento estratégico para divulgação do empreendimento e busca de novos postos de trabalho. Foi formada uma comissão responsável por esta tarefa, mas a atividade não foi concretizada. Essa atividade foi levada a cabo somente no início do ano 2000, com o auxílio da Incubadora. No entanto, segundo o técnico de incubação, os resultados não foram satisfatórios, o que provocou a interrupção deste trabalho, pois as sócias ainda não tinham segurança em relação ao trabalho, seu papel na cooperativa e sobre a própria cooperativa (COSER, 2005).

No decorrer do ano 2000, a cooperativa firmou alguns contratos temporários e preparou, com a ajuda da Incubadora, um curso de cooperativismo que foi realizado em Assembléia. Faleiros (apud COSER, 2005) aponta que as cooperadas (os) que mais freqüentavam a Assembléia e participavam de atividades desenvolvidas no âmbito da cooperativa nesse ano, eram aquelas que trabalhavam no primeiro contrato firmado pelo empreendimento. Segundo o autor, como a diretoria da cooperativa fazia parte desse grupo de cooperadas e o local de trabalho ficava próximo da Incubadora, a relação desta com as cooperadas (os) se dava essencialmente com esse grupo.

No ano de 2001 novas pessoas ingressaram na cooperativa. A Universidade, que tinha um contrato firmado com a cooperativa, lançou um edital convocando mais oito

peças para trabalhar em um serviço de apoio em atividades didáticas. Este serviço exigia o 1º grau completo, porém, das 31 cooperadas (os), apenas quatro preenchiam este requisito, de modo que as cooperadas (os) resolveram convidar novas sócias (os). As cooperadas (os) indicaram parentes e amigos para ingressar na cooperativa. A partir da aceitação dos membros, todas as pessoas que se interessaram pela proposta do empreendimento, tendo ou não o primeiro grau, foram agregadas ao grupo. O recrutamento resultou na entrada de mais treze cooperadas, sendo que apenas quatro delas tinham o primeiro grau completo. A Incubadora ofereceu, por intermédio de bolsistas e colaboradores, um curso de capacitação para as cooperadas (os) que assumiriam este novo posto de serviço.

Em meio à aquisição de novos contratos temporários houve, no mês de junho, eleição para nova diretoria. Duas chapas se inscreveram, sendo uma constituída por três cooperadas que trabalhavam no restaurante e outra por três cooperadas ainda sem posto de trabalho. Por meio de voto secreto, foi eleita a chapa das cooperadas que trabalhavam no restaurante. Coser (2005) destaca que, embora o número de pessoas inscritas na cooperativa fosse maior que o número de postos de trabalho, as atividades de busca de novos postos, de gestão da cooperativa, entre outras, eram, em sua maioria, realizadas pelas cooperadas (os) que já tinham postos de serviço.

Em 2002, problemas referentes ao relacionamento entre as cooperadas (os) começaram a se tornar freqüentes. De acordo com Coser (2005), em cinco das sete Assembléias realizadas neste ano, foi discutida a falta de comunicação entre as cooperadas (os), assim como problemas pessoais e insatisfações relacionadas à cooperativa e ao trabalho. Gallo (2003) relata que o número de cooperadas (os) subiu para 69, sendo 10 homens (teve um aumento significativo do número de homens). Embora passando por dificuldades de relacionamento, o grupo se sentiu estimulado para aumentar o número de sócias (os) graças às novas possibilidades de contrato que estavam surgindo.

A abertura de um edital público para serviços de limpeza nos postos de saúde da cidade instigou a discussão, em Assembléias, de critérios para a seleção de quem ocuparia novos postos de trabalho. Ficaram decididos os seguintes critérios: 1) tempo de participação na cooperativa 2) presença nas reuniões, 3) participação nos cursos, 4) tempo de desemprego, e 5) número de filhos.

Uma parceria com a prefeitura do município, por meio de um setor criado a partir da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda para fomentar a

Economia Solidária, proporcionou à cooperativa a assessoria de profissionais de contabilidade e administração. Esta parceria propunha ainda acordos para a divulgação do empreendimento. No decorrer do ano, a equipe de incubação planejou e executou várias frentes de trabalho para tentar reorganizar o grupo (COSER, 2005). Neste ano ainda, Gallo (2003) realizou um estudo acerca dos sócios da cooperativa, no qual foi possível constatar que:

A origem étnica era e continua sendo miscigenada, com predominância negra, sendo que a origem territorial, em sua maioria, é do interior de São Paulo e, uma minoria, do interior de Minas Gerais e do Paraná. Muitos dos cooperados vieram de famílias rurais e passaram a morar na cidade, mas continuavam a trabalhar como bóias-frias, principalmente, para as usinas de cana de açúcar da região (p 133).

No ano de 2003 dois novos contratos de trabalho foram firmados. O primeiro envolveu três cooperadas (os) e durou pouco tempo, o segundo, iniciado em abril, surgiu devido ao ganho de uma licitação municipal que previa a prestação de serviços de limpeza em 28 postos de trabalho para hospitais e postos de saúde. Nesse momento, embora contasse com quase setenta cooperadas (os), a cooperativa sentiu dificuldade para completar as novas vagas, pois muitas cooperadas (os) estavam trabalhando em outras atividades fora do empreendimento ou não estavam mais comparecendo às Assembléias e reuniões.

Dessa forma, foi realizada uma reunião na casa de uma cooperada com a presença da coordenadora do projeto de incubação, que explicou as características do contrato e da cooperativa, convidando pessoas interessadas (inscritas ou não na cooperativa) em ocupar os novos postos de trabalho. Depois dessa reunião novos membros ingressaram no empreendimento (cerca de 15), e os critérios acertados no ano anterior para a ocupação destes postos foram substituídos por novos (COSER, 2005). Em razão do novo trabalho, as cooperadas (os) realizaram dois cursos: um sobre manipulação de produtos químicos e outro sobre limpeza hospitalar, ambos providenciados por iniciativa da Incubadora.

No mês de julho foi realizada nova eleição para Diretoria, que acabou sendo eleita por aclamação. Desta vez a equipe da Incubadora buscou incentivar o grupo a escolher sua diretoria por consenso, pois, dado o cenário do ano anterior (e conhecimento existente sobre o efeito da disputa em relação à coesão do grupo), ponderou-se que uma chapa derrotada poderia dificultar as ações da nova diretoria. A

nova diretoria, encorajada pela Incubadora, alugou um escritório no bairro de origem. Com sede própria, o empreendimento teria espaço para manipular os produtos químicos e acomodar suas sócias (os) e clientes, além de adquirir maior autonomia em relação à Incubadora, uma vez que se utilizava o espaço da última como sede.

No início de 2004 a prefeitura abriu mais um edital, que previa a abertura de 85 postos de trabalho em creches, escolas municipais e repartições públicas. Desta vez, dado o grande aumento do número de sócias (os) que a conquista desse edital acarretaria, a cooperativa optou por incluir mais duas pessoas no contrato para cuidar exclusivamente da administração da cooperativa. Ficou decidido em Assembléia que essas duas pessoas seriam membros da Diretoria.

Para preencher estes postos, a cooperativa colou cartazes na própria sede e em locais públicos do bairro convocando quem estivesse interessado. Apareceram mais de 250 interessados, dentre estes, inúmeros residiam em outros bairros. A população-alvo da cooperativa, que se centrava em sua maioria nos parentes, amigos ou conhecidos dos cooperados e moradores do mesmo bairro, foi ampliada com o ingresso de algumas destas pessoas. Membros da Incubadora auxiliaram no processo de definição de critérios para inserção de novos membros, enfatizando a importância de garantir clareza no processo de seleção. Segundo Coser (2005),

a partir da revisão dos critérios do primeiro contrato, foi definido em assembléia, que os critérios para essa seleção seriam: 1) (menor) renda per capita (peso 4), 2) (maior) número de filhos/dependentes (peso 3), 3) (maior) tempo de desemprego (peso 2) e 4) ser morador do bairro (caso houvesse empate). Foi definido, ainda, que apenas uma pessoa de uma mesma família seria aceita para trabalhar no contrato. Para a seleção, uma comissão de nove cooperados foi formada para análise das fichas e entrevistas com os interessados, na qual eram apresentados os critérios para adesão e participação na cooperativa (p 52).

A renovação do contrato da licitação dos postos de saúde com a prefeitura exigiu um novo curso de limpeza hospitalar para as cooperadas (os) que ocupam estes postos. Este curso foi realizado por meio da parceria da prefeitura com uma cooperativa de limpeza do Rio de Janeiro, que ministrou o curso. No entanto, este evento causou algum transtorno, pois a cooperativa carioca interveio nos assuntos internos do empreendimento, criticando seu funcionamento, de modo que a maioria das cooperadas (os) que participaram do curso acabou entrando em conflito com os membros da diretoria.

Dado a súbita entrada de um número significativo de sócios e o relato de atritos entre as cooperadas (os), algumas providências, indicadas e acompanhadas pela Incubadora, começaram a ser tomadas. A primeira foi a formação de uma comissão para elaboração de um regimento interno, ferramenta muito importante para auxiliar na gestão do empreendimento. Conforme relata Coser (2005), com a inexistência de um regimento interno, a maioria dos problemas encontrados era discutida em Assembléia, para decisão coletiva, e assim as cooperadas criavam suas próprias regras. Por meio da análise que a autora fez das atas das Assembléias, ficou claro que a partir de 2004 houve um forte aumento de discussões sobre regras, deveres e direitos dos sócios (p 54). Uma vez que a comissão não concretizou o trabalho, um grupo de estagiários e bolsistas da Incubadora resgatou todas as regras que constavam nas Atas de todas as Assembléias realizadas pela cooperativa, elaborou uma versão inicial do regimento e entregou uma cópia para cada cooperada (o).

Com o intuito de mobilizar as cooperadas (os) para autogestão e descentralizar as atividades realizadas pela Diretoria, teve início a formação de algumas comissões para tratar de assuntos específicos. Além da comissão para elaboração do Regimento Interno, foi formada uma comissão que iria tratar da compra de um terreno para a construção da futura sede da cooperativa, e também uma comissão para formar um Conselho de Ética, responsável, principalmente, pelos assuntos de caráter pessoal das cooperadas (os) e relacionamentos entre estas.

Um curso de cooperativismo foi elaborado por duas estagiárias da Incubadora em conjunto com uma comissão de três cooperadas, que se preparou para aplicar o curso para as sócias (os) que haviam recentemente ingressado na cooperativa. No entanto, apenas uma pequena parte dessas cooperadas (os) participou dos cursos (COSER, 2005). Este fato pode ser um indício de que os cursos de cooperativismo não são entendidos como necessários por algumas sócias (os), ou, ainda, pode indicar falta de comprometimento dessas sócias (os) com a proposta da cooperativa - pautada na Economia Solidária, que pretende ir além da oportunidade de trabalho e renda.

Outros dois cursos de capacitação foram oferecidos pela Incubadora: um curso básico de computação, oferecido por um estagiário, e um curso de alfabetização, oferecido por educadores de adultos da Universidade. O primeiro curso foi realizado por um pequeno número de pessoas, já o segundo, embora a cooperativa possua um grande número de analfabetos e semi-analfabetos, não teve nenhuma cooperada (o) inscrita.

Ainda no ano de 2004, estagiários da Incubadora desenvolveram uma proposta de avaliação dos serviços prestados pela cooperativa a ser encaminhado aos contratantes do serviço, retomando proposta anterior disponível e buscando simplificá-la de modo a favorecer que os dados sobre desempenho das cooperadas (os) fossem encaminhados de modo mais formal à diretoria. Depois de pronto, algumas cooperadas (os) foram treinadas para aplicar os questionários de avaliação nos postos de trabalho.

No mês de março de 2005, o empreendimento sofreu a perda dos 18 postos de trabalho da Universidade, os primeiros postos que a cooperativa ocupou. Neste mês entrou em vigor uma Lei que impede a atuação de cooperativas em órgãos federais. Além da perda dos postos, a cooperativa perdeu ainda suas diretoras para a empresa que venceu a licitação para ocupar os postos na Universidade. As duas cooperadas alegaram estar cansadas e desgastadas com o trabalho que realizaram por quase dois anos na administração, e que, como este era ano de eleição, não sabiam qual seria o futuro delas na cooperativa. No entanto, elas se comprometeram a acompanhar o início das atividades da nova diretoria, e auxiliar quando necessário.

Em virtude desta saída, as eleições tiveram que ser antecipadas. Três chapas foram formadas, e todos os integrantes das chapas acompanharam, por cerca de um mês, a rotina da administração junto aos membros da Incubadora e de uma sócia que já havia sido Diretora-Presidente da cooperativa. Foi decidido em Assembléia que, desta data em diante, os três membros da diretoria trabalhariam exclusivamente na administração, e não apenas dois, como havia acontecido na última administração.

Neste ano foram oferecidos ainda alguns cursos de capacitação e houve, no mês de julho, a primeira participação da cooperativa em uma licitação virtual. O edital previa a prestação de serviços de limpeza nos jogos regionais que seriam realizados na cidade, e que envolveria cerca de 80 cooperadas (os) por um período de 12 dias. Com o acompanhamento da Incubadora, a nova Diretoria saiu bem-sucedida no seu primeiro grande desafio, vencendo a licitação e organizando as cooperadas (os) durante a realização dos jogos (COSER, 2005).

Em 2006, devido a problemas de convivência entre os membros da Diretoria, a cooperada responsável pelo cargo de Diretora-Secretária resolveu sair da Diretoria e voltar para o posto de trabalho. Deste modo, a Diretoria voltou a ter somente duas pessoas. Os Conselhos Fiscal e de Ética, eleitos no ano anterior, iniciaram suas atuações no início do ano. Membros da Incubadora se reuniram diversas vezes com as pessoas

eleitas para compor os conselhos, e, nestas oportunidades, explicavam o papel de cada conselho e iniciavam atividades que seriam depois desenvolvidas por eles.

Neste ano, três diferentes comissões foram formadas. O projeto inicial de formação destas comissões surgiu com o intuito de envolver um maior número de cooperadas (os) nos assuntos da cooperativa, de modo que as atividades não se concentrassem exclusivamente na diretoria. As comissões foram as seguintes: elaboração do Regimento Interno, construção da sede e compra coletiva. Para cada comissão havia alguém da Incubadora que articulava os encontros e estimulava o debate. A comissão responsável pela elaboração do Regimento Interno acabou, depois de algumas reuniões, produzindo a versão final do Regimento Interno da cooperativa, que foi lido e discutido em Assembléia até ser finalmente aprovado no ano seguinte. A comissão de compra coletiva fez contato com alguns produtores, conseguiu realizar compra de alguns bens alimentícios para algumas cooperadas (os) (as que quiseram participar), conseguindo um preço melhor devido a eliminação do intermediário e a maior quantidade de compradores. Esta comissão, no entanto, permaneceu pouco tempo em atividade. Por fim, a comissão de construção da sede, após algumas reuniões, acabou comprando um terreno, localizado próximo ao escritório atual, destinado à construção da sede. No entanto, a comissão deixou de existir no ano seguinte e a sede ainda não foi construída (o motivo da construção da sede não ter se iniciado até agora não tem relação com o fato de a comissão ter terminado).

Foram realizados alguns cursos de cooperativismo ao longo do ano. Os cursos foram ministrados por membros da Incubadora, e o público alvo era todas as cooperadas (os) que ainda não o haviam feito. Entretanto, um número considerável de cooperadas (os) deixou de comparecer nos cursos. Conforme apontado anteriormente, isto pode indicar que os cursos de cooperativismo não são entendidos como necessários por algumas sócias (os), ou falta de comprometimento dessas sócias (os) com a proposta da cooperativa.

2007 foi ano de eleição da Diretoria. A administração atual foi reeleita, e contou com a entrada de uma nova cooperada no lugar que havia ficado vago no ano anterior. Membros da Incubadora ministraram mais alguns cursos de cooperativismo durante o ano. O Regimento Interno da Cooperativa, que vinha sendo discutido já há algum tempo, foi aprovado em Assembléia no mês de agosto. No mês de dezembro, duas cooperadas foram selecionadas pela Assembléia para realizarem visitas nos postos de trabalho. A responsabilidade destas cooperadas é visitar todos os postos de trabalho a

cada semana para verificar o andamento do trabalho, dar suporte aos cooperados e receber informações (críticas, mudanças, etc.) dos contratantes responsáveis pelos postos. Neste ano, outro episódio marcante foi a aquisição de um veículo próprio, com o logotipo da cooperativa, cuja função principal é carregar equipamentos e produtos de limpeza da sede do empreendimento para os postos de trabalho.

Em 2008, o fato mais marcante a ser destacado foi a realização das eleições municipais. Isso porque a cooperativa ofereceu seu apoio à candidatura de um dos responsáveis pelo projeto de incubação, e membro da Incubadora, ao cargo de vereador. A sugestão para a candidatura partiu de algumas sócias (os) da cooperativa, principalmente daquelas que exerciam funções administrativas, que se sentiram inseguras com os possíveis resultados da eleição. A prefeitura municipal mantinha (e ainda mantém) um programa de apoio à Economia Solidária, no entanto, o prefeito que o iniciou não poderia mais se reeleger. Desse modo, alguns membros da cooperativa ficaram temerosos quanto à possibilidade de descontinuidade do programa, uma vez que o projeto de governo do novo prefeito poderia não dar prosseguimento ao apoio que vinha sendo dado à Economia Solidária, e acreditaram ser uma boa alternativa apoiar um candidato próprio para representar os empreendimentos econômicos solidários no município. Em diversas reuniões, que antecederam as eleições, eram pensadas e debatidas estratégias de apoio ao candidato e de aproveitar o período eleitoral para fortalecer a Economia Solidária no município. Embora tenha sido bem votado (obteve 945 votos, e ficou entre os 20 mais bem votados – havia 13 vagas), ele acabou não sendo eleito. Mas, apesar disso, este momento pode ter sido importante para criar, em algum grau, uma maior consciência de participação política nas cooperadas (os) envolvidas.

No ano de 2009 a cooperativa completou dez anos de existência. Houve uma comemoração no final de maio na qual compareceram muitas cooperadas (os), apoiadores e autoridades públicas da cidade, dentre elas o prefeito, o ex-prefeito, um vereador e o secretário municipal do trabalho.

Neste ano, entretanto, a cooperativa não teve muitos motivos para comemorar. Ela foi obrigada (junto a mais duas outras cooperativas de prestação de serviços do município), pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Advocacia da União (AU), sob pena de autuação, a assinar um Termo de Ajustes de Condutas (TAC), no qual se comprometeu a não assinar mais qualquer contrato com quem queira contratar seus serviços, seja ele contratante público ou privado. Além disso, esse TAC sentenciou o

fim da cooperativa. Caso seja mantida a validade do TAC, a cooperativa terá que encerrar suas atividades em janeiro de 2011, período no qual termina o último contrato de trabalho da cooperativa.

Foi alegado, pelo MPT e a AU, haver uma irregularidade no que diz respeito à relação estabelecida com a mão-de-obra utilizada nas prestações de serviço. De acordo com estas entidades, a rotina, a submissão e o controle das atividades descaracterizam esse tipo de trabalho, que pela Lei nº 5.764/71 configura um vínculo empregatício entre o contratante e o cooperado. E, uma vez estabelecido o vínculo, estes empreendimentos devem pagar os tributos referentes a isso. Entretanto, conforme consta no parágrafo único criado em 1994 no artigo 442 da CLT, não existe vínculo empregatício em sociedades cooperativas, nem entre ela e seus associados e nem entre estes e os tomadores de serviços daquela. Em 2003, num acordo assinado entre o MPT e a AU, a União ficou impedida de contratar trabalhadores por meio das cooperativas de trabalho. Tal disposição passou a ser reproduzida nos estados e municípios, por meio das Procuradorias Regionais do Trabalho, convocando as cooperativas de trabalho para o estabelecimento dos TACs, que determinam prazos para que estes empreendimentos deixem de prestar serviços, tanto para o poder público quanto para a iniciativa privada (ver em <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias/2009/154801-sao-carlos-busca-no-senado-aprovacao-da-lei-das-cooperativas.html>).

Em função deste episódio, a cooperativa marcou algumas reuniões para discutir quais alternativas tomar caso o destino imposto pelo TAC se concretize. Nestas reuniões, uma das propostas levantadas, para salvaguardar os postos de trabalho de seus membros, foi a transformação da cooperativa em uma empresa regular. Concomitantemente, a cooperativa tem se mobilizado junto a outros empreendimentos da cidade, também afetados pelo TAC, e ao Centro Público Municipal de Economia Solidária, no intuito de reverter essa situação. A principal esperança da cooperativa e demais empreendimentos tem sido a aprovação do projeto de lei sobre cooperativas (PLC131) que tramita atualmente no Senado Federal. Este projeto, que já foi aprovado pela Câmara dos Deputados, prevê alterações na atual lei que rege o cooperativismo. Caso seja aprovada, além de instaurar significativas mudanças para o movimento cooperativista, anulará a ação do TAC nessas cooperativas.

Foi realizada, no dia 20 de setembro, eleição para a Diretoria e para o Conselho Fiscal. Em ambas, houve a inscrição de apenas uma chapa, sendo estas eleitas por aclamação, sem necessidade de apuração de votos. A atual formação da diretoria é

composta por uma cooperada que fazia parte da diretoria anterior (a única das três que podia se reeleger) e que assumiu o cargo de Diretora-Presidente, e outras duas cooperadas que apresentam um histórico de participação regular em atividades de apoio ao empreendimento. Uma delas fez parte do Conselho Fiscal e a outra do Conselho de Ética, e ambas trabalhavam, até a eleição, na visita dos postos de trabalho.

Organização (estrutura e funcionamento)

Neste capítulo serão abordados alguns pontos acerca da estrutura e do funcionamento da Cooperativa. O modo pelo qual ela é organizada, incluindo aqui as estruturas administrativas e os documentos centrais da cooperativa – Estatuto e Regimento Interno -, e a organização para o trabalho (os direitos dos cooperados, os postos de trabalho, etc.), serão os assuntos sobre os quais este tópico se debruçará. A análise destes itens partirá da abordagem do Estatuto da Cooperativa, que é seu documento primário e fundamental.

Existem muitos modelos de estatutos. De acordo com Rech (2000), a Lei Cooperativista de 1971 fixava um modelo padrão para a estrutura oficial dos estatutos, no entanto, atualmente, são as assembléias das cooperativas que definem os seus estatutos. De qualquer modo, as leis em vigor determinam alguns itens que devem obrigatoriamente constar nos estatutos. São eles:

- a) Nome da cooperativa (o nome não pode ser igual ao de outra já existente), tipo de entidade, prazo de duração, sede e foro;
- b) Área de atuação e de admissão de sócios;
- c) Definição do exercício social e do balanço geral;
- d) Objetivos sociais da entidade (os objetivos devem ser o tema central da discussão do grupo que vai fundar a cooperativa);
- e) Associados: entrada e saída – direitos e deveres (não é necessário citar todos os direitos);
- f) Responsabilidade (a Assembléia deve definir se a responsabilidade dos sócios é limitada ou ilimitada na cooperativa; quando a responsabilidade é limitada, em caso de dívida, o sócio responde apenas com o montante correspondente às suas cotas-partes, e quando é ilimitada, caso haja necessidade de cobrir dívidas ou outros encargos, o sócio responde com todos os seus bens);
- g) Capital social mínimo (formação, distribuição e condições de retirada);

h) Estrutura diretiva e de fiscalização, e quem responde juridicamente (diferentes formas podem ser adotadas, mas é obrigatório que haja uma pessoa que responda pela entidade, “ativa e passivamente, em juízo e fora dele”);

i) Prazo do mandato dos dirigentes e processo de substituição;

j) Conselho fiscal;

k) Convocação e funcionamento da assembléia geral;

l) Forma do rateio entre os associados das despesas, perdas e prejuízos;

m) Retorno das sobras líquidas do exercício, proporcional às operações;

n) Casos e formas de dissolução;

o) Modo e processo de alienação ou oneração de bens imóveis (isso é para impedir que uma diretoria, por exemplo, possa vender ou oferecer como garantia para dívidas bens imóveis da cooperativa);

p) Reforma dos estatutos;

q) Destino do patrimônio em caso de dissolução;

r) Quando os estatutos entram em vigor (RECH, 2000, p. 88-92).

No dia 30 de maio de 1999, após aprovação do Estatuto e legalização do empreendimento, a cooperativa foi oficialmente inaugurada. No Estatuto da cooperativa constam, naturalmente, todos os itens previstos na Lei, apresentando, ainda, um item em especial que não é mencionado na Lei, o capítulo VIII, que se refere aos livros que a Cooperativa deverá possuir. Os livros são: Livro de Matrícula (no qual são inscritos todos os cooperados - possui alguns dados pessoais, a data de admissão, assinatura do cooperado, e, quando for o caso, a data de desligamento com a respectiva assinatura); Livro de Presença dos cooperados às Assembléias Gerais (os cooperados que comparecem na Assembléia assinam seus nomes neste livro); Livro de Atas das Assembléias Gerais (relata os informes e as pautas discutidas durante as Assembléias); Livro de Atas das reuniões da Diretoria; Livro de Atas das reuniões do Conselho Fiscal; Livro de Registro de Inscrição de Chapas (para as eleições da Diretoria e do Conselho Fiscal); além de Livros fiscais e contábeis.

O primeiro capítulo do Estatuto aborda a denominação, a sede, o foro, a área de ação, a duração e o ano social da cooperativa. No segundo capítulo, que trata dos objetivos sociais, consta que o objetivo principal da cooperativa é proporcionar o exercício e o aprimoramento da atividade profissional dos cooperados, com base na colaboração recíproca. Para a consecução de seus objetivos, a Cooperativa procura

contratar serviços para seus associados, representando-os nos contratos celebrados, promover assistência social e educacional aos cooperados e respectivos familiares, e promover, mediante convênio com outras entidades (públicas ou privadas), o aprimoramento técnico profissional dos seus sócios, tendo sempre em vista o cooperativismo.

O terceiro capítulo aborda os assuntos concernentes aos cooperados: quem pode se filiar à cooperativa (que no caso são trabalhadores que exerçam atividades compatíveis na área de atuação da cooperativa, que não pratiquem atividades que possam prejudicar ou colidir com os interesses da sociedade e que concordem com as disposições do Estatuto), o número mínimo (20) e máximo (ilimitado, desde que respeitada a viabilidade do empreendimento) de cooperados, dispõe acerca dos direitos e deveres dos cooperados (todos de acordo com os princípios cooperativistas), e do processo de exclusão de um cooperado.

Em agosto de 2007, a versão final do Regimento Interno foi aprovada em Assembléia. O Regimento Interno é um documento que auxilia no funcionamento da cooperativa, congregando todas as suas regras. A primeira versão deste documento foi montada por membros da Incubadora a partir do levantamento, em todas as Atas de Assembléias realizadas pela cooperativa, desde sua fundação, das regras que haviam sido deliberadas nas Assembléias. Este trabalho inicial conseguiu apanhar um conjunto de regras que haviam sido votadas pelos sócios em momentos diversos da história da cooperativa. Em 2006, formou-se uma comissão de cooperadas (os) com o intuito de construir uma versão mais acabada de Regimento Interno. No caso desta proposta, foram examinadas todas as regras já formuladas antes, feitas algumas mudanças (para tornar mais claro aos sócios), propostas algumas regras novas e retiradas algumas antigas. Um ano depois, a Cooperativa aprovou um Regimento Interno que se encontra condensado nos seguintes itens: I. Condições para entrada na cooperativa; II. Comportamento dos sócios no trabalho; III. Comportamento dos sócios na Cooperativa; IV. Descanso anual; V. Pagamento de INSS; VI. Ocupação de Postos de Serviço; VII. Condições para receber remuneração por serviço realizado; VIII. Reclamações de sócios; IX. Assembléias; X. Conselho de Ética; XI. Eleições para Diretoria e Conselho Fiscal; XII. Conselho Fiscal; XIII. Gratificações por bom desempenho; XIV. Penalidades para sócios; e XV. Licença Maternidade.

Em relação às penalidades para os sócios, estão previstas, no Regimento Interno, penalidades que vão da mais leve a mais forte. Na primeira infração o sócio receberá

uma advertência escrita; na segunda receberá suspensão do posto de trabalho, de um a dez dias úteis; na terceira perderá o posto de trabalho; e na quarta será desligado da Cooperativa. Caberá ao Conselho de Ética e, na sua inexistência ou impossibilidade, à Diretoria, definir e aplicar as penalidades, de acordo com as possibilidades previstas no regimento, conforme a gravidade de cada situação e o histórico do sócio na Cooperativa. Em relação às Assembléias, o sócio que faltar, sem justificativa aceita, em três Assembléias seguidas, ou em quatro de sete Assembléias, mesmo que alternadas, será excluído da Cooperativa (serão sempre consideradas as últimas sete Assembléias ocorridas para esta contagem, e os cooperados receberão uma carta após a segunda falta consecutiva informando que não poderão mais faltar). Dentre as regras presentes no Regimento Interno, ainda, consta ser obrigatório, a todo sócio que esteja em posto de trabalho fixo, o pagamento do INSS, que deverá ser efetuado pela Diretoria⁵⁴.

Retomando o Estatuto, no quarto capítulo é abordado o Capital Social, que, na Cooperativa, é dividido em quotas-partes no valor unitário de trinta reais, e que podem ser integralizadas à vista ou em até seis vezes (sendo descontadas da retirada mensal do cooperado).

O capítulo quinto descreve os órgãos sociais da cooperativa, e está dividido em cinco seções. As três primeiras abordam as Assembléias: Assembléia Geral, Assembléia Geral Ordinária e Assembléia Geral Extraordinária. A Assembléia é o órgão supremo de decisão dentro de uma cooperativa. Todas as resoluções importantes passam pela Assembléia, que funciona de maneira democrática, quando não se chega ao consenso, a partir da contagem de votos (voto aberto) de maioria simples (50% + 1). As Assembléias Gerais ocorrem todos os meses, sendo que na Cooperativa, sua realização está marcada para o primeiro domingo de cada mês. Entretanto, nem sempre é possível realizá-la neste dia, principalmente em virtude da disposição do local em que será realizada, mas, quando não ocorre na data prevista, ela é anunciada a todos os cooperados com no mínimo dez dias de antecedência. As Assembléias Gerais Ordinárias dispõem, basicamente, sobre a prestação de contas dos Órgãos de Administração, a destinação das sobras ou rateio das perdas e as eleições da Diretoria e Conselho Fiscal. Entretanto, com exceção das ocasiões de eleição, as Assembléias Gerais Ordinárias não costumam ser realizadas. Por fim, a Assembléia Geral

⁵⁴ Inicialmente o pagamento dos carnês era feito de maneira individual. No entanto, devido ao número considerável de pessoas que deixavam de pagá-los, a Assembléia decidiu que o pagamento do INSS de todos os sócios seria realizado pela Diretoria.

Extraordinária, realiza-se sempre que necessário, e pode deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da sociedade, desde que mencionado previamente no Edital de Convocação.

A seção quatro trata dos órgãos de administração. De acordo com esta, a Cooperativa será administrada por uma Diretoria composta por três membros, com títulos respectivamente de Diretor-Presidente, Diretor-Financeiro e Diretor-Secretário, eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de dois anos, sendo vedada a participação de cooperado em quaisquer dos cargos da Diretoria por período superior a quatro anos consecutivos. Atualmente, as três pessoas que compõem a Diretoria atuam exclusivamente na administração do empreendimento, e recebem a mesma remuneração das cooperadas (os) que possuem posto de trabalho fixo (contrato da educação). E, ainda, a partir de dezembro de 2007, foi votado em Assembléia que duas cooperadas (os) trabalhariam exclusivamente na visita aos postos de serviço, para darem suporte e mediar a relação da cooperativa com os contratantes. Deste modo, são cinco as cooperadas (os) que se dedicam exclusivamente à administração do empreendimento.

A quinta e última seção deste capítulo se refere ao Conselho Fiscal, o qual, segundo consta, será formado por três membros efetivos e três suplentes (quaisquer destes para substituir quaisquer daqueles), eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de um ano, sendo permitida a reeleição de apenas um terço dos seus componentes. Ao Conselho Fiscal compete exercer a fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da Cooperativa. Espera-se, ainda, que auxilie a Diretoria quando convocado e que mantenha contato com o contador para acompanhar a contabilidade da Cooperativa.

Apesar de não ser mencionado no Estatuto, a Cooperativa possui um Conselho de Ética, que é um órgão de apoio à Diretoria formado por três membros efetivos e dois suplentes, indicados pela Diretoria eleita (e aprovados em Assembléia), e cuja gestão deverá ter duração coincidente com a da Diretoria. A maior incumbência do Conselho de Ética é aplicar o Regimento Interno da Cooperativa e auxiliar a Diretoria na condução das Assembléias. Embora seja formado a cada nova eleição da Diretoria, o Conselho de Ética permanece inativo a maior parte do tempo.

Com o intuito de procurar incentivar o envolvimento de um maior número de sócias (os) com a cooperativa e descentralizar as tarefas administrativas da Diretoria, são formadas algumas comissões, que se destinam a diferentes fins. Já foi montada, por exemplo, uma comissão para elaborar e discutir os itens que iriam compor o Regimento Interno, assim também, como foi formada outra comissão de cooperadas (os) que iriam

se preparar para a busca de novos postos de trabalho para a cooperativa. Estas comissões, no entanto, apresentaram uma existência efêmera na maioria das vezes.

O sexto capítulo trata dos assuntos concernentes à dissolução e liquidação da cooperativa, enquanto que o sétimo trata dos fundos, do balanço, das despesas, das sobras e das perdas. O nono capítulo é reservado ao processo eleitoral (cargos da Diretoria e Conselho Fiscal). Consta-se, neste, que a votação é direta e o voto é secreto, podendo, em caso de inscrição de uma única chapa, optar-se pelo sistema de aclamação conforme a decisão da Assembléia. Há, ainda, um décimo capítulo reservado para disposições gerais e transitórias.

No início do mês de julho de 2009, data na qual foi delimitada a contagem de atuais e ex-sócios, a Cooperativa possuía um quadro de 327 cooperadas (os). São 215 postos de trabalho fixo distribuídos, quase que em sua totalidade, em dois diferentes contratos (um na área da educação e outro na saúde) firmados com a prefeitura municipal por meio de um processo de licitação. Somando-se às cinco vagas relativas à administração do empreendimento, são 220 as cooperadas (os) que obtêm uma retirada mensal fixa. As rendas mensais de cada cooperada (o) variam de acordo com o contrato; no contrato da educação a renda gira em torno de 600 reais⁵⁵, e no da saúde o valor da renda, devido ao índice de insalubridade (que avalia o risco existente na profissão), é cerca de 100 reais maior. Além destes, há um conjunto de cerca de 50 suplentes, que são cooperadas (os) que cobrem aquelas que faltam ou que se afastam do trabalho (seja por motivo de gravidez, férias, etc.). Os nomes das (os) suplentes ficam organizados em uma lista, que serve para determinar de quem é a vez de ser chamada quando uma cooperada (o) falta, ou de assumir um posto de trabalho fixo quando este surge. Estas cooperadas (os) não possuem renda fixa, vindo a obter uma renda somente quando são chamadas para trabalhar. O restante das cooperadas (os), que não estão trabalhando em posto fixo ou realizando a atividade de suplência, se encontra em situações diversas: algumas não aparecem na cooperativa e nem entram em contato já há algum tempo; outras trabalham em outro lugar embora permaneçam sócias da cooperativa, comparecendo nas Assembléias regularmente; entre outras.

⁵⁵ No valor total da renda mensal, estão inclusos os 55 reais referentes ao fundo de seguridade social (INSS) e mais uma quantia referente ao fundo de descanso (que seriam as férias), à gratificação natalina (que seria o 13º) e à cesta básica. A opção por acoplar essas quantias na retirada mensal surgiu por uma decisão em Assembléia.

CAPÍTULO 5 - ROTATIVIDADE DE SÓCIOS

A questão da rotatividade

A questão da alta rotatividade de trabalhadores parece não ser exclusividade do empreendimento que é objeto de estudo desta pesquisa. Orellano e Pazello (2006), em estudo sobre a evolução e determinantes da rotatividade de mão-de-obra nas indústrias paulistas durante a década de 1990, afirmam que a elevada rotatividade é destacada por diversos pesquisadores como uma característica do mercado de trabalho brasileiro. Deste modo, o mercado de trabalho brasileiro é classificado por alguns estudiosos como “hiperativo” (RIBEIRO, s/d). As pesquisadoras ilustram este fato ressaltando que, mesmo considerando apenas os trabalhadores com carteira assinada, a média de rotatividade foi de 48,6% no período de 1990-2000. Comparando esta porcentagem com os países europeus de capitalismo central, foi verificado que no início dos anos 1980 (período no qual, tal qual o Brasil na década de 90, o neoliberalismo começa a se espalhar) a rotatividade de mão-de-obra alcançou os 21,5%.

Ehranberg e Smith (apud ORELLANO; PASELLO, 2006), em busca da compreensão do fenômeno da rotatividade de mão-de-obra, destacam a previsão teórica de que há, por parte dos trabalhadores, uma maior possibilidade de saída do emprego quando for relativamente mais fácil para eles obter um novo emprego. E afirmam que quando os empregos são mais abundantes em comparação com os que por eles buscam, há de se esperar que a taxa de saída será mais alta do que quando o mercado de trabalho aponta para a direção oposta. Com base nisto, é possível considerar que o índice de desemprego é uma variável exógena que afeta a taxa de rotatividade de mão-de-obra das empresas por meio do seu impacto sobre a decisão individual de cada trabalhador de se demitir voluntariamente.

Mesmo as empresas tradicionais, de cunho capitalista, costumam avaliar a elevada rotatividade sob um viés negativo (a não ser que isto traga lucro para elas), pois o acontecimento desta indica uma excessiva falta de comprometimento entre empregados e empregadores, podendo ser um fator de custos e perda de eficiência econômica. Tendo em vista se precaver desta ocorrência, alguns economistas (ORELLANO; PASELLO, 2006) destacam as principais medidas tomadas pelas empresas. Dentre estas, destacam-se a utilização do salário como instrumento para reduzir a probabilidade de demissão voluntária, uma vez que os trabalhadores tendem a

ser mais relutantes em deixar o emprego quanto maior for o salário recebido relativamente ao salário que receberiam em outras firmas, e a adoção de regras valorizadas pelos trabalhadores, no sentido de deixar o trabalho mais agradável e diminuir o despotismo (imposição de regras).

No caso dos Empreendimentos Econômicos Solidários, os motivos que provocam a alta rotatividade de sócios nem sempre correspondem aos mesmos motivos percebidos nas empresas capitalistas, pois, embora a atuação de ambos ocorra na mesma esfera, ou seja, no mercado, as lógicas que os presidem são substancialmente distintas. Por exemplo, uma vez que nas empresas tradicionais uma das grandes causas da rotatividade é a demissão (neste caso a rotatividade é mantida em níveis altos como forma de disciplinar os trabalhadores), nos Empreendimentos Econômicos Solidários esta causa não existe, já que a relação entre todos os seus membros é de sociedade, e não há um padrão para demitir. A saída do sócio do empreendimento acontece, quando não é por espontânea vontade, quando ele infringe regras que foram previamente estabelecidas por todos, e que ele já tinha conhecimento (cabe nesse caso verificar se as regras não são demasiadas rigorosas). Não há a insegurança de ser demitido de uma hora para a outra. O processo de advertência possibilita que o trabalhador se adapte, se assim desejar, às exigências do coletivo (ROSENFELD In LIMA, 2007). E, se o empreendimento passar por dificuldades financeiras, diferentemente da economia capitalista, ele não demite mão-de-obra, mas todos os envolvidos arcam com os prejuízos e procuram, em conjunto, uma solução. No entanto, apesar destas diferenças, é possível inferir algumas relações acerca desta questão comparando os dois casos.

Primeiramente, existe um fator de caráter exógeno que influi sobre os dois casos. É a questão da oferta de emprego no mercado de trabalho. Já foi mostrado que ela afeta a decisão do trabalhador em permanecer ou não no emprego nas empresas capitalistas, mas em relação aos empreendimentos autogestionários, qual será a sua relevância para pensar na questão da rotatividade de sócios? Paul Singer (2002) acredita que uma vez que os trabalhadores tomam contato com o trabalho autogestionário, eles não querem mais voltar a trabalhar sob as ordens de um padrão. Somando-se à visão de Singer, o fato de que a atual conjuntura da sociedade é marcada pela crise do desemprego e pela diminuição do trabalho formal (com carteira assinada), e de que a maioria das pessoas integrantes dos empreendimentos de Economia Solidária o faz para escapar da precária situação de vida na qual se encontram, levaria a crer que a oportunidade de emprego em empresas capitalistas não teria aporte adequado para explicar o fenômeno da alta

rotatividade de sócios em um empreendimento autogestionário. No entanto, é necessário apurar qual o real peso desta questão na realidade dos empreendimentos, e descobrir se o trabalho autogestionário realmente é preferível ao trabalho existente no mercado formal, com carteira assinada. O grau de envolvimento do sócio com a cooperativa, que torna possível, entre outras coisas, a participação na formulação das regras que irão nortear a conduta dos sócios no empreendimento, é um dos pontos que merece análise dentro do contexto de alta rotatividade de cooperados.

Outra relação relevante diz respeito às duas estratégias das empresas capitalistas, apontadas aqui, que são utilizadas na tentativa de segurar o trabalhador na empresa. Em relação à primeira, a utilização do salário, num contexto de uma alta taxa de desemprego, da qual podemos derivar, nos moldes de Marx, a existência de um amplo exército industrial de reserva, e que vem acompanhado pelo acirramento da concorrência entre as empresas, é pouco provável que as empresas capitalistas diminuiriam suas margens de lucro para oferecer maiores salários aos trabalhadores, considerando que a oferta de maiores salários é desnecessária quando existe um número tão grande de desempregados - entretanto, este fato certamente ocorreria caso favorecesse o aumento dos lucros, se fosse um bom investimento por exemplo. Mesmo considerando que em boa parte dos EES os trabalhadores obtêm retiradas próximas ao valor do salário mínimo (conforme exposto no capítulo 3, página 81), será o salário oferecido pelas empresas tradicionais tão mais atrativo - levando em consideração o nível de qualificação profissional geralmente encontrado nos trabalhadores dos EES e a atividade que ocupariam nestas empresas? E em relação à estratégia das empresas em adotar regras valorizadas pelos trabalhadores com o intuito de mantê-los no seu quadro de funcionários, será que o fato de os trabalhadores disporem das suas próprias regras não seria capaz de manter baixos os índices de rotatividade em empreendimentos autogestionários? Estas são algumas das questões levantadas quando o tema da alta rotatividade de sócios em um empreendimento de Economia Solidária é colocado em pauta.

O rodízio de sócios em um empreendimento popular de Economia Solidária pode contribuir, quando excessivo, para dificultar a autogestão no empreendimento e causar uma série de outros problemas. Dentre estes, há de se destacar o afrouxamento dos laços de cooperação e solidariedade, assim como a emergência de conflitos entre os sócios, o desrespeito às regras e a carência de participação nos assuntos e decisões no âmbito do empreendimento.

O principal fator que gira em torno da relação entre a alta rotatividade de sócios e a ocorrência destes problemas é a aparente falta de laços cooperativos entre os membros do empreendimento, uma vez que com a permanente entrada e saída destes, os laços não são devidamente construídos. Além do mais, é possível aferir desta situação que nestes casos há pouco comprometimento, por parte de alguns sócios, com o empreendimento e com a proposta da Economia Solidária, que, ao que parece, não é satisfatoriamente incorporada pelos membros no período em que estes fazem parte do empreendimento (caso contrário, provavelmente, muitos destes não o teriam deixado). Desta maneira, o empreendimento acaba se tornando, unicamente, um meio de garantir a oportunidade de trabalho e renda para pessoas que se encontram à margem da economia capitalista. Embora esta característica seja de suma importância, garantindo desde já um papel importante para a Economia Solidária, a sua proposta original (na teoria) possui um caráter mais amplo.

A formação de uma cultura autogestionária é um processo lento e complexo (LIMA, 2004), no qual inúmeros fatores influem a favor ou contra sua construção. E a contradição na qual vivem os membros de um empreendimento que opera sob o paradigma da Economia Solidária, contrapondo os seus valores (de cooperação, propriedade coletiva, consumo responsável, defesa do meio ambiente, entre outros) aos da economia capitalista (competição, propriedade privada, consumismo, necessidade de um padrão, etc.), sob os quais estas pessoas estão inseridas desde que nasceram, impõe um grande desafio e a necessidade de um tempo considerável para que estas pessoas absorvam os novos valores e os contrastem com os valores que elas têm arraigados como legítimos. Uma grande rotatividade impede que se acumule experiência e conhecimentos. Por conta disso, a necessidade de um quadro de sócios estável apresenta-se como um fator importante para a efetivação da autogestão e da cultura solidária em um empreendimento econômico solidário. Do mesmo modo, o desenvolvimento da autogestão e da cultura solidária no empreendimento pode contribuir para a consolidação de um grupo estável. A falta deste (quadro estável de sócios), todavia, pode conferir ao empreendimento uma característica de “quebra galho”, que as pessoas procuram como oportunidade de obter renda, deixando-o quando “algo melhor” aparece.

A contradição de se iniciar um negócio sobre um controle democrático é, de acordo com Cornforth (In LIMA, 2007), provavelmente a principal barreira para fazer as cooperativas terem sucesso. Ao analisar três estudos de caso sobre cooperativas de

trabalho no Reino Unido, montadas mediante a iniciativa de agências de desenvolvimento de cooperativas (que seriam EAFs), a autora verificou que em todos os casos houve problemas em desenvolver um sistema de controle democrático efetivo. Muitos de seus trabalhadores tinham pouca experiência na democracia cooperativa e não estavam certos de seus papéis. Isto foi particularmente complicado pelo fato de que a iniciativa para a criação dessas cooperativas veio de seus promovedores (da EAF responsável pelo empreendimento) mais do que da força de trabalho (CORNFORTH In LIMA, 2007).

A questão da educação é de suma importância para tentar impedir que a característica de “quebra galho” predomine no empreendimento autogestionário, pois uma educação para o cooperativismo e Economia Solidária bem estruturada e passível de ser compreendido pelos membros pode fazer um grande diferencial no que diz respeito ao entendimento individual de cada sócio sobre sua participação no empreendimento. Ao menos, conhecer a proposta do empreendimento, como ele funciona, e conseguir perceber, de maneira crítica, as relações de trabalho e de dominação capitalista, pode contribuir para um maior engajamento dos seus membros para com sua proposta.

O empreendimento estudado possuía, em julho de 2009, 327 sócias (os) e aproximadamente 271 ex-sócias (os). Ocasionalmente, ele se depara com alguns problemas relacionados às suas sócias (os), como, por exemplo, o surgimento de atrito entre as cooperadas (os) e falta de comprometimento com os assuntos da cooperativa ou com o serviço prestado, que podem ter alguma relação com a questão da alta rotatividade entre seus membros, de modo que a diminuição desta pode vir a amenizar alguns destes problemas. Conforme já foi apontado, a alta rotatividade de sócios pode acarretar na ausência de relações estáveis entre os participantes do empreendimento, e a falta destas impossibilita a real efetividade do projeto cooperativista e da Economia Solidária neste. Como meio de procurar entender a questão da rotatividade de sócios, foram levantadas algumas variáveis que podem estar relacionadas a esta questão, e analisadas para a totalidade das ex-sócias (os). Foram realizadas, com o mesmo intuito, entrevistas com um conjunto de ex-cooperadas (os). Acredita-se, dessa maneira, poder contribuir com o debate em torno do cooperativismo e da Economia Solidária, assim como com o melhor funcionamento de EES. Deve-se ressaltar que, embora se tratem de iniciativas econômicas, o bom funcionamento de um EES é medido para além do sucesso financeiro, posto que outras questões se colocam com igual ou mesmo maior

importância (como a prática da autogestão no empreendimento, a tomada de consciência crítica entre seus membros, o contato com questões ambientais, cooperação com outras iniciativas semelhantes, entre outras).

Tema e Justificativa do Tema

O tema que orienta a presente dissertação é a questão da rotatividade de sócios em uma cooperativa popular de Economia Solidária, os aspectos relacionados e os possíveis impactos que pode causar no empreendimento.

A relevância social do tema relaciona-se à contribuição que pode ser oferecida ao funcionamento de cooperativas populares que atuam sob o paradigma da Economia Solidária, no que diz respeito a uma melhor compreensão acerca de motivos relacionados à evasão dos cooperados nos empreendimentos, sendo um aspecto relevante para que estes possam alcançar maior fidelidade às propostas socialistas encontradas na base teórica da Economia Solidária, assim como à origem histórica de luta anticapitalista do cooperativismo. A pesquisa também se justifica uma vez que se tenha em vista a ainda incipiente produção teórica existente no campo da Economia Solidária, que é relativamente novo, e, como acontece, na maioria das vezes, com grande parte das ciências (sobretudo as Humanas) que não estão diretamente relacionadas à valorização do capital e à manutenção da ordem estabelecida, não recebem o devido apoio para se desenvolver. Deste modo, procura-se, por meio desta pesquisa, contribuir para o desenvolvimento de um setor que busca, em meio a todas as dificuldades existentes, dar voz aos trabalhadores e à todos àqueles marginalizados socialmente, e a pensar numa sociedade mais justa e solidária, com base socialista.

Objetivos da Pesquisa

Com o intuito de analisar o fenômeno de alta rotatividade de sócios em uma cooperativa popular de Economia Solidária, foram propostos dois objetivos principais. Primeiramente, identificação de variáveis (razões) relativas aos ex-cooperados, às condições de funcionamento do empreendimento e ao contexto mais amplo em que este se insere, que possam estar relacionadas ao índice de rotatividade de sócios no empreendimento, que pode ser entendido como alto para garantir os objetivos de uma cooperativa popular, de Economia Solidária, para então, em seguida, produzir possíveis

respostas sobre o papel exercido por variáveis como estas na determinação do fenômeno de grande movimentação de entrada e saída de sócios no empreendimento considerado.

Para tanto, foram previstas as seguintes atividades: 1) levantamento das variáveis que poderiam interferir na questão da rotatividade de sócios em empreendimentos solidários, a partir da literatura e de informações obtidas a partir de acompanhamento do empreendimento no decorrer do tempo; 2) localização de documentos da cooperativa nos quais poderiam constar informações de interesse acerca dos sócios no empreendimento, e preparo de fichas de cadastro para os sócios (atuais e que já deixaram a cooperativa) cujas fichas não foram localizadas⁵⁶; e 3) realização de entrevistas com uma amostra de ex-sócios, de modo a identificar o que teria motivado a sua saída do empreendimento e procurar obter informações que sejam relevantes para a pesquisa.

As possíveis variáveis localizadas, que podem estar relacionadas à permanência e manutenção dos sócios no empreendimento, foram:

- Tempo de permanência do sócio na cooperativa;
- Grau de familiaridade com o tipo de empreendimento e com seus princípios (cooperativismo e Economia Solidária);
- Grau de garantia de renda;
- Grau de envolvimento com questões do funcionamento do empreendimento ou da Economia Solidária;
- Processo de inserção de pessoas no empreendimento.

Somando-se a estas, outras três razões podem ser apontadas como fatores em potencial para influir na rotatividade de sócios. A primeira diz respeito à possível percepção, por parte dos sócios que se desligaram, de que o trabalho na cooperativa é precário em alguma medida, seja em relação à renda, às horas de trabalho, aos direitos, etc. A segunda razão está associada à provável preferência de parte dos trabalhadores pelo trabalho formal, com registro na carteira; assim, estes trabalhadores iriam encarar sua passagem pela cooperativa como sendo temporária, durando até o momento em que consigam ingressar no mercado de trabalho formal. A terceira, por fim, se refere ao

⁵⁶ Estes documentos, que seriam os mais apropriados para realização da pesquisa por conter as principais informações de interesse (data de entrada e data de saída, motivo da saída, realização do curso de cooperativismo, ocupação de posto fixo e trabalho de suplência, escolaridade e participação em atividades administrativas), acabaram desaparecendo do escritório da cooperativa antes que os dados contidos ali pudessem ser coletados. Há um modelo da ficha de cadastro da sócia (o) na cooperativa no Anexo – 1.

papel que as regras da cooperativa podem possuir na questão da rotatividade, pois se estas forem severas demais, uma quantidade grande de pessoas pode ter saído por motivo de desligamento concernente ao recebimento de penalidades.

Tempo de permanência do sócio na cooperativa: A função desta variável é tentar apurar quanto tempo em média uma pessoa permanece na cooperativa até se desligar. Permanecendo por pouco tempo na cooperativa, a sócia (o) pode não conseguir compreender, de maneira adequada, as características do empreendimento e a proposta da Economia Solidária. Deste modo, procurar-se-á por um período que possa ser considerado crítico, no qual uma parte considerável dos cooperados tenha deixado o empreendimento. O tempo de permanência dos sócios foi pesquisado em alguns documentos da cooperativa, principalmente nos Livros de Matrícula, nos quais estão marcadas as datas de entrada e saída dos cooperados com suas respectivas assinaturas. Entretanto, uma vez que alguns dos ex-cooperados não estavam nos Livros de Matrícula, devido, principalmente, a passagem efêmera pela cooperativa, e que algumas informações estavam incompletas, foram utilizados depoimentos de pessoas que participaram ou que participam da administração da cooperativa, e que alegaram conhecer o tempo de permanência de alguns dos ex-sócios.

Grau de familiaridade com o tipo de empreendimento e com seus princípios (cooperativismo e Economia Solidária): Esta variável é medida a partir da realização ou não do curso de cooperativismo, oferecido pela cooperativa e considerado obrigatório aos cooperados ingressantes. Embora seja considerado obrigatório pelo empreendimento, nem todos os cooperados o realizaram. Os dados relacionados a ela foram obtidos por meio da consulta das listas de presença de 16 cursos de cooperativismo (de novembro de 2001 a abril de 2009) e de alguns certificados do curso que se encontravam na sede da cooperativa. É suposto que a familiaridade com o cooperativismo e/ou com a Economia Solidária seja uma condição de manutenção a favor da permanência dos sócios no empreendimento, pois, por meio de sua realização, a pessoa tem condições de perceber a cooperativa como algo mais do que apenas uma oportunidade de trabalho e renda (mas como um empreendimento diferenciado que valoriza o trabalho em detrimento do capital).

Grau de garantia de renda: Esta variável diz respeito à obtenção de renda (das retiradas), seja na ocupação de posto de trabalho fixo ou na realização de trabalho de suplência. Enquanto que o primeiro garante retiradas mensais fixas, o segundo é realizado de forma incerta, acontecendo quando um cooperado precisa ser substituído

no posto de serviço (por motivo de falta ou afastamento) ou quando a cooperativa assina um contrato temporário. É pretendido, por meio dela, descobrir quantos dos ex-cooperados chegaram a assumir postos de trabalho de fixo, e comparar este número ao de ex-cooperados que não chegou a assumi-los. As fontes de pesquisa foram as listas de desconto das retiradas⁵⁷. É suposto que a garantia de renda fixa possa ser um atrativo para a permanência do sócio no empreendimento.

Grau de envolvimento com questões do funcionamento do empreendimento ou da Economia Solidária: Esta variável corresponde à participação dos ex-cooperados em atividades administrativas e/ou de apoio (participação em comissões) na cooperativa. Estes dados foram levantados por meio de registros de reuniões entre a Diretoria da cooperativa e a Incubadora (de 2005 a 2007), e por meio de depoimentos de pessoas que participaram ou participam da administração da cooperativa. É pressuposto que quanto mais o sócio participar das atividades relacionadas à cooperativa, menor será a possibilidade dele deixá-la. Pois, desse modo, ele terá melhores condições de compreender as características diferenciais do empreendimento e adquirir um maior sentimento de pertencimento e de posse deste.

Processo de inserção de pessoas no empreendimento: Foi analisada a maneira pela qual as ex-cooperadas (os) haviam sido inseridas no empreendimento, isto é, se receberam algum tipo de preparo, se tiveram contato com o Estatuto e com o Regimento Interno e se foram apresentadas em situação de Assembléia às demais cooperadas (os). É pressuposto que um processo bem estruturado de inserção de novos membros possa favorecer a permanência destes no grupo. O levantamento destes dados, referentes ao modo de inserção na cooperativa, foi possível somente por meio das entrevistas com as ex-cooperadas (os), pois não havia outras fontes nas quais seria possível colher estas informações.

Também foi buscado, por meio de entrevistas com pessoas que participaram ou participam da administração do empreendimento, descobrir os motivos pelos quais os ex-sócios teriam se desligado da cooperativa. Do mesmo modo que as variáveis de tempo de permanência do sócio na cooperativa, grau de familiaridade com o tipo de empreendimento e com seus princípios (cooperativismo e Economia Solidária), grau de

⁵⁷ São listas que contém os nomes de todos os cooperados que possuem postos de trabalho fixo. Todos os meses, quando a cooperativa realiza o pagamento das retiradas aos cooperados, a Diretoria desconta destas os gastos dos cooperados referentes ao INSS, ao plano odontológico, ao convênio com um supermercado do bairro, aos gastos com suplente, com a cota-parte, com o passe, e com alguma possível dívida que tenham contraído com a cooperativa.

garantia de renda e grau de envolvimento com questões do funcionamento do empreendimento ou da Economia Solidária, este dado foi coletado para o conjunto dos ex-sócios (todos os 271).

As fontes de informações

As fontes utilizadas para a coleta dos dados foram: a) depoimentos de ex-sócias e de pessoas que participaram ou participam da administração do empreendimento, obtidas por meio de entrevistas; b) documentos do empreendimento com informações sobre ex-sócias (os) ou indicativas de procedimentos utilizados em situações relacionadas a variáveis de interesse (Livro de Matrícula, Atas de registro das Assembléias, registro sobre pagamentos efetuados a sócias, listas de presença em atividades promovidas pelo, ou para o, empreendimento, registro de reuniões da Diretoria e desta com a equipe de assessoramento da Incubadora); c) cadernos de campo com registros obtidos pelo pesquisador no decorrer do trabalho de assessoramento realizado no empreendimento, no período de 2005 até final de 2009.

Procedimentos e instrumentos de coleta de dados

Em relação ao depoimento de ex-sócias (os), foram realizadas dez entrevistas com ex-cooperadas (os) por meio de um roteiro semi-estruturado; em relação a pessoas que participaram ou que participam da administração do empreendimento, foram realizadas entrevistas com perguntas formuladas a partir da identificação de lacunas nas informações obtidas por meio de documentos; em relação aos documentos (do empreendimento e do pesquisador), foram identificados os documentos, localizados, e registradas as informações em conformidade com a natureza delas.

Na cooperativa pesquisada, que conta com 327 cooperadas (os)⁵⁸, 271 pessoas já fizeram parte do empreendimento, mas acabaram, por algum motivo, se desligando. Delimitar o número de ex-cooperadas (os) foi a primeira atividade da pesquisa.

Os dados levantados ao longo da pesquisa serão apresentados em duas partes: na primeira serão apresentadas as figuras e tabelas elaboradas a partir dos dados gerais das ex-sócias (os) na cooperativa, ou seja, sobre as variáveis levantadas para todas as

⁵⁸ Número de sócios delimitado no início de julho de 2009.

pessoas que já fizeram parte da cooperativa, mas que em um determinado momento acabaram se desligando; e na segunda parte serão apresentadas as entrevistas, realizadas com dez ex-sócias (os), e cujo roteiro se encontra em anexo (ver anexo 2).

PRIMEIRA PARTE – Dados gerais das ex-sócias (os) na cooperativa (271)

Os dados expostos nesta parte da pesquisa foram coletados para as 271 ex-sócias (os), e dizem respeito ao motivo de saída da cooperativa, tempo de permanência na mesma, realização ou não do curso de cooperativismo, obtenção ou não de renda estável por meio da ocupação de posto de trabalho fixo, e participação em atividades administrativas ou de apoio ao empreendimento. As informações foram obtidas em fontes diversas e preenchidas em uma tabela, cujo exemplo pode ser visualizado a seguir, na Tabela 1.

EX-COOPERADAS (OS)	MOTIVO DA SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	TEMPO DE PERMANÊNCIA	CURSO DE COOPERATIVISMO	POSTO FIXO	GRAU DE ENVOLVIMENTO
1. Fulana	Foi trabalhar em outro lugar	-	-	Cerca de 3 anos e meio	28/10/06 e 13/01/09	Contrato da educação	-
2. Beltrano	Não se adaptou	-	05/12/2004	Menos de um mês	-	-	-
3. Cicrana	Mudou de cidade	30/05/1999	Mai/2008	9 anos	11/11/01	Contrato da saúde	Conselho Fiscal

Tabela 1 – Demonstração da tabela utilizada para transcrição das informações referentes aos dados levantados para o total de ex-sócias (os) da cooperativa.

Como pode ser observado na Tabela 1, foi planejada a busca das datas de entrada e saída das sócias (os) na cooperativa, pois se acreditou poder traçar uma relação entre o período que a sócia (o) permaneceu na cooperativa e os eventos que ocorreram ao longo deste. Entretanto, as fontes que continham estes dados eram poucas e incompletas, tornando impraticável a tarefa de preenchê-los completamente.

Como forma de responder à questão da pesquisa a partir das informações obtidas, foram examinados dados relativos a cinco categorias, apresentados na

seqüência: motivo de saída, tempo de permanência, realização ou não do curso de cooperativismo, obtenção ou não de renda estável por meio da ocupação de posto de trabalho fixo, e participação em atividades administrativas ou de apoio. Além destes, os dados referentes à relação de homens e mulheres existentes entre as cooperadas (os) atuais e as ex-cooperadas (os) também compõe a análise da pesquisa. Com isso, é pretendido verificar se a questão da rotatividade apresenta, em alguma medida, determinada relação com o tema de gênero.

Motivo de saída da cooperativa

Os dados referentes a esta variável foram buscados por meio de entrevistas com pessoas que participaram ou participam da administração do empreendimento, e, no caso de dez pessoas, por meio de entrevistas individuais. Do número total de ex-cooperadas (os) (271), foi possível localizar o suposto motivo de saída de 236 apenas, sendo que não foram encontrados os motivos de 35 pessoas devido ao desconhecimento destes por parte das pessoas entrevistadas. Foram apontados 16 motivos (incluindo o caso de quem saiu sem se justificar e a categoria “outros”) que constituíram no desligamento da cooperada (o). São eles: aposentadoria; ida a outra cooperativa; ingresso na faculdade; problemas com alcoolismo; perda de interesse na cooperativa; não ter conseguido posto de trabalho fixo; ter sido desligado da cooperativa (por faltas em Assembléias ou por ter cometido infrações); problemas pessoais; problema com outros cooperados ou com a Diretoria; desaparecimento (sumiu da cooperativa, já há algum tempo, sem dar notícias); mudança de cidade; não ter se adaptado ao trabalho ou à cooperativa; perda de posto de trabalho fixo; ter ido trabalhar em outro lugar (empresa tradicional); saída sem justificativa; e outros (categoria que abarca temas complexos, que não foram devidamente explicados).

A Figura 1, apresentada a seguir, expressa os 16 motivos relacionados com a saída das ex-cooperadas (os) da cooperativa e suas respectivas percentagens.

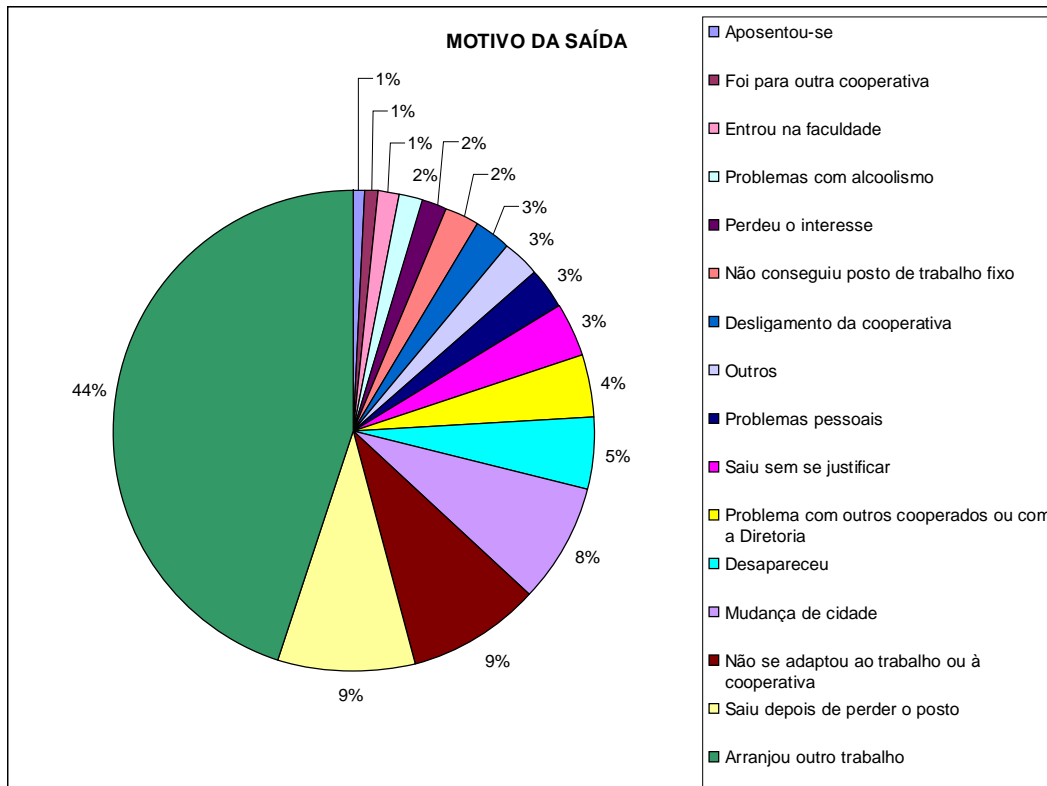


Figura 1 – Motivos pelos quais as ex-sócias (os) se desligaram da cooperativa

Conforme pode ser observado na Figura 1, quase metade das pessoas que saíram da cooperativa o fez para ir trabalhar em outro lugar. Este número, porém, pode ser ainda maior se for considerado que parte das pessoas que saíram da cooperativa sem se justificar, mudaram de cidade, perderam o interesse, ou sumiram sem dar satisfação à Diretoria, pode ter ido trabalhar em outro lugar.

As pessoas que forneceram estas informações, isto é, membros atuais e ex-membros da Diretoria, informaram, ainda, que grande parte das pessoas que alegaram sair da cooperativa para ir trabalhar em outro lugar havia conseguido um emprego formal, com carteira assinada. Este fato aponta para a provável preferência, por uma parte considerável dos trabalhadores, pelo trabalho com registro na carteira. É de se supor que estes trabalhadores não teriam assimilado a proposta da cooperativa, nem da Economia Solidária, e teriam encarado sua passagem pela cooperativa como sendo temporária, como uma possível ponte para o mercado de trabalho formal. Com base nisso, conjectura-se que a “segurança” do trabalho formal, com os direitos trabalhistas garantidos pelo Estado na Carteira de Trabalho, é preferível para os trabalhadores à autogestão encontrada na cooperativa, tese contrária a de Singer (2002). Pode ser importante, também, verificar os meios pelos quais a cooperativa, assim como a

Incubadora, procura transmitir conhecimentos e valores cooperativistas e da Economia Solidária aos seus membros, e até que ponto, e de que maneira, estes podem (se é que podem) ser efetivamente incorporados pelos cooperados durante o período em que fazem parte do empreendimento.

Os primeiros motivos de saída das sócias (os) da cooperativa, presentes na Figura 1, de “aposentou-se” a “desapareceu”, correspondem a 12 motivos num total de 16, e representam 30% do total de ex-cooperadas (os). O motivo “saiu depois de perder o posto” está relacionado ao fim de um contrato de trabalho da cooperativa, ou então a um pedido de troca, por parte do contratante de serviço, da pessoa que ocupava o posto por outra sócia (o). Quase 10% das ex-cooperadas (os) se desligaram depois de perder o posto de trabalho, de modo que muitas delas podem não ter tido vontade de trabalhar de suplente, que é o que acontece com quem fica sem posto – entra na lista de suplente e permanece na atividade de suplência até que um novo posto surja. Ter um posto de trabalho fixo significa possuir uma renda mensal fixa, diferentemente da situação das ex-cooperadas (os) que trabalharam apenas de suplente. Somando a quantidade de ex-sócias (os) que saíram depois de ter perdido o posto de trabalho aos 2% das pessoas que deixaram a cooperativa porque não conseguiram um posto, pode ser uma evidência de que possuir um posto de trabalho fixo seja um fator que atua a favor da manutenção da sócia (o) no empreendimento.

O item “não se adaptou ao trabalho ou à cooperativa” pode abarcar uma série de situações diferentes: pode ser que a cooperada (o) pensasse, antes de ingressar no empreendimento, que este fosse diferente; ela (e) pode ter considerado o trabalho na cooperativa precário; pode ter havido quem queria ser registrado; quem achou a remuneração baixa ou quem não gostou da atividade, entre outras. Enfim, motivos que fizeram com que a cooperada (o) decidisse deixar o empreendimento depois de permanecer por um tempo (geralmente pequeno) e decidir que não era isso o que ela (e) queria.

Ver, na Tabela 2 (página 152), a relação entre o gênero da cooperada (o) e o desligamento da cooperativa devido ao fato de não ter se adaptado a ela. Verificar-se-á que a grande maioria das pessoas que saíram por este motivo era do gênero masculino (a discussão estará presente no tópico da tabela).

Outro item da figura que merece destaque é o número de pessoas que saíram da cooperativa por terem sido desligadas. Isto ocorre ou por uma seqüência de faltas em Assembléia, ou por motivo de infração (que possui penalidades graduais, primeiro

advertência escrita, depois período de afastamento do trabalho, depois desligamento do posto e por fim desligamento da cooperativa – ver capítulo sobre organização e funcionamento da cooperativa, na página 123). Dado o pequeno número (pouco significativo para a pesquisa) de pessoas que saíram por este motivo, pode-se concluir que as regras da cooperativa não são duras, ou seja, os motivos de saída da cooperativa têm pouca relação com as regras desta, uma vez que o desligamento da cooperativa por penalidade tem pouca relevância no fenômeno de alta rotatividade.

Este dado é assaz interessante para a pesquisa, uma vez que indica de forma direta, os possíveis motivos pelos quais as sócias (os) deixaram o empreendimento. No entanto, a real significância destes dados apresenta um limite, uma vez que os motivos foram apontados por pessoas que acompanharam a história da cooperativa e afirmaram conhecê-los, e não pelas próprias ex-cooperadas (os). Os aspectos referentes à manutenção do sócio na cooperativa, e que podem estar relacionados com a alta rotatividade de sócios no empreendimento, serão analisados na seqüência.

Tempo de permanência do sócio na cooperativa

Das 271 ex-cooperadas (os), foi possível conseguir informação a respeito do tempo de permanência na cooperativa no caso de 251 delas. Estas informações foram localizadas nos Livros de Matrícula e em um caderno que havia sido utilizado para anotar as datas de ingresso e desligamento das sócias (os) da cooperativa (mas que estava muito incompleto). Além disso, foram utilizados depoimentos de membros que fizeram e que fazem parte da Diretoria para completar as lacunas remanescentes. A Figura 2, apresentada a seguir, se refere à distribuição das sócias (os) por tempo de permanência na cooperativa.

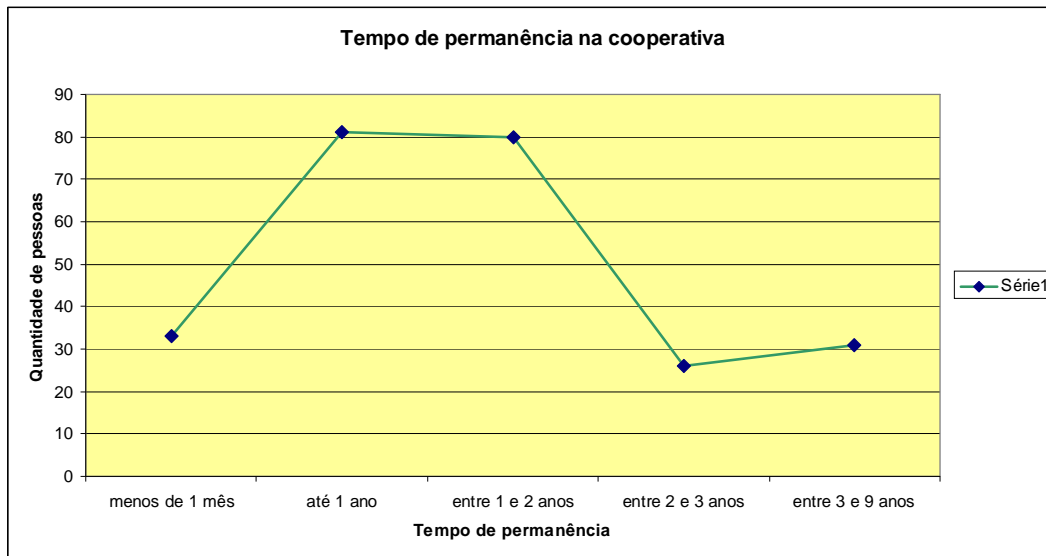


Figura 2 - distribuição das sócias (os) por tempo de permanência na cooperativa

Conforme pode ser observado na Figura 2, um número pequeno (comparado ao número total de ex-sócios) de ex-cooperadas (os) ficou mais do que dois anos na cooperativa. Dividindo-se o tempo total de permanência das ex-sócias (os) na Cooperativa pelo número absoluto destas, foi possível alcançar o tempo médio de permanência das ex-sócias (os) na cooperativa, que é de cerca de um ano e meio. Abaixo desta média encontram-se 155 ex-cooperadas (os), ou seja, 61,75%, sendo que 21% destas permaneceram na cooperativa por menos de um mês (13,15% do total). Acima da média estão 96 cooperadas (os), sendo que 30% destas permaneceram por três anos ou mais (as que permaneceram por mais tempo foram: 3 por nove anos, 2 por oito anos, 4 por seis anos e 5 por cinco anos).

Pode-se concluir, com base nos dados, que a maioria das ex-cooperadas (os) não permaneceu tempo suficiente na cooperativa para que tivesse tido realmente a oportunidade de se envolver de maneira mais efetiva com o empreendimento. Mais de um décimo destas permaneceu por menos de um mês, o que significa que podem não ter tido sequer a oportunidade de realizar o curso de cooperativismo e Economia Solidária, e não ter, desse modo, conhecido a proposta do empreendimento e entendido minimamente como ele funciona.

Grau de familiaridade com o tipo de empreendimento e com seus princípios (cooperativismo e Economia Solidária)

Do total de ex-cooperadas (os) (271), não foi possível definir a realização ou não do curso de cooperativismo no caso de 33 pessoas. Deste modo, o número total de pessoas referentes a esta variável é de 238. A variável é medida a partir da realização ou não do curso de cooperativismo, oferecido pela cooperativa com o apoio da Incubadora. As fontes utilizadas para o levantamento destes dados foram as listas de presença nos cursos de cooperativismo e os certificados de realização dos cursos que se encontravam na sede da cooperativa, além de terem sido utilizadas as entrevistas com dez ex-cooperadas (os). A primeira lista de presença do curso de cooperativismo data de 2001. Nos dois anos anteriores, porém, as cerca de 30 sócias (os) que a cooperativa possuía até então, haviam realizado o curso nas reuniões iniciais para a formação do empreendimento ou durante uma Assembléia da cooperativa ocorrida no ano de 2000. Na Figura 3 é possível observar a relação de ex-cooperadas (os) que realizou o curso de cooperativismo ao longo do período em que fizeram parte do empreendimento.

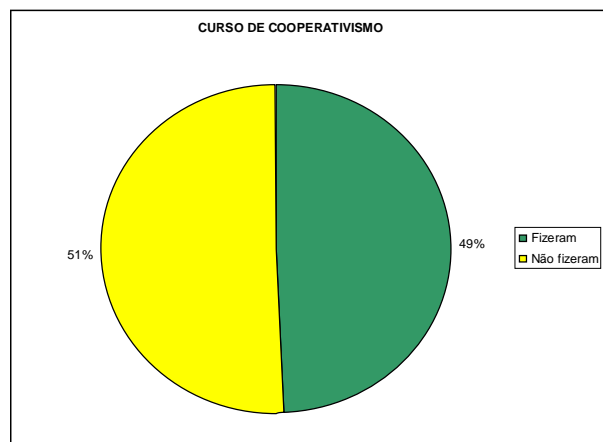


Figura 3 – percentagem de ex-sócias (os) que realizou, e que não realizou, o curso de cooperativismo

Como pode ser observado na Figura 3, cerca de metade das pessoas que saíram da cooperativa acabaram não realizando o curso de cooperativismo ao longo de sua permanência nesta. Dentre as pessoas que realizaram o curso, por volta de 25% participou do curso por mais de uma vez (12,20% das 238 ex-cooperadas). O impacto da realização ou não do curso para a manutenção da sócia (o) no empreendimento não ficou esclarecida, uma vez que metade das pessoas que se desligou da cooperativa realizou o curso e outra metade não. Não há um número que represente a maioria nestes dados, que possa apontar para um lado ou para outro da questão, de modo que o único parecer que pode ser inferido é que a realização do curso de cooperativismo,

aparentemente, não é suficiente para a manutenção da sócia (o) na cooperativa. Pode ser que a rotatividade de sócios apresentasse um percentual menor caso todas as cooperadas (os) realizassem o curso de cooperativismo da forma pelo qual ele é estruturado, mas esta é uma hipótese que não possui base nos dados levantados pela pesquisa.

Algumas questões vêm à tona quando se aborda a questão do curso de cooperativismo: Por que o baixo índice de participação nos cursos? Como fazer com que as pessoas se sintam atraídas e absorvam o conteúdo desses cursos? O que eles devem conter, que tipo de informações, e como devem ser transmitidas? A linguagem dos cursos é adaptada, pelas pessoas que o preparam (Incubadora), para que se torne o mais clara possível e que não seja um obstáculo para a compreensão das cooperadas (os); as palavras consideradas mais difíceis são suprimidas e substituídas por outras que estão mais presentes no cotidiano das cooperadas (os). Os cursos (pelo menos os acompanhados pelo autor, de 2005 a 2007), embora contenham a crítica ao capitalismo e as características do cooperativismo e da Economia Solidária, sua função principal é contrapor a empresa capitalista ao empreendimento cooperativo, mostrar as vantagens do trabalho cooperativo, os mecanismos de participação em uma cooperativa etc.. A questão da educação é fundamental para a efetividade da proposta cooperativa, para a formação de uma alternativa concreta ao capitalismo e para incentivar a participação e o envolvimento das cooperadas (os) com o empreendimento.

Grau de garantia de renda

Os dados referentes a esta variável dizem respeito à ocupação ou não de posto de trabalho fixo, o que implica na obtenção de renda fixa. O número total de pessoas incluídas neste levantamento é de 245; no caso de 26 não foi possível obter este tipo de dado. Há o caso, entretanto, entre estas 26 pessoas, de duas que tiveram a oportunidade de pegar um posto de trabalho fixo, mas que recusaram por preferir trabalhar de suplente. Os dados para esta variável foram levantados nas listas de desconto das retiradas, analisadas na sede da cooperativa. A Figura 4 traz a percentagem de ex-sócias (os) que ocuparam posto de trabalho fixo na cooperativa.

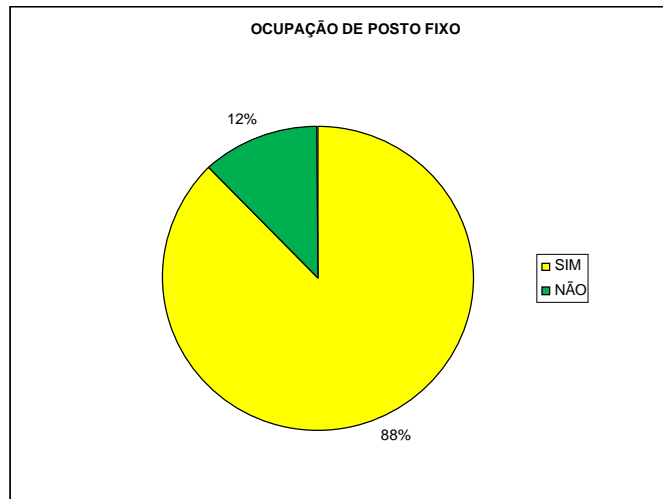


Figura 4 – Percentagem de ex-sócias (os) que chegou a ocupar posto de trabalho fixo na cooperativa

De acordo com a Figura 4, a grande maioria das ex-cooperadas (os) chegou a ocupar um posto de trabalho fixo e, deste modo, obter uma renda mensal fixa. Pode-se sugerir, destarte, que a obtenção de renda fixa não é uma variável relevante para a manutenção do sócio no empreendimento, uma vez que mesmo obtendo-a, muitos deles acabaram saindo da cooperativa. Dentre as ex-cooperadas (os) que não obtiveram um posto de trabalho fixo, cinco pessoas (2%) se desligaram da cooperativa por insatisfação com a situação de suplência. As 10% restantes, no entanto, deixaram o empreendimento por outro motivo; o fato de terem exercido a atividade de suplente somente não agiu de forma decisiva no seu desligamento.

Se, conforme apontam os dados, a garantia de renda fixa mensal não é uma variável capaz de influenciar a permanência dos sócios na cooperativa, pode-se deduzir que os cooperados esperam algo mais do que uma renda fixa. A questão é desvendar o que seria este “algo mais”: Seriam os direitos trabalhistas? Seria uma maior autonomia no trabalho? Uma renda maior? Outra atividade de trabalho? Conforme os dados apresentados inicialmente sugeriram, acerca dos motivos de saída da cooperativa, o trabalho com vínculo empregatício (com registro na carteira de trabalho), parece ser um dos motivos mais contundentes para explicar o que seria este “algo mais”.

Grau de envolvimento com o empreendimento (participação em atividades administrativas ou de apoio)

Dentre as 271 ex-cooperadas (os), seis não chegaram a participar efetivamente do empreendimento, de modo que são 265 as cooperadas (os) que tiveram (teoricamente) condições de participar de atividades administrativas e/ou de apoio. Os dados foram levantados mediante consulta às Atas de registros das Assembléias correspondentes às eleições da Cooperativa, ao caderno de campo do pesquisador e a consulta oral de membros que fizeram e que fazem parte da Diretoria. São, basicamente, cinco as atividades denominadas administrativas ou de apoio consideradas neste tópico: Diretoria (três vagas a cada dois anos); visita aos postos de trabalho (com duas vagas a partir de 2008); Conselho Fiscal (de três a seis vagas a cada dois anos); Conselho de Ética (de três a cinco vagas a cada dois anos); e as Comissões, voltadas para diferentes finalidades e formadas com o intuito de envolver um maior número de sócias (os) com o empreendimento (foram quatro as comissões formadas até o momento – de compra do terreno, elaboração do Regimento Interno, busca de novos postos de trabalho e compra coletiva; e, além destas, houve um grupo de três cooperadas que se preparou para aplicar o curso de cooperativismo às demais sócias).

Deve-se levar em consideração, ao tratar desta variável, que a participação em atividades administrativas e/ou de apoio por parte das cooperadas (os), embora seja desejável, dificilmente consegue abrigar todas (os) devido à grande quantidade destas em relação aos espaços de participação existentes. Até o período no qual foi delimitado o número de cooperadas (os) atuais e de ex-cooperadas (os), que se constituiria no universo de análise da pesquisa (julho de 2009), a cooperativa havia tido: cinco diretorias (ou seja, 15 vagas, três para cada uma, mais duas vagas correspondentes à visita aos postos de trabalho a partir de 2008), quatro Conselhos Fiscais (com pelo menos 12 vagas, sem contabilizar as suplências, que tiveram rara oportunidade de agir), três Conselhos de Ética (ou seja, pelo menos nove vagas, sem contar os suplentes), foram formadas quatro comissões (com 15 pessoas diferentes participantes, mas o número poderia ter sido maior caso mais gente se interessasse em participar), e ainda há o caso de três cooperadas que foram preparadas para aplicar um curso de cooperativismo na cooperativa. De um modo geral, foram 56 os espaços de participação neste período (que poderiam ter sido um número maior caso mais gente tivesse se interessado em participar das comissões, se mais comissões tivessem sido criadas e se os suplentes dos Conselhos tivessem também participado, dando apoio aos Conselhos e à diretoria).

Por meio desta variável se busca analisar quantas das pessoas que se envolveram em atividades administrativas ou de apoio deixaram o empreendimento, e verificar se a participação nestas facilita a permanência da cooperada (o) - se este fato contribuiu para que ficassem mais tempo na cooperativa do que a média das ex-cooperadas (os). A figura 6, apresentada a seguir, mostra a percentagem de ex-sócias (os) que participaram de atividades administrativas ou de apoio.



Figura 5 – Percentagem de ex-sócias (os) que participaram de atividades administrativas ou de apoio

Conforme pode ser observado, 6% (16 pessoas) das 265 cooperadas (os) que saíram da cooperativa haviam participado de atividades administrativas ou de apoio ao empreendimento. Em um levantamento realizado acerca da participação das cooperadas (os) atuais em atividades administrativas ou de apoio, foi verificado que, das 327 cooperadas (os), apenas 17 pessoas faziam ou haviam feito parte destas atividades. Estes dados indicam que o fato de participar nestas atividades no âmbito do empreendimento não garante a permanência da sócia (o) na cooperativa, uma vez que uma parte considerável das pessoas que desenvolveram estas atividades acabou saindo do empreendimento. Entretanto, conforme demonstrado pelos dados expressos a seguir, percebe-se que a participação em atividades administrativas ou de apoio contribuiu para que as cooperadas (os) permanecessem por mais tempo na cooperativa do que a média das ex-cooperadas (os). A Figura 6, apresentada na seqüência, se refere à distribuição das ex-sócias (os) que realizaram atividades administrativas ou de apoio por tempo de permanência na cooperativa.

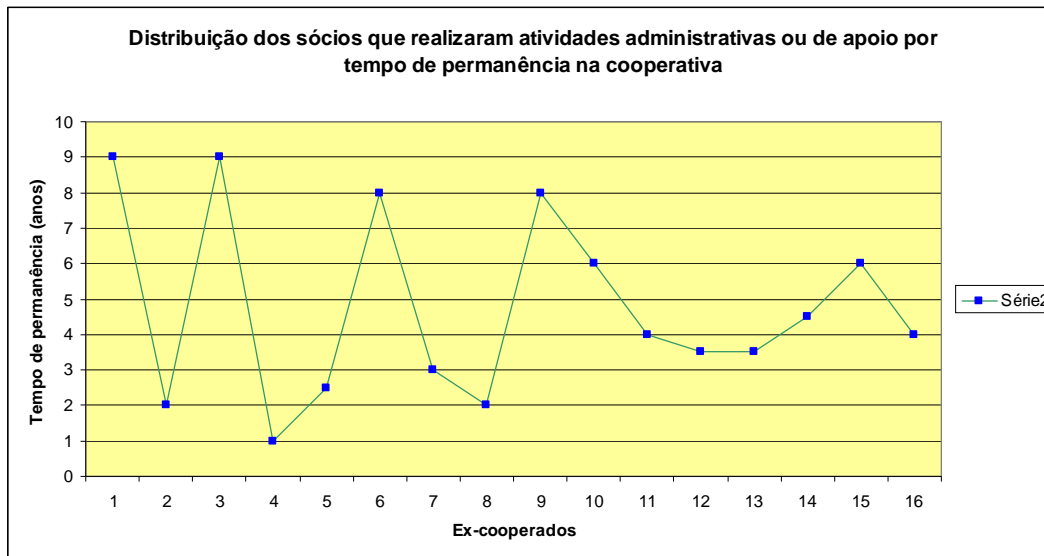


Figura 6 – Distribuição das ex-sócias (os) que realizaram atividades administrativas ou de apoio por tempo de permanência na cooperativa

O tempo médio de permanência na cooperativa das pessoas que participaram das atividades administrativas ou de apoio é de cerca de quatro anos e meio, tempo muito superior ao tempo médio de permanência do número total de ex-cooperadas (os), que é por volta de um ano e meio. É observado, na Figura 6, que apenas uma pessoa ficou abaixo da média que corresponde ao tempo de permanência na cooperativa do número total de ex-sócios. No caso, esta pessoa se trata de um jovem que havia participado de uma comissão, e que deixou a cooperativa para ir realizar os estudos universitários em uma universidade pública localizada em outra cidade. Os dados obtidos nesta variável indicam que, embora a participação das cooperadas (os) em atividades administrativas ou de apoio (correspondentes ao grau mais intenso de envolvimento da cooperada com a cooperativa) não seja suficiente para garantir que estas não se desliguem do empreendimento, o envolvimento nestas atividades pode contribuir para que permaneçam na cooperativa por um tempo mais longo do que as cooperadas (os) que não se envolveram, período durante o qual poderiam se envolver mais ativamente e absorver melhor a proposta do empreendimento.

Em relação ao envolvimento das cooperadas (os) com o empreendimento, medido pela participação em atividades administrativas ou de apoio, outra consideração ainda deve ser feita. Muitas cooperadas (os), tanto ex quanto atuais, participaram mais de uma vez destas atividades. Deste modo, a participação nestes tipos de atividades sempre permaneceu restrita a um grupo de pessoas que se mostrou mais interessado. Poucas pessoas, da cooperativa, se envolveram de fato com o empreendimento.

Somando-se os espaços de participação, que existiram até então, para a Diretoria, conselhos Fiscal e de Ética, e comissões (que poderiam ter sido maiores caso mais gente tivesse decidido participar, e caso mais comissões tivessem sido formadas), obtêm-se o total de 56. No entanto, embora tenha havido 56 vagas em atividades administrativas ou de apoio, foram 33 pessoas (entre sócias atuais e ex-cooperadas) que participaram deste tipo de atividades. Este dado mostra que o grau de envolvimento das cooperadas (os) com a cooperativa é relativamente baixo, e se concentra na figura de algumas pessoas.

Em relação à discussão acerca da questão de gênero, tema que será debatido a seguir, foi percebido que as mulheres tendem a apresentar maior envolvimento com a cooperativa do que os homens. Em todo o histórico da cooperativa, somente mulheres fizeram parte da Diretoria e do Conselho Fiscal, de modo que as esparsas participações de homens em atividades administrativas e de apoio aconteceram, em suas raras ocasiões, no Conselho de Ética e em algumas das comissões formadas. Das 33 pessoas que participaram ou que participam de atividades administrativas ou de apoio no âmbito do empreendimento, apenas cinco (15%) eram/são do sexo masculino.

Questão de gênero: quantidade de mulheres e homens entre as cooperadas (os) atuais e entre as ex-cooperadas (os)

A Cooperativa pesquisada apresenta, desde sua formação inicial, uma maior quantidade de mulheres em relação a homens no quadro de sócios. Atualmente, das 327 cooperadas (os) presentes, 227 são mulheres e 100 são homens. Observou-se, todavia, que quando é computado o número de mulheres e homens entre as ex-sócias (os), a diferença entre os gêneros diminui visivelmente. Em relação às 271 ex-cooperadas (os), 149 pertencem ao gênero feminino e 122 ao masculino. As Figuras 7 e 8, apresentadas a seguir, mostram, respectivamente, a relação de mulheres e homens entre as cooperadas (os) atuais e entre as ex-cooperadas (os).



Figura 7 – Relação de mulheres e homens entre as cooperadas (os) atuais

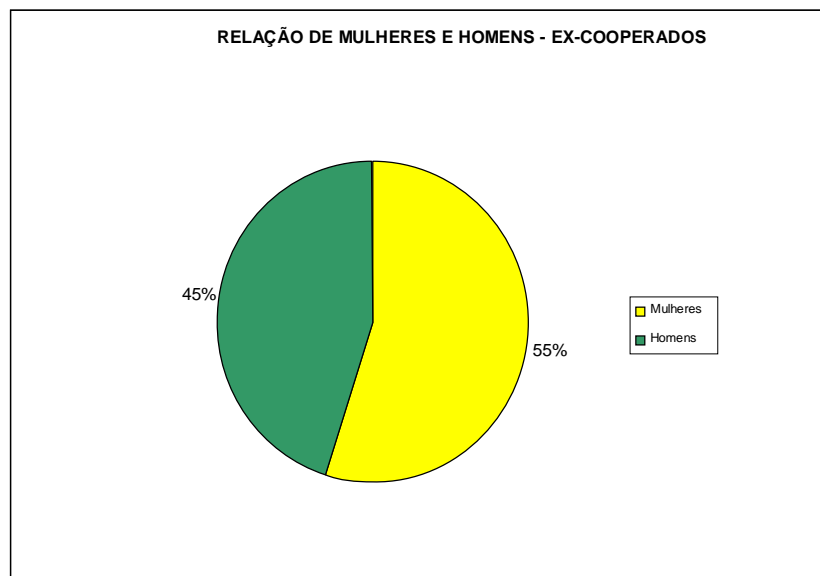


Figura 8 – Relação de mulheres e homens entre as ex-cooperadas (os)

O fato de que a diferença entre homens e mulheres diminui quando contabilizadas as ex-cooperadas (os) pode indicar que a alta rotatividade de sócios no empreendimento possui alguma relação com a questão de gênero. Neste caso, dois argumentos despontam como provável explicação. Primeiramente, o ramo de atividade da cooperativa (prestação de serviços de limpeza) pode ser responsável por fazer com que os homens apresentem uma maior taxa, proporcionalmente ao das mulheres, de saída da cooperativa, posto que o trabalho de limpeza seja, em nossa sociedade, historicamente relacionado ao gênero feminino, de tal modo que os homens “não se adaptariam muito bem” a este tipo de serviço. Em segundo lugar, apesar de que ao longo dos anos esta situação esteja sendo modificada, o fato de que os homens ainda

apresentam, em relação às mulheres, maior facilidade em conseguir outros trabalhos, pode ter feito com que parte deles tenham deixado a cooperativa. A Tabela 2, exposta a seguir, relaciona alguns motivos da saída da sócia (o) da cooperativa e seu respectivo gênero.

Motivo da saída	Mulheres	Homens	Total
Foram trabalhar em outro lugar	46,7%	53,3%	100% (105)
Não se adaptaram	14,3%	85,7%	100% (21)
Sumiram	36,3%	63,7%	100% (11)
Saíram sem se justificar	87,5%	12,5%	100% (08)

Tabela 2 – Relação entre alguns motivos da saída da cooperativa e o gênero da ex-cooperada (o)

Estes quatro motivos de saída da cooperativa (foram trabalhar em outro lugar, não se adaptaram, sumiram e saíram sem se justificar) podem ter alguma relação com a questão de gênero, motivo pelo qual foi estabelecida. No que diz respeito à saída da cooperativa para trabalhar em outro lugar, embora o número de homens seja um pouco menor que o das mulheres no total de ex-sócias (os), há uma maior quantidade de homens (embora irrelevante) que deixou a cooperativa para trabalhar em outro lugar. O dado mais relevante neste cruzamento entre motivo de saída e gênero deve ser aquele referente à variável “não se adaptaram”. Nota-se que das 21 pessoas que deixaram a cooperativa por não terem se adaptado, 18 são homens e apenas três são mulheres. Esta diferença pode estar relacionada à atividade adotada pela cooperativa, e não às diferenças do trabalho cooperativo em si. Os motivos “sumiram” e “saíram sem se justificar” não trouxeram, aparentemente, analogias relevantes entre a questão de gênero e o motivo de saída da cooperativa.

SEGUNDA PARTE – Entrevistas (10)

Enquanto que por meio da análise do histórico das cooperadas (os) na cooperativa foram averiguadas variáveis relacionadas ao empreendimento, que favorecem ou que dificultam a permanência dos membros, tais como aqueles já abordados anteriormente (tempo de permanência no empreendimento, realização ou não

de curso de cooperativismo, obtenção de renda fixa e participação em atividades administrativas e/ou de apoio), foi buscado, por meio da realização de entrevistas com uma amostra de ex-cooperadas (os), examinar cada caso a partir da motivação individual em deixar o empreendimento, assim como aspectos da vida destas pessoas e a perspectiva delas acerca da cooperativa que possam ter influído, de alguma forma, na decisão em deixar de ser sócio. Além disso, alguns dos dados levantados serviram para completar lacunas localizadas na tarefa de preenchimento das variáveis acerca de razões que podem ter interferido na questão da rotatividade.

As entrevistas⁵⁹ foram realizadas por meio de um roteiro de entrevistas semi-estruturado composto por 25 itens (ver Apêndice 1), voltados para aspectos pessoais dos indivíduos relacionados a informações de interesse acerca da questão da pesquisa e para suas relações e experiências na cooperativa durante o período em que fizeram parte. Todos os participantes foram informados sobre o assunto que seria tratado nas entrevistas e esclarecidos de que poderiam escolher entre participar ou não. Foram também informados quanto à utilização dos dados para divulgação científica, deixando claro a preservação da identidade dos participantes (ver Apêndice 2). Todas as pessoas contatadas concordaram em participar, e assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido (ver Apêndice 3).

Com os dados obtidos nos roteiros de entrevistas foram realizados textos descritivos que apresentam aspectos das trajetórias das ex-cooperadas (os) na cooperativa, de alguns dados pessoais e de algumas opiniões sobre determinadas características do empreendimento. A variável (razão) levantada inicialmente, que pode estar relacionada à permanência e manutenção dos sócios no empreendimento, e que não foi analisada junto ao conjunto total de ex-cooperadas (os) devido à ausência de informações disponíveis, a saber, o processo de inserção no empreendimento, foi abordada nas entrevistas.

A apresentação dos dados obtidos remete, inicialmente, à construção de duas tabelas, nas quais são expressas, respectivamente, as variáveis gerais contempladas para

⁵⁹ Pretendia-se, a priori, entrevistar cerca de 20 ex-cooperadas (os) de acordo com a ordem de sorteio. No entanto, devido à dificuldade em localizar as pessoas que se encontravam no início da lista de sorteio e à escassez do tempo, a estratégia de entrevistas foi alterada. Após conseguir entrevistar três pessoas que estavam no início da lista de sorteio, optou-se por entrevistar as pessoas que apresentavam uma situação mais acessível. As outras sete entrevistas foram obtidas por meio de contato com cooperadas (os) atuais que tinham acesso à ex-cooperadas (os) e por meio de visitas à casa de algumas ex-cooperadas que moram próximo à sede da cooperativa.

todos os sócios da cooperativa e apresentadas anteriormente (motivo da saída, tempo de permanência, realização ou não de curso de cooperativismo, obtenção ou não de posto de trabalho fixo e grau de envolvimento com a cooperativa) e os dados pessoais dos entrevistados (idade, estado civil, número de filhos e escolaridade). Cada entrevistado está indicado por uma letra, de “A” a “J”, determinada por ordem alfabética de seus nomes (os três homens entrevistados, coincidentemente, permaneceram juntos na parte final das descrições por possuírem nomes que se iniciam com letras presentes na parte final do alfabeto).

As entrevistas: sete mulheres e três homens

A Tabela 3 ilustra as variáveis gerais (levantadas para todas as ex-cooperadas) das ex-sócias (os) entrevistadas, de modo a facilitar a localização da situação destas em relação ao total de ex-cooperadas (os).

Entrevista das (os)	Motivo da saída	Entrada	Saída	Tempo de permanência	Curso de cooperativismo	Posto fixo	Envolvimento c/ a cooperativa
A	Foi desligada por faltas em Assembléias	1999	2008	9 anos	3 vezes	Sim	Conselho Fiscal
B	Perdeu o interesse	11/11/01	05/05	3 anos e meio	3 vezes	Sim	Diretora-Presidente
C	Outro trabalho (registrada)	1999	05/05	6 anos	3 vezes	Sim	Diretoria
D	Problema c/ a diretoria	1999	2007	8 anos	3 vezes	Sim	Diretoria
E	Acabou o contrato (perdeu o posto)	2004	05/05	1 ano	Não	Sim	Não
F	Acabou o contrato (perdeu o posto)	2003	06/07	3 anos e meio	Não	Sim	Não
G	Outro trabalho (registrada)	1999	05/05	6 anos	4 vezes	Sim	Não
H (homem)	Problemas pessoais	10/04	06/07	Quase 3 anos	Não	Sim	Não
I (homem)	Outro trabalho (registrado)	1999	2007	8 anos	3 vezes	Sim	Comissão
J (homem)	Outro trabalho (registrado)	02/05	08/08	3 anos e meio	1 vez	Sim	Não

Tabela 3 – Variáveis gerais (as mesmas levantadas para a quantidade total de ex-sócias) das ex-cooperadas (os) entrevistadas.

Encontram-se, em relação ao motivo de saída da cooperativa, seis motivos diferentes entre os entrevistados. Em consonância com os dados expressos para o total de ex-cooperadas (os), sair da cooperativa para trabalhar em outro lugar constitui a maioria das razões dos desligamentos, abarcando quatro das dez pessoas, seguida pela perda do posto, que corresponde ao caso de duas pessoas entrevistadas. Todas as entrevistadas (os) obtiveram um posto de trabalho fixo na cooperativa, três não realizaram o curso de cooperativismo e metade não participou de atividades administrativas ou de apoio. Três das cinco pessoas que não participaram de atividades administrativas ou de apoio são aquelas que não realizaram o curso de cooperativismo, e estão entre as pessoas que permaneceram por menos tempo no empreendimento dentre as entrevistadas. Em relação ao tempo de permanência na cooperativa, as entrevistadas encontram-se acima da média do total de ex-cooperadas (os), que é de um ano e meio. A única pessoa entrevistada que se encontra abaixo dessa média permaneceu na cooperativa por um ano, não realizou o curso de cooperativismo, não se envolveu em atividades de apoio ao empreendimento e se desligou depois de ter perdido o posto de trabalho mediante o fim do contrato.

De todas as pessoas entrevistadas, metade fez parte do grupo inicial que formou a cooperativa, tendo ingressado ainda em 1999. Observa-se, em relação a estas pessoas, que elas foram as que permaneceram por mais tempo na cooperativa, as que realizaram a maior quantidade de cursos de cooperativismo e também as que tiveram maior tendência de participar de atividades administrativas ou de apoio (somente uma deste grupo não chegou a participar).

A Tabela 4 traz as informações pessoais das ex-sócias (os) entrevistadas: idade, estado civil, número de filhos e escolaridade.

Entrevistadas (os)	Idade	Estado civil	Nº de filhos (as)	Escolaridade
A	35	Casada	1	3º colegial
B	40	Casada	3	2º colegial
C	28	Casada	1	3º colegial
D	51	Solteira	8	5ª série
E	35	Casada	2	3º colegial
F	38	Separada	2	7ª série
G	34	Casada	1	3º colegial (havia parado na 6ª série antes de entrar na cooperativa)
H (homem)	23	Separado	1	3º colegial
I (homem)	50	Separado	3	1ª série

J (homem)	26	Casado	3	5ª série
-----------	----	--------	---	----------

Tabela 4 – informações pessoais (idade, estado civil, número de filhos e escolaridade) das ex-sócias (os) entrevistadas

Os dados referentes às informações pessoais das pessoas entrevistadas estão expostos na Tabela 4 para facilitar uma observação geral do perfil destas pessoas. A faixa etária possui uma grande variação, que vai dos 23 aos 51 anos. A maioria das entrevistadas (os) possui um parceiro (a), sendo que somente uma pessoa (entrevistada D), justamente a que possui o maior número de filhos, se declarou solteira. Ao examinar a tabela, nota-se que as pessoas que possuem o maior número de filhos são as que saíram da escola mais cedo. Outro dado que chama a atenção diz respeito à entrevistada G, que declarou, durante a entrevista, que voltou a estudar depois de ter entrado na cooperativa, conseguindo completar o ensino médio.

Trajétórias individuais das pessoas entrevistadas

Ex-cooperada A

Ex-cooperada A, 35 anos (25 quando entrou na cooperativa), casada, um filho(a), estudou até o 3º colegial. Não possui formação profissional. Já trabalhou na roça por quinze anos, em uma fábrica de toalhas por um ano e meio, de doméstica por um ano e em uma granja por oito anos (saiu p/ trabalhar no primeiro posto de trabalho que a cooperativa conseguiu).

Ficou sabendo do debate que estava sendo travado no bairro em torno da construção de uma cooperativa e decidiu participar, pois não estava satisfeita com o seu trabalho na granja. Já havia feito parte de uma cooperativa (provavelmente cooperativa de fachada) de coleta de laranjas, entretanto, não sabia como funcionava uma cooperativa até ingressar na Cooperativa. Como fez parte do grupo inicial que formou a cooperativa, recebeu todos os tipos de preparos necessários (disponíveis): teve contato com o Estatuto e com as regras da cooperativa, conheceu todos os sócios desde o início, fez curso de cooperativismo e participou de reuniões nas quais os aspectos mais gerais da cooperativa eram abordados.

Ela disse que gostava de trabalhar na cooperativa, que achava a remuneração boa, que a organização funcionava bem e que as regras eram boas e justas. Também disse ter tido bons relacionamentos com outros cooperados e com a diretoria (exceto

com a última, com a qual teve conflitos antes de sair da cooperativa). No entanto, disse não ter percebido vantagem em trabalhar na cooperativa, a não ser a remuneração, que afirmou ser melhor. Enquanto fazia parte da cooperativa trabalhou em um posto fixo até que o contrato deste acabasse, e fez parte de um Conselho Fiscal, envolvendo-se mais na organização do empreendimento. Depois que o contrato no qual trabalhava acabou, devido ao surgimento de uma Lei que impedia a atuação de cooperativas em órgãos federais, ela se afastou da cooperativa para trabalhar em outro lugar, mas sem deixar de ser sócia, contudo.

Trabalhando em outro lugar, após uma seqüência de faltas em assembléias, acabou sendo desligada da cooperativa. Ela, no entanto, alega não saber que seria desligada da cooperativa, embora conhecesse as regras da cooperativa quanto à obrigatoriedade da participação dos cooperados em assembléias. Desse modo, depois de cerca de nove anos, ela deixou a cooperativa, e, no atual momento, encontra-se desempregada. Afirmou ter vontade de voltar a fazer parte da cooperativa novamente, mas disse não ter tentado até agora porque não quer ter que pedir, em Assembléia, para voltar a ser sócia (esta é a regra da cooperativa para as pessoas que querem voltar a ser sócios – a Assembléia deve decidir se aceita a volta da pessoa).

Ex-cooperada B

Ex-cooperada B, 40 anos (32 quando entrou na cooperativa), casada, três filhos(as), estudou até o 2º colegial. Não possui formação profissional, entretanto havia realizado um curso de informática antes de se tornar sócia. Trabalhou por cerca de dez anos consecutivos em uma fábrica, e chegou a fazer parte do sindicato. Segundo relatou, deixou de trabalhar na fábrica para cuidar do filho que acabara de nascer. Não havia ouvido falar de cooperativismo até entrar na cooperativa.

Ingressou na cooperativa em novembro de 2001, depois de passar algum tempo à procura de emprego. Realizou dois cursos antes de começar a trabalhar na Cooperativa, um voltado para a atividade de limpeza e outro para o cooperativismo (realizou três cursos de cooperativismo no total). Além disso, recebeu uma cópia do Estatuto e foi apresentada em Assembléia aos demais cooperados. Relatou que quando entrou na cooperativa esperava que ela (a cooperativa) pudesse crescer e se destacar como um modelo de empreendimento. Assumiu um posto de trabalho fixo tão logo entrou na

cooperativa, e saiu dele para exercer a função de Diretora-Presidente no ano de 2003, onde permaneceu até deixar de ser sócia, pouco tempo antes de terminar seu mandato.

Comparando o trabalho na cooperativa com sua experiência profissional anterior, a cooperada relatou ter percebido a vantagem de que na cooperativa as pessoas têm oportunidade de aprender mais, de adquirir maior quantidade de informações, diferentemente das empresas tradicionais, nas quais o aprendizado é restrito, cabendo a cada pessoa determinado tipo de aprendizado, sempre relacionado com a função específica que exerce na empresa. Sua crítica em relação à cooperativa se restringiu ao funcionamento da lista de espera para ocupação de posto de trabalho fixo, que, segundo ela, deveria ser feita de maneira mais organizada e transparente. Quando questionada acerca de sua passagem pela cooperativa, disse ter notado um grande crescimento tanto pessoal quanto profissional, aprendendo, sobretudo, a tolerar mais as pessoas. Relatou ter feito muitas amizades na cooperativa e ter tido uma boa relação com a diretoria, antes de fazer parte desta, ajudando-a regularmente.

Alegou ter se desgastado muito durante o período no qual fez parte da diretoria em virtude da grande pressão, advinda, na maioria das vezes, por parte dos próprios cooperados, que participavam pouco do empreendimento e exigiam muito da diretoria. Faltando pouco tempo para terminar seu mandato de presidente, recebeu uma proposta de emprego com carteira assinada para trabalhar em uma empresa que atua no mesmo ramo (limpeza) da cooperativa. Afirmou que, por estar desiludida com a cooperativa, não conseguindo mais associar seu futuro com o dela, acabou optando por ir para esta empresa (da qual faz parte ainda hoje) em 2005, antes mesmo de acabar o seu mandato na diretoria.

Ex-cooperada C

Ex-cooperada C, 28 anos (18 quando ingressou na cooperativa), casada, um filho(a), estudou até o 3º colegial. Não possuía formação profissional, mas havia realizado um curso de computação. Nunca havia tido contato com cooperativismo e nem ouvido falar a respeito.

Tinha acabado de mudar para a cidade e procurava por um emprego quando ouviu a respeito da formação da cooperativa, foi quando decidiu participar. Compareceu nas reuniões iniciais para a formação do empreendimento, e, deste modo, recebeu todo o preparo necessário (disponível) para se tornar um sócio: teve contato com o Estatuto e

com as regras da cooperativa, conheceu todos os sócios desde o início, fez curso de cooperativismo e participou de reuniões nas quais os aspectos mais gerais da cooperativa eram abordados. Disse que esperava conseguir uma oportunidade de trabalho e renda quando decidiu se tornar uma sócia, mas que posteriormente, ao longo das reuniões, passou a se envolver mais com a cooperativa. Relatou ter percebido ser uma grande vantagem para os trabalhadores poder dar sua opinião no empreendimento, participar de sua formação e na discussão sobre as regras que irão regê-lo. Desse modo, acabou ingressando na primeira diretoria da cooperativa, que exerceu suas atividades de 1999 a 2001, depois foi trabalhar em um posto de trabalho fixo e voltou para a diretoria em 2003, onde permaneceu até pouco tempo antes de terminar seu mandato, no início de 2005.

De acordo com a cooperada, o ganho mensal de cada sócio na cooperativa era bom, e a maneira pela qual a cooperativa se organizava adequada. Disse que sua relação com outros cooperados era boa, e com a diretoria bastante próxima. Sua crítica em relação à cooperativa recaiu sobre as regras da mesma; não que ela as considerasse insuficientes ou ineficazes, mas apontou falta de comprometimento dos cooperados para com as regras. Ela considerava as regras boas, mas, segundo ela, faltava consciência dos cooperados para o seu cumprimento. Quando estava no último ano de seu segundo mandato na diretoria, a cooperada recebeu uma proposta para trabalhar em uma empresa terceirizada que presta serviços de limpeza em um posto de trabalho que já pertenceu à cooperativa. Alegando certo desânimo com a cooperativa, principalmente pelo fato de ter sentido, em parte dos cooperados, falta de comprometimento com a cooperativa, acabou aceitando a proposta. Além do mais, ela disse ter ponderado acerca desta proposta e achado mais vantajoso ir trabalhar com carteira assinada.

Ela disse ter aprendido muita coisa durante sua passagem pela cooperativa, principalmente no que diz respeito a se relacionar com outras pessoas, a entender o problema delas, o que a fez se sentir uma pessoa mais solidária. E disse também que, se soubesse que as regras da cooperativa seriam efetivamente cumpridas, gostaria de voltar a ser sócia; mas que não deixaria o emprego no qual ainda se encontra para voltar à cooperativa se esta continuasse do jeito que estava quando se desligou.

Ex-cooperada D

Ex-cooperada D, 51 anos (41 quando ingressou na cooperativa), solteira, oito filhos(as) (sendo que cinco eram dependentes quando entrou para a cooperativa), estudou até a 5ª série. Trabalhou na roça a vida inteira (plantava, carpia, colhia etc.), mas acabou se vendo obrigada a ir para a cidade em busca de emprego, pois, segundo ela, já não conseguia mais arranjar trabalho devido ao avanço da mecanização no campo.

Mudou-se para a cidade, e pouco tempo depois soube das reuniões que estavam sendo realizadas no bairro para a formação de uma cooperativa; mesmo sem nunca ter ouvido falar a respeito de cooperativismo ou de Economia Solidária, decidiu participar por causa da oportunidade de trabalho e renda. Como fez parte do grupo inicial que formou a cooperativa, recebeu todos os preparos necessários (disponíveis): conheceu o Estatuto e as regras da cooperativa, conheceu todos os sócios desde o início, fez curso de cooperativismo e participou de reuniões (com outros sócios e membros da incubadora) nas quais os aspectos mais gerais da cooperativa eram abordados. Teve posto de trabalho fixo logo no início, e fez parte da diretoria da cooperativa de 2001 a 2003. Disse que gostava de fazer parte do empreendimento, que achava a remuneração boa, as regras ideais, que a organização da cooperativa era eficiente e que bastante gente ajudava na administração. Afirmou ter tido bons relacionamentos com os outros cooperados e com a diretoria, exceto com a última (que estava em atuação quando saiu da cooperativa), com a qual se desentendeu – motivo este que acabou decidindo sua saída do empreendimento, no final de 2007.

Quando perguntada sobre os aspectos negativos da cooperativa, ela disse que costuma entrar muita gente sem preparo, sem conhecer as características de uma cooperativa, o que pode prejudicar o empreendimento. Ela relatou ter recebido uma proposta para trabalhar em um restaurante enquanto fazia parte da cooperativa, mas que recusou por gostar de trabalhar lá. Trabalhar na cooperativa, segundo ela, ajudou-a bastante; ela pode aprender muitas coisas, teve sua situação financeira substancialmente melhorada, e percebeu uma significativa melhora de convivência entre as pessoas de sua casa. Atualmente, encontra-se desempregada, e disse querer voltar a trabalhar na cooperativa, no entanto, não tomou providências para tanto.

Ex-cooperada E

Ex-cooperada E, 35 anos (29 anos quando ingressou na cooperativa), casada, dois filhos(as), estudou até o 3º colegial. Não possui formação profissional. Trabalhou, antes de entrar para a cooperativa, em duas indústrias diferentes por cerca de nove anos. Relatou ter saído da última indústria na qual trabalhou por meio de um acordo, que resolveu fazer para se tornar dona de casa. Permaneceu por seis anos cuidando exclusivamente de sua casa e filhos(as), até que decidiu voltar a trabalhar fora novamente.

Disse que estava difícil achar trabalho, até que tomou conhecimento da cooperativa por intermédio de uma vizinha que era sócia, e resolveu tentar fazer parte, embora nunca tenha escutado algo a respeito de cooperativismo ou de Economia Solidária anteriormente. Relatou ter recebido uma cópia do Estatuto quando entrou na cooperativa, mas nenhum tipo de preparo; não realizou curso de cooperativismo, não foi apresentada em situação de assembléia aos demais cooperados e não teve contato com o regimento interno. Logo que ingressou, trabalhou de suplente por cerca de três meses até conseguir um posto fixo. Permaneceu neste posto até a cooperativa perdê-lo (por causa de uma Lei que impediu cooperativas de ocupar postos de serviço em órgãos federais) no início de 2005; foi quando decidiu sair da cooperativa e aceitar a proposta de emprego oferecida pela empresa que ganhou a licitação para assumir estes postos.

Relatou que enquanto fazia parte da cooperativa não teve muito contato com os demais cooperados, apenas com aqueles que dividiam o mesmo posto de trabalho, e tampouco com a diretoria, com a qual se relacionou em poucas ocasiões. Não conhecia todas as regras do empreendimento, mas disse achar justas aquelas que conhecia. Achava, segundo ela, o ganho mensal de cada sócio bom, e achava, também, que o funcionamento e a organização da cooperativa eram adequados, porém, disse que considerava as assembléias um pouco tumultuadas – este era o ponto, segundo a entrevistada, que deveria ser melhorado na cooperativa (as assembléias deviam ser mais bem organizadas). Avaliou sua experiência pela cooperativa como tendo sido boa; aprendeu, segundo ela, que tinha o direito de falar o que pensa, de dar sua opinião sobre o que deveria ou não mudar. No entanto, considerou como sendo a maior vantagem de ter trabalhado na cooperativa o fato de ter conseguido, por meio dela, um trabalho com renda fixa e carteira assinada.

Ex-cooperada F

Ex-cooperada F, 38 anos (32 anos quando ingressou na cooperativa), separada, dois filhos(as), estudou até a 8ª série (não completou). Não possui formação profissional. Trabalhou no comércio, como vendedora, por cinco anos, depois como auxiliar de escritório por um ano e meio e em uma fábrica de couro por cerca de quatro anos. Disse que sabia da existência de cooperativas, pois já havia assistido a uma ou outra reportagem a respeito na televisão, mas não sabia como funcionavam.

Estava desempregada quando tomou conhecimento da cooperativa, o que aconteceu por meio de sua sogra, que morava nas proximidades da mesma. Tornou-se sócia da cooperativa em 2003, e não recebeu qualquer preparo para se tornar uma cooperada: não foi apresentada em assembléia aos demais cooperados, não teve contato com o Estatuto ou com o Regimento Interno, e também não realizou o curso de cooperativismo. Relatou ter tido muito pouco envolvimento com a cooperativa; não conhecia as regras e não se relacionava com outros cooperados, somente com a diretoria, e em poucas ocasiões. Quando questionada a respeito de possíveis críticas em relação à cooperativa, disse não possuí-las devido ao pouco grau de envolvimento, mas que, no entanto, não tinha o que reclamar. Achava a remuneração boa. Agora, quando questionada sobre alguma vantagem que possa ter percebido ao trabalhar na cooperativa, afirmou não ter apreendido vantagem alguma.

Depois de quase três anos e meio na cooperativa, a entrevistada decidiu deixá-la quando o contratante encerrou o contrato no qual trabalhava alegando corte nos gastos, e assim, ao invés de entrar no final da lista para ocupação de novos postos de serviços e ir trabalhar de suplente, ela preferiu se desligar da cooperativa. Atualmente trabalha em uma empresa terceirizada, com carteira assinada, que exerce o mesmo tipo de atividade da cooperativa. Ela avaliou sua passagem pela cooperativa como tendo sido boa; por meio dela, disse ter aprendido a atividade de limpeza empresarial e se tornado uma pessoa mais sensível e solidária. E, finalmente, disse que não pensou em voltar a trabalhar na cooperativa, e que o faria somente em último caso, ou seja, se estiver desempregada e for muito difícil arranjar trabalho.

Ex-cooperada G

Ex-cooperada G, 34 anos (tinha 24 anos quando ingressou na cooperativa), casada, um filho(a), estudou até o 3º colegial (havia estudado até a 6ª série quando entrou na cooperativa, depois voltou a estudar e acabou terminando o segundo grau

enquanto ainda era sócia). Não possui formação profissional. Antes de entrar para a cooperativa havia trabalhado como balconista por um curto período de tempo, e como doméstica, sem registro na carteira, a maior parte de seu histórico profissional. Nunca havia tido contato com o cooperativismo, só foi ter quando começou a participar das reuniões iniciais para a formação da cooperativa, no ano de 1999.

Quando soube da formação da cooperativa decidiu participar porque achou que obteria uma renda maior, o que de fato aconteceu. Uma vez que fez parte da formação inicial do grupo que formaria a cooperativa, acabou tendo todo o tipo de preparo necessário (disponível): realizou o curso de cooperativismo antes de começar a trabalhar, conheceu todos os outros cooperados, teve contato com o Estatuto e conheceu as regras da cooperativa, além de participar de reuniões com membros da incubadora e demais cooperados. Começou trabalhando de suplente (disse que gostava de trabalhar de suplente), o que fez por cerca de um ano, e depois assumiu dois postos de trabalho fixo ao longo de sua permanência na cooperativa. Entretanto, sua preferência era o trabalho com carteira assinada, que, segundo ela, possui mais benefícios. Quando questionada acerca de alguma vantagem que teria observado na cooperativa, sua resposta foi: não ter que trabalhar nos sábados e o plano odontológico. Ela disse que achava bom o ganho mensal de cada sócio na cooperativa, e que gostava da organização e do funcionamento da cooperativa, mas que considerava as regras um pouco duras.

Ao longo dos seis anos que permaneceu na cooperativa, nunca chegou a concorrer uma eleição para fazer parte da diretoria ou do conselho fiscal, e não participou de comissões ou de eventos de Economia Solidária. Relatou que sua única preocupação na cooperativa era fazer seu trabalho direito, e, embora sempre estivesse presente nas assembléias, não costumava participar dos assuntos da cooperativa. Ela se desligou da cooperativa no início de 2005 para trabalhar, com carteira assinada, em uma empresa terceirizada que presta serviços de limpeza. Disse que nunca pensou em voltar para a cooperativa, mas que o faria caso se encontrasse desempregada e não conseguisse achar outro serviço.

Ex-cooperado H

Ex-cooperado H, 23 anos (18 anos quando entrou para a cooperativa), separado, um filho(a), estudou até o 3º colegial. Havia realizado um curso de paisagismo, área na qual trabalhou por dois anos. Deixou o emprego de paisagista para ir trabalhar em um

frigorífico, onde o salário era maior. Após deixar o emprego, passou um tempo desempregado, até tomar conhecimento da cooperativa, que se localiza nas cercanias de sua antiga residência. Já possuía um breve conhecimento acerca do funcionamento de uma cooperativa, pois, conforme relatou, seu tio havia trabalhado em uma cooperativa de laticínios do município, e tinha lhe contado algo a respeito, entretanto, não conhecia a proposta da cooperativa em questão e tampouco da Economia Solidária.

Relatou não ter recebido qualquer tipo de preparo quando entrou na cooperativa; não foi apresentado em assembléia aos demais cooperados, não teve contato com o Estatuto nem com o Regimento Interno, e não realizou curso de cooperativismo. Começou trabalhando de suplente, primeiro cobria os cooperados que faltavam e depois aqueles que tiravam férias. Disse que gostava de trabalhar de suplente, pois tinha a oportunidade de trabalhar em lugares diferentes. Quando assumiu um posto de trabalho fixo, no início de 2007, permaneceu por apenas três meses, pois logo acabou tendo que deixar a cooperativa devido a problemas particulares. Ele não participou de atividades administrativas, nem de comissões ou eventos, mas disse ter auxiliado a diretoria no uso do computador por algumas vezes.

Quando perguntado se havia percebido alguma vantagem em trabalhar na cooperativa, disse que não via muita diferença, principalmente porque continuava cumprindo horários. Ele parte da opinião de que a cooperativa deveria se promover mais, investir em marketing (comerciais na televisão, no rádio, etc.), para crescer e conquistar mais postos de trabalho. Afirmou que não conhecia as regras da cooperativa, e, de acordo com sua opinião, o ganho mensal de cada sócio na cooperativa era razoável. Ele considerava a diretoria organizada, mas acredita que deveria ser ainda mais, principalmente no que diz respeito à distribuição dos cooperados nos postos de trabalho fixo. Disse ter tido uma boa relação com outros cooperados e com a diretoria. No entanto, acredita que a diretoria deveria acatar mais as idéias dos cooperados, pois, segundo ele, a diretoria ouvia bastante os cooperados, mas não implementava suas sugestões.

Disse que aprendeu, na cooperativa, a trabalhar em equipe e a manusear equipamentos de limpeza. Recebeu algumas propostas para trabalhar em outros lugares enquanto fazia parte da cooperativa, mas como o serviço era na área de limpeza, preferiu continuar onde estava, pois, conforme afirmou, “não queria trocar o certo pelo duvidoso”. Atualmente, o entrevistado trabalha em um restaurante a cada dois dias, e

disse querer voltar a trabalhar na cooperativa na condição de suplente para poder trabalhar nos dias de folga, e assim melhorar sua renda.

Ex-cooperado I

Ex-cooperado I, 50 anos (40 anos quando ingressou na cooperativa), separado, três filhos(as), estudou até a 1ª série. Não possui formação profissional, apenas o curso de limpeza que realizou por intermédio da cooperativa. Relatou ter trabalhando nas docas da cidade de Santos por cerca de cinco anos, e o mesmo período em uma fábrica.

Estava desempregado quando tomou conhecimento das reuniões que estavam acontecendo no bairro para a formação de uma cooperativa. Nunca tinha ouvido falar de cooperativismo, mas resolveu participar das reuniões pela oportunidade de trabalho e renda presente ali. Uma vez que participou das reuniões iniciais para a formação do empreendimento, acabou tendo o preparo necessário (disponível) para fazer parte da cooperativa: teve contato com o Estatuto e com as regras da cooperativa, conheceu todos os sócios desde o início, fez curso de cooperativismo e participou de reuniões nas quais os aspectos mais gerais da cooperativa eram abordados. Realizou o curso de cooperativismo mais algumas vezes ao longo de sua permanência na cooperativa. Participou da comissão formada para discutir a compra do terreno para a construção da nova sede da cooperativa, e articulou a elaboração de uma chapa para poder se candidatar à presidência da cooperativa (mas não foi eleita).

O entrevistado disse que esperava, desde o início da cooperativa, que o fundo fosse dividido de maneira igualitária entre todos os cooperados. Esta é a crítica que ele dirige ao empreendimento - ele acredita que o fundo deveria ser dividido entre os cooperados. Por este motivo, também, ele aponta a remuneração como satisfatória, sendo que poderia se tornar boa caso o fundo fosse integralmente dividido. Em relação à atuação da diretoria, ele acha que deveria ser mais austera para com os contratantes, de modo que os cooperados fossem mais bem representados frente a estes. Disse conhecer as regras, e que deveriam ser mais duras. Alegou ter tido boas relações com outros cooperados e com as diretorias, ainda que existissem, com as últimas, alguns conflitos sobre o funcionamento do empreendimento.

Em 2007, depois de cerca de oito anos na cooperativa, resolveu se desligar para ir trabalhar com carteira assinada. Disse que ao longo do período em que foi sócio, recebeu algumas propostas de emprego, mas que as recusou porque não queria sair de

um serviço de limpeza e entrar em outro. Quando questionado sobre sua passagem pela cooperativa, disse ter sido bastante positiva, pois aprendeu muita coisa, especialmente a se comunicar melhor com as pessoas, algo que ele relatou sentir dificuldade antigamente. Disse também, que a cooperativa foi fundamental para que chegasse onde está hoje, com um trabalho com carteira assinada e exercendo uma atividade que lhe agrada realizar. Relatou não ter pensado, ainda, em voltar a trabalhar na cooperativa, mas que voltaria se precisasse (caso necessitasse de trabalho).

Ex-cooperado J

Ex-cooperado J, 26 anos (22 anos quando ingressou na cooperativa), casado, três filhos(as), estudou até a 5ª série. Não possui formação profissional. Trabalhou como pintor por dois anos em uma firma, mas precisou deixar o serviço por problemas particulares. Nunca havia ouvido falar de cooperativismo até ingressar no empreendimento.

Segundo relatou, estava sem emprego quando ouviu falar da cooperativa, o que se deu por meio de um tio que trabalhava lá. Ingressou na cooperativa em 2005, e logo conseguiu um posto de trabalho fixo. O único preparo que recebeu quando se tornou sócio foi relacionado à atividade de limpeza que desempenharia no posto; não teve contato com o estatuto nem com o Regimento Interno, e não foi apresentado aos demais sócios da cooperativa em situação de Assembléia. Realizou o curso de cooperativismo por volta de um ano e meio após ter ingressado na cooperativa, e nunca chegou a desenvolver alguma atividade na cooperativa além do seu trabalho no posto. Disse que gostava do ambiente de trabalho em seu posto, e disse ter feito muitas amizades enquanto fazia parte da cooperativa. Relatou não conhecer todas as regras da cooperativa, mas que achava justas aquelas que conhecia. E disse não ter crítica alguma em relação à cooperativa, inclusive no que diz respeito à remuneração, que considerava adequada. No entanto, sua preferência é trabalhar com registro na carteira de trabalho, de tal modo que, quando questionado se havia percebido alguma vantagem em trabalhar na cooperativa, sua resposta foi a de que o INSS era pago.

Recebeu duas propostas de trabalho enquanto fazia parte da cooperativa. Respondeu negativamente à primeira proposta, pois, embora fosse um trabalho com registro, a remuneração era inferior e a atividade a mesma: limpeza. Quando a segunda proposta surgiu, agora para trabalhar de segurança, ele aceitou e deixou a cooperativa

após três anos e meio como sócio. Avalia sua passagem pela cooperativa como tendo sido boa, uma grande oportunidade para aprender como funciona um empreendimento cooperativo e como se realiza a atividade de limpeza. Por fim, disse que nunca pensou em voltar a trabalhar na cooperativa uma vez que se encontra satisfeito com seu trabalho atual, mas que pensaria caso ficasse desempregado.

Análise das trajetórias

O motivo pelo qual as pessoas entrevistadas alegaram ter decidido fazer parte da cooperativa é, muito provavelmente, o mesmo motivo que o da grande maioria (senão todas) das sócias (os) do empreendimento: necessidade de um trabalho e, conseqüentemente, de uma renda. Com exceção de uma pessoa, que havia feito curso de paisagismo, nenhum dos entrevistados possuía formação profissional antes de entrar para a cooperativa. Somando-se o fato de que quase metade delas não possuía sequer o primeiro grau completo à dificuldade em que os moradores do bairro no qual a cooperativa se encontra sofriam preconceito por parte dos empregadores da força de trabalho, a busca por emprego representava um grande desafio para estas pessoas. Surgindo a oportunidade de trabalhar na cooperativa, mesmo sem saber ao certo como funcionava este tipo de empreendimento, quais características o diferenciava das empresas tradicionais, elas decidiram ingressar uma vez que a necessidade por trabalho “falava mais alto”. A esperança da maioria destas pessoas ao ingressar no empreendimento era essencialmente uma: conseguir renda fixa.

Nem todos os entrevistados receberam o preparo adequado ao ingressar na cooperativa. O preparo considerado adequado, neste caso, refere-se à realização do curso de cooperativismo e Economia Solidária, ao contato com o Estatuto e com o Regimento Interno, e à apresentação da sócia (o) ingressante ao restante das cooperadas (os) em situação de Assembléia, tudo isto antes que a pessoa tivesse se tornado efetivamente sócia (o) da cooperativa, de modo que sua entrada ocorra de maneira esclarecida. O curso de cooperativismo é necessário, principalmente, para que a sócia (o) ingressante conheça as peculiaridades de um empreendimento cooperativo; o contato com o Estatuto e com o Regimento Interno permite a sócia (o) conhecer seus direitos e deveres no empreendimento, e a apresentação as demais sócias (os) torna a sócia (o) ingressante conhecida perante estas e faz com que ela (e) as conheça - este é o contato inicial para que possam surgir laços cooperativos entre as sócias (os).

Os entrevistados que receberam o devido preparo estavam todos envolvidos no debate inicial com a Incubadora acerca da formação da cooperativa, com exceção de uma ex-cooperada que havia ingressado dois anos depois, período no qual a cooperativa recebeu as primeiras novas sócias (os). Pelo fato de serem as primeiras (os), e provavelmente por serem poucas, todas elas receberam a devida preparação ao ingressarem no empreendimento, realizando o curso de cooperativismo, assim como de limpeza, antes de começarem a trabalhar; foram apresentadas às demais sócias (os) em Assembléia e conheceram o Estatuto e as regras da cooperativa. Estas ex-sócias (os), que foram mais bem preparadas para se tornarem cooperadas (os), foram as pessoas, dentre as entrevistas, que permaneceram na cooperativa por um período mais longo de tempo, e também as que mais se envolveram em atividades administrativas e/ou de apoio. Este fato demonstra que um processo bem estruturado de inserção de novos membros pode contribuir para a manutenção do sócio no empreendimento, assim como para incentivar seu envolvimento em atividades no seu âmbito.

Todas as pessoas entrevistadas obtiveram posto de trabalho fixo na cooperativa. Todas elas, exceto duas, consideravam bom o ganho mensal de cada sócio na cooperativa. Das duas pessoas que o consideraram razoável, uma era o homem mais jovem entrevistado e que possuía formação profissional, e a outra criticava a falta de divisão total do fundo da cooperativa para os cooperados, aspecto este que poderia melhorar o ganho, segundo ele, tornando-o adequado.

A maioria destas pessoas avaliou a cooperativa como sendo bem organizada, e criticou, em alguns casos, a falta de participação das cooperadas (os) nos assuntos do empreendimento e a falta de seriedade para com as regras do mesmo. Em relação às regras, aquelas que as conheciam de fato (metade das entrevistadas), consideravam adequadas, justas, mas criticaram, na maioria, a falta de cumprimento delas; um entrevistado chegou a mencionar que as regras eram muito leves, devendo ser mais severas. Deste modo, pode-se concluir que as regras da cooperativa não possuem peso suficiente para explicar a alta taxa de rotatividade de sócios no empreendimento, uma vez que apresentaram pouquíssima influência nesta questão.

As críticas em relação ao empreendimento, apontadas por sete das dez pessoas entrevistadas, focaram-se em aspectos da cooperativa (em relação à divisão do fundo, à organização das Assembléias e à seleção de pessoas para assumir postos de trabalho fixo) e na relação de alguns sócios para com ela (no que diz respeito ao cumprimento das regras e à falta de preparo de alguns sócios quando ingressam na cooperativa).

Quanto à questão da renda da cooperativa, que, conforme visto, foi considerada adequada pela maioria das pessoas entrevistadas, assim como as regras, e o trabalho da cooperativa (quantidade de horas, autonomia, segurança etc.), que não recebeu críticas por parte destas pessoas, pode-se dizer que não apresentam precariedade do ponto de vista das pessoas envolvidas. Nenhuma ex-cooperada (o) entrevistada relatou ter considerado o trabalho na cooperativa precário, pelo contrário, os dados apontam para o lado oposto.

Na cooperativa em questão pode-se dizer, portanto, em relação à remuneração e, em certo nível, ao trabalho em si, que são melhores, ou então menos precários, se comparados à realidade existente na maioria dos EES abordados no levantamento exposto no Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005 (ATLAS, 2006), e à situação dos trabalhadores que realizam o mesmo tipo de atividade em empresas terceirizadas (nestas a remuneração tende a ser mais baixa, assim como a autonomia no trabalho).

Embora metade das pessoas entrevistadas tenha afirmado não ter percebido vantagem alguma em trabalhar na cooperativa em comparação ao trabalhar em empresas tradicionais, todas, sem exceção, avaliaram positivamente a passagem por ela. Todos os entrevistados disseram ter aprendido alguma coisa na cooperativa, seja a trabalhar em equipe, sobre cooperativismo, sobre a atividade de limpeza, ou a se tornar uma pessoa mais solidária. Aliás, a maioria das pessoas que garantiu ter notado alguma vantagem em trabalhar na cooperativa, apontou justamente a oportunidade de poder aprender mais e de participar mais, poder dar sua opinião no empreendimento do qual faz parte. No entanto, o fato de que metade das pessoas tenha dito não ter percebido muita diferença entre trabalhar na cooperativa ou em uma empresa tradicional traz questões sobre sua participação no empreendimento, sobre seu entendimento acerca do empreendimento, de sua relação com a Diretoria e com as pessoas presentes no posto de trabalho, e sobre sua motivação para ter decidido fazer parte da cooperativa. Em relação ao envolvimento com o empreendimento, nota-se que estas pessoas, em sua grande maioria, estão (dentre as pessoas entrevistadas) entre as que não participaram de atividades administrativas ou de apoio e que não fizeram curso de cooperativismo. Deste modo, a participação delas na cooperativa permaneceu, na maioria das vezes, restrita ao serviço que realizavam em seus respectivos postos de trabalho, fator este que pode ter contribuído para que vislumbassem o empreendimento como outro qualquer.

A indicação da preferência pelo trabalho formal apareceu em grande parte das entrevistas. Primeiramente, nos motivos pelos quais as pessoas entrevistadas saíram da

cooperativa, a ida para trabalhar em outro lugar, com registro na carteira de trabalho, foi indicado em quatro das dez entrevistas. Em segundo lugar, quando questionadas se voltariam a trabalhar na cooperativa e, se sim, sob que circunstâncias (ver pergunta no Apêndice 1), a grande maioria disse que voltaria caso necessitasse trabalhar e não conseguisse arranjar emprego. Além disso, no roteiro de entrevistas existia, ainda, uma questão que procurou abordar o tema acerca da possível preferência dos entrevistados pelo trabalho formal. A questão 14 (ver Apêndice 1) estava formulada da seguinte maneira: Pense em algum tipo de trabalho que você gostaria de fazer como profissão; se puder escolher onde fazer este trabalho, o que preferiria: em uma cooperativa, como empregada (com carteira assinada), por conta própria ou de alguma outra forma. Postas estas alternativas, e considerada uma situação hipotética na qual a pessoa escolhe a atividade que desejar e se imagina em totais condições de exercê-la da maneira que julgar melhor, seis pessoas responderam preferir trabalhar por conta própria, três como empregadas (com carteira de trabalho assinada) e apenas uma de forma cooperativa. A escolha pelo trabalho com vínculo empregatício, ainda que na situação de empregado, acabou sendo superior à escolha pelo trabalho cooperativo. O trabalho na situação de empregado perdeu somente para o trabalho por conta própria, que possibilita ao trabalhador ser o patrão de si mesmo, eliminando assim a figura desse ser indesejado, mas não possibilita que se pense para além da ordem econômico-social estabelecida, na construção de outro tipo de sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (CONCLUSÕES)

As formas autogestionárias de organização para o trabalho presentes em cooperativas, que já eram muito polêmicas em sua origem há cerca de duzentos anos, permanecem alvo de inúmeras reflexões e debates na sociedade. Ao lado da real capacidade das cooperativas em estabelecer uma alternativa socialista dentro da sociedade capitalista, tema este que se constituiu como o centro da polêmica que se iniciou no século XIX, acrescenta-se, no contexto atual, a funcionalidade destas no capitalismo, uma vez que têm sido utilizadas, em grande medida, para a valorização do capital. Deste modo, a possível degenerescência e a utilização pelo capital garantem um caráter híbrido a estas formas de organização do trabalho, caráter este que estimula o debate acerca de sua situação e impede um consenso no que diz respeito ao seu futuro.

Embora as cooperativas tenham surgido historicamente no movimento operário como uma alternativa de emancipação do trabalho e construção de uma sociedade mais igualitária, questionando a principal característica do sistema capitalista de produção, ou seja, a posse privada dos meios de produção, e promovendo a autogestão e a democracia no trabalho, de modo a abolir a hierarquização das atividades produtivas e a separação do trabalho intelectual do braçal; sua implementação efetiva na sociedade se defronta com algumas contradições e depende, como aponta Lima (2004), de injunções políticas e econômicas, uma vez que sua manifestação se dá sempre em momentos de crise econômica e visa atenuar situações de desemprego. Ele acrescenta, ainda, que o caráter voluntário da adesão às cooperativas fica comprometido em contextos de crise econômica, nos quais as possibilidades de ocupação são reduzidas. Em vista disso, questiona-se se as cooperativas seriam uma alternativa à exploração capitalista, ou à falta dela (LIMA, 2004).

Após período de estagnação, durante os considerados “anos dourados” do capitalismo, período no qual a classe trabalhadora se acostumou com o assalariamento ao alcançar uma espécie de cidadania salarial (que envolveu benefícios como seguros sociais e direitos variados), o interesse pelo cooperativismo ressurge quando o desemprego em massa retorna com a reestruturação produtiva e o avanço do neoliberalismo a partir da década de 1970 (SINGER, 1998; 2002). Neste momento, os benefícios da cidadania salarial são reduzidos, multiplicando-se, em seu lugar, os contratos temporários com jornadas parciais, sem horas extras e outros benefícios, o trabalho informal sem qualquer espécie de contrato, e formas alternativas de utilização

de mão-de-obra consideradas flexíveis e de menores custos. Os trabalhadores que permanecem no mercado de trabalho formal passam a ser considerados uma minoria que representa a elite entre a classe trabalhadora, preservando os direitos que foram perdidos na atual conjuntura de acumulação do capital.

Em virtude do agravamento da crise econômica e da ampliação do desemprego, os empreendimentos coletivos (dentre estes inúmeras cooperativas) passam a figurar como alternativa de geração de trabalho e renda, sendo fomentados, entre populações carentes e trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, por inúmeras entidades, ligadas à igreja católica, sindicatos, movimentos sociais, ao poder público, entre outras. A proposta da Economia Solidária, com sua política de desenvolvimento sustentável e a substituição da competição pela solidariedade na atividade econômica, presente numa época em que tanto se questiona o meio pelo qual a economia capitalista vem se desenvolvendo, esgotando com as reservas naturais do planeta e gerando pobreza por toda parte, surge como uma alternativa atraente à superação da crise. Neste contexto, propostas de alternativas ao capitalismo podem ser absorvidas pelo sistema complementando-o ao invés de substituí-lo.

O ingresso, por grande parte das pessoas, nestes tipos de empreendimentos, acontece geralmente por falta de opção, uma vez que estes acabam vislumbrando, muitas vezes, como única alternativa de aquisição de renda e inserção social. Rosenfield (In LIMA, 2007) destaca, dentre os trabalhadores que ingressam em cooperativas, aqueles que formariam o grupo do “recuo”. Para estes, a opção por inserir-se na cooperativa é a opção pela continuidade do trabalho exercido até o momento, mas não como projeto político-ideológico de transformação e de implantes socialistas no sistema capitalista, mas tão somente como alternativa viável de ter trabalho e garantir inserção social. De acordo com a autora, a cooperativa significa trabalho, e este é o traço mais importante para estas pessoas. A cooperativa é seu lugar de trabalho e garantia de sobrevivência, aparecendo-lhes como “tábua de salvação” e não como um projeto (ROSENFELD In LIMA, 2007).

Os dados da pesquisa fazem aproximar as sócias (os) da cooperativa analisada do grupo do recuo descrito por Rosenfield, pois, conforme apontado no levantamento dos dados gerais, quase metade das ex-sócias (os) deixou a cooperativa para trabalhar em outro lugar. Por meio das entrevistas, percebeu-se que o estímulo para a entrada das pessoas no empreendimento foi, unicamente, a oportunidade de trabalho e renda presente neste, uma vez que todas as entrevistadas (os) alegaram este motivo (e os

dados mais gerais da pesquisa não comprovam o contrário – como o baixo envolvimento das cooperadas no empreendimento, por exemplo). As entrevistadas não conheciam o trabalho cooperativo, ingressando na cooperativa somente pela oportunidade de trabalho. O fato de a cooperativa não ter surgido a partir da iniciativa dos trabalhadores em luta contra o capital, mas por meio de um promovedor externo, dado o contexto do bairro, assinala que a principal motivação para a entrada das sócias (os) na cooperativa não foi o envolvimento com o projeto da cooperativa em si, mas a oportunidade de trabalho e renda presente ali.

De acordo com os dados oferecidos pelo Atlas da Economia Solidária no Brasil em 2005 (ATLAS, 2006), apresentados no terceiro capítulo (da página 79 a 84), o motivo mais recorrente, indicado pelos membros de EES, para a criação dos empreendimentos, se referiu a “alternativa ao desemprego”, sendo 45% a nível nacional e 58% na região sudeste. O motivo que ficou em segundo lugar foi “fonte complementar de renda”, com 44% dos EES brasileiros e 48% naqueles localizados na região sudeste; seguido por “oportunidade de obter maiores ganhos em um empreendimento associado”, com 41% (SE 38%). Estes dados, em conformidade com os da pesquisa, apontam para o fato de que a grande maioria das pessoas que ingressam em EES o faz como uma oportunidade de combater o desemprego e obter um meio de renda.

Uma vez que a grande maioria das pessoas não ingressa no empreendimento já com um projeto político-ideológico em mente, ou seja, com o estímulo de mudar a sociedade, mas com o instinto pragmático de sobrevivência e de melhorar as condições de vida (inserção no mercado consumidor, sobretudo), a cooperativa passa a ser, simplesmente, uma alternativa viável de trabalho e renda. Sem o preparo adequado e o envolvimento esperado com o empreendimento (dado que elas também são responsáveis por ele, são donas dele), muitas pessoas acabam não percebendo as diferenças entre uma cooperativa e uma empresa tradicional, o que faz com que continuem agindo da mesma maneira de antes. Quando saem, também agem do mesmo modo, tanto que algumas pessoas que deixaram a cooperativa deram início a ações trabalhistas (exigindo o pagamento de direitos trabalhistas), fato este que demonstra total desconhecimento acerca do trabalho cooperativo. Nestes casos, existem advogados trabalhistas que orientam estas pessoas como proceder e, muitas vezes, acabam persuadindo ex-cooperados a mover ações trabalhistas contra o empreendimento. O aparecimento de inúmeras cooperativas fraudulentas (as chamadas “cooperगतos”, “cooperfraudes”, etc.), que tem surgido como meio de burlar a legislação trabalhista, fez

com que o Ministério Público começasse a autuar cooperativas de trabalho, algumas vezes, sem de fato estabelecer uma análise sistemática acerca de seu funcionamento, de sua legalidade. O pré-conceito da justiça para com as cooperativas de trabalho pode ter feito com que alguns advogados tenham se aproveitado dessa situação, enxergando nela uma grande possibilidade de ganhar causas trabalhistas.

Algumas pessoas, nas entrevistas realizadas, afirmaram não ter notado diferenças entre trabalhar na cooperativa e em outro lugar. Isto pode ocorrer devido a alguns fatores, já indicados na análise das entrevistas: ao processo de inserção na cooperativa, que pode não ter sido realizado de maneira adequada, devido à falta de realização do curso de cooperativismo, à pouca participação em atividades administrativas ou de apoio, pouca frequência nas Assembléias, entre outros. Além de gerar possíveis problemas ao empreendimento, como baixo nível de envolvimento, relegando as atividades no âmbito deste nas mãos de um número reduzido de pessoas, ou receber ações trabalhistas por parte de seus sócios, por exemplo, este fator pode contribuir para a existência de uma alta taxa de rotatividade de membros, uma vez que a pessoa pode acabar decidindo, sem pensar duas vezes, sair da cooperativa tão logo receba uma proposta de trabalho que considere melhor, ou que possua vínculo empregatício, já que para ela o trabalho na cooperativa é como outro qualquer.

Conforme foi mostrado pela análise dos dados da pesquisa, quase metade das ex-sócias (os) saiu da cooperativa para trabalhar em outro lugar, muitas com vínculo trabalhista. Destarte, pode-se inferir que a rotatividade de sócios no empreendimento está associada, em sua grande maioria, à vontade, por parte das pessoas que o deixaram, de ingressar no mercado de trabalho formal, com carteira assinada.

No entanto, embora a vontade destas pessoas de ingressar no mercado de trabalho formal possa ser compreendida com facilidade, o fato de que muitas destas pessoas tenham, de fato, se inserido no mercado de trabalho formal, levanta algumas dúvidas. O atual contexto de crise social, com aumento do desemprego e do trabalho informal, e a precária situação na qual os habitantes do bairro se encontravam, conforme exposto na página 109-110: “além do elevado número de desempregados e inserção precária no mercado de trabalho, da precariedade de moradia, dos baixos índices de escolaridade e altos índices de violência, os moradores do bairro sofriam preconceito por parte dos contratantes de mão-de-obra que tendiam a generalizá-los, alegando que seus residentes estavam ligados a uma vida criminosa”, leva a crer, num primeiro

momento, que estas pessoas encontrariam muita dificuldade para conseguir outro trabalho, principalmente no mercado formal.

Duas situações podem ajudar a explicar este fato. Em primeiro lugar, as condições de trabalho e emprego podem ter melhorado, nos últimos anos, no país, estado ou município, ampliando a oportunidade destas pessoas. Em segundo lugar, o trabalho destas pessoas na cooperativa pode ter servido como “ponte” para que entrassem no mercado de trabalho, uma vez que a conquista de um emprego é facilitada para pessoas que já possuem um trabalho, de modo que isto pode afastar o preconceito de contratantes dado o valor atribuído, pela nossa sociedade, ao papel do trabalho (dignifica o homem, afasta da violência, ocupa a mente, etc.).

Embora as cooperadas (os) ingressem no empreendimento alheias ao projeto político-ideológico presente neste, a luta, que se desenvolve em um primeiro momento como uma maneira de sobrevivência dentro do capitalismo, pode evoluir para uma alternativa efetiva contra o capital quando a propriedade coletiva e a autogestão no empreendimento são acompanhadas por um questionamento radical do modo de produção capitalista. Cabe, então, buscar por mecanismos que promovam o engajamento das sócias (os) e as envolva de modo mais ativo com a proposta da cooperativa.

Percebeu-se, por meio da pesquisa, que grande parte das pessoas que se desligaram da cooperativa permaneceu por um curto período de tempo. Posto que a formação de uma cultura autogestionária é um processo lento e complexo (LIMA, 2004), a permanência passageira de sócios na cooperativa acaba dificultando a absorção da proposta do empreendimento e um maior envolvimento com este. Estas pessoas acabam tendo poucas condições de se sentirem donas do empreendimento, de que podem mudá-lo, e de que a partir dele podem contribuir para mudar a comunidade.

Alguns fatores que poderiam auxiliar na permanência do sócio no empreendimento, senão indefinidamente, pelo menos por um tempo mais prolongado, durante o qual possam absorver melhor a proposta da cooperativa, podem ser indicados tomando como base a pesquisa. Estes são: um processo de inserção de novos membros bem estruturado, um curso de cooperativismo eficiente, esquemas que promovam maior envolvimento do cooperado com o empreendimento, e mecanismos que possibilitem aos cooperados direitos semelhantes àqueles encontrados no mercado de trabalho formal - de modo a tornar o trabalho na cooperativa mais atraente.

A ausência de um processo de inserção de novos membros ou um processo de inserção mal estruturado pode ocasionar dificuldades que vão desde o abandono do grupo por parte do novo membro, até a desintegração do grupo como um todo (GIBRAN, 2004). Simone Gibran (2004) observou, em um estudo de caso, por meio da análise de variáveis, que a permanência de novas pessoas no grupo foi favorecida ou desfavorecida conforme a maneira como estas pessoas foram inseridas no grupo. As entrevistas com as ex-cooperadas (os) revelaram que as ex-sócias (os) que receberam o preparo adequado ao se tornarem cooperadas (os) foram as pessoas que permaneceram na cooperativa por um maior período de tempo, e também as que mais se envolveram em atividades administrativas e/ou de apoio. Um processo bem estruturado de inserção de novos membros pode contribuir para a manutenção do sócio no empreendimento, assim como para incentivar seu envolvimento em atividades no seu âmbito.

O Estatuto da cooperativa possui um item que trata deste assunto: “Aquele que deseja se tornar um membro da cooperativa tem que ter a documentação em ordem, ser maior de 18 anos, aceitar as regras e o Estatuto da cooperativa, e ser aceito por aqueles que já são sócios da cooperativa”. No entanto, percebeu-se, por meio das entrevistas realizadas com as ex-cooperadas e com membros que participam da administração do empreendimento, que as duas últimas exigências não vêm sendo cumpridas já há algum tempo. Grande parte das sócias (os) acaba ingressando na cooperativa sem ter o acesso, assim como um acompanhamento explicativo, ao Estatuto e às regras que regem o empreendimento, e sem serem apresentadas em Assembléia para as demais cooperadas (os). O primeiro fator acaba contribuindo para que o novo membro apresente atitudes contrárias aos princípios cooperativistas e ao funcionamento de um empreendimento deste tipo (como, por exemplo, mover ações trabalhistas contra a cooperativa), enquanto que o segundo prejudica a relação entre este e todas as outras cooperadas (os), relação na qual se espera que seja construída e mantida na base da cooperação e solidariedade. O primeiro passo é averiguar o motivo pelo qual isto vem ocorrendo, por que esta regra, presente no Estatuto, não tem sido cumprida, para então elaborar, a partir do entendimento da situação, mecanismos que garantam a integridade deste processo.

Metade das pessoas que se desligaram do empreendimento não havia realizado o curso de cooperativismo e Economia Solidária. Um curso de cooperativismo eficiente e abrangente pode contribuir para um maior envolvimento das cooperadas (os) com o empreendimento e com a proposta deste, uma vez que é por meio dele que as cooperadas (os) adquirem o embasamento teórico da proposta da Economia Solidária e

aprendem as principais características que diferenciam a cooperativa de uma empresa tradicional (quando isto não se dá na prática). A compreensão do que seria o trabalho cooperativo e a Economia Solidária, por parte da cooperada (o), acontece, quase sempre, por meio da realização do curso de cooperativismo e Economia Solidária. Em relação a este assunto deve-se, primeiramente, indagar-se qual será o papel do curso de cooperativismo e Economia Solidária na manutenção do sócio no empreendimento, a maneira pela qual o curso deve ser estruturado, o que deve abordar e como deve ser transmitido aos cooperados.

Conforme constatado na presente pesquisa, e em estudo anterior (ver COSER, 2005), uma parte considerável das cooperadas (os), embora tenham tido oportunidade (o curso, além de ter sido oferecido para todas as pessoas e considerado obrigatório pela cooperativa, foi realizado em horários nos quais elas não trabalham), acabaram deixando de fazer o curso. Este fato pode ser um indício de que os cursos não são entendidos como necessários por algumas sócias (os), que devem encarar a cooperativa como uma oportunidade de trabalho somente, de modo que para estas, a única coisa necessária deve ser o cumprimento de seu trabalho no posto de serviço. Esta situação abarca também o envolvimento das cooperadas (os) no empreendimento, pois somente com a participação do membro no empreendimento é que este pode compreender de fato como funciona uma cooperativa, o que a diferencia das empresas tradicionais, e o potencial de transformação da sociedade contido nesta experiência.

O mais importante, para que a cooperativa consiga desenvolver seu projeto político-ideológico, é conseguir fazer com que o cooperado assimile a crítica ao modelo capitalista, à empresa tradicional, para que resolva participar efetivamente do empreendimento e se dedicar à proposta cooperativista e da Economia Solidária. Mas como fazer com que as pessoas se envolvam com o empreendimento? Esta é a grande dificuldade encontrada na cooperativa. Primeiramente é preciso compreender quais são os obstáculos para esta participação, o que faz com que as pessoas não queiram participar, para que, a partir daí, criem-se estruturas e mecanismos que facilitem e aumentem a participação, e se possa planejar os cursos de cooperativismo de maneira mais eficaz. Os trabalhadores da cooperativa precisam se sentir donos do empreendimento, saber que podem criar regras para melhorar a própria condição de trabalho, e, que juntos, podem tornar melhor sua comunidade. A experiência em outras empresas, na sociedade capitalista, faz com que as pessoas encarem a cooperativa como

um emprego igual a outro qualquer, de modo que dificilmente encaram-na como uma alternativa, na qual eles têm autonomia.

A formação de um número maior de comissões, acompanhadas por um intenso debate com as cooperadas (os) sobre a importância em participar, por exemplo, pode ajudar a promover maior envolvimento das cooperadas (os) com a cooperativa. Em estudos realizados na cooperativa (ver Coser 2005 e Noiye 2009) notou-se que as cooperadas (os) que mais freqüentavam a Assembléia e participavam de atividades desenvolvidas no âmbito da cooperativa eram aquelas que trabalhavam em posto fixo, de modo que se pode inferir que as suplentes apresentam menor sentimento de pertencimento ao grupo. Além disso, as cooperadas que tendem a estabelecer maior envolvimento com a cooperativa são aquelas que participam de atividades administrativas ou de apoio, e, deste modo, mantém contato direto com a Incubadora. Estas últimas possuem uma situação mais favorável para conhecer a proposta da Economia Solidária e as características da cooperativa, além de poder esclarecer suas dúvidas com a equipe de incubação mais facilmente. Este deve ser o provável motivo pelo qual muitas cooperadas (os), tanto ex quanto atuais, participaram mais de uma vez destas atividades, restringindo-as a um pequeno grupo de pessoas.

Em relação à criação de mecanismos que forneçam aos cooperados direitos semelhantes àqueles encontrados no mercado de trabalho formal, supõe-se que, por meio destes, os trabalhadores teriam condições de sentir uma segurança relativa, comparada àquela existente no contrato de trabalho do setor formal. Pode-se dizer que a Cooperativa já adota esta estratégia, por decisão dos próprios cooperados, porém esta poderia ser melhorada. Os valores correspondentes à maioria daqueles recebidos por trabalhadores com vínculo empregatício, como férias, décimo terceiro salário, e fundo garantia, são pagos pela cooperativa às suas associadas (os) de forma proporcional mensalmente. Em tempos anteriores, as cooperadas (os) decidiram, em situação de Assembléia, acoplar no valor mensal da retirada os valores referentes a alguns benefícios. Os valores, pequenos quando divididos pelos meses do ano, dificilmente acabam cumprindo as funções que deveriam ter – descanso, adicional em época natalina, formação de reserva para o trabalhador. Esta é, provavelmente, uma das condições relacionadas à preferência de um grande número de sócias (os) pelo trabalho com “carteira de trabalho assinada”, mesmo se o serviço for o mesmo que realiza na cooperativa (NOIJE, 2009).

A separação, de maneira clara, dos benefícios que se encontram incorporados à retirada mensal de cada sócio, poderia agir em favor da diminuição da taxa de rotatividade de sócios no empreendimento, ou pelo menos aumentar o tempo de permanência destes. A aparente perspectiva de estabilidade presente em um trabalho com vínculo empregatício termina por atrair boa parte das sócias (os) do empreendimento, que por vezes ignoram que estejam sendo garantidos aos sócios direitos equivalentes (ou até melhores) do que os assegurados pelas leis trabalhistas.

Para o desenvolvimento de uma cooperativa dentro dos princípios cooperativistas, de acordo com Rosenfield (In LIMA, 2007), “os trabalhadores precisam conscientizar-se da necessidade de participar, além de trabalhar (p. 103)”. Isso significa tomar para si o rumo do seu próprio destino e do coletivo de trabalho ao invés de delegar a outrem a busca de alternativas ou a solução de problemas. Ainda, segundo a autora, tal mudança no comportamento ou na mentalidade do trabalhador implica em:

1) romper com a visão de trabalhador assalariado que remete ao modelo de submissão do trabalho ao capital; 2) romper com a visão de que o trabalhador necessita de ordens superiores para poder tomar iniciativas; 3) estender as mudanças ao seio da família do cooperado, que deve adaptar-se a uma nova realidade, como, por exemplo, a variabilidade das retiradas. Isto significa “vestir a camiseta” e assim assumir e acreditar na cooperativa; e não somente vislumbrar seus interesses individuais (ROSENFELD In LIMA, 2007, p. 103-104).

Romper com a visão de trabalhador assalariado e conseguir incorporar de maneira adequada a proposta do empreendimento e da Economia Solidária, com base na crítica ao capitalismo, são as condições essenciais para que as sócias (os) da cooperativa a encarem como um empreendimento diferenciado, com características próprias, e com potencial de modificar a sociedade. A criação de uma cultura associativa, embora possível, requer um tempo considerável, uma vez que acontece por meio de um processo lento, no qual uma série de fatores influi a favor e contra sua constituição. Dentre outras questões, como o papel de uma educação bem estruturada, em moldes socialistas, a manutenção de um quadro estável de sócios é fundamental para ampliar a possibilidade de aprendizagem dos sócios dentro da proposta cooperativista, aumentar o interesse destes em se envolver de maneira mais intensa com o empreendimento, e aumentar os laços de solidariedade e cooperação entre as sócias (os).

São várias e complexas as providências a serem tomadas e atividades a serem desenvolvidas pelas sócias (os) e pela Incubadora para conseguir aumentar o nível de

envolvimento das sócias (os) com a cooperativa. No entanto, a cooperativa enfrenta atualmente problemas mais urgentes, que colocam em risco a sua própria existência. Condizendo com a experiência histórica do cooperativismo no Brasil, de acordo com a qual, segundo Rech (2001), ao invés de apoiá-la, “sempre houve quem se preocupasse em limitar as suas possibilidades” (p. 16), um obstáculo imposto pelo Poder Público ameaça a permanência da cooperativa. Um empreendimento coletivo, criado por iniciativa de uma Universidade pública junto a um bairro carente do município no qual esta se encontra, que já possibilitou, ao longo de dez anos de história, alternativa de renda para mais de quinhentas pessoas, sendo que atualmente 220 obtêm uma retirada fixa mensal, luta para sobreviver contra uma Lei imposta pelo Poder Público. Caso a validade do TAC permaneça e este consiga atingir seu objetivo (acabar com a cooperativa), dada a extensão dos objetivos sociais das cooperativas populares que atuam sob o paradigma da Economia Solidária, que não possuem motivação para o lucro, é inadequado julgar os seus sucessos somente em termos de sobrevivência ou de desempenho financeiro.

Limitações do estudo

Foram basicamente duas as dificuldades encontradas durante a pesquisa. A primeira diz respeito à bibliografia. Embora a alta rotatividade de trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro seja enfatizada por alguns autores, foram localizados pouquíssimos textos que abordassem este tema. A dificuldade foi ainda maior quando se tratou de localizar estudos que tratassem da questão da rotatividade de sócios em empreendimentos econômicos solidários, motivo que pode estar associado à ainda incipiente abordagem em torno do tema, que é relativamente novo.

A outra dificuldade se refere à baixa sistematização das informações sobre as cooperadas (os) no empreendimento. Existem várias lacunas nos arquivos da cooperativa, especialmente naqueles referentes aos dados acerca do histórico das cooperadas (os) no empreendimento. Além disso, as fichas de cadastro das ex-sócias (os) na cooperativa, que seriam os documentos mais apropriados para a pesquisa por conter as principais informações de interesse (o trabalho com elas estava previsto nas atividades da pesquisa), acabaram desaparecendo do escritório da cooperativa antes que os dados contidos ali pudessem ser coletados.

Sugestões para estudos futuros

1. Conforme a pesquisa foi avançando, a questão da educação passou a adquirir maior relevância. Uma vez que os valores socialistas presentes na proposta cooperativista e da Economia Solidária de chocam com os valores basilares da sociedade capitalista, transmitidos às pessoas desde que nascem, a demanda por uma educação passível de canalizar a atitude das pessoas para o socialismo se mostra essencial, e apresenta um grande desafio. A educação para o cooperativismo está presente nos princípios cooperativistas desde Rochdale (o próprio Owen já enfatizava o papel capital da educação), no entanto, muitos empreendimentos coletivistas encontram uma série de dificuldades para transmitir a educação cooperativa aos seus membros, e fazer com que estes a assimilem de maneira adequada. Deste modo, acredita-se ser de fundamental importância o aprofundamento e a abrangência de pesquisas em torno deste tema, que se centrem, por exemplo, na busca dos métodos mais adequados para a formulação de cursos de cooperativismo e Economia Solidária, no conteúdo que estes cursos devem abranger, no modo como devem ser transmitidos aos sócios, etc.

2. Outra questão que chamou atenção na pesquisa, diz respeito à participação dos sócios no empreendimento. Do que adianta um curso de cooperativismo e Economia Solidária bem estruturado se as pessoas consideram-no desnecessário e deixam de participar. Assim sendo, parece fundamental pesquisar quais são os fatores que dificultam a participação dos sócios na cooperativa. Estudos sobre mecanismos de participação dos sócios no empreendimento, que permitam fazer com que as pessoas desenvolvam maior interesse em participar de atividades administrativas ou de apoio, que se envolvam mais com a cooperativa e compareçam nos cursos oferecidos podem auxiliar, de diversas maneiras, o funcionamento do empreendimento e o desenvolvimento deste dentro da proposta cooperativista e da Economia Solidária.

3. A questão de gênero esteve presente em alguns pontos da pesquisa, como na participação dos sócios no empreendimento (as mulheres participam mais em atividades administrativas ou de apoio do que os homens) e na taxa de rotatividade de sócios (os homens apresentaram um percentual superior ao das mulheres). Aprofundar esta questão, analisando com mais detalhes a participação de homens e de mulheres no empreendimento, a relação de cada gênero com a cooperativa, pode trazer informações relevantes para o campo de estudo da Sociologia e da Economia Solidária.

4. Por fim, analisar os auxílios e os obstáculos conferidos pelo Poder Público ao cooperativismo, sobretudo ao cooperativismo de trabalho, assim como os atores e as forças que agem tanto à favor quanto contra, constitui-se como uma tarefa indispensável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. Autogestão. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

_____. Moeda social 2. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

ANDERSON, Perry. **Balço do Neoliberalismo**. 2008. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br>>. Acesso em: 02 de maio de 2008.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

BARROS, Thais Saglietti Meira. **Valor do reforço: identificação de condições associadas à manutenção de colaboradores em cooperativas populares de trabalho**. Monografia de bacharelado, curso de graduação em Psicologia da UFSCar, São Carlos, 2003.

BEER, Max. **História do Socialismo e das Lutas Sociais**. [tradução de Horácio de Melo]. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. M. Sociedade e natureza. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, J. T. (Orgs.). **A questão ambiental – diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BOITO Jr., Armando. A crise do sindicalismo. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003.

BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista. A Degradação do Trabalho no Século XX**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BÚRGIO, Fábio Luiz. Moeda social e a circulação das riquezas na economia solidária. 2000. In: **Economia Solidária Volume 1**. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/txt.htm>>. Acesso em: 19 de maio de 2008.

CARDONE, Vanessa. **Cooperativas de trabalho: legalidade e subsistência**. São Paulo: Editora Antiqua, 2007.

CARVALHO, Nanci Valadares de. **Autogestão – o governo pela autonomia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHACON, Vamireh. **História das idéias socialistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CORIAT, Benjamin. Ohno e a Escola Japonesa de Gestão da Produção: Um Ponto de Vista de Conjunto. In: HIRATA, Helena Sumiko (Org.). **Sobre o “Modelo” Japonês: Automatização, Novas Formas de Organização e de Relações de Trabalho**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

CORNFORTH, Chris. Alguns fatores que afetam o sucesso ou o fracasso de cooperativas de trabalho: uma revisão das pesquisas empíricas no Reino Unido. In: LIMA, Jacob Carlos (Org.). **Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado**. São Paulo: Annablume, 2007.

CORTEGOSO, Ana Lucia et al. **Método de incubação como referencial para atendimento a empreendimentos solidários: a experiência da Incubadora Regional de Cooperativas Populares da UFSCar**. Disponível em: <<http://www.incoop.ufscar.br>>. Acesso em: 25 de junho de 2009.

_____ ; LUCAS, Miguel Gambelli (Orgs.). **Psicologia e Economia Solidária: interfaces e perspectivas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

COSER, Danila Secolim. **Sistematização e Análise do Processo de Constituição, Consolidação e Aspectos da Evolução de uma Cooperativa Popular de Limpeza**. Monografia de bacharelado, curso de graduação em Psicologia da UFSCar, São Carlos, 2005.

COSTA, Edmilson. **A globalização a o capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DAGNINO, Renato; NOVAES, Henrique Tahan. **As forças produtivas e a transição ao socialismo: contrastando as concepções de Paul Singer e István Mészáros**. 2005. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=224&Itemid=216>. Acesso em: 12 de janeiro de 2009.

DEMOUSTIER, Danièle. **A Economia Social e Solidária – um novo modo de empreendimento associativo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

EID, Farid; GALLO, Ana Rita. **Metodologia de incubação e desafios para o cooperativismo popular: uma análise sobre o trabalho da Incubadora de Cooperativas Populares da UFSCar**. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/txt>>. Acesso em: 25 de junho de 2009.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

_____. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FARIA, Aparecido de. Terceirização: um desafio para o movimento sindical. In: MARTINS, Heloisa de Souza; RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). **Terceirização:**

diversidade e negociação no mundo do trabalho. São Paulo: HUCITEC – CEDI/NETS, 1994.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/bib2.htm>>. Acesso em: 20 de novembro de 2006.

_____. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

GALLO, Ana Rita. **Empreendimentos econômicos solidários: alternativas organizacionais de (re) inserção social e econômica.** São Carlos: UFSCar, 2003. Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

GIBRAN, Simone. **Processo de inserção de novos membros e sua influência sobre o trabalho cooperativo em cooperativas: estudo de caso.** Monografia de bacharelado, curso de graduação em Psicologia da UFSCar, São Carlos, 2004.

GIRGLIOLI, Pier Paolo. Burocracia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** [tradução de Carmen C. Varriale et al]. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

GORZ, André. **Misérias do presente, riqueza do possível.** São Paulo: Annablume, 2004.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel.** São Paulo: Boitempo, 1999.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. In: GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. **Autogestão: uma mudança radical.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GUIMARÃES, G. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1993.

HOLZMANN, Lorena. **Operários sem patrão – gestão cooperativa e dilemas da democracia.** São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2001.

HORVART, Branko. **Socialismo Autogestionário: Origens e Evolução.** [tradução de Siemi Matos Campos]. São Leopoldo – RS e Rio de Janeiro – RJ: CECA; Centro de Cultura Socialista, 1990.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. Economia Popular. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

KASMIR, Sharryn. O Modelo Mondragón como discurso pós-fordista. In: LIMA, Jacob Carlos (Org.). **Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado**. São Paulo: Annablume, 2007.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares dia 20/03/2002. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/bib2.htm>>. Acesso em: 20 de novembro de 2006.

LEITE, Kelen Christina. **Economia de Comunhão: a construção da reciprocidade nas relações entre capital, trabalho e estado**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

LIMA, Jacob Carlos. Do assalariamento e suas variações: do trabalho típico ao atípico. In: BORSOI, Izabel Cristina Ferreira; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida (Orgs.). **Velhos Trabalhos, Novos Dias: modos atuais de inserção de antigas atividades laborais**. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

_____. **O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado**. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em: 27 de setembro de 2007.

_____. Trabalho, Precarização e Sindicalismo: os trabalhadores e as cooperativas de trabalho. In: **Estudos de Sociologia** / Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. – Vol. 1 (1996). Araraquara: UNESP/FCLAR – Laboratório Editorial, 1996.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. **Sindicatos, cooperativas e socialismo**. Texto formulado como subsídio à exposição da CUT no debate sobre cooperativas, sindicatos e socialismo, promovido pelo PT e realizado no dia 7 de maio de 2001. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/txt>>. Acesso em: 20 de novembro de 2006.

MANCE, Euclides André. Economia Solidária – relato de experiências no Paraná. 2000. In: **Economia Solidária Volume 1**. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/txt.htm>>. Acesso em: 19 de maio de 2008.

_____. Redes de colaboração solidária. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

_____. Redes de Economia Solidária. In: MEDEIROS, Alzira; MARTINS, Paulo Henrique (Orgs.). **Economia popular e solidária: desafios teóricos e práticos**. Recife: Bagaço, 2003.

MARCUSE, Herbert. Prefácio Político, 1966. In: MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização – Uma Crítica Filosófica ao Pensamento de Freud**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon (1847). São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____ ; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003.

_____. A Guerra Civil na França. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos – Volume 1**. São Paulo: Edições Sociais, 1977a.

_____. Manifesto de Lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos – Volume 3**. São Paulo: Edições Sociais, 1977b.

MÉSZÁROS, István. A necessidade do controle social. In: MÉZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Ed. Boitempo e Campinas: Ed. UNICAMP, 2002.

_____. **O século XXI – socialismo ou barbárie?** São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.

MONDADORE, Ana Paula Carletto. **A opção cooperativa: os trabalhadores diante da falta de alternativas de ocupação e renda**. São Carlos: UFSCar, 2008. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

MORUS, Tomás. **A Utopia**. [tradução de Paulo Neves]. Porto Alegre: L&PM, 2007.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **Burocracia e autogestão**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

NARDINI, Thiago. **A utilização de métodos de planejamento participativo durante o processo de incubação de cooperativas populares**. São Carlos: UFSCar, 2007. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

NEVES, Paulo. A vida e A Utopia de Tomás Morus. In: MORUS, Tomás. **A Utopia**. [tradução de Paulo Neves]. Porto Alegre: L&PM, 2007.

NOGUEIRA FILHO, Paulo. **Autogestão – participação dos trabalhadores na empresa**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969.

NOIJE, Tais Van. **Relação entre motivação e condições de trabalho em empreendimento de Economia Solidária: postos fixos e suplência**. Monografia de bacharelado, curso de graduação em Psicologia da UFSCar, São Carlos, 2009.

NOVAES, Henrique Tahan. **O fetiche da tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ORELLANO, Verônica I. F.; PAZELLO, Elaine T. **Evolução e determinantes da rotatividade da mão-de-obra nas firmas da indústria paulista na década de 1990**. 2006. Disponível em: <<http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/27/7>>. Acesso em: 25 de junho de 2009.

PIOZZI, Patrizia. **Os Arquitetos da Ordem Anárquica: De Rousseau a Proudhon e Bakunin**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

PRIMAVERA, Heloisa. Moeda social I. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2000.

RIBEIRO, Eduardo Pontual. **Fluxos de Empregos, Fluxos de Trabalhadores e Fluxos de Postos de Trabalho no Brasil**. S/d. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto2310.pdf>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2010.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ROSENFELD, Cíara Lerrer. A autogestão e a nova questão social: repensando a relação indivíduo-sociedade. In: LIMA, Jacob Carlos (Org.). **Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado**. São Paulo: Annablume, 2007.

RUSS, Jacqueline. **O Socialismo Utópico**. [tradução de Paulo Neves]. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRIGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

SCHMIDT, Derli; PERIUS, Vergílio. Cooperativismo e cooperativa. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SINGER, Paul. **Cooperativas de trabalho**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_cooperativatrabalho2.pdf>. Acesso em: 19 de maio de 2008.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____; SOUZA, André Ricardo (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil – A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003a.

_____. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003b.

TAUILE, José Ricardo; DEBACO, Eduardo Scotti. **Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores**. Artigo apresentado no VII Encontro Nacional de Economia Política e II Colóquio Latino-Americano de Economistas Políticos. Curitiba, 2002. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/txt.htm>>. Acesso em: 19 de maio de 2008.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de Administração Científica**. São Paulo: Editora Atlas S. A., 1970.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez Editora – Autores Associados, 1985.

_____ (Org.). **Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectivas de Henri Desroche**. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

INCUBADORA REGIONAL DE COOPERATIVAS POPULARES. Material de divulgação (folder).

VALÊNCIO, Norma Felicidade L. da Silva et al. Incubadora de Cooperativas Populares: uma alternativa à precarização do trabalho. In: **Economia Solidária Volume 1**. S/d. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/txt.htm>>. Acesso em: 19 de maio de 2008.

VALLE, Maria Ribeiro do. **A violência revolucionária em Hannah Arendt e Herbert Marcuse: raízes e polarizações**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

VIEITEZ, Candido Giraldez; DAL RI, Neusa Maria. **Trabalho associado: Cooperativas e empresas de autogestão**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DOCUMENTOS DA COOPERATIVA CONSULTADOS:

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA APROVADO EM ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 1999.

REGIMENTO INTERNO DA COOPERATIVA, APROVADO NA ASSEMBLÉIA DE 5/8/2007

SÍTIOS ELETRÔNICOS VISITADOS:

www.abpes.org.br

www.bancopalmas.org

www.bancopalmas.org.br

www.crediban.com.br/cooperativismo

www.cut.org.br

www.ecosol.org.br

www.fbes.org.br

www.ica.coop

www.incoop.ufscar.br

www.ipea.gov.br

www.itcp.usp.br

www.saocarlos.sp.gov.br

www.unitrabalho.org.br

www.wikipedia.com

ANEXO E APÊNDICES

(Apêndice 1) – Roteiro de entrevistas

1. Nome:

2. Data de nascimento: __/__/____
3. Estado civil: _____
4. Número _____ de _____ filho/dependentes:

5. Grau _____ de _____ escolaridade _____ (alfabetização):

6. Possui formação profissional? Se sim, qual?

7. Possuía experiências profissionais (Já havia trabalhado) antes de ingressar na cooperativa? Em quê? Onde? Por quanto tempo? Por que deixou de trabalhar nisso?

8. Por que você entrou na cooperativa?

9. Já havia tido experiência com trabalho cooperativo? (Já havia trabalhado em alguma cooperativa, ou algo parecido?) Se sim, em quê? Quando? Onde? Por quanto tempo? Há quanto tempo atrás?

10. Antes de entrar na cooperativa, já tinha ouvido falar alguma coisa de cooperativismo ou Economia Solidária? Se sim, o quê? Onde ouviu? De quem? Se não sabia antes, aprendeu alguma coisa disso depois que entrou na cooperativa? De quem? Como? Quando?

11. Como foi sua entrada na cooperativa? Você recebeu algum preparo? Se sim, qual?

» Você conheceu o Estatuto da cooperativa? Quando? Como?

» Você conheceu o regimento interno da cooperativa? Quando? Como?

» Quando entrou na cooperativa, você foi apresentada(o) em Assembléia?

» Quando entrou, você conversou com outros cooperados sobre a cooperativa? Se sim, com quem? Sobre o quê?

12. O que você esperava da Cooperativa, quando entrou como sócia/sócio?

13. Por que você saiu da cooperativa?

14. Pense em algum tipo de trabalho que você gostaria de fazer como profissão; se puder escolher onde fazer este trabalho, o que preferiria: em uma cooperativa, como empregada (com carteira assinada), por conta própria ou de alguma outra forma:

15. Você percebeu alguma vantagem em trabalhar numa cooperativa, comparado com o trabalho em outros lugares (empresas convencionais)?

16. Você tem alguma crítica em relação à cooperativa (alguma coisa que você acha que não funciona direito, que deveria mudar)?

17. Qual a sua opinião sobre o ganho mensal de cada sócio na cooperativa? Era bom, ruim, ou razoável?

18. Qual sua opinião sobre a organização e funcionamento da Cooperativa (dá certo daquele jeito, ou você acha que deve mudar)?

19. Você conhecia as regras da Cooperativa? O que achava das regras? (Achava as regras duras, leves ou medianas? Deveriam ser modificadas? Como? Por quê?)

20. Fez curso de cooperativismo? Se sim, quando? Onde? Com quem? O que achou do curso?

21. Como era a sua relação com os outros cooperados (amizade, profissional, ruim)?

22. Como era a sua relação com a Diretoria?

23. Você recebeu propostas de trabalho enquanto fazia parte da Cooperativa? Se sim, quais? E como respondeu a elas? Por quê?

24. Como você avalia sua passagem pela cooperativa? (Aprendeu alguma coisa? Fez amizades? Mudou algo da sua maneira de pensar - sobre a comunidade, as relações de trabalho, meio ambiente, política?)

25. Você pensou em voltar a trabalhar na cooperativa? Se sim, sob que condições? E fez alguma coisa para isso?

(Apêndice 2) – Termo de consentimento livre e esclarecido

Título da Pesquisa: “Cultura Solidária e Cooperativas Populares. Rotatividade dos Sócios e desafios à autogestão. Um estudo de caso em São Carlos. Brasil.”

Pesquisador: Marco Aurélio Maia Barbosa de Oliveira Filho

Orientadora: Leila de Menezes Stein

Informações aos participantes:

O objetivo desta pesquisa, que vem sendo desenvolvida pelo referido pesquisador durante o curso de Mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), é identificar motivos que possam estar relacionados à rotatividade (entrada e saída) de sócios em uma cooperativa popular de Economia Solidária que presta serviços de limpeza.

Para tanto, está sendo realizada uma coleta de dados no empreendimento acerca dos ex-sócios, de modo a levantar variáveis que possam estar relacionadas à permanência ou saída do sócio do empreendimento, tais como: realização ou não do curso de cooperativismo; ocupação ou não de posto de trabalho fixo; entre outros. Somando-se à coleta, pretende-se entrevistar uma amostra de ex-cooperados com o intuito de coletar informações que possam trazer maior esclarecimento acerca dos fatores que podem ter influenciado a decisão dos sócios em deixar a cooperativa.

A sua participação nessa pesquisa não é obrigatória e você pode desistir de participar e retirar seu consentimento a qualquer momento, sem que isso resulte em qualquer tipo de problema. As informações obtidas nessa pesquisa serão confidenciais, ou seja, está assegurado o sigilo sobre sua participação e garantido o resguardo de sua identidade. Os riscos existentes estão restritos à situação de entrevista, devendo esta ser interrompida caso você sinta algum constrangimento ou mal estar nesta situação, sendo que você poderá pedir a interrupção, se desejar, ou deixar de responder qualquer das perguntas formuladas, sem nenhuma consequência para você. O benefício relacionado com a sua participação é o maior entendimento sobre o funcionamento de cooperativas ligadas à Economia Solidária, e há possibilidade de publicação dos resultados da pesquisa e de uso destes resultados para finalidades exclusivamente acadêmicas e científicas. Serão feitas duas vias do consentimento, uma que ficará com o pesquisador e outra com você. No termo consta o telefone e endereço do pesquisador, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou em qualquer outro momento.

Obrigado,

Marco Aurélio Maia Barbosa de Oliveira Filho

Contato para informações:

Mestrando em Sociologia da FCLAR
(Faculdade de Ciências e Letras de
Araraquara) – UNESP (Universidade Estadual
Paulista).

Endereço: Rua Osvaldo Denari, 150.
Bairro Jardim Munique. São Carlos – SP.

Telefone: (16) 3307 5438 e (16) 9114 5835

E-mail: mambofilho@yahoo.com.br

(Apêndice 3) - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Participação em Pesquisa

Eu, _____
declaro estar ciente dos objetivos deste estudo, conduzido por Marco Aurélio Maia Barbosa de Oliveira Filho, acerca da rotatividade de sócios em uma cooperativa popular de Economia Solidária.

Estando ciente dos objetivos, aceito participar desta pesquisa por meio de uma entrevista individual.

Estou também de acordo com a divulgação científica dos dados na área acadêmica, desde que minha identidade seja preservada.

Assinatura do (a) participante

São Carlos, _____ de _____ de 2009.